



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ITELMAR DE NEGREIROS OLIVEIRA

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS DISCURSOS CIENTÍFICOS
SOBRE OS REGISTROS RUPESTRES DO PARQUE NACIONAL
SERRA DA CAPIVARA/PI: Análise do Discurso Crítica, Feminismo
Decolonial e Teoria *Queer*

SÃO RAIMUNDO NONATO – PIAUÍ

2022

ITELMAR DE NEGREIROS OLIVEIRA

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS DISCURSOS CIENTÍFICOS
SOBRE OS REGISTROS RUPESTRES DO PARQUE NACIONAL
SERRA DA CAPIVARA/PI: Análise do Discurso Crítica, Feminismo
Decolonial e Teoria *Queer***

Trabalho de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Campus Serra da Capivara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Elias Canaan Mageste

SÃO RAIMUNDO NONATO- PI

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO - UNIVASF

Gabinete da Reitoria

Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI)

Av. José de Sá Maniçoba, s/n, Campus Universitário – Centro CEP 56304-917
Caixa Postal 252, Petrolina-PE, Fone: (87) 2101- 6760, biblioteca@univasf.edu.br

- O48r Oliveira, Itelmar de Negreiros
- As representações sociais de gênero nos discursos científicos sobre os registros rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara: Análise do Discurso Crítica, Feminismo Decolonial e Teoria Queer / Itelmar de Negreiros Oliveira – São Raimundo Nonato-PI, 2022.
xviii, 220 f.: il.; 29 cm.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Serra da Capivara, São Raimundo Nonato-PI, 2022.
- Orientador: Prof.º Dr.º Leandro Elias Canaan Mageste.
- Inclui referências, anexo.
1. Arte e sociedade. 2. Identidade de gênero. 3. Pinturas rupestres. 4. Arqueologia - Piauí. I. Título. II. Mageste, Leandro Elias Canaan. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 701.03

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UNIVASF.
Bibliotecária: Andressa Laís Machado de Matos CRB – 4/2240.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

FOLHA DE APROVAÇÃO PARA DISSERTAÇÃO

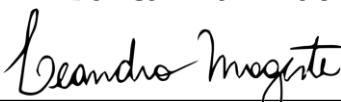
ITELMAR DE NEGREIROS OLIVEIRA

**AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS DISCURSOS CIENTÍFICOS
SOBRE OS REGISTROS RUPESTRES DO PARQUE NACIONAL
SERRA DA CAPIVARA/PI: Análise do Discurso Crítica, Feminismo
Decolonial e Teoria *Queer***

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Arqueologia, pela Universidade Federal do
Vale do São Francisco.

Aprovado em: 25 de outubro de 2022.

Banca Examinadora



Prof. Dr. Leandro Elias Canaan Mageste – UNIVASF (Orientador)

Prof. Dra. Maria de Fátima Barbosa – UNIVASF

Prof. Dr. Alencar de Miranda Amaral – UNIVASF

Prof. Dr. Bruno Sanches Ranzini da Silva – UFS

Documento assinado digitalmente

MARIA FATIMA RIBEIRO BARBOSA
Data: 30/12/2022 11:44:31-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Documento assinado digitalmente

BRUNO SANCHES RANZINI DA SILVA
Data: 30/12/2022 10:30:08-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>



Dedico esta pesquisa ao meu querido amigo Wandson Santos (in memoriam), que teve sua trajetória encerrada, neste plano, durante a pandemia de covid-19. Em uma de nossas últimas conversas ele disse: *“me manda o link da tua defesa, que eu vou estar lá torcendo por você”*. Eu espero que você esteja mesmo, amigo!

AGRADECIMENTOS

Nesses últimos dois anos, de muito estudo, muitas leituras, muito esforço, eu pude contar com o apoio e o incentivo de muitas pessoas e, por isso, gostaria de agradecer aquelas que me acompanharam, de perto ou de longe, nesse processo de (des)construção e que foram essenciais para a concretização deste sonho. Por isso, quero deixar registrado aqui, com todo meu coração, um agradecimento sincero, que expresse um pouquinho da importância que vocês tiveram, e ainda têm, nesta conquista. A vocês, minha sincera gratidão.

Um agradecimento especial à Capes e ao CNPq, instituições que apoiaram na minha formação, propiciando a realização deste trabalho.

Primeiramente, quero agradecer a toda a minha família, especialmente minha mãe Maristela, que sempre se esforçou para que eu e minhas irmãs tivéssemos a melhor formação e educação possível. Essa conquista é da senhora, mãe! Sempre falo que estudar, infelizmente, ainda é um privilégio e eu devo tudo isso à senhora. Agradeço, também, a Tia Gorete e a Tia Marilene, por amenizarem as angústias cotidianas, compartilhando momentos divertidos e descontraídos na calçada da casa da mamãe. Amo vocês.

Às minhas irmãs, Izamara e Maraiza, obrigada por desejarem sempre o melhor para mim, pelo esforço que dedicam à nossa mãe e à nossa família e, principalmente, por todo amor, todo apoio e incentivo nos meus estudos e na minha vida. E aos meus sobrinhos, que eu amo como se fossem meus filhos: João Miguel, Murilo Emídio, Pedro e Davi. Saibam que vocês transformam cada dia meu em um presente. E quero deixar um agradecimento mais que especial ao João Miguel, meu melhor amigo, que me emprestou o seu notebook para que eu pudesse finalizar minha pesquisa, quando o meu computador parou de funcionar.

À minha irmã postiça, Amanda, por ser sempre tão preocupada e prestativa com todos nós. Obrigado por toda força em todos esses anos, bucha. Espero que você saiba o quanto é importante para mim, e o quanto sou grato por todo apoio que você sempre me deu.

À minha amiga de infância e irmã de alma, Grazielle, que este ano me deu o presente mais lindo que foi minha sobrinha Helena, sou eternamente grato por ter vocês em minha vida, obrigado por estar sempre comigo e por me incentivar sempre.

À Hellen Cristina, minha amiga querida, pois se não fosse por você e por seus incentivos, eu nem teria chegado a tentar o mestrado, e estendo esse agradecimento a Pupu (Yapuema) por todas as vezes que você me fez acreditar que eu seria capaz de conquistar o que eu quisesse. Muito obrigado por se manterem em minha vida.

À Jessica Aguiar, minha amiga querida, que me inspira a ser uma pessoa melhor a cada dia, que me mostra que precisamos constantemente buscar nossa evolução pessoal e profissional, saiba que você é minha maior inspiração nesta vida acadêmica.

Ao meu querido primo Luís Gonzaga Baião Filho, minha outra inspiração de vida, a você, meu primo, toda minha admiração. Obrigado por me mostrar que a educação é uma via revolucionária.

Ao meu primo Jorge Luís, que sempre me incentivou a continuar meus estudos, e que sempre me motiva a correr atrás de meus objetivos.

À minha amiga/irmã de coração, Ana Flávia, que desde sempre, desde quando nos conhecemos, incentiva-me, apoia-me, pega minhas brigas como se fossem suas próprias lutas, nunca esqueço o que você e a Paty fizeram por mim, eu sou eternamente grato por me mostrarem que a amizade é uma prioridade na vida.

Aos meus amados amigos de infância, minhas fadinhas, Igor e André que estão sempre dispostos a me ajudar, a me escutar e que me arrancam as melhores risadas sempre que estamos reunidos, é um tesouro a nossa amizade.

A três amigas/irmãs com quem divido a profissão, e que sempre viram meu potencial além dos meus trejeitos: minha vizinha/amiga/irmã, Caroline Siqueira, e minhas parceiras de vida e de profissão, Sâmara Reis e Cláudia Jucá. Muito obrigado por todas as risadas, todos os conselhos e todas as oportunidades que vocês me deram, eu carrego comigo muito orgulho por ter vocês como amigas, e muita gratidão por tudo que vocês me proporcionam.

Às minhas queridas amigas, Cinthia e Elen. Obrigado por se manterem em minha vida por todos esses anos, sem dúvida nenhuma a nossa graduação em arqueologia, na UNIVASF, me proporcionou uma nova família de amigos, e eu sou imensamente grato ao universo por nos conectar. Amo muito vocês

Ao meu irmãozinho do coração, Alejandro Aleaga, meu cubano favorito nesse mundo, eu sempre vou ser grato por você ter insistido em minha amizade e por ter me chamado para tomar açaí e nunca mais ter saído da minha vida.

Ao meu amigo esquerdista, Adolfo Yuji Okuyama, com quem compartilho o ranço à direita brasileira e outros memes cotidianos. Obrigado por todo suporte no mestrado e na vida, meu amigo. Estendo esse agradecimento à Driely, pois se não fosse por sua ajuda na revisão do meu projeto, no último dia de inscrição no mestrado, eu não estaria hoje comemorando esta conquista, muito obrigado, sua ajuda foi essencial!

Aos meus amigos maravilhosos, José Leandro e Rafael, com quem eu posso além de reclamar do mestrado, esquecer a turbulenta vida acadêmica e mergulhar no nosso mundinho de memes, cantoras pop e pajubá. Muito obrigado por me manterem são.

Ao Gustavo Ortunes, que embora seja um velho rabugento de 30 anos, sempre está disposto a me escutar e a me incentivar a seguir em frente, obrigado por aguentar firme comigo.

Ao meu orientador, Leandro Mageste, que sempre me apoiou e me incentivou na minha escrita, obrigando-me a enxergar que eu estava no caminho certo. Gratidão por ter compartilhado, gentilmente, seu tempo, sua sabedoria e sua paciência comigo.

Às minhas queridas professoras e primeiras orientadoras; Fátima Barbosa e Vanessa Linke, que embarcaram em minhas angústias e se propuseram a me guiar quando eu estava completamente perdido.

Aos meus colegas de turma do mestrado 2020, com quem compartilhei todos os perrengues que essa pandemia nos causou.

Ao Professor Alencar Amaral, por suas contribuições neste trabalho desde a qualificação, obrigado por me apresentar o Levy Brhul, sem dúvida nenhuma a mais grata surpresa que eu tive nos últimos anos.

Ao Professor Bruno Ranzini, por expandir minhas problematizações e me mostrar que os saberes são localizados e que isso é primordial para avaliar a potencialidade dos discursos.

Aos professores do mestrado que, mesmo com todos os percalços e desafios que a pandemia nos proporcionou, continuaram com as aulas, apoiando-nos e incentivando-nos. Um agradecimento especial ao professor Leandro Surya por me fazer reler “O Mundo Assombrado pelos Demônios”, em 2020, reler o Sagan nesse período louco que vivemos nos últimos anos foi esclarecedor.

Ao Venicio, por todas as ajudas burocráticas que ele prontamente solucionou apenas pelo WhatsApp. Minha gratidão a você.

Quero agradecer também a todas as pessoas que produzem materiais acessíveis para a internet. É revolucionária essa democratização do conhecimento que vocês estão proporcionando, eu aprendi e continuo aprendendo muito com vocês. São muitos nomes, mas quero destacar aqueles que marcaram a minha escrita de alguma forma: Rita Von Hunt, do canal Tempero Drag, Professora Helena Vieira, Professor Lucineudo Irineu por sua didática tão precisa ao ensinar sobre Análise do Discurso Crítica, bem como Professor Iran Ferreira de Melo, por todas as *lives* e vídeo aulas sobre gênero, sexualidade, linguagem e decolonialidade. Ao Professor João Gabriel por todas as suas aulas no Brasil Escola sobre Sociologia, que foram fundamentais para a construção desta dissertação.

Por fim, eu quero agradecer ao universo, a Deus e a todas as outras potências espirituais que eu ainda não aprendi a nomear, por estarem sempre comigo, guiando-me, iluminando-me a cada passo meu, abençoando-me e intercedendo a meu favor. Obrigado por me darem a fé e a força necessárias para lutar e para enfrentar todos os obstáculos, que não são poucos, sem nunca desistir. Agradeço a Deus e à Nossa Senhora por me abençoarem com tantos presentes divinos, dando-me, talvez, além do que posso merecer. Sem essa força, nenhuma conquista seria possível.

PALAVRAS INICIAIS

(...) o pesquisador oferece o mundo tal como ele o pensa (isto é, como objeto de contemplação, representação, espetáculo), como se fosse o mundo tal como ele se apresenta àqueles que não têm a disponibilidade (ou o desejo) de se retirar dele para pensá-lo; situa como princípio de suas práticas, ou seja, em sua “consciência”, suas próprias representações espontâneas ou elaboradas, ou pior, os modelos que teve de construir (por vezes contra sua própria experiência ingênua) para dar conta de suas práticas. (BOURDIEU, 2001, p. 64)

Começo a dissertação com essa referência de Pierre Bourdieu, presente em seu livro “Mediações pascalianas” de 1930, em que ele discute que nenhuma corrente teórica é detentora da verdade. Acredito que essa citação serve de alegoria tanto para localizar minhas premissas, quanto o *corpus* analisado nesta pesquisa.

Para situar minhas escolhas teóricas e metodológicas, eu devo retornar ao ano de 2019, quando eu resolvi retornar à vida acadêmica. Naquela época, eu ainda não sabia muito bem em que queria me especializar, mas queria me aprofundar nos estudos dos registros rupestres do contexto do Parque Nacional Serra da Capivara. Esse foi o tema pesquisado na minha monografia, ao final de minha graduação em Arqueologia e Preservação Patrimonial, na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), em São Raimundo Nonato. Naquela ocasião, estudei “guerreiros em cenas de guerra”, todos machos, e a maioria com o falo ereto. Apesar de ser uma interpretação comum nos estudos realizados na época, passou a me incomodar o caráter androcêntrico narrado nos resultados, seguindo a tendência em assumir percepções de masculino vigentes na nossa época e entendê-las como padrão incontornável. Da concretização do estudo, passaram-se dez anos até que eu tentasse o mestrado, movido pelo anseio de transformar a minha escrita monográfica e de lidar com alguns incômodos que marcaram minha trajetória.

No tempo em que passei afastado da Academia, estava dedicado à arqueologia de contrato ou arqueologia preventiva, como são denominados os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do Licenciamento Ambiental. Nesse contexto, existe toda uma normativa que determina o que deve ou não ser feito. Desde que bem justificado, os estudos desenvolvidos são aprovados e finalizados, então foram dez anos de trabalho automatizado, sem embargos, e muitos projetos e relatórios costurados por uma mesma linha, a da “arqueologia pública” e “arqueologia da paisagem”¹. Ao mesmo tempo, em minhas vivências, observei e experimentei situações que fomentaram o desejo de entender melhor as questões de gênero e sexualidades.

¹ Embora sendo trabalhadas de forma bem superficial e muitas vezes só para cumprir o protocolo. Para uma análise mais crítica da Arqueologia Preventiva em contexto brasileiro, ver GNECCO e SCHMIDT DIAS, 2015.

Essa vontade surgiu a partir das minhas percepções dentro da arqueologia de contrato, que acontece em um ambiente, profundamente masculinista e generificado. Quem participa desses trabalhos percebe as divisões que ocorrem: enquanto os “homens” são vinculados às atividades que exigem mais força, as “mulheres” costumam ser delegadas para as tarefas que, dentro dessa visão simplista, supostamente demandam “menos esforços” físicos, como ações de divulgação e ações educativas. Claro que nem todas as empresas funcionam da mesma forma, mas nas minhas experiências de campo, os gerenciamentos de equipe eram realizados nessas perspectivas, sempre com o propósito de soar naturais e com a justificativa de otimizar os trabalhos. Todos os demais serviços envolvidos podem ser organizados seguindo esse mesmo padrão: motoristas e auxiliares de campo sempre são “homens”, e as “mulheres” são priorizadas nos trabalhos de “escritório”, que envolvem escrita de projetos e relatórios e nos cargos que exigem maior “sensibilidade” ou “emoção”. Sem contar as diversas formas de assédios, violências e preconceitos, que têm sido denunciadas nos últimos anos em diversos eventos (ver POUGET e VIEIRA DE CARVALHO, 2017).

Vale ressaltar que eu optei pelo uso das palavras “homens” e “mulheres” com aspas, pois os substantivos poderiam ser trocados por “pessoas masculinizadas” e “pessoas feminilizadas”², que manteriam o propósito do argumento que eu levantei: as associações diretas entre formas de agir e existir com expectativas de gênero binárias - masculino e feminino - quase sempre expressas como se fosse a “ordem natural” de funcionamento do mundo. No meu caso, enquanto um homem gay afeminado, sempre eram atribuídas, quando necessárias, as atividades de Educação Patrimonial.

Quando o mestrado em Arqueologia se tornou realidade, com a implementação do curso no *campus* da UNIVASF, em São Raimundo Nonato, além de uma possibilidade de continuar meus estudos, eu tive a oportunidade de voltar para casa, de continuar minha pesquisa com os registros rupestres e, quem sabe, poder revisar minha trajetória a partir de novas perspectivas. Para minha surpresa, quando comecei a leitura recomendada no edital para a seleção do mestrado, deparei-me com várias teorias e nomenclaturas que não eram comuns na minha vivência enquanto graduando e, depois, arqueólogo: Arqueologia simétrica, feminista, e de gênero, teorias *Queer*, descolonialidade e decolonialidade, diásporas africanas, e várias outras que apontavam para possibilidades de construção de arqueologias menos ingênuas no tocante aos seus efeitos políticos no mundo.

² Para o antropólogo português, Miguel Vale de Almeida, a masculinidade e a feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e a mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de ação, como tal acessíveis a homens e mulheres. (ALMEIDA, 1996, p.162)

De certo modo, o contato com tais abordagens me municiou de ferramentas para conseguir dar nomes e verbalizar os meus estranhamentos e questionamentos frente às práticas arqueológicas. Particularmente, a perspectiva decolonial constituiu uma base por meio da qual tenho tentado lidar com minhas angústias e incômodos, em compasso com reflexões teóricas e metodológicas a respeito da configuração da Arqueologia. Sinto que estou tentando montar um quebra-cabeça enorme, na qual, até agora, eu só encaixei as pecinhas menores, dos cantos. Desse modo, pude ter vislumbres sobre a transdisciplinaridade da perspectiva decolonial e sua diversidade teórica, que sinalizam para outras formas de produzir conhecimento, que problematizam o discurso científico moderno ocidental. Em outras palavras, denunciam como determinados padrões que expressamos em nossas vivências e interpretações não são naturais, mas frutos de estratégias de poder e de controle que se configuraram historicamente a partir da colonização. Assim, buscam questionar os discursos eurocêntricos por meio dos quais o homem branco, cristão, hétero, europeu sempre ocupa o centro do discurso.

No contexto dessas descobertas intelectuais, pude sonhar com um retorno para a Academia, acompanhado pelo desejo de aplicar novas perspectivas críticas para minhas inquietações acadêmicas, inspirado pelas provocações de trabalhos produzidos por pessoas em posição de subalternidade: pesquisadoras mulheres, racializados e integrantes e simpatizantes da comunidade LGBTQIA+. Ao mesmo tempo, fui provocado pela leitura dos textos sugeridos como bibliografia para o processo de seleção do mestrado da UNIVASF. Fui fortemente inspirado por dois textos em especial: o artigo “Sexualidade e Teoria *Queer*: Apontamentos para a Arqueologia e para a Antropologia Brasileira” dos pesquisadores Fabiano Gontijo e Denise Schaan, e o artigo da professora Loredana Ribeiro, “Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade: sobre resistir na ciência”, ambos de 2017.

Nesse viés, inspirado por esses escritos, passei a buscar uma maneira de escavar as ideologias enraizadas nos discursos arqueológicos, de modo que fosse possível demonstrar as diferentes camadas de opressões que interligam, sexo, gênero e sexualidade. Nessa empreitada, trouxe da linguística a proposta metodológica da Análise de Discurso Crítica (ADC). A aplicação dessa abordagem, amparada a um referencial teórico vinculado à perspectiva decolonial e nas teorias *queer*, permitiu-me evidenciar questões que envolvem as relações de poder e estratégias discursivas que operam na manutenção de várias formas de opressões, violências e desigualdades.

Importante destacar que essa dissertação é antes de tudo, uma forma de demonstrar minha indignação contra um sistema patriarcal que propaga uma percepção coletiva fundamentada em uma racionalidade colonial racista, machista, misógina, lgbtqfóbica, e todas

as demais formas de intolerâncias que vivenciamos. Tenho plena consciência que é um privilégio estar estudando o “gênero” quando o monstro da “ideologia de gênero” se transformou na caça às bruxas do século 21. Cursando o mestrado numa universidade federal, no meio de uma pandemia que já matou centenas de milhares de brasileiros, e ainda recebendo bolsa, quero me comprometer e me dedicar ainda mais para que outras pessoas tenham esse mesmo direito.

Finalmente, devo deixar claro que a construção desta pesquisa se volta à prática discursiva que se estrutura socialmente, e não para a crítica de sujeitos individuais produtores do discurso. Na conjuntura, meu ponto de partida é o reconhecimento de que os discursos arqueológicos devem servir para proporcionar melhorias para a sociedade atual, e não criar projetos de verdade que atribuem conceitos e valores da modernidade para endossar violência contra uma parcela da população que é historicamente ameaçada, criminalizada e morta pelo simples fato de existir.

"Esses jogos perigosos não são guerra nem estão no mar ou no espaço,
mas por trás de óculos e um par de jeans" José de Leonilson, 1990.

RESUMO

Nesta pesquisa, proponho a aplicação de uma Análise do Discurso Crítica nos artigos publicados nas últimas quatro décadas sobre os registros rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara, principalmente aqueles que se propõem a construir interpretações sobre gênero e sexualidade para as sociedades pré-coloniais. A partir de um referencial teórico amparado nas provocações levantadas pelo feminismo decolonial e pelas teorias e *queer*, busquei reconhecer, a partir da aplicação do modelo tridimensional de Análise do Discurso Crítica, como os dispositivos de sexualidade e gênero vêm sendo elaborados e reproduzidos nesses discursos arqueológicos. No exercício, busco evidenciar os vieses ideológicos e hegemônicos expressos nessas narrativas. Ademais, apresento outras possibilidades interpretativas que se mostram como contra hegemônicas, rompendo com a estratégia binária de se pensar sobre sexo, gênero e sexualidade no passado pré-colonial. Ao percorrer os caminhos abertos por esses discursos, evidencio alguns de seus efeitos no presente, em interface com outros conhecimentos. Desse modo, foi possível levantar questionamentos que buscam compreender como essas interpretações estão sendo operacionalizadas para a manutenção de preconceitos e opressões de gênero, pautadas em um binarismo estratégico, que se apropriam dessas culturas pré-coloniais para naturalizar as estruturas de poder da contemporaneidade.

Palavras-chave: Gênero, Arqueologia, Análise do Discurso, Teorias Decoloniais, Teoria *Queer*.

ABSTRACT

In this research, I propose the application of a Critical Discourse Analysis in the articles published in the last 4 decades on the rock art of the Serra da Capivara National Park, mainly those that propose to construct interpretations about gender and sexuality in pre-colonial societies. From a theoretical framework supported by the provocations raised by decolonial feminism and by *queer* theories, I sought to recognize how the devices of sexuality and gender have been elaborated and reproduced in these archaeological discourses. Evidencing the ideological and hegemonic biases naturalized in these narratives, I present other interpretive possibilities that are shown to be counter-hegemonic, breaking with the binary strategy of thinking about sex, gender and sexuality in the pre-colonial past. By going through the paths opened by these discourses, I highlight the effect these archaeological discourses carry and their potential. With this, it was possible to raise questions that seek to understand how these interpretations are being operationalized for the maintenance of gender prejudices and oppressions, based on a strategic binarism that appropriates these pre-colonial cultures to naturalize the structures of contemporary power.

Keywords: Gender, Archaeology, Critical Discourse Analysis, Decolonial Theories, *Queer* Theory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Concepção Tridimensional do discurso. Fonte: FAIRCLOUGH, 2008, p.101.....	99
Figura 2: Registros rupestres classificados como zoomorfos da Tradição Nordeste. Fonte: MARTIN, 2013.	125
Figura 3: Registro Rupestre classificado como emblemático da Tradição Nordeste, denominado de “cena da árvore”, apresentando antropomorfos no entorno de um fitomorfo. Fonte: MARTIN, 2013.	126
Figura 4: Registros rupestres classificados como emblemáticos da Tradição Nordeste: a) costa a costa; b) cena da árvore e c) cerimonial [sic]. Fonte: MARTIN, 2013, p. 239-241.	127
Figura 5: Registros rupestres classificados como da Tradição Agreste. Fonte: MARTIN, 2013, p. 255.	128
Figura 6: Registro Rupestre classificado como da Tradição Geométrica na Toca dos Búzios, Central, BA. Fonte: MARTIN, 2013. Fonte: MARTIN, 2013, p. 288.	129
Figura 7: Gravuras rupestres classificadas como da Tradição Itaquiara. Gravuras da Região do Seridó, RN. Fonte: MARTIN, 2013, p. 288.	130
Figura 8: Registro rupestre classificado como da Tradição Nordeste e sub-tradição Várzea Grande, São Raimundo. Fonte: MARTIN, 2013, p. 259.....	131
Figura 9: Registro rupestre classificado como da Tradição Nordeste e sub-tradição Seridó, Carnaúba dos Dantas, RN. Fonte: MARTIN, 2013, p. 247.....	131
Figura 10: Registro Rupestres classificados como antropomorfos da Tradição Nordeste e Estilo Serra Branca. Fonte: MARTIN, 2013, p. 245	132
Figura 11: Registro Rupestres classificados como antropomorfos da Tradição Nordeste e Estilo Serra da Capivara. MARTIN, 2013, p. 239.....	132
Figura 12: Registro Rupestre apresentado na dissertação de Sousa (2015) para falar sobre prática sexual. Esse mesmo registro é recorrente nas publicações do G2. Fonte: SOUSA, 2014, p. 35.	137
Figura 13: Registro Rupestre apresentado na dissertação de Sousa (2015) para falar sobre prática sexual com participação de animais. Esse mesmo registro é recorrente nas publicações do G2. Fonte: SOUSA, 2014, p. 35.	137
Figura 14: Imagem apresentada por Mattos (2021) com a legenda: “Pintura rupestre com reprodução de cena de zoofilia”. Fonte: JUSTAMAND, 2011.....	138

Figura 15: Publicação com mais 10 mil curtidas em que o pastor Silas Malafaia associa a homossexualidade com a zoofilia e a pedofilia.	141
Figura 16: Imagem adaptada da apresentada no texto. “Exemplos de figuras pintadas da zona da Serra Branca, chamadas de "frente e perfil". A figura masculina aparece representada de frente por vezes com o falo ereto e a feminina de lado ou perfil, esta última tem normalmente dedos abertos e pintados.	145
Figura 17: Imagem apresentada por Justamand, et al, 2021d, com a legenda: “Boqueirão da Pedra Furada. Cena supostamente de sexo entre pessoas com tamanhos disformes ou a representação da pedofilia”	149
Figura 18: Registro apresentado no artigo (G2_A14): “Ritual coletivo de magia e possível transformação dos antropomorfos em biomorfos. Toca do Baixão do Perna III, PNSC, Brasil. Fonte: Gabriel Oliveira, 2017”	151
Figura 19: Cena da transformação de um antropomorfo em biomorfos. Sítio Toca do Barro, PNSC, Brasil. Fonte: Gabriel Oliveira, 2017.	151
Figura 20: Imagem apresentada no artigo (G2_A24) descrita como “uma representação rupestre de zoofilia com a legenda: “Toca de cima do fundo do Baixão da Pedra Furada. Fonte: Gabriel Oliveira (2018)”	151
Figura 21: Imagem apresentada em um artigo dos mesmos autores, mas que não faz parte do corpus de análise da pesquisa. Descrita como “Cena de caça individual: tatu. Sítio Toca de Cima do Fundo do Boqueirão da Pedra Furada. Fonte: Belarmine (2018).”	151
Figura 22: Imagem interpretada por Justamand como: “Cena de corpos humanos relacionando-se com animal. Zoofilia e, provável, homossexualismo.” Fonte: Justamand, 2012.	152

Sumário

Agradecimentos	4
Palavras Iniciais	4
Lista de Ilustrações	11
Introdução	20
1. Colonialidades e provocações decoloniais	29
1.1. Modernidade e colonialidade: movimentos descoloniais	29
1.1.1. Movimento anticolonial	31
1.1.2. Movimento pós-colonial	32
1.1.3. Movimento decolonial	34
1.2. Críticas decoloniais a partir do brasil	37
1.3. Colonialidades	44
1.3.1. Colonialidade do poder	44
1.3.2. Colonialidade do saber	46
1.3.3. Colonialidade do ser	50
1.4. Provocações decoloniais na arqueologia	52
2. Estudos críticos e a arqueologia – convergências para uma abordagem contra hegemônica	57
2.1. Estudos de gênero e feminismos	58
2.2. Colonialidade de gênero e feminismo decolonial	62
2.3. Provocações queer	66
2.4. Ressonâncias feministas, de gênero e queer na arqueologia	76
3. Percurso metodológico – análise de discurso crítica	86
3.1. Análise do discurso na arqueologia	87
3.2. Análise do discurso crítica dialético-relacional	89
3.3. Breve histórico da análise do discurso	91
3.4. Encaminhamentos para aplicação da análise do discurso crítica dialético- relacional	96

3.5.	A constituição do corpus da pesquisa.....	103
4.	Uma análise das produções científicas sobre os registros rupestres do parque nacional serra da capivara	107
4.1.	Categoria textual.....	107
4.2.	Dimensão da prática discursiva	120
4.2.1.	Contexto de produção	120
4.2.2.	Distribuição e consumo textual	134
4.3.	Dimensão da prática social	141
4.3.1.	Sentidos no grupo 1	142
4.3.2.	Sentidos no grupo 2	146
4.3.3.	Contra hegemonia do grupo 3	153
4.3.4.	Fluxos iniciais para uma ecologia de saberes	156
	Considerações Finais	160
	Referências Bibliográficas.....	166
	Anexo	189

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, o objetivo foi realizar uma análise do discurso crítico com base nas representações sociais de gênero construídas nas narrativas científicas sobre os registros rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara (PARNA Serra da Capivara ou PNSC) nos últimos 40 anos. Amparado nos referenciais teóricos do feminismo decolonial e nas teorias queer, busquei reconhecer como os dispositivos de sexualidade e gênero têm sido elaborados e reproduzidos nos discursos arqueológicos. Para tanto, procurei evidenciar os vieses ideológicos e hegemônicos naturalizados por essas narrativas, ao mesmo tempo em que propus outras possibilidades interpretativas que se mostrassem contra-hegemônicas, rompendo com a estratégia binária de pensar sobre sexo, gênero e sexualidade no passado pré-colonial. Ao percorrer os caminhos abertos por essas narrativas, tentei explicitar algumas estratégias de construção de passados em diferentes presentes.

Em termos contextuais, o PNSC foi criado em 5 de junho de 1979, por meio do decreto 83.548, e está localizado no sudeste do Piauí, ocupando uma área de aproximadamente 129.140 ha e um perímetro de 214 km. Distando cerca de 530 km de Teresina, seus domínios abrangem os municípios de Coronel José Dias, Brejo do Piauí, João Costa e São Raimundo Nonato. A região vem sendo pesquisada desde o início da década de 1970 por pesquisadoras da Missão Franco-Brasileira, coordenadas pela arqueóloga Niède Guidon. Historicamente, no ano de 1978, foi realizado um pedido ao Governo Federal para a criação de uma unidade de conservação, visando à preservação dos sítios de arte rupestre, sendo decretada sua criação no ano seguinte. Em 1986, foi criada a Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM, pela equipe de cooperação científica franco-brasileira, para documentar, pesquisar e proteger o patrimônio arqueológico da região. Atualmente, a área arqueológica do PNSC também é alvo de estudos de outros pesquisadores, principalmente ligados às instituições de ensino e pesquisa, como a Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Universidade Federal do Pernambuco – UFPE e Universidade Federal do Piauí - UFPI.

Nessas iniciativas, foram apresentadas evidências que comprovam que a área foi continuamente ocupada desde o Pleistoceno, chegando até a reocupação dos abrigos sob rocha pelos trabalhadores maníobeiros no início do século XX. Em outras palavras, considera-se que a região foi habitada por diferentes grupos culturais ao longo do tempo, abrangendo uma cronologia de aproximadamente 30 mil anos. Essa ocupação foi confirmada por pesquisas realizadas na região, que catalogaram cerca de 1300 sítios arqueológicos, a maioria com grafismos rupestres, constituindo o maior complexo de sítios arqueológicos das Américas

(GUIDON, 2007; MARTIN, 1999; GUIDON, PESSIS & MARTIN, 2009; PESSIS, CISNEIROS & MUTZENBERG, 2018; MOTA & SCHEEL-YBERT, 2019; OLIVEIRA, 2014; ALCÂNTARA, 2009). Em razão disso, o Parque Nacional Serra da Capivara foi declarado Patrimônio Mundial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1991, devido ao seu significativo valor histórico, arqueológico, ambiental e cultural.

As descobertas realizadas no PARNA Serra da Capivara e o reconhecimento da UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade transformaram a região em um importante destino turístico do país, baseado na comunicação e nas experiências imersivas no "berço do Homem Americano". Em 1992, o PNSC foi aberto oficialmente para visitação e, em 1993, foi declarado Patrimônio Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

No que diz respeito aos registros rupestres, desde o início das pesquisas na década de 1970, as arqueólogas Niède Guidon, Anne-Marie Pessis e Gabriela Martin buscaram formas de sistematizar seus estudos nos sítios do PNSC, resultando em classificações preliminares fundamentadas em premissas estruturalistas e histórico-culturais. Inicialmente, com base nas evidências observáveis, os registros foram divididos em duas grandes tradições: Tradição Nordeste e Tradição Agreste. Posteriormente, foi estabelecida uma terceira tradição chamada "Geométrica", composta por "grafismos puros, algumas mãos e pés, figuras humanas e répteis" (GUIDON, 2007, p. 85).

Diante desse contexto, nos primeiros estudos, havia uma abordagem prioritária dos registros rupestres como um sistema visual de comunicação, conforme proposto por Pessis (2003, p. 56), onde os grafismos rupestres permitiriam:

Identificar os modos como se apresentam diferentes culturas e descobrir os temas mais valorizados. [...] Para que exista essa comunicação, deve existir um consenso sobre que posturas, gestos e ritmos fazem parte da identidade do grupo. É uma linguagem não verbal que permite compreender-se, avaliar-se, posicionar-se no contexto e, em síntese, reconhecer-se (PESSIS, 2003, p. 68).

Em conformidade com essa percepção de identidade, os estudos foram conduzidos com base em investigações que buscavam identificar padrões de semelhanças e diferenças que pudessem indicar atribuições de autoria a um determinado grupo. Os resultados dessas investigações eram interpretados em termos de difusão de ideias a partir da dispersão dos grupos humanos. Nesses estudos, é frequentemente apontado que a indicação do sexo biológico está relacionada a manifestações sociais em que a distinção entre homem/mulher é considerada "necessária". Portanto, as representações femininas são retratadas com uma vagina externa, em

cenas de cópula ou associadas ao processo de gravidez (PESSIS, 2005, p. 20), enquanto as representações masculinas, identificadas nos registros pela presença do falo, são encontradas em pinturas com temas interpretados como cópula, rituais, caça, agressão, entre outros, e na maioria das vezes o órgão é representado em tamanho desproporcional ao corpo, sendo conhecido como itifálico (VIDAL, 1996).

Seguindo as abordagens iniciais desses estudos, a partir dos anos 2000, foram realizadas pesquisas que propuseram interpretações sobre gênero e sexualidade nas sociedades pré-coloniais com base nos registros rupestres do PNSC, envolvendo outras instituições, pesquisadores e conhecimentos. Diante desse contexto e à luz dessas perspectivas decoloniais e de outras teorias críticas aos padrões eurocêntricos, busquei sistematizar, com base nas abordagens metodológicas da Análise do Discurso Crítica, algumas respostas para as seguintes perguntas: quais são as principais formas de representação social de gênero evocadas nos discursos arqueológicos produzidos sobre os registros rupestres do PNSC? Quais são os contextos de produção, distribuição e consumo desses discursos arqueológicos? Quais vieses hegemônicos e ideológicos estão sendo reproduzidos nesses discursos? Qual é a capacidade desses discursos de enfrentar e perpetuar preconceitos e opressões estabelecidos pela colonialidade e consolidados pelo pacto colonial?

Diante dessas questões, inicialmente, encontro inspiração nas propostas defendidas por Butler (2021) no campo da teoria Queer, que afirmam que o gênero é uma construção social não universal. Nessa mesma linha, faço referência às pesquisas de Margaret Mead (2000), que evidenciam como a masculinidade e a feminilidade são construções culturais. Destaco também o trabalho de Marilyn Strathern (1998), que demonstra como entre os povos Melanésios a identidade de gênero não é determinada pelo sexo biológico, podendo ser resignificada de acordo com as atividades desempenhadas.

A pesquisadora brasileira Guacira Louro (1997) apresenta algumas proposições sobre a problemática das dicotomias da sexualidade e da identidade de gênero presentes nas ciências sociais, que são responsáveis pela construção e reprodução das desigualdades entre os indivíduos. A autora baseou-se nas discussões do filósofo franco-magrebino Jacques Derrida (1978), o primeiro a propor que o pensamento dicotômico é resultado da "modernidade", destacando a necessidade de romper com essas dicotomias.

A historiadora norte-americana Joan Scott (1986) argumenta sobre a compreensão do homem e da mulher como dois polos opostos que, conseqüentemente, reforçam as normas de dominação masculina e submissão feminina. Em sua contemporaneidade, a semióloga italiana Teresa Laurentis (1986) chama a atenção para a interseccionalidade, que vai além da crítica da

dicotomia homem x mulher, uma reflexão também levantada por Lélia Gonzalez (1983). Embora não utilize o termo "interseccionalidade", a autora discute uma proposta que relaciona raça, classe e gênero. Em outras palavras, os estudos baseados no universalismo binário são violentos, pois além de produzirem hierarquias de poder sobre os corpos, reiteram uma normatização do modelo de sociedade colonial.

A importância das discussões que abordam questões de gênero e sexualidade vem sendo incentivada no âmbito da Arqueologia. As arqueólogas Margareth Conkey e Janet Spector problematizam o fato de os estudos arqueológicos se basearem em um discurso masculinista para tentar reconstruir o cotidiano pré-colonial, no qual o homem é retratado como o caçador, responsável pelas atividades mais importantes de subsistência, enquanto as mulheres estão sempre associadas a um contexto secundário e "menos importante" (CONKEY & SPECTOR, 1984, p. 04). Por sua vez, as teorias queer vão além, propondo o abandono de categorias de identidade para pensar em realidades que vão além da binaridade de sexo e gênero. No entanto, esse quadro nos lembra dos riscos de os estudos de registros rupestres, assim como de outras formas de cultura material, naturalizarem a perspectiva androcêntrica na construção da disciplina arqueológica. Para a arqueóloga espanhola María Cruz Berrocal (2009), há uma certa conscientização sobre os estudos de gênero no campo da arqueologia, resultado de uma mudança geral de atitude na sociedade, influenciada pelos avanços dos estudos feministas (BERROCAL, 2009, p. 27).

No contexto brasileiro, embora não seja um tema recorrente como gostaríamos, a variável de gênero já faz parte da realidade da prática arqueológica. A crítica feminista e queer na prática arqueológica ganhou destaque em um dossiê organizado pela arqueóloga Loredana Ribeiro em 2017. Publicado na Revista da Sociedade Brasileira – SAB¹, O "Dossiê Arqueologia e Crítica Feminista no Brasil" reúne 15 trabalhos que abordam diferentes perspectivas sobre a aplicação da crítica feminista em pesquisas arqueológicas. Segundo a autora, todos esses trabalhos partem de um pressuposto comum, que é a necessidade de teorias e reflexões mais inclusivas, generosas e simétricas, capazes de promover mudanças reais nas ciências e refletir nas transformações da vida social (RIBEIRO, 2017, p. 5). A autora do dossiê destaca a importância de inserir revisões bibliográficas que critiquem o patriarcado e o racismo estrutural que prevalecem no campo da arqueologia brasileira.

¹ “A Revista de Arqueologia da SAB vêm sendo publicada desde 1983. Trata-se de um periódico gratuito produzida pela Sociedade de Arqueologia Brasileira, o qual visa incentivar o debate e a socialização do conhecimento científico sobre o patrimônio arqueológico brasileiro.” **Disponível em:** <https://revista.sabnet.org/index.php/sab/about> **Acesso em:** 22 de julho de 2022.

Esses estudos chamam a atenção para as possibilidades de os dados arqueológicos serem utilizados para manter narrativas arqueológicas sexistas, que excluem qualquer forma de vida que não se encaixe no padrão considerado como norma pelas sociedades ocidentais/ocidentalizadas, impondo-se sobre povos em posição de subalternidade.

Nesse sentido, é indispensável mencionar o colonialismo e a colonialidade, a fim de explicar seus vieses na construção de nossas visões de mundo, incluindo as perspectivas sobre o passado, gênero e sexualidade, com o objetivo de propor um feminismo decolonial. Segundo Quijano (2007, p. 93), o colonialismo corresponde especificamente à estrutura de dominação e exploração, em que o controle político dos recursos de produção e do trabalho de uma determinada população é exercido por outra nação, como nos processos de colonização de Portugal sobre o Brasil, da Espanha sobre os países da América Latina e da colonização do continente africano pelos países europeus. Já a colonialidade refere-se ao fenômeno de continuidade dessas estruturas de dominação/exploração, que persistiram mesmo após a independência. A colonialidade, como expressão de exploração, incorpora outras estruturas de dominação para sua manutenção, como o racismo e o patriarcado, que se retroalimentam para legitimar a estrutura de poder capitalista moderna e eurocêntrica. Para o semiólogo argentino Walter Mignolo (2004), enquanto o "colonialismo" pode ser considerado uma relíquia do passado, a "colonialidade" está muito presente (MIGNOLO, 2004, p. 668).

De acordo com a filósofa argentina, María Lugones (2008), o gênero é uma categoria da colonialidade, ou seja, a terminologia ocidental de gênero é uma criação da colonização que foi mantida pela colonialidade. Essa definição de gênero é binária, estabelecendo uma oposição entre "homem" e "mulher" e resultando no apagamento, controle e criminalização de outras expressões de gênero consideradas "dissidentes". Lugones (2014) problematiza a forma como a modernidade estabelece o mundo ontologicamente em categorias homogêneas, separáveis e atômicas, negligenciando a interseção entre raça, classe, sexualidade e gênero, que não são contempladas por essa modernidade colonial. Diante dessas reflexões, ela propõe um feminismo decolonial, um movimento de desconstrução que se alinha com as propostas das teorias Queer.

Inspirado por esses referenciais, o objetivo geral da pesquisa é analisar os discursos científicos produzidos sobre os registros rupestres na região do PARNA Serra da Capivara, a fim de identificar as representações sociais de gênero construídas e reproduzidas nesses estudos. Dessa forma, busca-se problematizar as tentativas de atribuir gênero, sexo e sexualidade aos registros rupestres, explorando os fluxos abertos por esses discursos em diferentes contextos, na interface entre a crítica decolonial, as teorias Queer e a Análise Crítica do Discurso.

De forma específica, procurei concretizar os seguintes objetivos:

I) Evidenciar e descrever quais elementos temáticos dos registros rupestres são selecionados para atribuir características de gênero aos antropomorfos representados, utilizando para isso as estruturas linguísticas textuais (vocabulário e gramática);

II) Examinar sob quais condições de reprodução discursiva as representações sociais de gênero, sexo e sexualidade estão presentes, ou seja, ao considerar os processos de produção, distribuição e consumo dos textos, identificar quais discursos estão sendo considerados e reproduzidos? e

III) Investigar as bases ideológicas e hegemônicas que sustentam tais discursos e propor estratégias de contra-hegemonia que possam combater as diversas formas de violência perpetuadas pelos discursos arqueológicos.

Nesta pesquisa, as teorias subalternas da crítica colonial e Queer foram articuladas para contestar as inferências construídas a partir de uma epistemologia ocidental em relação a um universo pré-colonial, utilizando os registros rupestres como uma "crônica" de uma realidade ancestral em contraste com a modernidade colonial. Esses referenciais teóricos permitem criticar o pressuposto de identidades normativas presentes nas pesquisas sobre os registros rupestres, que são compreendidos por meio de uma leitura binária, na qual o gênero é equiparado ao sexo e o sexo é representado por signos interpretados pela ordem colonial. É importante ressaltar que não se pretende sugerir uma "identidade *queer*" para esse contexto pré-colonial, **uma vez que *queer* não é uma identidade**. Utilizando a abordagem *Queer* como uma análise, propõe-se que as noções de gênero e sexualidade são construções sociais e historicamente situadas.

Nessa conjuntura, considerando esse quadro teórico, como forma de investigar os discursos arqueológicos produzidos sobre sexo, me apropriei da Análise de Discurso Crítica (ADC), através da aplicação do modelo tridimensional desenvolvido pelo linguista britânico Norman Fairclough (2001). A ADC, como teoria e método, tem uma forte conexão com os estudos do filósofo francês Michel Foucault (1970), que considera o discurso como um elemento coercitivo, ou seja, toda a realidade que conhecemos é construída por meio do discurso.

É importante compreender que toda produção de conhecimento é influenciada por conceitos prévios, ou seja, por uma série de "preconceitos" que fazem parte do universo daqueles que participam desse processo, consciente ou inconscientemente. No campo da arqueologia e, mais especificamente, nos estudos sobre registros rupestres, esses vieses podem induzir interpretações na leitura dos signos, promovendo a disseminação e normatização de padrões de comportamento, princípios e valores hegemônicos. Esses preconceitos são responsáveis pelo silenciamento e apagamento das alteridades das populações não europeias (HARAWAY, 1995;

QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2005). Nesse sentido, é relevante destacar uma das célebres citações atribuídas a Paulo Freire (1921-1997) que orienta esta pesquisa: "Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?"

Essa suposta neutralidade ou imparcialidade da ciência também é debatida por Donna Haraway (1995) ao desenvolver o conceito de "saberes localizados". Para Haraway, essa neutralidade é válida apenas no contexto dos discursos privilegiados, ou seja, aqueles discursos hegemônicos que funcionam como "alegoria das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente" (HARAWAY, 1995, p. 21). Esses discursos universalistas permitem a exclusão da dimensão dos corpos e das experiências não normativas, uma vez que são predominantemente produzidos por homens brancos em seus espaços de poder. Portanto, falar em neutralidade da ciência é incompatível com a produção de conhecimento socialmente configurado.

Como ponto de partida para essa crítica, os estudos decoloniais e queer abordam questões relacionadas às desigualdades sociais baseadas em hierarquias de gênero, sexo, classe, raça, entre outras. São estudos ativistas e politicamente engajados. Nesse sentido, as proposições de imparcialidade acabam por anular as pessoas que produzem esses discursos. Portanto, dentro das perspectivas críticas mencionadas, reivindica-se a responsabilidade de autoria pelo que está sendo produzido. O movimento constitui proposta de uma "ciência sucessora"², sustentada na multiplicidade radical dos saberes localizados, que são capazes de transcender a ideia de neutralidade nas ciências, os "saberes localizados", segundo Haraway, defendem a importância da responsabilidade na construção desses saberes, no sentido de que uma teoria precisa existir para ser utilizada. A autora afirma que "alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia" (HARAWAY, 1995, p. 23).

Considerando a provocação de que os discursos são expressões de saberes localizados, busquei apropriar-me da Análise de Discurso Crítica (ADC), percebendo-a como um método capaz de "investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída e legitimada pelo uso do discurso" (WODAK, 2004, p. 225). Especificamente, abordarei o

² As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm. Nas categorias filosóficas tradicionais, talvez a questão seja ética e política mais do que epistemológica. (HARAWAY, 1995, p. 15).

método Dialético-Relacional da ADC, utilizando o modelo tridimensional de Fairclough (2001) como abordagem teórico-metodológica para responder às questões centrais desta pesquisa.

A ADC, conforme a linguista brasileira Izabel Magalhães (2011), estuda a linguagem como prática social, desenvolvendo um estudo engajado para investigar transformações na vida social contemporânea. Seguindo as concepções de Fairclough, é possível analisar as representações sociais de gênero nos registros rupestres por meio do modelo tridimensional de análise do discurso, considerando: I) texto - elementos formais e estruturais; II) prática discursiva - correspondente aos mecanismos de produção, distribuição e consumo dos textos; e III) prática social - fatores relacionados à ideologia e hegemonia. Essas três esferas de interação concebem uma relação dialética entre sociedade e discurso, em que ambas se modificam e são modificadas pela estrutura social. O objetivo dessa abordagem, de acordo com Melo e Andrade (2010), é estabelecer uma teoria linguística que forneça dados relevantes para as pesquisas sociais na área das Ciências Sociais.

No processo de mapear os efeitos e os caminhos percorridos por esses discursos, fui instigado pela proposta de ecologia material do antropólogo britânico Tim Ingold (2012a). Ingold (2012b) critica o modelo hilemórfico de Aristóteles e sugere que ele seja substituído por uma reflexão que priorize os "processos de formação em vez do produto final e os fluxos e transformações dos materiais em vez dos estados da matéria" (INGOLD, 2012b, p. 25). Em seus argumentos, o autor propõe que habitamos um mundo composto por coisas e não por objetos, e, nesse caso, "coisa" é utilizada como metáfora para um "aglomerado de fios vitais". Esses fios se conectam para formar um emaranhado de coisas e "deixam rastros e são capturados por outros fios em outros nós" (INGOLD, 2012b, p. 29). A partir dessa compreensão das linhas que se conectam, pretendo seguir os rastros das "coisas" arqueológicas - no caso, os registros rupestres - por meio das conexões presentes nos discursos reproduzidos e reelaborados em diferentes áreas de conhecimento que se entrelaçam aos estudos dos registros rupestres do PNSC.

No trânsito por essa ecologia material, certamente me movimentarei por uma ecologia dos saberes (OTAVIANO, 2019; CABRAL, 2014; BEZERRA, 2013 e 2017; RIBEIRO et al., 2017; HARTMANN, 2019b; ANZINE, 2021). Desse modo, por meio de leituras etnográficas e etnoarqueológicas, a pesquisa me possibilitou explorar outras narrativas potenciais e perspectivas de mundo, que me instigam a questionar as abordagens arqueológicas tradicionais. Resumidamente, em consonância com as abordagens decoloniais, em especial o feminismo decolonial, as teorias *Queer* e a ADC, busquei experimentar tentativas de desestabilizar as estruturas patriarcais e europeias, nas quais o dimorfismo sexual e o binarismo de gênero são taxonomias socialmente construídas que beneficiam a figura masculina e suas masculinidades.

Nesse percurso reflexivo, esta dissertação será estruturada em quatro partes:

O primeiro capítulo, intitulado "**Colonialidades e Provocações Decoloniais**", será dedicado à apresentação do quadro teórico que fundamenta algumas das teorias decoloniais, fornecendo uma contextualização histórica dos estudos e destacando como essas discussões têm sido aplicadas na pesquisa arqueológica. O objetivo do capítulo é situar historicamente os estudos decoloniais, demonstrando suas origens e a importância dessa construção de pensamento para a desconstrução e o avanço dos estudos sobre o período pré-colonial, baseados em uma crítica à modernidade/colonialidade hegemônica.

O segundo capítulo, intitulado "**Estudos Críticos e a Arqueologia - Convergências para uma abordagem contra-hegemônica**", contextualizará algumas provocações levantadas pelos estudos feministas, de gênero e pelas teorias *Queer*, em diálogo com a perspectiva decolonial, a fim de problematizar os discursos arqueológicos construídos sob a matriz binária de sexo/gênero. Além disso, este capítulo também destacará a presença androcêntrica nos discursos arqueológicos e proporá outras possibilidades de interpretação que sejam mais inclusivas e simétricas.

O terceiro capítulo, intitulado "**Percurso Metodológico**", estabelecerá os parâmetros metodológicos da pesquisa, que se baseia nos postulados da Análise de Discurso Crítica, voltada para os estudos críticos da linguagem como prática social. Será apresentada a abordagem Dialético-Relacional de Fairclough (2008) e seu modelo tridimensional como forma de evidenciar o que está oculto nos discursos arqueológicos e o que está naturalizado e, portanto, não é imediatamente percebido.

O quarto capítulo, intitulado "**Uma Análise das Produções Científicas sobre os Registros Rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara**", será dedicado à análise do *corpus* gerado, seguindo os passos metodológicos estabelecidos para este estudo, a fim de responder ao problema e aos objetivos propostos. Nas considerações finais, serão apresentados os fluxos identificados entre os discursos, bem como as contribuições proporcionadas por esta pesquisa. Vale ressaltar que este capítulo também apresentará propostas de divulgação da pesquisa e recomendações sobre as limitações e possibilidades abertas para a continuidade dos estudos.

É com essa questão em mente que pretendo contribuir para a produção do conhecimento arqueológico na região do PNSC, ao propor uma análise crítica dos discursos produzidos sobre os registros rupestres, com o objetivo de refletir sobre sexo, gênero e sexualidade.

1. COLONIALIDADES E PROVOCAÇÕES DECOLONIAIS

As pressões que o colonizador impôs sobre as diversas formas da sexualidade que encontrou no império foram registradas pelo trabalho de Giuseppe Campuzano vasculhando crônicas e documentos do século XVI e XVII (Campuzano, 2006, 2009 a, 2009 b). Nelas se constata a pressão exercida pelas normas e as ameaças punitivas introduzidas com o objetivo de fixar as práticas na matriz heterossexual binária do conquistador, que impõe noções de pecado estranhas ao mundo aqui encontrado e propaga seu olhar pornográfico. Isto nos permite concluir que muitos dos preconceitos morais hoje percebidos como próprios do “costume” ou da “tradição”, aqueles que o instrumental dos direitos humanos tenta combater, são em realidade preconceitos, costumes, tradições modernas, isto é, oriundos do padrão criado pela colonial/modernidade (SEGATO, 2012, p. 126).

O padrão comportamental da sociedade ocidental contemporânea reflete a persistência do pensamento colonial, conhecido como colonialidade, que perpetua desigualdades e opressões sociais, como o racismo e o machismo. Essas formas de opressão são responsáveis por diversas outras violências e exclusões, como a LGBTfobia e a intolerância religiosa, entre outras. Essas extensões do pensamento colonial continuam operando de maneira cultural, estrutural e institucionalizada. As teorias pós-coloniais e decoloniais oferecem uma nova perspectiva para compreender o mundo, ao desconstruir os modelos naturalizados pela matriz colonial do poder (MIGNOLO, 2014, p. 7).

Esse debate em torno da perspectiva decolonial é importante não apenas para os estudos dos registros rupestres, mas também para o desenvolvimento da arqueologia e, por consequência, para discutir as persistentes desigualdades nas ciências sociais.

Neste capítulo, irei apresentar de forma geral a história e as premissas relacionadas à construção plural do pensamento decolonial, destacando sua relevância em alguns estudos arqueológicos mais recentes. Meu objetivo, além de explicitar as ferramentas teóricas que me permitiram refletir sobre os discursos dos registros rupestres, é problematizar a ideia de conhecimento universal. Nesse sentido, tanto as perspectivas decoloniais quanto as teorias *Queer*, que serão abordadas mais adiante, fornecem-me recursos para questionar os processos de produção de conhecimento sobre gênero.

1.1. MODERNIDADE E COLONIALIDADE: MOVIMENTOS DESCOLONIAIS

Começo essa tentativa de esboço histórico a partir das provocações do filósofo argentino, exilado no México desde 1975, Enrique Dussel (1993), e sua tese central sobre o “mito da modernidade”. O autor estabeleceu o ano de 1492 como o “nascimento” da Modernidade, momento em que a Europa impulsiona seu contato com o “outro” não europeu e passou, desde

então, a controlá-los, vencê-los e violentá-los, autoproclamando-se como os descobridores, conquistadores e colonizadores da alteridade, pilares da modernidade (DUSSEL, 1993, p. 8).

Dussel (2000) propõe dois paradigmas interpretativos para a modernidade: um eurocêntrico e outro global. O paradigma eurocêntrico parte de uma visão onde a modernidade é um fenômeno natural europeu, iniciado a partir da Idade Média e transmitido para as outras partes do globo, colocando a Europa como detentora de uma racionalidade superior ao resto do mundo (DUSSEL, 2000, p. 51). Em contrapartida, o paradigma global idealiza, por meio de um horizonte mundial, que a modernidade europeia não é um sistema independente autopoietico e autoreferente, mas apenas uma parte central de um "sistema mundo", e essa centralidade não diz respeito a uma superioridade acumulada desde a Idade Média, mas sim resultado do processo de "descobrimento, conquista, colonização e integração da Ameríndia que dará a Europa vantagem comparativa determinante sobre o mundo." (DUSSEL, 2000, p. 52) A análise de Dussel explicita como os países europeus se beneficiaram do mito da modernidade e sua autoconcepção de superioridade civilizatória, constituindo justificativa legítima para a expansão marítima iniciada no início do século XV, que vai resultar nas invasões, na dominação e exploração de outros povos, considerados pelos "conquistadores" europeus como menos desenvolvidos.

Nesse sentido, o colonialismo é a estrutura de dominação e de exploração que funda a modernidade, onde o controle político dos recursos de produção e do trabalho de uma determinada população é desempenhado por outra nação. Por sua vez, a colonialidade se refere ao fenômeno de continuação dessas estruturas de dominação/exploração, que se mantiveram mesmo após a independência jurídica. Os debates acerca de como as colonialidades são responsáveis pela manutenção de várias formas de violências e opressões são articulados por lutas intelectuais e políticas organizadas a partir de países que sofreram com o regime colonial (DUSSEL, 2000; BALLESTRIN, 2013; GROSGOUEL, 2008).

Na conjuntura, posso situar os movimentos anticoloniais, pós-coloniais, descoloniais, decoloniais e contra-coloniais, classificando-os a partir de seus contextos historicamente situados, que vão refletir diferentes etapas de um pensamento social que muitas vezes convergem. Aqui, tentarei organizar os termos para um melhor entendimento, principalmente para aqueles que não estão familiarizados com tais discussões, possam compreender as micro (ou macro) distinções que os caracterizam.

O termo "descolonial", embora frequentemente utilizado como sinônimo de "decolonial", refere-se ao processo de descolonização e está relacionado ao tempo histórico da colonização, sendo uma forma de oposição econômica, cultural e subjetiva ao colonialismo. Pode ser utilizado como um termo abrangente que engloba todos os outros movimentos mencionados

anteriormente. Na bibliografia, é comum encontrarmos autores como Frantz Fanon (1952), Aimé Césaire (1952), Hommi Bhabha (1994), Gayatri Spivak (2010), Edward Said (1978), Kwame Nkrumah (1966), Amílcar Cabral (2016) e outros sendo mencionados como descoloniais, embora nenhum deles reivindique esse título. Isso ocorre porque o termo surgiu posteriormente às produções intelectuais desses pesquisadores, e até mesmo após a morte de alguns deles, como é o caso de Fanon.

Neste estudo, optei por utilizar o termo "decolonial", principalmente para situar o contexto da pesquisa a partir da América Latina, como explicarei mais adiante. No entanto, entendo que todos esses movimentos - anticolonial, pós-colonial, descolonial, decolonial e contra-colonial - possuem um propósito comum, que é a rejeição das normativas impostas por meio das explorações e opressões da colonização. Não estou afirmando que sejam sinônimos ou reduzindo-os a uma mera distinção de prefixo. Reconheço que certas características desses movimentos possuem relevância anacrônica, uma vez que muitos dos pesquisadores associados a eles não se limitam a uma única categoria, exceto aqueles que se afirmam como descoloniais. Na minha perspectiva, essas reivindicações são questões relevantes apenas para os pesquisadores contemporâneos que tentam situar alguns desses autores dentro de um panorama teórico mais amplo.

Ao situá-los historicamente, os movimentos descoloniais emergem como um conjunto de ideias e teorias que analisam os efeitos culturais, políticos, artísticos e acadêmicos resultantes dos processos de colonização, inicialmente na África e na Ásia, e posteriormente nos países da América Latina. Esses movimentos se organizam com o objetivo de romper com a noção ocidental de modernidade, ganhando força especialmente por meio dos movimentos políticos surgidos nas diversas colônias, que passam a questionar o domínio exercido pelas metrópoles europeias.

1.1.1. Movimento Anticolonial

Esta é a grande reprovação que eu faço ao pseudo-humanismo: haver socavado por muito tempo os direitos do **homem**³; tido deles, e ainda ter, uma concepção estreita e dividida, incompleta e parcial; e no final das contas, sordidamente racista. (CÉSAIRE, 2020, p. 18)

As premissas do movimento anticolonial podem ser observadas a partir da publicação do livro "Discurso sobre o Colonialismo" de Aimé Césaire, em 1950, que marca o surgimento de

³ Nas minhas leituras pude perceber, que ainda que esses intelectuais estivessem engajados em combater opressões como o racismo, o sujeito racializado tanto para Césaire, quanto para Fanon é o sujeito masculino o "homem".

uma perspectiva denominada anticolonial. Naquela época, as potências europeias, principalmente a Inglaterra e a França, enfrentavam crises políticas e econômicas, em grande parte devido aos conflitos da Segunda Guerra Mundial, o que impulsionou os movimentos pela independência dos países africanos. Esse movimento anticolonial se fundamentava na metodologia marxista e é frequentemente mencionado na bibliografia como marxismo anticolonial, estando intimamente ligado aos intelectuais antirracistas. Entre os principais representantes das lutas pela independência dos países africanos, destacam-se Aimé Césaire, uma das figuras proeminentes do pensamento anticolonial, que influenciou outros intelectuais africanos, como o camaronês Achille Mbembe (2018) e seu conterrâneo da Martinica, o igualmente brilhante Frantz Fanon (1952).

Nesse contexto, o movimento anticolonial e suas perspectivas críticas, relacionadas aos processos de produção de conhecimento e às questões de poder e aos efeitos da colonização, destacados por Césaire, Fanon e Cabral, influenciaram outros intelectuais do sul asiático na década de 1980 a formarem o Grupo de Estudos Subalternos Sul-Asiático (Subaltern Studies Group - SSG).

1.1.2. Movimento Pós-Colonial

O movimento nomeado como pós-colonial apresenta como principais referências os pesquisadores indianos Ranajit Guha (1983⁴), Homi K. Bhabha (1994⁵), Gayatri Spivak (2010⁶) e o palestino Edward W. Said (1978⁷). Os quatro pesquisadores, juntamente com outros acadêmicos, compõem o SSG, cujo objetivo era reescrever a historiografia asiática de maneira

⁴ “Las Voces De La Historia Y Otros Estudios Subalternos” (As Vozes da História e Outros Estudos Subalternos) publicado originalmente em 1983, o livro tem o duplo propósito que é recontar a história dos povos colonizados, contestando as diretrizes supostamente universais estabelecidas pelo academicismo europeu, reconhecendo o protagonismo dos grupos sociais subalternos. Sua crítica ao colonialismo transformou sua obra reconhecida mundialmente.

⁵ Em um dos seus livros mais importantes sobre o tema, “The Location of Culture (O Local da Cultura)” publicado em 1994, o autor apresenta uma série de ensaios interdisciplinares, onde ele vai discutir as razões pela qual a cultura da modernidade ocidental deve se distanciar da perspectiva pós-colonial.

⁶ O ensaio original “Can the Subaltern Speak? (Pode o Subalterno Falar?)” de 1985 recebeu o subtítulo “Especulações sobre o sacrifício das viúvas” em referência ao “*sati*”, ritual de suicídio das viúvas na pira funerária de seus esposos. O texto transformou a análise do colonialismo ao afirmar a relevância contemporânea do marxismo ao usar métodos desconstrucionistas para explorar a divisão internacional do trabalho e a “mundialização” do mundo pelo capitalismo. O ensaio de Spivak teve grande repercussão por fazer duras críticas aos intelectuais ocidentais e também por trazer uma autocritica ao seu grupo de estudos subalternos indianos.

⁷ Seu livro “Orientalism” (Orientalismo) publicado originalmente em 1978, com tradução no Brasil publicada em 1990 pela Companhia das Letras, é considerada a obra que inaugura a corrente teórica pós-colonial no continente asiático. Uma dica que dialoga com a temática do livro de Edward Said é o documentário “**Filmes Ruins, Árabes Malvados - como Hollywood vilificou um povo**” de 2007, dirigido por Sut Jhally e que está disponível no YouTube (legendado). O documentário é uma adaptação do livro homônimo de Jack Shaheen e evidencia como o cinema hollywoodiano construiu uma imagem dos árabes como vilões

crítica e responsável, desconstruindo as narrativas do “orientalismo”⁸, construídas ao longo de séculos de colonização (BAHBHA, 1994; SPIVAK, 2010; SAID, 1978; GUHA, 1983)

Nesse contexto, é fundamental destacar que o termo "subalterno" é utilizado para se referir a qualquer sujeito subordinado "em termos de classe, casta, idade, sexo, profissão ou qualquer outra forma" (Mallon, 2010, p. 155). O SSG defendia a ideia de que todos os aspectos da vida subalterna - históricos, sociais, culturais, políticos ou econômicos - eram relevantes para o esforço de recuperar suas contribuições para a história da Índia. No entanto, o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2006) argumenta que o SSG não representou uma tentativa de crítica e descolonização, pois os estudos eram baseados nos sujeitos subalternos e não a partir deles, o que acabou por reduzir os sujeitos subalternos a meras cópias dos intelectuais estadunidenses e europeus.

Sobre isso, a teórica literária indiana Gayatri Spivak, em seu livro "Pode o subalterno falar?", de 1998, constrói uma crítica ao próprio SSG, do qual faz parte, ao evidenciar o etnocentrismo presente nos discursos de Foucault, Deleuze e Derrida, três importantes referências para os estudos pós-coloniais. Segundo Spivak (2010), os três autores franceses discutem a representação e o sujeito a partir da relação com o outro subalterno, porém acabam por "reproduzir estruturas de poder e opressão, mantendo o subalterno silenciado, sem oferecer-lhe uma posição, um espaço onde possa falar e, principalmente, ser ouvido" (Spivak, 2010, p. 14). Mesmo que esses autores estejam falando sobre classes subalternas, elas não se equiparam às classes dos países colonizados.

Nesse sentido, Spivak (1998) também critica o trabalho desenvolvido por Antonio Gramsci, ao essencializar o subalterno como uma classe homogênea do proletariado, uma vez que, para a autora, o sujeito subalterno é "irredutivelmente heterogêneo" (Spivak, 2010, p. 13) e a autonomia organizacional desses grupos depende da divisão internacional do trabalho. A autora levanta questionamentos críticos sobre o "falar por" e "re-apresentar", refletindo sobre como o outro é percebido, como se este outro não fosse um sujeito de fala, apenas de visibilidade. Suas reflexões desafiam nossa prática política e acadêmica e até mesmo a forma como lidamos com as desigualdades presentes em nossa sociedade.

8 O orientalismo que Edward Said aborda é um discurso, é o modo de abordar o Oriente que tem como fundamento esse lugar “especial” do Oriente na experiência ocidental europeia. Assim, o processo histórico desenvolvido pelo autor no decorrer da obra aponta como o Oriente, berço das primeiras civilizações conhecidas, primeiras línguas e de conhecimentos tão preciosos para a dominação ocidental, como a matemática, é criado como um rival cultural e a imagem mais profunda da relação com o Outro (SAID, 2008. p. 18). O Oriente, no Orientalismo, nada mais é que parte integrante da cultura material europeia e de sua civilização (BATALHA, 2017, p. 178).

Assim, a leitura do trabalho de Spivak (1998) me faz repensar o lugar de quem está produzindo os discursos científicos, onde estão sendo elaborados e quem está sendo beneficiado por eles. Se estamos falando de mulheres, pessoas LGBTQIA+, negros, indígenas, pobres, trabalhadores, imigrantes, o nosso papel não é somente dar visibilidade, ou voz. Nossa responsabilidade, enquanto produtores de conhecimento, é reconhecer e fazer ressoar as condições naturalizadas de violências e de opressões nas quais estes sujeitos estão submetidos até hoje. Assim, na minha condição de sujeito subalternizado branco, é acessível me tornar visível e falar, pois existe uma estrutura que me permite. Por outro lado, o sujeito subalternizado racializado, além de tentar se tornar visível, tem que lutar para sobreviver, e se tentar falar é atacado, reprimido ou morto, a exemplo do que aconteceu com a vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco⁹, em março de 2018. Aqui vale ressaltar a importância da crítica apontada por Lélia Gonzales (1983), Teresa Laurentis (1986) e Kimberlé Crenshaw (1989) sobre interseccionalidade, ao pensar sexualidade, gênero, raça e classe social como componentes distintos nas formas de opressão e exploração, que podem ser naturalizadas inclusive nos discursos científicos que construímos para representar e explicar o mundo.

1.1.3. Movimento Decolonial

O Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos (GLES) foi inicialmente formado em 1992 por críticos como John Beverly, Robert Carr, Jose Rabasa, Ileana Rodriguez e Javier Sanjines, influenciados pelo Grupo de Estudos Subalternos do Sul da Ásia. A partir dessa formação, o grupo passou a dar uma relevância crítica às narrativas históricas dos sujeitos subalternizados nos países colonizados, levantando reflexões sobre as diversas dimensões e efeitos do processo colonial, tanto na esfera subjetiva quanto epistêmica, com o objetivo de incluir a América Latina nos estudos sobre o colonialismo e descolonização (BALLESTRIN, 2013).

No entanto, Mignolo (1998) começou a questionar a presença de estudiosos não latinos nos estudos subalternos, uma vez que as epistemologias utilizadas eram de autores europeus, o que contradizia o propósito central do GLES de romper com o pensamento hegemônico eurocêntrico (MIGNOLO, 1998). A esse respeito, Grosfoguel (2008) afirma que essa questão foi um dos motivos para a dissolução do grupo, uma vez que a descolonização do pensamento exigia a presença de intelectuais do Sul Global, capazes de criar conhecimento a partir de suas experiências subalternizadas. No entanto, como diagnosticado, tanto o Grupo de Estudos

⁹ Disponível em: <https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle> Acesso em: 14 de setembro de 2022.

Subalternos Sul-Asiático quanto o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos não conseguiram romper completamente com as influências dos estudos culturais sem a utilização de autores europeus, embora tenham contribuído significativamente para a crítica ao eurocentrismo. Nas palavras de Grosfoguel (2008):

Entre os muitos motivos e debates que causaram essa desagregação, existem dois que gostaria de salientar. Os membros do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos eram, na maioria, acadêmicos latino-americanistas a viver nos EUA. Apesar de terem tentado produzir um conhecimento alternativo e radical, eles reproduziram o esquema epistêmico dos Estudos Regionais nos Estados Unidos. Salvo raras exceções, optaram por fazer estudos sobre a perspectiva subalterna, em vez de os produzir com essa perspectiva e a partir dela. À semelhança da imperial epistemologia dos Estudos Regionais, a teoria permaneceu sediada no Norte, enquanto os sujeitos a estudar se encontram no Sul. Esta epistemologia colonial foi determinante para o meu descontentamento com o projeto. Sendo eu um latino a viver nos Estados Unidos, fiquei descontente com as consequências epistêmicas do conhecimento produzido por esse grupo latino-americanista. Os seus membros subestimaram, na sua obra, as perspectivas étnico-raciais oriundas da região, dando preferência sobretudo a pensadores ocidentais (GROSFOGUEL, 2008, p. 116).

Porém, ainda em 1998, diante das duras críticas direcionadas ao GLES, que resultaram em sua dissolução, outros pesquisadores começaram a articular a estruturação de um novo grupo: o Grupo Modernidade/Colonialidade – GM/C. Esse coletivo surgiu a partir de um encontro realizado na Universidade Central da Venezuela, em 1998, que reuniu Edgardo Landier, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil (BALLESTRIN, 2013, p. 97). No mesmo ano, ocorreu um congresso em Nova York intitulado "Transmodernidade, Capitalismo Histórico e Colonialidade: um diálogo pós-disciplinar", organizado por Ramón Grosfoguel e Agustín Lao-Montes, que contou com a participação de Enrique Dussel, Walter Dignolo, Aníbal Quijano e Immanuel Wallerstein. Durante o evento, discutiu-se a questão da herança colonial na América Latina, a partir da análise do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein (CASTRO-GOMEZ; GROSFOGUEL, 2007, p. 10).

A partir desse momento, o termo "decolonial" foi apresentado por Catherine Walsh (2013) como uma inflexão da palavra "descolonial", sendo elaborado pelos pesquisadores do GM/C com o objetivo de inserir os debates decoloniais a partir da América Latina, fundamentados na noção de colonialidade. Essa proposta buscava dissociar a produção de conhecimento da episteme eurocêntrica, com base principalmente na crítica levantada por Dignolo (1998) e Grosfoguel (2008) em relação ao eurocentrismo mantido pelo GLES.

Ao longo dos anos, o GM/C conseguiu reunir novos intelectuais, como a semióloga argentina Zulma Palermo, a pedagoga norte-americana Catherine Walsh, o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres, a socióloga argentina María Lugones, o sociólogo

português Boaventura de Sousa Santos, entre outros. No entanto, essa identidade coletiva abrangente do Grupo Modernidade/Colonialidade reproduzia as mesmas críticas direcionadas ao GLES, na medida em que dialogava com as influências do pensamento crítico latino-americano do século XX e também com as referências dos movimentos anticoloniais e pós-coloniais (BALLESTRIN, 2013).

Nesse sentido, o GM/C se fundamenta principalmente no conceito de colonialidade do poder, desenvolvido por Aníbal Quijano (1992), que identifica a colonialidade como a face oculta e constitutiva da modernidade. Essa perspectiva trouxe valiosas contribuições para o debate decolonial por meio de um "giro decolonial", termo cunhado por Nelson Maldonado-Torres (2011), que propõe uma descolonização epistemológica.

De acordo com Arturo Escobar (2003), o GM/C:

Deve ser entendido como uma forma de pensar diferente, contrária às grandes narrativas modernistas - Cristianismo, liberalismo e marxismo -, situando seu próprio questionamento das próprias bordas dos sistemas de pensamento e de pesquisa para a possibilidade de modos de pensamento não eurocêtricos (ESCOBAR, 2003, p. 53-54).

Para Escobar (2003), o GM/C foi impulsionado por uma reflexão sobre a realidade cultural e política da América Latina, buscando compreender o conhecimento subalternizado dos grupos locais. O autor destaca que o desenvolvimento e a estruturação teórico-metodológica do GM/C deram origem à escola de pensamento latino-americana dos "estudos decoloniais", que atualmente é conhecida como Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade (ESCOBAR, 2003). O grupo busca não apenas abandonar a dimensão colonial, mas também reconstruir histórias silenciadas, subjetividades reprimidas, linguagens e conhecimentos subalternizados pela ideia de universalismo estabelecida pela racionalidade moderna eurocêntrica, sugerindo assim não apenas a descolonização, mas também a decolonização (BALLESTRIN, 2013).

Podemos perceber que romper com a epistemologia eurocêntrica tornou-se um desafio significativo para o avanço dos estudos decoloniais, tanto no GLES quanto no GM/C. Diante dessa problemática, Grosfoguel (2012) desenvolve a proposta de "cumplicidade subversiva" como uma estratégia de resistência e sobrevivência político-cultural, não ocidentalizada, que pode ser praticada por diferentes sujeitos subalternizados diante de uma relação de poder colonial, hierárquica e desigual. O autor utiliza como exemplo a apropriação dos santos católicos pelos escravizados, destacando-as como estratégias de hibridização e mestiçagem, em oposição ao termo "sincretismo". Segundo Grosfoguel, as imagens católicas foram "transculturadas", "transmodernizadas" e "descolonizadas" por meio da cumplicidade imposta pelos escravizados,

que subverteram e ressignificaram esses santos dentro de uma cosmologia africana, transformando-os em deuses africanizados (GROSFOGUEL, 2012, p. 353).

Em outras palavras, mesmo problematizando o "colonialismo" nos estudos subalternos, Grosfoguel argumenta que o problema não reside na leitura de autores europeus ou norte-americanos, pelo contrário, isso abre espaço para a diversidade epistêmica do mundo, ou seja, o pluriversalismo (GROSFOGUEL, 2012, p. 355), que é uma das soluções apresentadas pelo autor no combate ao eurocentrismo. Grosfoguel (2012) enfatiza que:

Nem o eurocentrismo imperial nem o nacionalismo terceiro-mundista são alternativas adequadas aos tempos em que vivemos. Nem uma nem outra representam alternativas democráticas e estratégias de alteridade, de desestabilização das oposições binárias. Temos que buscar o “pensamento fronteiro” (Alarcón/Anzaldúa), na “transmodernidade” (Dussel), na “cumplicidade subversiva” (Grosfoguel), nas “armas milagrosas” (Césaire), na “transculturização” (Ortiz) das estratégias de deslocamento das relações do poder ocidentalistas. (GROSFOGUEL, 2012, p. 352)

Ao trazer a cumplicidade subversiva como uma ferramenta nos estudos decoloniais, proponho uma apropriação de referências de autores não latinos, que devem ser "torcidas" e ressignificadas, de acordo com as especificidades da realidade subalterna latino-americana. Por isso, acredito que a aplicação da cumplicidade subversiva seja efetiva em relação à pluriversalidade buscada por esta pesquisa. Esse posicionamento permite que eu inclua a proposta da pesquisa dentro da perspectiva decolonial e das teorias *Queer*, estabelecendo uma cumplicidade subversiva entre teorias e métodos diante do interesse em compreender a construção dos discursos científicos sobre os registros rupestres no PNSC. Ao mesmo tempo, isso me possibilita pensar em outras possibilidades de leitura e ressignificação, inclusive dos referenciais binários e dicotômicos estabelecidos pelas colonialidades, porque, afinal de contas, não há um lugar fora da colonialidade (GROSFOGUEL, 2012).

Para concluir, apresento o termo contra-colonial, um conceito mais recente criado pelo intelectual e líder quilombola, Antônio Bispo dos Santos, conhecido como Nêgo Bispo, uma referência na luta antirracista e pelos direitos dos povos e comunidades tradicionais (SANTOS, 2015). Nesta pesquisa, optei por me referir ao contra-colonial dentro do pensamento decolonial, reconhecendo suas afinidades, ao se estabelecerem como ideias e práticas que surgem de um enfrentamento explícito para combater a colonialidade como um projeto político vigente.

1.2.CRÍTICAS DECOLONIAIS A PARTIR DO BRASIL

Nas pesquisas sobre os estudos decoloniais, especialmente nas perspectivas do Grupo de Estudos Subalternos da América Latina e do Grupo Modernidade/Colonialidade, é perceptível

a ausência de pesquisadores brasileiros. No entanto, apesar de ser incipiente, é evidente a existência de uma quantidade significativa de pesquisas que compartilham os princípios do pensamento decolonial no país, tanto fora das academias como em diversas áreas de conhecimento, particularmente nas ciências sociais, incluindo a arqueologia.

Intelectuais brasileiros desenvolveram críticas ao que pode ser compreendido como "colonialidade" mesmo antes do termo "descolonial" emergir como um campo acadêmico reconhecido. Ao entender a decolonialidade a partir de perspectivas e concepções contrárias à hegemonia e à colonialidade, considero que todos aqueles que contribuíram para diferentes formas de pensar, agir e ser, resistindo à manutenção do *status quo* colonial, podem ser compreendidos como decoloniais, ainda que o título de decolonial não lhes atribua maior relevância.

Com o avanço das pautas feministas e antirracistas nos últimos anos, temos vivenciado um ressurgimento e, em alguns casos, uma redescoberta de autores brasileiros que foram excluídos do debate decolonial por muito tempo. Autores como Lélia González¹⁰ (1983), Alberto Guerreiros Ramos¹¹ (1950), Beatriz Nascimento¹² (1976), Conceição Evaristo¹³ (2005), Ailton

¹⁰ Lélia González trouxe reflexões e críticas fundamentais sobre a colonialidade e suas implicações na sociedade brasileira. Sua obra abordou questões como a violência simbólica, o racismo estrutural, as dinâmicas de poder e a invisibilidade das mulheres negras. Ao abordar o racismo e o sexismo como fenômenos interligados, Lélia (1983) amplia a compreensão da opressão vivenciada pelas mulheres negras, destacando a importância de uma análise interseccional no combate à colonialidade.

¹¹ Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo e político brasileiro, oferece uma contribuição relevante para o pensamento decolonial ao abordar a questão racial e a desigualdade social no Brasil. Sua obra reflete uma perspectiva crítica que desafia as estruturas coloniais e busca a transformação social. Em suas análises, Guerreiro Ramos (1950) critica o mito da democracia racial no Brasil, argumentando que a sociedade brasileira é profundamente marcada pelo racismo estrutural.

¹² A trajetória intelectual e ativista de Beatriz Nascimento (1976) se conecta ao pensamento decolonial ao enfatizar a importância da valorização da cultura e da história afrodescendente, ao desafiar as estruturas coloniais e ao promover uma visão mais inclusiva e equitativa da sociedade brasileira. Sua obra inspira e abre caminhos para uma compreensão mais ampla das dinâmicas coloniais e das lutas por justiça social e igualdade racial.

¹³ Conceição Evaristo (1976) contribui de maneira significativa para o pensamento decolonial ao abordar as interseções entre gênero, etnia e poder em sua obra. Rompendo com a dicotomia entre escrita acadêmica e literatura, trazendo a vivência e a ancestralidade negra como fonte de conhecimento e sabedoria.

Krenak¹⁴ (2019), Davi Kopenawa¹⁵ (2015), Nêgo Bispo¹⁶ (2015) e outros são exemplos de intelectuais brasileiros engajados na luta contra a manutenção da colonialidade no país.

Especificamente sobre o contexto brasileiro não dá para se pensar as opressões de gênero e a produção de discursos desvinculadas das questões raciais e de classe, o que leva a destacar as contribuições dos estudos de Lélia González, intelectual negra, vinda de uma família da classe trabalhadora, que problematizou a intersecção entre raça e gênero antes mesmo do termo interseccionalidade ser cunhado por Kimberly Crenshaw, em 1989. Lélia produziu reflexões críticas sobre os efeitos do colonialismo a partir de uma perspectiva brasileira.

Esse pensamento insurgente e decolonial que eu identifico na obra de Lélia Gonzalez, me inspira a destacá-la nesse campo de “decoloniais brasileiras”, como uma forma de reafirmá-la como produtora de um conhecimento subversivo que denunciou o racismo e o sexismo naturalizados na cultura brasileira, responsável por violentar e subalternizar as mulheres negras. Em seus estudos, vai propor uma outra categoria sociopolítica e cultural, que vai integrar a experiência diaspórica, do mestiço e das pessoas negras no continente americano, apoiando a noção de “amefricanidade”¹⁷ (GONAZALEZ, 1998a). O termo, que parece ser uma ironia, é também um conceito analítico, pois ele nos faz repensar essa “América Latina”, recusando essa latinidade e esse nacionalismo metódico, ao mesmo tempo que rompe com as fronteiras étnicas ao criar uma ligação entre os povos ameríndios e africanos. Tratam-se de pensamentos próximos

¹⁴ Ailton Krenak se insere no pensamento decolonial ao questionar os padrões de poder impostos pela colonização e ao propor uma revalorização das culturas indígenas, uma relação mais respeitosa com a natureza e uma crítica ao modelo de desenvolvimento que negligencia os direitos e conhecimentos dos povos originários. Sua escrita e atuação contribuem para a descolonização do pensamento e para a construção de alternativas mais justas e sustentáveis.

¹⁵ Davi Kopenawa contribui para a descolonização do pensamento ao desafiar os discursos dominantes e evidenciar a importância das cosmovisões indígenas na compreensão do mundo e na busca por alternativas ao modelo colonial.

¹⁶ Nêgo Bispo denuncia as opressões e desigualdades vivenciadas pelas comunidades quilombolas, como a discriminação racial, a violência policial, o acesso precário aos direitos básicos e a negação de sua identidade cultural. Com duras críticas ao modelo de sociedade colonial baseado no racismo estrutural e na marginalização das populações negras, defendendo a necessidade de reconhecer e valorizar as contribuições dos quilombos para a história e cultura do país.

¹⁷ Como ela aborda em seu texto “A categoria político-cultural de amefricanidade” presente no livro “Por um feminismo afro-latino caribenho” de 2020, amefricanidade se refere à experiência comum de mulheres e homens negros na diáspora e à experiência de mulheres e homens indígenas contra a dominação colonial.

àqueles que fundamentam os conceitos de “transatlanticidade”¹⁸, de Beatriz Nascimento (1976)¹⁹; e do “atlântico negro”²⁰, de Paul Gilroy (2001).

Ao meu ver, todos esses conceitos – amefricanidade, transatlanticidade e atlântico negro – subvertem o discurso colonial ao negar essa ideia de “estado-nação” produzida pela colonização e que é responsável pelo apagamento e pela substituição das subjetividades e da ancestralidade dos povos ameríndios e afrodiáspóricos, ao mesmo tempo que evidenciam como esses povos subalternizados compartilham, muitas vezes, as mesmas opressões, explorações e silenciamentos. Esses conceitos convergem ao abordar as relações transnacionais, históricas e culturais estabelecidas pela diáspora africana e ao desafiar visões nacionalistas e eurocêtricas, promovendo uma compreensão mais ampla da experiência negra e a busca por formas de resistência, reconhecimento e justiça social.

Os trabalhos de Lélia Gonzalez denunciam como os discursos acadêmicos são estruturados para manter uma configuração eurocêntrica, perpetuando um discurso de poder dominante que busca estabelecer a todos como “iguais” e acreditar na existência de uma “democracia racial”²¹. Ao ler a obra de Lélia Gonzalez, pude ter uma melhor compreensão das violências resultantes da colonização e da persistência da colonialidade na cultura brasileira até os dias de hoje. Isso me levou a entender a importância do conceito de amefricanidade como uma categoria analítica de resistência e subversão capaz de superar o racismo associado aos termos “índios” e “escravos”. Reconheço também que os termos como homossexualidade, heterossexualidade e até mesmo o binômio sexo/gênero são produtos da colonização europeia e, portanto, incompatíveis para serem utilizados como premissa na interpretação dos registros rupestres pré-coloniais.

Para enfatizar a potência dos conhecimentos decoloniais, destaco a presença de intelectuais contemporâneos, como as lideranças indígenas Ailton Krenak e Davi Kopenawa, que têm trazido discussões relevantes para o debate sobre os saberes ameríndios. Além disso, destaco

¹⁸ Beatriz Nascimento – Geledés/ África e sua diáspora”. **Disponível em:** <<https://www.geledes.org.br/beatriznascimento/>> **Acesso em:** 19 de março de 2022.

¹⁹ Em 2006, o professor Alex Ratts lançou o livro “Eu Sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento”. O autor fala que o livro é uma forma de resgatar a trajetória de vida e a contribuição intelectual de Beatriz Nascimento, procurando recolocar sua voz nos circuitos acadêmicos e militantes. Para Beatriz Nascimento afirmar a “transatlanticidade” é afirmar que o corpo negro carrega o território africano redefinindo-o no contexto latino americano.

²⁰ O autor defende que é preciso ver “os negros percebidos como agentes, como pessoas com capacidades cognitivas e mesmo com uma história intelectual – atributos negados pelo racismo moderno.” (GILROY, 2001, p.40)

²¹ Mito da democracia racial, é um conceito apresentado por Florestan Fernandes em seu livro “A integração do negro na sociedade de classes” de 1964, que denuncia a falsa consciência da realidade racial no Brasil, criada a partir da ideia de mestiçagem de Gilberto Freyre, em seu livro Casa-Grande & Senzala de 1933.

a liderança quilombola Nêgo Bispo, que desenvolveu o conceito de contra-colonial a partir dos saberes tradicionais dos povos "afro-pidorâmicos", propondo novas formulações epistemológicas para substituir conhecimentos impostos pelo colonizador. Essas lideranças elaboram seu pensamento a partir de suas experiências como povos subalternizados, engajamento político e saberes tradicionais indígenas e quilombolas. Ao trazer esses intelectuais para o debate, busco desestabilizar noções essencializadas sobre conhecimento, dentro de um quadro de preocupações ontológicas e epistemológicas, incluindo a desnaturalização de ideias sobre gênero e sexualidade.

Ailton Krenak, ativista do movimento socioambiental e de defesa dos direitos indígenas desde a década de 1970, nasceu na região do vale do rio Doce, território do povo Krenak, local profundamente impactado pelas atividades de mineração. Sua luta teve papel crucial no “Capítulo dos Índios”, na Constituição de 1988, quando pintou o rosto com a tinta preta do jenipapo para protestar contra o retrocesso na luta pelos direitos indígenas²². Seu ato originou a lei dos direitos dos povos indígenas à cultura autóctone e à terra. Em 2016, recebeu o título de doutor *honoris causa* pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em Minas Gerais. Dentre muitos trabalhos audiovisuais disponíveis na internet²³, Ailton possui alguns livros publicados, o mais conhecido intitulado “Ideias Para Adiar o Fim do Mundo” de 2019, resultado de duas palestras realizadas em Lisboa nos anos de 2017 e 2019. Nesse livro, Ailton Krenak (2019) critica a ideia de humanidade como algo separado da natureza, uma vez que os seres ditos humanos não reconhecem a natureza como componente vivo e finito. Ailton questiona a corresponsabilidade com os lugares que vivemos, visto que a:

Humanidade que não reconhece que aquele rio que está em coma é também o nosso avô, que a montanha explorada em algum lugar da África ou da América do Sul e transformada em mercadoria em algum outro lugar é também seu o avô, a avó, a mãe, o irmão de alguma constelação de seres que querem continuar compartilhando a vida nesta casa comum que chamamos Terra.” (KRENAK, 2019, p. 32)

A humanidade questionada por Krenak refere-se à ideia de humanidade estruturante ou decisiva para os processos de colonização, que retirou os povos do campo e da floresta para colocá-los em favelas, para virar proletário em centros urbanos (KRENAK, 2019, p. 32). O que chamamos de humano é uma ordenação moral, que é colonial e inferioriza as populações ameríndias, ao estabelecer suas interpretações e classificações binárias ao mundo, como:

²² Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kWMHiwdbM_Q Acesso em: 14 de setembro de 2022.

²³ Disponível em: <https://youtu.be/xm7geCZDxwM?list=PLKhWHg4n31FpgkfBnfKRVJIFwYJKJKN97> Acesso em: 14 de setembro de 2022.

selvagem e civilizado; tradicional e moderno; mito e ciência; material e imaterial; humano e animal; homem e mulher, etc.

De forma semelhante, em 2015, o Xamã yanomami, Davi Kopenawa, junto com o etnólogo Bruce Albert, lançou o livro “A Queda do Céu”, uma obra que reuniu testemunhos autobiográficos sobre o contato dos povos indígenas com os brancos predadores da floresta amazônica a partir de 1960. A obra é um manifesto xamânico sobre as riquezas e as lutas dos povos da floresta, em que o autor nos alerta a respeito das consequências da destruição das florestas. A profecia de que o céu vai cair é narrada pelo Xamã já nas primeiras páginas do livro:

A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da Terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor. A terra ressacada ficará vazia e silenciosa (KOPENAWA, 2015, p. 6).

As pesquisas do xamã Davi Kopenawa e da liderança indígena Ailton Krenak me inspiram a ver o mundo por meio de outras perspectivas contra-coloniais, que têm a capacidade de questionar as narrativas violentas sobre as representações sociais atribuídas aos registros rupestres. A partir de suas leituras, esses autores me convidam a refletir sobre a existência de múltiplos mundos, que operam a partir de seus próprios universos simbólicos, ao mesmo tempo em que revelam as imposições da modernidade e as diversas formas de violência presentes em qualquer forma de universalismo.

Outra importante liderança dos povos tradicionais que se destaca na produção de conhecimento contra colonial é Antônio Bispo dos Santos, mais conhecido como Nêgo Bispo. Liderança quilombola, lavrador, que como ele mesmo se apresenta é “formado por mestras e mestres de ofícios em um dos territórios da luta contra a colonização” (SANTOS, 2015, p. 85), morador do Quilombo Saco-Curtume localizado no município de São João do Piauí, publicou, em 2015, o livro “Colonizações, Quilombos, Modos e Significações”. Para Nego Bispo, a colonização compreende todos os processos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico-geográfico em que essa cultura se encontra (SANTOS, 2015, p. 48).

Em seu livro, Nêgo Bispo vai questionar a importância dos ensinamentos presentes fora da academia; para além dos laboratórios, o roçado e a mata; além dos conhecimentos produzidos nas universidades, existem também os ensinamentos presentes nas comunidades, fora dos espaços institucionalizados e produzidos na dimensão da experiência. Levo em consideração os ensinamentos de Nêgo Bispo e a sua proposta de “pensar pela materialidade, pela experiência vivida em substituição às tradicionais categorias analíticas abstratas que funcionam como encaixes para a realidade, produzindo como conhecimento uma espécie de deformação da

realidade”. (BISPO, 2015, p. 112). Outra reflexão importante que o trabalho de Nêgo Bispo desperta, é o ato de dar nome, prática utilizada pelo colonizador para generalizar e reduzir as populações originárias e ancestrais, que atravessam as práticas científicas e a elaboração de discursos:

Os colonizadores, ao os generalizarem apenas como “índios”, estavam desenvolvendo uma técnica muito usada pelos adestradores, pois sempre que se quer adestrar um animal a primeira coisa que se muda é o seu nome. Ou seja, os colonizadores, ao substituírem as diversas autodenominações desses povos, impondo-os uma denominação generalizada, estavam tentando quebrar as suas identidades com o intuito de os coisificar/desumanizar (SANTOS, 2015, p. 27).

Em suma, as reflexões de Ailton Krenak, Davi Kopenawa e Nêgo Bispo nos mostram como o (s) mundo (s) pode (m) ser organizado (s) por outros pontos de vista, onde a floresta está viva, onde o conhecimento não é restrito às universidades, onde não existem objetos, mas sim uma multiplicidade de seres, e onde, possivelmente, gênero e sexualidade não funcionam da forma como foi estabelecida pelo colonialismo. Ainda que o gênero, como um constructo social, não seja uma questão debatida por nenhuma dessas três lideranças, seus discursos me municiam de conhecimentos capazes de desestabilizar a nossa pretensão de imaginar que essa realidade ocidental é natural e projetá-la em nossas tratativas com o registro arqueológico. As reflexões de Nêgo Bispo nos ajudam a compreender que “biointeragimos com todos os elementos do universo de forma integrada” e como essa interação nos mostra ser possível superar os “processos expropriatórios do desenvolvimentismo colonizador e o caráter falacioso dos processos de sintetização e reciclagem do desenvolvimentismo (in)sustentável.” (SANTOS, 2015, p. 100).

Como podemos perceber, muitos intelectuais brasileiros se encaixam dentro do grupo Modernidade/Colonialidade, principalmente por defenderem noções de diversidades de conhecimento. Um ponto em comum observado nesses autores brasileiros é a ideia de pluriversalidade que nos mostram que existem diversas formas de habitar e perceber o mundo, ainda que muitas delas sejam contraditórias. O problema do eurocentrismo imposto pela colonização é que ele destrói todas as formas de ser, saber e viver que sejam discordantes. O pensamento eurocêntrico se impõe como universal e totalizante, priorizando um discurso baseado na ideia de que a heteronormatividade é um padrão absoluto, apagando assim todas as outras formas de alteridade e possíveis epistemes.

Através dessas críticas decoloniais, abrem-se caminhos para a construção de um futuro mais inclusivo e diverso, onde as vozes marginalizadas ganham destaque e suas perspectivas são valorizadas. Dentro dessas perspectivas, é ressaltada a potencialidade que o discurso carrega na construção das nossas realidades. Nesse sentido, do meu ponto de vista, as investigações

comprometidas com a ADC tornam-se relevantes por evidenciar os vieses ideológicos e hegemônicos que estão sendo estabelecidos como perspectiva de “verdade” através dos discursos arqueológicos. Diante do contexto em que essas pesquisas são conduzidas, resta-me aprofundar-me em um dos principais conceitos abordados no estudo dessas realidades, que é a noção de colonialidade.

1.3. COLONIALIDADES

No campo dos estudos decoloniais, a colonialidade tornou-se um conceito relevante nas investigações relacionadas com a persistência dos efeitos do colonialismo e da modernidade. Para Maldonado-Torres (2007, p. 129-130), Mignolo (2014, p. 11-12) e Lugones (2008, p. 81), as quatro dimensões da colonialidade podem ser, assim, entendidas:

- 1) Colonialidade do poder; que diz respeito às inter-relações de formas modernas de exploração e dominação. Político e econômico;
- 2) Colonialidade do saber: se trata de um conjunto de epistemologias de produção de conhecimento mediante a reprodução de regimes de pensamento coloniais. Epistêmico, filosófico, científico e em relação às línguas com o conhecimento;
- 3) Colonialidade do Ser: experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem. Referente às subjetividades, controle da sexualidade e dos papéis atribuídos aos gêneros.
- 4) Colonialidade de Gênero: é o que permanece na intersecção entre raça, gênero, classe e sexualidade – separação que não nos deixa perceber com clareza a violência.²⁴ Nesta pesquisa, irei me aprofundar sobre tais questões no próximo capítulo, através dos estudos sobre feminismo decolonial, que pretendem superar essa colonialidade de gênero.

Para todos os efeitos, a perspectiva decolonial tem como objetivo identificar as formas de colonialidade que são responsáveis pela construção de um conhecimento eurocêntrico, a fim de possibilitar a busca por outras formas de superação pelos povos subalternizados.

1.3.1. Colonialidade do Poder

A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração

²⁴ Disponível em <https://bazardotempo.com.br/colonialidade-e-genero-por-maria-lugones-2/> Acesso em: 14 de setembro de 2022.

teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e consequentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais. Desse modo, a raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO, 2005, p. 118).

O conceito de colonialidade do poder foi originalmente proposto por Aníbal Quijano (1992). Ele se refere à construção de um poder universalista eurocêntrico e capitalista, estabelecido pelo modelo moderno/colonial, que utiliza a noção de "raça". A racialização dos povos originários e ancestrais é uma criação da modernidade, destinada a naturalizar a ideia de que esses povos eram "como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens" (LUGONES, 2004, p. 936), sendo assim considerados inferiores ao homem europeu, burguês e colonizador, legitimando, desse modo, a exploração colonial. O termo "colonialidade do poder" de Quijano é preciso, pois expressa e reconhece a inter-relação entre as formas modernas de exploração e a continuidade da dominação estabelecida durante o processo de colonização europeia (QUIJANO, 2005).

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. (QUIJANO, 2005, p. 117).

Portanto, a raça é uma invenção do colonialismo, idealizada dentro da matriz dicotômica da modernidade. Quijano afirma que "a raça e a identidade racial são estabelecidas como ferramentas para a classificação social básica da população" (QUIJANO, 2005, p. 228). Nas desigualdades constituídas pela colonização, que incluem a dominação europeia e a subalternização dos povos originários e da população negra, tanto na construção social quanto na exploração do trabalho, torna-se evidente o caráter de poder da colonialidade. Segundo Mignolo (2017), o racismo moderno/colonial está fundamentalmente estruturado em duas dimensões - ontológicas e epistêmicas - e possui um propósito comum:

Classificar como inferiores e alheias ao domínio do conhecimento sistemático todas as línguas que não sejam o grego, o latim e as seis línguas europeias modernas, para manter assim o privilégio enunciativo das instituições, os homens e as categorias do pensamento do Renascimento e a Ilustração europeias. As línguas que não eram aptas para o pensamento racional (seja

teológico ou secular) foram consideradas as línguas que revelavam a inferioridade dos seres humanos que as falavam (MIGNOLO, 2017, p. 17-18).

As lógicas de apagamento e substituição da cultura daqueles que são considerados inferiores são características da colonialidade do poder. A imposição da superioridade dos modos ocidentais continua a operar, impondo normas de "civildade" aos locais colonizados. Essa rede contemporânea de poder tornou-se uma estratégia de controle das relações entre as pessoas, negando a multiplicidade de identidades ameríndias e africanas no continente americano (QUIJANO, 2007). Nessa perspectiva, o pensamento decolonial busca enfrentar a continuidade das relações coloniais de poder, por meio da interseção das categorias de gênero, raça e classe, que estabelecem os parâmetros para compreender as formas de opressão que se reproduzem nos discursos e representações que produzimos sobre diferentes realidades (COSTA, 2014, p. 929).

1.3.2. Colonialidade do Saber

Com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo, mas, simultaneamente a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória (Mignolo, 1995) e do imaginário (Quijano, 1992). Dá-se início ao longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX e no qual, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo. Todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados numa grande narrativa universal. Nessa narrativa, a Europa é ou sempre foi simultaneamente o centro geográfico e a culminação do movimento temporal” (LANDER, 2005, p. 10).

De acordo com Mignolo (2017), o conceito de colonialidade do saber refere-se a um sistema de superioridade cognitiva e epistemológica que o colonizador impôs sobre os conhecimentos das populações não europeias. A colonização negou as culturas dos povos colonizados e tudo o que as envolvia, ao mesmo tempo em que os obrigou a aderir à lógica do conhecimento europeu.

Um exemplo dessas imposições pode ser verificado nos estudos do antropólogo francês Lucien Lévy-Bruhl (1922), que, no final do século XIX, escreveu o livro “A mentalidade primitiva”²⁵. A partir de diversos estudos etnográficos, o autor enfatiza os equívocos cometidos pelos intelectuais ao tentar analisar os produtos das representações coletivas dessa mentalidade ancestral, uma vez que nossos pressupostos conceituais e lógicos são estruturados na modernidade ocidental colonizada. Para o autor, “nenhuma questão relativa aos fenômenos da natureza se coloca, portanto, para eles, como para nós”, uma vez que “nossos problemas não são

²⁵ Publicado originalmente em francês com o título “La Mentalité Primitive”, e traduzido para o português em 2015.

os seus e os seus nos são estranhos” (LÉVY-BRUHL, 2015, p. 354). Trago o Levi-Bruhl para este debate sem perder de vista o período histórico de sua produção. Sua escrita foi contemporânea ao desenvolvimento do evolucionismo cultural, cuja influência está refletida no título do livro do autor, ou seja, a ideia de uma mentalidade primitiva que se opõe a uma mentalidade complexa ou civilizada, mas que, ainda assim, traz uma discussão pautada em experiências etnográficas, que dialoga com os conceitos de colonialidade do saber empregados na pesquisa.

De todo modo, ao reconhecermos o lugar de superioridade do conhecimento europeu que a colonialidade do saber visa estabelecer, percebemos mais uma violência dentre as inúmeras já impostas pela colonização, que é a negação de epistemologias destoantes dos padrões ocidentais, que o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2010) vai chamar de epistemicídio.

O epistemicídio é o processo político-cultural através do qual se mata ou destrói o conhecimento produzido por grupos sociais subordinados, como forma de manter ou aprofundar essa subordinação. Historicamente, o genocídio foi frequentemente associado ao epistemicídio. Por exemplo, no epistemicídio da expansão europeia (destruição de conhecimento indígena) foi necessário para “justificar” a genocídio de que os indígenas foram vítimas²⁶ (SOUSA SANTOS 1998, p. 208, minha tradução).

Assim como o epistemicídio denunciado por Boaventura, outros conceitos como: a geopolítica do conhecimento e o pensamento fronteiriço foram desenvolvidos por pesquisadores da América Latina para evidenciar a colonialidade do saber. Como exemplo, posso citar Ramón Grosfoguel (2009), que, influenciado pelos escritos de Frantz Fanon (1952), Gloria Anzaldúa (2004) e Donna Haraway (1995), denunciou o caráter universalista, neutro e objetivo que domina as produções de conhecimento ocidental. Para Grosfoguel (2009), existe uma rejeição ao conhecimento produzido no sul global, que tem a ver com local onde esse conhecimento é produzido e suas condições de enunciação, “ou seja, o lugar geopolítico e o corpo político do sujeito que fala” (GROSFOGUEL, 2009. p. 386). Já o pensamento fronteiriço, defendido por Mignolo (2003), equivale à proposta de “transmodernidade” sugerida por Dussel (2001), que basicamente seria transcender a visão eurocêntrica da modernidade.

O pensamento fronteiriço, desde a perspectiva da subalternidade colonial, é um pensamento que não pode ignorar o pensamento da modernidade, mas que não pode tampouco subjugar-se a ele, ainda que tal pensamento moderno seja de

²⁶ El epistemicidio es el proceso político-cultural a través del cual se mata o destruye el conocimiento producido por grupos sociales subordinados, como vía para mantener o profundizar esa subordinación. Históricamente, el genocidio ha estado con frecuencia asociado al epistemicidio. Por ejemplo, en la expansión europea el epistemicidio (destrucción del conocimiento indígena) fue necesaria para 'justificar' el genocidio del que fueron víctimas los indígenas (Santos 1998, p. 208).

esquerda ou progressista. O pensamento fronteiriço é o pensamento que afirma o espaço de onde o pensamento foi negado pelo pensamento da modernidade, de esquerda ou de direita (MIGNOLO, 2003, p. 52).

A noção de um conhecimento eurocentrado universalizante e o apagamento de outros saberes não europeus são discutidos por Boaventura de Sousa Santos e pela antropóloga moçambicana Maria Paula Meneses (2010). Os autores introduzem o conceito de epistemologia do sul, em que o sul é uma metáfora para a exclusão e o silenciamento dos povos e culturas que ao longo da "história" foram oprimidos pelo colonialismo e pela persistência da colonialidade. Esse tema é retomado por Boaventura quando ele aborda o "pensamento abissal", referindo-se a linhas imaginárias globais que representam um sistema de divisão entre aqueles que são reconhecidos e aqueles que são invisibilizados à luz das epistemologias, entre os conhecimentos classificados como relevantes e os saberes desvalorizados pelo pensamento hegemônico. Nesse contexto, o Norte Global, composto em sua maioria pelos países colonizadores, é o produtor do conhecimento, enquanto o Sul Global, colonizado, tem suas culturas e epistemologias domesticadas e substituídas, resultando no apagamento dos conhecimentos indígenas e das populações quilombolas, bem como das mulheres, da população periférica e de todas as outras minorias:

Eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais) (SOUSA SANTOS, 2010, p. 328).

A proposta dos autores é resgatar esses saberes e práticas dos grupos sociais subalternizados. Esses saberes não estão inseridos no âmbito universitário e, por isso, não são reconhecidos como conhecimentos válidos. São conhecimentos que frequentemente emergem das lutas sociais contra as injustiças, buscando uma sociedade mais equitativa, ou são adquiridos por meio de experiências contextualizadas socialmente. O objetivo do livro, além de promover um diálogo intercultural entre o conhecimento científico (acadêmico) e os saberes populares, é conferir credibilidade às epistemologias produzidas pelas populações marginalizadas, de modo que possam ser utilizadas para transformar as estruturas hegemônicas nas quais as colonialidades

operam, inclusive nas próprias universidades. Na perspectiva da cumplicidade subversiva, podemos pensar na formação de uma ecologia dos saberes.

A crítica do paradigma europeu da racionalidade/modernidade é indispensável. Ainda mais urgente. Mas é duvidoso que o caminho consista na simples negação de todas as suas categorias; na dissolução da realidade no discurso; na pura negação da ideia e da perspectiva de totalidade no conhecimento. Longe disso, é preciso livrar-se dos vínculos da racionalidade-modernidade com a colonialidade, em primeiro lugar, e, em última instância, com todo poder não constituído na livre decisão dos povos livres. É a instrumentalização da razão pelo poder colonial, em primeiro lugar, que produziu paradigmas distorcidos de conhecimento e estragou as promessas libertadoras da modernidade. A alternativa, portanto, é clara: a destruição da colonialidade do poder mundial.²⁷ (QUIJANO, 1992, p. 19. Minha tradução).

Essa crítica levantada por Quijano (1992) remete ao que Ramón Grosfoguel entende por "cumplicidade subversiva", já mencionada, assim como ao que Walter Mignolo (2017) define como "desobediência epistêmica", que está relacionada à ruptura com as epistemes colonialistas e às formas de resistência diante das violências instrumentalizadas pela colonialidade do saber. Nesses pontos de convergência, reconhece-se que as provocações insurgentes do pensamento decolonial não têm a intenção de negar o pensamento crítico produzido por intelectuais europeus. Pelo contrário, buscam estimular a circulação, a partir de uma posição fronteiriça, de sistemas de significados que possam suscitar outros modos de pensar, por meio de uma abertura às ontologias e epistemologias diversas. A proposta de Mignolo (2017) visa combater a racionalidade ocidental tal como tem sido imposta, favorecendo o surgimento de outras formas de conhecimento desvinculadas desse poder racional, linear e universalista ao qual a ciência ocidental se submeteu.

Diante desse contexto, consciente da cumplicidade subversiva e da violência/desobediência epistêmica, busquei, nesta pesquisa, por meio da análise do discurso, refletir sobre os conhecimentos dominantes que estruturam as representações sociais de gênero e sexo, levando em consideração a multiplicidade de realidades possíveis que têm sido proporcionadas por estudos etnográficos, etnoarqueológicos, arqueológicos, movimentos sociais e políticos, numa perspectiva de ecologia dos saberes.

²⁷ La crítica del paradigma europeo de la racionalidad/ modernidad es indispensable. Más aún, urgente. Pero es dudoso que el camino consista en la negación simple de todas sus categorías; en la disolución de la realidad en el discurso; en la pura negación de la idea y de la perspectiva de totalidad en el conocimiento. Lejos de esto, es necesario desprenderse de las vinculaciones de la racionalidad-modernidad con la colonialidad, en primer término, y en definitiva con todo poder no constituido en la decision libre de gentes libres. Es la instrumentalización de la razón por el poder colonial, en primer lugar, lo que produjo paradigmas distorsionados de conocimiento y malogró las promesas liberadoras de la modernidad. La alternativa en consecuencia es clara: la destrucción de la colonialidad del poder mundial.

1.3.3. Colonialidade do Ser

A ciência (conhecimento e sabedoria) não pode ser separada da linguagem; as línguas não são apenas fenômenos 'culturais' nos quais as pessoas encontram sua 'identidade'; estes são também o lugar onde se inscreve o conhecimento. E se as línguas não são coisas que os seres humanos têm, mas algo que são, então a colonialidade do poder e do saber produz a colonialidade do ser²⁸ (MIGNOLO, 2003, p. 669, tradução minha).

Conforme discutido anteriormente, a **colonialidade do poder** refere-se à dominação política e econômica, enquanto a **colonialidade do saber** diz respeito à superioridade epistêmica, filosófica e científica atribuída aos povos não europeus. Por sua vez, a **colonialidade do ser** está relacionada à experiência vivida da colonização e ao seu impacto na linguagem e na construção das subjetividades. Segundo o filósofo porto-riquenho Maldonado-Torres (2007), o conceito de colonialidade do ser surgiu a partir das discussões sobre as implicações da colonialidade do poder em diferentes áreas da sociedade²⁹. (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 129)

Na formulação desse conceito, Maldonado-Torres (2007) baseou-se nas pesquisas de Emmanuel Levinas (1998) e em suas críticas à ontologia de Martin Heidegger³⁰. Levinas denunciou os problemas relacionados ao racismo e à experiência colonial, assim como às ideias generalizadoras, universalizantes e redutivistas que colocavam o homem europeu no centro da epistemologia dominante. Levinas questionou a postura de Heidegger de utilizar a razão e a ciência, inclusive com base nos métodos cartesianos, para estabelecer quem poderia ser considerado humano, racional, pensante e detentor de direitos, em detrimento do "outro" marginalizado, subalternizado, colonizado e explorado. Essa noção cartesiana historicamente reproduziu uma visão de progresso, ou seja, um modelo ideal a ser alcançado. É a partir dessa concepção que Maldonado-Torres (2007) destaca a importância de resgatar outros conhecimentos, outras alteridades, outras existências que foram privadas de humanidade pelo regime colonial.

²⁸ La ciencia (conocimiento y sabiduría) no puede separarse del lenguaje; los lenguajes no son sólo fenómenos 'culturales' en los que la gente encuentra su 'identidad'; estos son también el lugar donde el conocimiento está inscrito. Y si los lenguajes no son cosas que los seres humanos tienen, sino algo que estos son, la colonialidad del poder y del saber engendra, pues, la colonialidad del ser.

²⁹ Si Levinas estableció la relación entre la ontología y el poder, Dussel, por su parte, notó la conexión entre el Ser y la historia de las empresas coloniales, llegando así muy cerca de la idea de la colonialidad del ser. Fue, sin embargo, otro argentino, Walter Mignolo, quien formularía el concepto más de dos décadas más tarde. El concepto de colonialidad del ser nació en conversaciones sobre las implicaciones de la colonialidad del poder, en diferentes áreas de la sociedad.

³⁰ De acordo com o filósofo brasileiro, Benedito Nunes (2002), Martin Heidegger (1889-1976), nascido na Alemanha, foi professor da Universidade de Freiburg im Brisgau e seu reitor de 1933 a 1934, é um dos raros filósofos modernos cuja obra apresenta singular crescimento póstumo. Autor do livro "*Ser e tempo*", um "estranho tratado", como dele diria o autor, sobre o sentido do ser, que compõem o perfil de uma ontologia fundamental, estudando, numa analítica, com base no método fenomenológico de Husserl, o homem do ponto de vista de seu ser, como *Dasein*. (NUNES, 2002)

Em suas pesquisas sobre a ontologia de Heidegger, Levinas (1998) aborda a ideia da colonialidade do ser, afirmando que a ontologia é uma filosofia do poder, ou seja, estabelece uma ligação entre ser e poder, que se manifesta diretamente na relação entre a colonialidade do ser e a colonialidade do poder. Sua principal crítica à ontologia de Heidegger é que ela não leva em consideração a diferença, sendo uma generalização, uma universalização de um pensamento totalizante que promove e legitima a violência contra o outro.

As mesmas ideias que inspiram atos desumanos na guerra, particularmente escravidão, assassinato e estupro, são legitimadas na modernidade através da ideia de raça, e tais atos são gradualmente vistos como normais, em grande parte graças à suposta obviedade e caráter não problemático da escravização negra e racismo anti-negro. Negros, indígenas e outros sujeitos “de cor” são os que sofrem preferencialmente os atos viciosos do sistema³¹. (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 149).

Maldonado-Torres (2007) utiliza a colonialidade do ser para explicar o processo de desumanização dos povos não brancos. O autor utiliza esse conceito para demonstrar como o colonialismo afeta não apenas o imaginário, mas também a experiência cotidiana dos povos colonizados e a construção de suas subjetividades. Através da colonialidade do ser, os colonizadores determinaram que os povos originários eram uma raça sub-humana, irracional, indolente, desprovida de capacidades cognitivas, violenta, rude, bruta, carente de modos, desprovida de ciência, cultura e controle sobre a sexualidade. Conforme afirma Maldonado-Torres:

Gênero, casta, raça e sexualidade são, talvez, as quatro formas de diferenciação humana que mais frequentemente serviram como meios para transgredir a primazia da relação entre o eu e o Outro e obliterar os traços da dimensão trans-ontológica no mundo civilizado concreto (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 153).

Ao refletir sobre essa questão, torna-se evidente as práticas de exclusão e desumanização por meio da produção da diferença colonial, que naturalizou séculos de dominação violenta sobre os povos colonizados, negando seus conhecimentos e cosmovisões. Como sugerido por Maldonado-Torres (2007), "a invisibilização e a desumanização do outro não europeu são as principais expressões da colonialidade do ser" (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 150). Essas formas de colonialidade estão profundamente enraizadas nas bases de conhecimentos especializados, como é o caso da arqueologia, e, conseqüentemente, são

³¹ Las mismas ideas que inspiran actos inhumanos en la guerra, particularmente, la esclavitud, el asesinato y la violación, son legitimadas en la modernidad, a través de la idea de raza, y dichos actos son gradualmente vistos como normales, en gran medida gracias a la alegada obviedad y al carácter no problemático de la esclavitud negra y el racismo anti-negro. Negros, indígenas, y otros sujetos “de color”, son los que sufren de forma preferencial los actos viciosos del sistema.

reproduzidas e perpetuadas pelos discursos arqueológicos. De acordo com o arqueólogo Óscar Moro-Abadia, a história da arqueologia escrita, até os anos 1980, é particularmente marcada por um "discurso colonial" (MORO-ABADIA, 2006, p. 4). Nesse sentido, as teorias pós-coloniais e decoloniais surgem como um projeto político concebido para promover a transformação da disciplina, ao criticar os legados do colonialismo e das formas de colonialidade presentes.

1.4. PROVOCAÇÕES DECOLONIAIS NA ARQUEOLOGIA

Ao propor a discussão de provocações decoloniais nos estudos arqueológicos sobre os registros rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara, meu objetivo foi apresentar abordagens politicamente engajadas e abertas a uma ecologia dos saberes. É importante compreender que os esforços em direção à decolonização também envolvem um revisionismo crítico, especialmente na construção dos discursos sobre nosso passado e nossa forma de vida atual, reconhecendo que eles foram afetados pelo colonialismo e pela colonialidade, que moldam as bases de nosso "sistema-mundo"³². De modo geral, essas premissas têm gerado reações decoloniais no campo das ciências sociais e da arqueologia por meio de diversas perspectivas que buscam desenvolver práticas de produção de conhecimento contra-hegemônicas.

Historicamente, nas décadas de 1960 e 1970, a América Latina viveu um contexto político, econômico e social marcado por repressões e autoritarismo, com ditaduras militares em vigor na Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru e Brasil. Em resposta a essa realidade, movimentos intelectuais de esquerda avançaram com propostas teóricas e políticas críticas para a arqueologia latino-americana, especialmente na arqueologia mexicana, venezuelana, peruana e cubana, influenciadas pela epistemologia marxista (AGUIRRE-MORALES, 2009; OYUELA-CAYCEDO, 1996).

Conforme Benavides (2003), no início da década de 1970, surgiu o crescimento da denominada Arqueologia Social Latino-americana (ASL), que estabeleceu as bases para romper com a contradição entre as posições progressistas e as práticas neocolonialistas nas ciências arqueológicas, por meio de uma produção teórica consistente (JACKSON et al., 2012, p. 67). Para Henry Tantaleán e Miguel Aguilar (2012, p. 19), a Arqueologia Latino-americana é essencialmente uma arqueologia marxista, fundamentada no materialismo histórico e dialético, e acabou recebendo essa denominação devido a razões geográficas e nacionais (NÚÑEZ-

³² Nesse texto optamos por utilizar o termo "sistema-mundo" como alternativa para "sociedade". Essa proposta é apresentada por Ramón Grosfoguel que entende que a palavra é conceituada a partir de uma ideia moderna que reduz "sociedade" às fronteiras geográficas e jurídico-políticas de um "Estado-Nação" (GROSFOGUEL, 2020)

CORTÉS, 2020, p. 2). Segundo Benavides (2011, p. 175), a ASL expressa o comprometimento social do arqueólogo com a comunidade com a qual trabalha, buscando compreender o desenvolvimento histórico das relações entre os meios e os modos de produção de materialidades nos países latino-americanos, o que é fundamental para compreender como se formaram as relações de classe nesses países diante das formas de colonização e imperialismo, muitas vezes negligenciadas pelos modelos "tradicionais".

Oyuela-Caycedo (1996) destaca como principais nomes da Arqueologia Social Latino-americana os arqueólogos mexicanos Luis Felipe Bate (1978, 1981, 2012) e Julio Montané (1980, 1981), o peruano Luis Lumbreras (1974, 1987), os venezuelanos Mario Sanoja (1982, 2005) e Iraida Vargas (1985, 1986, 1995, 2005), e o arqueólogo cubano Ernesto Tabio (1989), que vivia no Peru, sendo conhecidos como Grupo Oaxtepec (McGuire, 2002). Esses autores compartilhavam uma base teórica e uma agenda política comum, reconhecidos por sua natureza revolucionária antiliberal, anticapitalista e anti-imperialista. Durante a reunião de Teotihuacán em 1975, os participantes do movimento discutiram o desenvolvimento da arqueologia nos países latino-americanos, enfatizando a necessidade de uma arqueologia compatível com os interesses nacionais e populares, o que resultou na publicação do *Boletín de Antropología Americana* no México, da *Revista GENS* na Venezuela e da *Gaceta Arqueológica Andina* no Peru (NÚÑEZ-CORTÉS, 2020, p. 5).

Em geral, a Arqueologia Social Latino-Americana rejeita interpretações positivistas, reconhecendo as implicações políticas da arqueologia nos esforços de romper com o pensamento colonial, responsável pela construção de estereótipos de uma suposta superioridade eurocêntrica. Seus praticantes buscam produzir uma ciência arqueológica mais engajada nos estudos sociais, contribuindo para a implementação de um futuro menos desigual. No Brasil, essa perspectiva não se estabeleceu plenamente, devido aos regimes autoritários que prevaleceram no país e à falta de um posicionamento político mais explícito por parte da comunidade de arqueólogos, conforme afirmado por Barreto (1999).

No contexto do Norte Global, as provocações para repensar as abordagens da arqueologia podem ser agrupadas no histórico de desenvolvimento da Arqueologia Pública, um termo criado na década de 1970 nos Estados Unidos e posteriormente reinterpretado no âmbito dos referenciais pós-processualistas. O termo Arqueologia Pública foi usado pela primeira vez em 1972, no livro de Charles McGimsey III, em que ele se preocupava mais com a gestão do patrimônio arqueológico do que com a discussão do conhecimento em si (MERRIMAN, 2004, p. 3). As reflexões para transformar a Arqueologia Pública em uma oportunidade de reflexão crítica sobre a disciplina ocorreram um pouco mais tarde, impulsionadas por estudos como o de

Ian Hodder e Scott Hutson (1986) - “Lendo o Passado”³³ - que defendem uma arqueologia interpretativa e contextual, dentro do escopo do pós-processualismo (HODDER & HUTSON, 2003). Na obra, os autores apresentam críticas ao processualismo, questionando que a arqueologia é uma atividade política e que o passado é construído no presente, tornando-se relevante discutir as formas de produção desses conhecimentos.

Outro marco importante para essa abordagem foi a publicação de “Re-construindo a Arqueologia: Teoria e Prática”³⁴, por Michael Shanks e Christopher Tilley, em 1987. Por meio de abordagens filológicas, históricas e filosóficas, o livro evidencia os discursos imperialistas e colonialistas característicos do histórico culturalismo e do processualismo (FUNARI, 2005, p. 2). O prólogo do livro, escrito por Ian Hodder, celebra “uma nova era para a disciplina, informada pela Filosofia e com consciência crítica” (Hodder 1987, in Shanks e Tilley 1987: prefácio). Segundo Erika Robrahn-González (2006), a Arqueologia Pós-Processualista “alertava para a necessidade de cuidado e responsabilidade em relação ao conteúdo das mensagens transmitidas sobre o passado, considerando as dimensões sociais e políticas envolvidas” (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006, p. 65).

Nesse contexto dos anos 1980, um fato emblemático que chamou a atenção dos arqueólogos pós-processualistas foi a situação da África do Sul, ainda sob o regime do Apartheid. De acordo com Silva (2011, p. 59), em 1986, como forma de boicotar o 11º Congresso da União Internacional de Ciências Pré-Históricas e Proto-históricas³⁵, devido a conflitos internos relacionados às posturas da instituição em relação à liberdade acadêmica e ao regime do Apartheid, foi criado o “Congresso de Arqueologia Mundial - WAC”³⁶, demonstrando o envolvimento político de certas perspectivas pós-processualistas. O WAC estabeleceu critérios para a admissão de membros do congresso, impedindo a participação de arqueólogos vinculados a instituições de países que praticavam políticas de discriminação racial de Estado (FUNARI et al., 1999, p. 3).

Segundo Silva (2011), a proposta dos membros do WAC desde o início era aproximar as práticas e os conhecimentos arqueológicos das populações atuais, não apenas como estudos de caso, mas como “indivíduos e grupos humanos que vivem o mundo de acordo com suas próprias normas” (SILVA, 2011, p. 59). O Congresso representou um movimento de resistência e uma forma de denunciar a colonialidade no campo da arqueologia pós-processual. Conforme

³³ Reading the Past: Current Approaches to Interpretation in Archaeology

³⁴ Re-constructing Archaeology: Theory and Practice (1987)

³⁵ International Union of Prehistoric and Protohistoric Sciences - IUPPS

³⁶ World Archaeological Congress – WAC

Ucko (1987), a luta antiapartheid teve um papel fundamental na perda da inocência política da arqueologia. Além das discussões teóricas, durante esse movimento de descolonização da arqueologia, novos conceitos foram criados com o intuito de desestabilizar a ideia de conhecimento universal e destacar a multiplicidade de discursos na construção do passado, como é o caso do conceito de multivocalidade. Hodder (2008) define o termo como uma forma de permitir que grupos subalternos e marginalizados construam suas próprias narrativas sobre o passado. Em outras palavras, a multivocalidade busca resgatar as diferentes interpretações arqueológicas que estão presentes nas margens das narrativas oficiais sobre o passado (FERREIRA; CERQUEIRA, 2009, p. 82).

Pesquisadores ligados às arqueologias indígenas, feministas, queer e latino-americanas irão criticar alguns desses viéses progressistas, identificando suas conexões com o multiculturalismo e um neoliberalismo progressista. Nesse sentido, o arqueólogo colombiano Cristóbal Gnecco (2009) é crítico em relação à ideia de multivocalidade, pois, em sua visão, ela esconde as assimetrias, ou seja, as colonialidades do poder, do saber e do ser que permeiam os processos de produção do conhecimento arqueológico. Como alternativa, ele defende uma Arqueologia Relacional baseada na interculturalidade. Para o autor, a arqueologia na América Latina, construída sob a perspectiva da colonialidade/modernidade, contribuiu para o apagamento das histórias dos povos originários ao dissociar a cultura material pesquisada, frequentemente chamada (de forma problemática) de "registro arqueológico", das sociedades indígenas contemporâneas.

De acordo com Gnecco (2009), a arqueologia percorreu diferentes caminhos, alguns não se bifurcam, mas convergem. Entre os mais proeminentes nos últimos anos, o autor fornece subsídios para refletir sobre os diferentes tipos de colonialidades presentes na produção de discursos arqueológicos, destacando: (a) a reprodução da violência epistêmica contra outras sociedades e suas formas de fazer história; e (b) a compreensão interdiscursiva. Essa violência epistêmica apontada por Gnecco (2009) é uma das características mais perigosas da modernidade/colonialidade, pois autoriza uma visão de mundo a se sobrepor às demais. Isso resultou na apropriação da história indígena pela história nacional, que, por sua vez, é escrita e controlada pelas elites que desprezam os indígenas e se consideram "brancos".

Os discursos colonialistas são permeados por um projeto moralizador que assume que (a) a civilização moderna é superior; (b) essa superioridade supõe um imperativo moral: civilizar, modernizar, desenvolver os povos primitivos, selvagens, bárbaros, subdesenvolvidos, do terceiro mundo; e (c) se esse compromisso moral é contrariado ou concebido como impossível, o uso da violência é legítimo e o agressor se ressignifica como vítima e o sofrimento

alheio aparece como inevitável³⁷. (DUSSEL, 1994 apud GNECCO, 2009, p. 16).

Essas abordagens encontram ressonância nas reflexões realizadas no Brasil e também se manifestam em pesquisas brasileiras como uma forma de questionar as narrativas acadêmicas e científicas, contextualizando os processos de produção de conhecimento por meio de outras vias. Um exemplo nesse sentido são os estudos de Mariana Cabral (2014), que exploram a relação entre arqueologia e antropologia a partir da interação com os Wajãpi do Amapá. Esses diálogos interdisciplinares e decoloniais possibilitam a emergência de outros discursos sobre os sítios arqueológicos identificados no território indígena Wajãpi, por meio das narrativas construídas pelos próprios indígenas.

Nas pesquisas de Gabby Hartmann (elu/delu), que se identifica como "pessoa trans não binária" (HARTMANN, 2019a, p. 16), a preocupação em problematizar o androcentrismo presente nos discursos arqueológicos, que se baseiam em um sistema colonial binário, está sempre presente. Hartmann (2019) adota uma perspectiva assumidamente afrodecolonial e influenciada pela proposta de arqueologia etnográfica de Castañeda (2008), buscando afastar-se dos discursos hegemônicos pelos quais a arqueologia tem moldado suas narrativas e argumentando sobre outras alteridades invisibilizadas nesse processo. Elu incorpora noções de ancestralidade, memória e oralidade para construir uma arqueologia mais inclusiva e menos violenta.

Nessa mesma linha, destaco a pesquisa realizada pela arqueóloga Géssika Macêdo (2021), que reflete criticamente sobre o patrimônio arqueológico da Comunidade de São Braz, localizada na região sudeste do Piauí. No trabalho, a autora tem como objetivo evidenciar os estigmas colonialistas presentes nos discursos arqueológicos sobre a região, buscando se distanciar de dicotomias modernas, como material e imaterial, passado e presente, pesquisador e objeto de pesquisa. Para isso, ela combina elementos da Arqueologia Pública com o pensamento decolonial, utilizando a oralidade, a memória e a arqueologia para resgatar e destacar as diferentes formas pelas quais o Patrimônio Arqueológico e a Arqueologia são compreendidos e interpretados pela comunidade, longe de premissas universalizantes.

³⁷ Los discursos colonialistas están atravesados por un proyecto moralizante que supone que (a) la civilización moderna es superior; (b) esta superioridad supone un imperativo moral: civilizar, modernizar, desarrollar a los primitivos, salvajes, bárbaros, subdesarrollados, tercer-mundistas; y (c) si este empeño moral encuentra oposición o se concibe como imposible el uso de la violencia resulta legítimo y el victimario se resignifica en víctima y el sufrimiento de los otros aparece como inevitable.

Ainda na região Nordeste, é válido mencionar as pesquisas de Mariana Zanchetta Otaviano (2019) realizadas no território indígena Kapinawá, no Vale do Catimbau, nas quais ela propõe a construção de uma arqueologia decolonial capaz de abordar os registros rupestres existentes na área. Por meio do conceito de “estratigrafia das vozes”³⁸, a pesquisadora analisa como os sítios arqueológicos têm sido apropriados pela comunidade e como eles contribuem para a formulação de significados e conhecimentos sobre as materialidades. Otaviano destaca a reprodução da lógica colonial nos discursos acadêmicos, que muitas vezes invisibilizam e invalidam outros saberes na construção desses discursos, criando assim assimetrias de conhecimento e resultando na produção de hierarquias. A partir dessa premissa, Otaviano (2019) desenvolve um trabalho que leva em consideração as epistemologias locais para construir novos saberes sobre os registros rupestres, enfatizando que existem diversas possibilidades de interpretação desses registros, e o que ela propõe é apenas uma abordagem mais inclusiva.

Neste trabalho, estabeleci diálogos com os estudos mencionados, demonstrando como a aplicação da perspectiva decolonial tem permitido identificar as alianças e as possibilidades de distanciamento entre as práticas arqueológicas e o processo colonial. Essas iniciativas são inspiradoras diante do meu interesse em questionar interpretações baseadas em um padrão universalista eurocêntrico, propondo outras formas de pensar sobre o período pré-colonial que não estejam fundamentadas na ideia de uma modernidade estabelecida a partir da colonização e que continua sendo mantida por meio das colonialidades. Ao aprofundar-me nas perspectivas decolonial e nos estudos feministas, de gênero e queer, adquiri ferramentas para identificar as colonialidades, seu funcionamento e as possibilidades de ruptura.

³⁸ Otaviano (2019, p. 79) desenvolve a ideia da Estratigrafia das Vozes, distribuindo, metaforicamente, os conhecimentos produzidos em um estrato para analisar o perfil, percebendo as diversas vozes que compõem esta estratigrafia. As vozes acadêmicas, ditas científicas estão nas partes superiores desta escavação epistemológica e as outras formas de conhecer estão abaixo destas vozes “oficiais”. Nessa escavação de conhecimentos chego aos estratos mais profundos, a saberes mais antigos, que acabaram sendo soterrados pela camada anterior.

2. ESTUDOS CRÍTICOS E A ARQUEOLOGIA – CONVERGÊNCIAS PARA UMA ABORDAGEM CONTRA HEGEMÔNICA

Este capítulo tem como objetivo contextualizar algumas provocações dos estudos de gênero e das teorias *Queer*, estabelecendo um diálogo com a perspectiva decolonial, com a intenção de problematizar os discursos arqueológicos construídos em relação aos registros rupestres da região do Parque Nacional Serra da Capivara. Nesse diálogo, busco identificar possibilidades de produção de conhecimento arqueológico, levando em consideração sua relação com a matriz colonial de poder³⁹, bem como as oportunidades de desobediência. Ao refletir sobre essas questões, percebo nos estudos de gênero uma potencialidade de transformação social, destacando o papel que os discursos arqueológicos podem desempenhar na construção de projetos futuros para contextos latino-americanos (BENAVIDES, 2011).

É importante compreender que os campos dos estudos feministas, de gênero e *Queer*, assim como qualquer movimento social, político, filosófico, entre outros, não são homogêneos, pois são compostos por indivíduos com suas particularidades e pluralidades, em consonância com contextos históricos, sociais e políticos mais amplos. Portanto, se defendemos a pluralidade em nossas sexualidades e identidades de gênero, não faz sentido exigir que esses movimentos sejam baseados em uma única e homogênea perspectiva, pois isso seria contraditório. Na minha visão, o que deve estar em acordo é o combate às diversas formas de violência estruturadas e naturalizadas por este sistema simbólico colonial que se autodenomina modernidade e que estabelece significados, valores, normas, proibições e permissões relacionadas a gênero, sexualidade, raça/etnia, classe social, idade, religião, entre outros.

A partir das ideias de "cumplicidade subversiva" (GROSFOGUEL, 2003) e ecologia dos saberes, esforcei-me para estabelecer um diálogo entre diferentes epistemologias, a fim de discutir diferentes concepções de gênero, na tentativa de enfraquecer os blocos de poder dominantes. No caso desta pesquisa, essa abordagem possibilitou a constituição de um *corpus* adequado para analisar parte dos discursos arqueológicos elaborados para o contexto do Parque Nacional Serra da Capivara.

³⁹ Para Catherine Walsh e Walter D. Mignolo em "On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis" (Sobre a decolonialidade: conceitos, análises, práxis) Os três pilares da matriz colonial do poder são: o racismo, sexismo e exploração da natureza (WALTER and CATHERINE, 2018, p.10). De acordo com Mignolo: "Na sua formulação original por Quijano, o "patrón colonial de poder" (matriz colonial de poder) foi descrito como quatro domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade." (MIGNOLO, 2017, p. 5)

2.1. ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISMOS

A partir de uma perspectiva dominante do feminismo, sua história pode ser dividida em três ondas com características específicas (RIBEIRO, 2017). Atualmente, tem-se percebido os contornos de uma quarta onda, especialmente com o uso das redes sociais como ferramentas e espaços de militância e subjetividades (PEREZ, RICOLDI, 2019). No entanto, não há um consenso entre as feministas sobre a divisão precisa dessas ondas. Para situar e explicar sucintamente essas abordagens, reconheço a virada do século XIX, entre as décadas de 1880 e 1920, como a "primeira onda", quando os movimentos contra a discriminação feminina em várias partes do mundo ganharam maior destaque com o chamado "sufragismo", que reivindicava o direito ao voto para as mulheres. Nesse momento histórico, ainda não se utilizava o conceito de gênero como uma categoria. O que estava em foco era a categoria "mulher".

Segundo a socióloga brasileira Marlise Matos (2008), a primeira onda "tratou-se de uma luta pela afirmação da condição fundamental e democrática da igualdade política entre os sexos" (MATOS, 2008, p. 338). Conforme aponta a filósofa brasileira Djamila Ribeiro (2018), no Brasil, uma figura importante nesse debate foi Nísia Floresta, educadora, escritora, feminista republicana e abolicionista, nascida no Rio Grande do Norte. Um marco da primeira onda no país foi a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922, que reivindicava o sufrágio feminino e o direito ao trabalho sem a necessidade de autorização do marido (RIBEIRO, 2018, p. 45).

Nesse mesmo sentido, vale ressaltar que a historiadora Guacira Louro (1997) destaca que, no final da década de 1960, os movimentos feministas adentraram o campo das construções teóricas, marcando o início da "segunda onda". Na verdade, os movimentos intelectuais que surgiram na época estavam preocupados em evidenciar as causas mais profundas da opressão das mulheres, como os universalismos e essencialismos construídos pelo patriarcado. No contexto do pós-guerra, a efervescência social e política foi marcada por publicações que se tornaram referências fundamentais nos estudos feministas até hoje, como "O Segundo Sexo"⁴⁰, de Simone de Beauvoir (1949), "A Mística Feminina"⁴¹, de Betty Friedan (1963), e "A Política Sexual"⁴², de Kate Millett (1969). A partir dessas publicações, as questões feministas adentraram o espaço acadêmico, levando para as universidades e escolas as questões que mobilizavam a produção científica nos estudos sobre as mulheres (LOURO, 1997, p. 15-16).

⁴⁰ Le Deuxième Sexe

⁴¹ The Feminine Mystique

⁴² Sexual Politics

Segundo Djamila Ribeiro (2018), a "segunda onda" surge em um momento de crise da democracia e reação conservadora. Especificamente na América Latina, vivia-se uma época de intensa repressão no contexto da Ditadura Civil-Militar, trazendo novas demandas para a luta, como a valorização do trabalho das mulheres, o direito ao prazer feminino e a luta contra a violência sexual. Para a socióloga nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2021), a "segunda onda" feminista é marcada pela ideia de que o gênero é socialmente construído, ou seja, as diferenças entre machos e fêmeas estão enraizadas em práticas sociais e não em fatores biológicos (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 36).

A "terceira onda" feminista, segundo Djamila Ribeiro (2018), tem seu início na década de 1990, com a publicação do livro "Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade", da filósofa estadunidense Judith Butler, que também é considerada uma das principais responsáveis pela popularização das teorias Queer no meio acadêmico. A partir dessa publicação de Butler, as discussões sobre os paradigmas estabelecidos nos períodos anteriores se intensificaram, incluindo a desconstrução das teorias feministas e das representações que pensam a categoria de gênero de forma binária.

Nesse período, outras publicações de feministas negras apresentaram questões relevantes para o debate, destacando-se as autoras bell hooks (1981), Angela Davis (1981), Patrícia Hill Collins (1990) e a brasileira Lélia Gonzalez (1983). Em conjunto, essas autoras apontaram para a necessidade de se pensar o feminismo a partir da noção de interseccionalidade entre gênero, raça e classe, levando em consideração as especificidades de cada uma. Sobre esse tema, a socióloga brasileira Izadora Xavier Monte (2013) destaca que essa "terceira onda" surge a partir da dúvida em relação à possibilidade de acumulação sistemática de conhecimento sobre as causas da opressão das mulheres. Ao mesmo tempo, identificam e problematizam a universalização da categoria mulher construída na primeira e segunda onda, reconhecendo que ela expressa uma ideia de mulher branca e de classe média, com demandas diferentes das mulheres negras e pobres.

De acordo com as sociólogas Olívia Perez e Arlene Ricoldi (2019), a "quarta onda" feminista pode ser considerada como a que estamos vivendo atualmente, sendo caracterizada pelos avanços tecnológicos proporcionados pela popularização da internet, o que permitiu uma maior democratização na construção e na divulgação de ideias. Por meio das redes sociais digitais, ideias que antes estavam restritas a um pequeno grupo de pessoas conseguiram alcançar proporções maiores. Segundo as autoras, por ainda estar em andamento, a "quarta onda" está em constante processo de elaboração, apresentando algumas características frequentemente observadas:

O uso em massa de redes sociais e da tecnologia, e, portanto, um ativismo amplamente digital (como o “feminismo de hashtag”); aprofundamento de discussões sobre identidade e corpo, como a nova visibilidade da questão trans e da gordofobia, por exemplo; e, por fim, novos ativismos em torno de questões ainda não resolvidas, mas já levantadas em outros momentos do feminismo: violência (estupros coletivos, assédio em transportes) (SOLLE, 2015, apud PEREZ; RICOLDI, 2019, p. 5).

Segundo Matos (2008), a “quarta onda” do feminismo brasileiro e latino-americano se caracteriza, entre outras coisas, pela institucionalização das demandas das mulheres e do feminismo, bem como pelo processo de institucionalização de Organizações Não Governamentais (ONGs) e redes feministas, com uma maior preocupação em relação às identidades de gênero e aos estudos decoloniais (MATOS, 2008).

De forma geral, em torno dessas ondas do feminismo surgem reflexões sobre a incorporação do conceito de gênero, considerando suas implicações políticas. Joan Scott (1995) explica que inicialmente o termo gênero era utilizado como sinônimo de “mulheres”, e a mudança terminológica de estudos das mulheres para estudos de “gênero” tinha o objetivo de conferir um caráter mais científico a esses estudos, “pois ‘gênero’ tem uma conotação mais objetiva e neutra do que mulheres” (SCOTT, 1995, p. 75). Isso pode explicar por que grande parte dos estudos feministas e de gênero realizados nas últimas décadas são considerados equivalentes. Na opinião de Berenice Bento (2015), a mudança de denominação de estudos das mulheres - ou estudos feministas - para estudos de gênero, na década de 1970, “não representou uma mudança de abordagem, uma vez que a perspectiva relacional, como preocupação metodológica, ainda não foi totalmente incorporada” (BENTO, 2015, p. 49).

Linda Nicholson (1994), uma das pesquisadoras feministas que, juntamente com Joan Scott (1995), Judith Butler (2021) e Gayle Rubin (1994), criticou o caráter essencialista dos feminismos da primeira onda, afirma que o gênero tem suas raízes na combinação de duas ideias importantes do pensamento ocidental moderno: a base material da identidade e a construção social do caráter humano. Para a autora, somente no final da década de 1960, com o início da segunda onda feminista, é que surgiram os debates que apontaram a natureza sexista na conceituação de gênero, baseada na oposição binária masculino/feminino, ou seja, a partir do sexo biológico.

Gênero é uma palavra estranha dentro do feminismo. Embora muitos de nós assumam que tem um significado claro e comumente entendido, na verdade é usado de pelo menos duas maneiras muito diferentes e, de fato, um tanto contraditórias. Por um lado, o gênero foi desenvolvido e ainda é frequentemente usado como um termo contrastante ao sexo, para descrever o que é socialmente construído em oposição ao que é biologicamente dado. Nesse uso, geralmente

se pensa que gênero se refere a traços de personalidade e comportamento em distinção ao corpo. Aqui, gênero e sexo são entendidos como distintos. Por outro lado, gênero tem sido cada vez mais usado para se referir a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo aquelas construções que separam corpos "femininos" de corpos "masculinos".⁴³ (NICHOLSON, 1994, p. 79)

No Brasil, na década de 1990, Guacira Louro (1997) apresentou o gênero como uma categoria analítica. Ao revisar as teorias desenvolvidas nos estudos feministas, a autora propõe um pensamento plural que analisa profundamente as representações sociais, desconsiderando os argumentos biológicos e culturais de desigualdade que têm o sujeito masculino como referência. Baseando-se nos estudos de Foucault (1976) sobre as histórias da sexualidade, Louro (1997) propõe um exercício de rompimento com o pensamento dicotômico: feminino em oposição ao masculino, razão/sentimento, teoria/prática, público/privado, entre outros.

De fato, o debate sobre a compreensão do gênero como uma construção social ganhou força durante a segunda onda feminista, quando foi utilizado pela primeira vez pelo psiquiatra norte-americano Robert Stoler em 1968. Para a socióloga nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2021), essa discussão foi considerada radical na época, uma vez que as diferenças de gênero sempre estiveram ligadas ao sexo biológico, e ao demonstrar que essas diferenças não eram determinadas pela natureza, mas sim pelo meio social, elas passaram a ser vistas como mutáveis e, portanto, passíveis de transformação. Por isso, os estudos de gênero se tornaram fundamentais em muitos discursos feministas. Oyěwùmí (2021) reflete sobre as categorias sociais de gênero a partir de uma perspectiva Iorubá, desmistificando e superando os universalismos de gênero impostos pelo regime colonial. Para a autora, a universalidade atribuída à assimetria de gênero sugere uma base biológica, uma vez que a anatomia humana é universal, enquanto as culturas se expressam por meio de uma infinidade de vozes (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 36).

Diante desse cenário, surgem questionamentos em relação à universalidade das categorias de gênero e sexo. Essas provocações também serão abordadas nas perspectivas decoloniais e contra-hegemônicas, como uma possibilidade de combater a colonialidade de gênero.

⁴³ Gender is a strange word within feminism. While many of us assume it has a clear and commonly understood meaning, it is actually used in at least two very different and, indeed, somewhat contradictory ways. On the one hand, gender was developed and is still often used as a contrasting term to sex, to depict that which is socially constructed as opposed to that which is biologically given. On this usage, gender is typically thought to refer to personality traits and behavior in distinction from the body. Here, gender and sex are understood as distinct. On the other hand, gender has increasingly become used to refer to any social construction having to do with the male/female distinction, including those constructions that separate "female" bodies from "male" bodies.

2.2.COLONIALIDADE DE GÊNERO E FEMINISMO DECOLONIAL

Os feminismos de política decolonial não têm por objetivo melhorar o sistema vigente, mas combater todas as formas de opressão. Justiça para as mulheres significa justiça para todos. Eles não cultivam esperanças ingênuas, não se alimentam do ressentimento ou da amargura. Nós sabemos que o caminho é longo e cheio de percalços, porém guardamos na memória a coragem e a resistência das mulheres racializadas ao longo da história. Não se trata, portanto, de uma nova onda do feminismo, e sim da continuação das lutas de emancipação das mulheres do Sul global. (VERGÈS, 2020, p. 42)

A historiadora francesa Françoise Vergès (2020) levanta questionamentos sobre como o feminismo hegemônico, principalmente o branco e europeu, ao vincular suas demandas ao sistema capitalista, perpetuou as opressões enfrentadas pelas mulheres racializadas. No prefácio de sua obra, a autora destaca que "o confinamento nos países europeus, no início da pandemia de Covid-19, ilumina mais do que nunca as diferenças de classe, gênero e raça" (VERGÈS, 2020, p. 14). Dessa forma, considerando as interseccionalidades das opressões e as lutas históricas, a autora propõe:

Um feminismo decolonial radicalmente antirracista, anticapitalista e anti-imperialista. **Um feminismo à escuta dos combates das mulheres mais exploradas, das empregadas domésticas, das profissionais do sexo, das queer, das trans, das migrantes, das refugiadas e daquelas para quem o termo “mulher” designa uma posição social e política, não estritamente biológica.** Um feminismo, não o feminismo, e, portanto, aberto a questionamentos, à possibilidade de rever suas análises, que não busca o reconhecimento das instituições, mas que se ancora nas lutas, com suas perdas e alegrias (VERGÈS, 2020, p. 13-14, grifo meu).

Intelectuais como Lélia Gonzalez (1983), María Lugones (2007), Rita Laura Segato (2012) e outros já defendiam propostas semelhantes de feminismo decolonial na América Latina. Esse feminismo decolonial está alinhado ao combate ao que a socióloga argentina María Lugones (2007) chamou de "colonialidade de gênero", buscando questionar e intervir nas formas de preconceito e desigualdade geradas pelo regime colonial nas Américas, África e Ásia, que persistem até os dias de hoje por meio das colonialidades. Essas abordagens evidenciam os impactos causados na vida daqueles que se opõem a esse sistema.

A missão civilizatória usou a dicotomia hierárquica de gênero como avaliação, mesmo que o objetivo do juízo normativo não fosse alcançar a generização dicotomizada dos/as colonizados/as. Tornar os/as colonizados/as em seres humanos não era uma meta colonial (LUGONES, 2014, p. 937).

O conceito de colonialidade de gênero foi desenvolvido por Lugones (2007), que reconheceu a importância do Grupo Modernidade/Colonialidade e do conceito de colonialidade do poder de Aníbal Quijano, mas destacou a incapacidade desse modelo em abarcar todos os

impactos da colonização sobre o gênero e a sexualidade. Segundo a autora, o próprio conceito de gênero foi inventado durante a colonização, resultando na destruição de povos e cosmologias como parte do projeto de modernidade colonial (LUGONES, 2007, p. 186). Portanto, é importante relacionar o gênero como uma categoria fundamental de dominação na instituição e fundação da Modernidade/Colonialidade.

De acordo com Lugones (2014), a colonialidade do gênero estabeleceu a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e inventados, nos quais cada pessoa, no contexto colonial, era vista como um ser vivo, histórico e totalmente caracterizado. A autora explica que, no sistema moderno colonial, apenas os "civilizados" eram classificados como homens e mulheres, ou seja, humanos, enquanto os povos nativos das Américas e os povos africanos escravizados eram classificados como não-humanos. Mantendo o padrão dicotômico da colonização, mesmo que a compreensão do sexo não fosse dimórfica na época, os animais eram classificados como macho x fêmea, sendo o macho considerado a perfeição e a fêmea vista como a inversão e a deformação do macho.

O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês (LUGONES, 2014, p. 936).

Nessa concepção, Lugones (2007) aponta que, dentro do sistema colonial moderno de gênero, as mulheres indígenas e negras não estão representadas nem na categoria universal de "mulher", nem nas categorias "indígena" e "negro". Portanto, não é possível fazer uma interseccionalidade dessas categorias, de forma que não existe "mulher negra" nem "mulher indígena", sendo necessária a criação de novas classificações que sejam especificamente representativas. A autora levanta essa questão para apontar as generalizações presentes nas teorias feministas, que excluem mulheres com especificidades relativas à raça e à classe. Como proposta para superar essa dominação colonial, Lugones (2007) propõe construir um feminismo decolonial preocupado em construir categorias representativas para os subalternizados da modernidade e da colonialidade (LUGONES, 2007, p. 193). Essa proposta estende sua análise ao gênero, negando a inseparabilidade de sexo e gênero defendida no feminismo da primeira onda.

Lugones (2014) afirma que a colonialidade do gênero persiste na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial. Na tentativa de explicitar essas relações, a autora propõe um quadro conceitual não como uma abstração da

experiência vivida, mas como forma de compreender o que está oculto em nossas compreensões sobre raça e gênero e suas relações com a heterossexualidade normativa (LUGONES, 2014, p. 395).

Sobre isso, a teórica cultural chicana, Gloria Anzaldúa (2004), afirma que todos os privilégios sociais foram destinados aos homens, autorizando-os a exercer poder dentro da família e nos espaços de poder formais, além de legitimar a heterossexualidade como o único modelo possível de sexualidade, relegando aos demais o lugar de abjeto e/ou desviado. Ao refletir sobre o processo de naturalização dessas relações, a autora revela que "o respeito envolve uma série de regras que mantêm as categorias sociais e hierarquias em ordem: o respeito é reservado à avó, ao pai, ao patrão, aos detentores de poder na comunidade" (ANZALDÚA, 2004, p. 75, tradução minha).

Nas suas problematizações teóricas, María Lugones (2014, p. 942), citando Oyèrónké Oyěwùmí (1997), diz que "[...] o sistema de gênero é não só hierárquico, mas também racialmente diferenciado, e a diferenciação racial nega humanidade e, portanto, gênero, às colonizadas". Sendo assim, a autora aponta para a necessidade de construir novos olhares para um feminismo sem sujeito universal, afastando-se de um padrão hegemônico ao se aproximar dos protagonistas locais e das distintas realidades que compõem essas histórias, esses corpos.

O sistema de poder global, capitalista, moderno colonial, que Quijano (2005) caracteriza como tendo início no século XVI nas Américas e em vigor até hoje, deparou-se não com um mundo de mentes vazias e animais em evolução, mas sim com um território habitado por seres culturais, políticos, economicamente organizados e religiosamente complexos: indivíduos que mantinham relações complexas com o cosmo, com outros seres, com a natureza, com os seres vivos, com o inorgânico; seres cuja expressividade sexual, estética e linguística, cujos saberes, noções de espaço, expectativas, práticas, instituições e formas de governo deveriam ter sido reconhecidos, compreendidos e interconectados em cruzamentos, diálogos e acordos que nunca ocorreram (LUGONES, 2014).

Da mesma forma, Oyèrónké Oyěwùmí (2021) argumenta como a narrativa da corporeidade sexista que domina a interpretação ocidental do mundo social é uma narrativa cultural que não pode ser projetada acriticamente para outras culturas. A autora afirma que o gênero é social e historicamente construído, não podendo ser entendido como um ponto de partida universal ou como correspondente cultural do sexo biológico. Além disso, Oyèrónké Oyěwùmí (2021) destaca que a atual imposição do gênero como categoria social atemporal não pode ser dissociada do domínio das culturas europeias e estadunidenses no sistema global, nem da ideologia do determinismo biológico que sustenta os sistemas de conhecimento ocidentais.

De acordo com Lugones (2007), essas projeções têm suas raízes na colonialidade do poder, que, como afirma Quijano (2001), está estruturada em relações de dominação, exploração e conflito à medida que os atores sociais lutam pelo controle das "quatro áreas básicas da existência humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos" (QUIJANO, 2001 e 2002, citado por LUGONES, 2007, p. 187). Assim, Lugones propõe focar na subjetividade/intersubjetividade para afirmar que romper com o pacto colonial de opressões é romper com as fontes subjetivas e intersubjetivas de agenciamento das pessoas colonizadas. A autora define a opressão de gênero racializada e capitalista como "colonialidade do gênero" e a possibilidade de superação dessa colonialidade do gênero como "feminismo decolonial" (LUGONES, 2014). Dessa forma, a colonialidade do gênero está intrinsecamente ligada ao feminismo decolonial, ao propor um feminismo sem sujeito que busca evidenciar as violências de gênero sem necessariamente utilizar a noção de mulher.

Os estudos de Segato contribuem para a construção desse feminismo decolonial ao fornecer subsídios para pensar gênero, raça e classe de forma interconectada. Ao contrário de sua compatriota Maria Lugones (2008, p. 90), que defende a ideia do patriarcado como elemento introduzido pelo sistema colonial, Segato utiliza a noção de "patriarcado de baixa intensidade" ou "baixo impacto". Baseando-se em diferentes mitos sobre a criação do mundo, Segato mostra como, em várias culturas espalhadas por todos os continentes, incluindo Xerente, Ona, Baruya, Masai,⁴⁴ entre outros, o papel da mulher no processo de criação do mundo é subestimado (SEGATO, 2016, p. 112; 2021, p. 66-67).

Para Segato (2016), o patriarcado, ou seja, as relações de gênero baseadas na desigualdade, é a estrutura política mais arcaica e duradoura da humanidade. Essa estrutura, embora se manifeste de maneira mais evidente e violenta durante o processo de colonização, antecede a invasão europeia. Segundo a autora, a ocupação dos territórios coloniais seria impossível sem a existência prévia desse patriarcado de baixa intensidade:

⁴⁴ "Isso permite uma comparação muito próxima com o modelo que estou propondo como perspectiva de gênero decolonial, particularmente no que diz respeito à minha leitura da narrativa adâmica, que introduziu a fraqueza moral da mulher no mito de origem judaico-cristã através da história da tentação de Eva. Mas essa estrutura mítica não se restringe ao Ocidente, já que numerosos povos espalhados pelos cinco continentes incluem em seus mitos de origem diferentes versões da mesma história: a transgressão, a desobediência e a fraqueza moral das primeiras mulheres, cujo castigo deu origem a as regras que permitiram o surgimento da sociedade humana. As mulheres são preguiçosas, fracas e suscetíveis à tentação através do desejo sexual, desobediência, descuido, autoindulgência, indolência, preguiça. As mulheres "comem a maçã", negligenciam o gado como entre os Masai, ou deixam o sangue menstrual na flauta como entre os Baruya, seguido de punição divina pela transgressão, desobediência ou crime feminino, dando assim origem à origem de um diversidade de povos que assim obedecerão à lei divina. Esses são apenas alguns dos muitos discursos fundadores do patriarcado, exemplos de seus muitos disfarces mítico-religiosos. Os Ona, Piaroa, Masai, Baruya, Xerente e muitos outros povos do mundo narram sua origem por meio de uma estrutura narrativa desse tipo." (SEGATO, 2021, p. 67, tradução minha)

Que torna os homens dóceis ao mandato da masculinidade e, portanto, vulneráveis à exemplaridade da masculinidade vitoriosa; os homens dos povos derrotados funcionarão assim como uma peça articulada entre dois mundos, divididos entre duas lealdades: ao seu povo, por um lado, e ao mandato da masculinidade, por outro⁴⁵ (SEGATO, 2016, p. 19, tradução minha).

Essa divergência de pensamentos, proposta por Segato e sua concepção de uma nomenclatura de gênero anterior à invasão europeia, é relevante, uma vez que se baseia em evidências históricas e relatos etnográficos para construir essa narrativa. Isso abre a possibilidade de considerar outras formas de organização de gênero em sociedades pré-coloniais, o que auxilia nas leituras produzidas sobre as classificações de sexo/gênero encontradas nas pesquisas sobre os registros rupestres.

Nesse sentido, inspirado pelos feminismos decoloniais, esta pesquisa empreendeu esforços para identificar narrativas normativas que se fundamentam na noção de heterossexualidade compulsória como padrão universal de organização de gênero nas sociedades. Denuncia-se, assim, o caráter moderno de categorias como homem, mulher, homossexualidade, entre outras. Problematisa-se a forma como essas categorias são operacionalizadas no texto, no âmbito social e ideológico, na elaboração de discursos científicos sobre o passado pré-colonial do PNSC. Nesse movimento, buscou-se estabelecer possibilidades de aproximação entre as propostas do feminismo decolonial e as teorias Queer, em uma posição de cumplicidade subversiva.

2.3.PROVOCAÇÕES QUEER

Meu entendimento de *queer* é um termo que deseja que você não precise apresentar uma carteira de identidade antes de entrar em uma reunião. Os heterossexuais podem aderir ao movimento queer. Os bissexuais podem aderir ao movimento queer. *Queer* não é ser lésbica. *Queer* não é ser gay. É um argumento contra a especificidade lésbica: se eu sou lésbica, tenho que desejar de uma certa maneira. Ou se sou gay, tenho que desejar de uma certa maneira. *Queer* é um argumento contra certa normatividade, o que é uma identidade lésbica ou gay adequada (BUTLER, 2001. Tradução minha).⁴⁶

⁴⁵ que torna a los hombres dóciles al mandato de masculinidad y, por lo tanto, vulnerables a la ejemplaridad de la masculinidad vitoriosa; los hombres de los pueblos vencidos irán así a funcionar como pieza bisagra entre dos mundos, divididos entre dos lealtades: a su gente, por un lado, y al mandato de masculinidad, por el otro.

⁴⁶ “My understanding of *Queer* is a term that desires that you don't have to present an identity card before entering a meeting. Heterosexuals can join the *Queer* movement. Bisexuals can join the *Queer* movement. *Queer* is not being lesbian. *Queer* is not being gay. It is an argument against lesbian specificity: that if I am a lesbian I have to desire in a certain way. Or if I am a gay I have to desire in a certain way. *Queer* is an argument against certain normativity, what a proper lesbian or gay identity is.” **Disponível em:** <http://criticaltheorylibrary.blogspot.com/2011/05/judith-butler-desire-for-philosophy.html> **Acesso em:** 14 de setembro de 2022.

Pensando nas origens das teorias Queer, uma parte significativa do referencial teórico situa seu surgimento inicial nos Estados Unidos, no final da década de 1980, como uma crítica aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e de gênero (WILSON, 2011, p. 2; MISKOLCI, 2009, p. 150-151 e VOSS 2000, p. 184-185). Influenciadas pelos estudos gays e lésbicos, pelos feminismos e pelas ideias pós-estruturalistas, as teorias *Queer* não são consideradas uma teoria unificada, como afirma Hall (2003, p. 5). Assim, é mais apropriado afirmar que as teorias *Queer* são um conjunto de teorias que se aplicam a diferentes campos epistemológicos, como a arqueologia, por exemplo. Em resumo, essas teorias partem de uma crítica comum, que é a cultura binária europeia responsável pela domesticação, assimilação e exclusão de corpos, ressoando, assim, com os estudos críticos sobre colonialismo e colonialidade já discutidos neste trabalho. A cultura binária europeia impõe uma cadeia causal entre anatomia, sexualidade e gênero, baseada em características físicas pré-determinadas, como a aparência dos genitais.

Na perspectiva do Norte Global, a década de 1980 é um marco para essas articulações teóricas, considerando tanto os fatores históricos e sociológicos quanto o contexto político da época. Os anos 1980 foram marcados pelo autoritarismo da política de direita conservadora em todo o mundo, com figuras como Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981-1989), Margaret Thatcher no Reino Unido (primeira-ministra de 1979 a 1990) e no Brasil, que vivia sob o regime militar desde o golpe de 31 de março de 1964, que se estendeu até 1985. Além disso, havia a recusa dos governos conservadores em lidar com a crescente epidemia de AIDS, a Síndrome da Imunodeficiência Humana transmitida pelo vírus HIV, que foi identificada pela primeira vez em 1981. Essa situação "desencadeou uma forte reação em certos setores do ativismo gay e lésbico da época, culminando na criação de movimentos mais críticos e combativos, como o ACT UP⁴⁷ e o Queer Nation⁴⁸" (MISKOLCI, 2013, p. 39; ver mais em MISKOLCI, 2011, p. 57; COLLING, 2012, p. 113; SEDGWICK, 2007, p. 31, WILSON, 2011).

De acordo com Miskolci (2009, p. 151), o termo Teoria *Queer* foi utilizado pela primeira vez em fevereiro de 1990, durante uma conferência na Califórnia, pela feminista italiana Teresa De Lauretis, como uma forma de teorizar os estudos gays e lésbicos e romper com a hegemonia binária colonial, buscando dar visibilidade aos corpos historicamente esquecidos, silenciados,

⁴⁷ O ACT UP é um grupo diverso e apolítico de indivíduos unidos pela raiva e comprometidos com a ação direta para acabar com a crise da AIDS. **Disponível em:** <https://actupny.com/> **Acesso em:** 14 de setembro de 2022.

⁴⁸ Queer Nation é uma organização ativista LGBT fundada na cidade de Nova York em março de 1990 por ativistas da AIDS da ACT UP New York (a AIDS Coalition to Unleash Power). Os quatro fundadores (Tom Blewitt, Alan Klein, Michelangelo Signorile e Karl Soehnlein) ficaram indignados com a escalada da violência contra pessoas LGBT nas ruas de Nova York e com a continuidade da discriminação anti-gay na cultura em geral. Nossa missão ao longo de nossa história tem sido eliminar a homofobia e aumentar a visibilidade LGBT. **Disponível em:** <https://queernationny.org/> **Acesso em:** 14 de setembro de 2022.

patologizados e medicalizados nas narrativas sobre sexualidade. No entanto, o termo *Queer* é muito mais antigo e era usado pejorativamente para atacar pessoas homossexuais e, principalmente, aquelas que se desviavam das normas de gênero (MISKOLCI, 2014, p. 8). Não havendo uma tradução literal para o português, o termo *Queer* pode ser equivalente a "pessoas estranhas, diferentes, anormais, bichas, sapatões, etc." (BANDEIRA, 2019, p. 3).

Por sua vez, o arqueólogo Arkley Bandeira (2019) retoma as ideias de Caterina Alessandra Rea e Izzie Madelena Santos Amancio, atribuindo o pioneirismo do termo *Queer* à escritora norte-americana Gloria Anzaldúa, que o utilizou como uma posição epistemológica em 1987, com a publicação de *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. Bandeira (2019) ressalta que a perspectiva de Anzaldúa era:

Desestabilizar as fronteiras sexuais, de gênero, mas também raciais, culturais, linguísticas e de classe, pelo fato dela mesma se considerar uma chicana em terras estadunidenses e escrever seus textos em castelhano e inglês. Além do mais, a própria autora se autodenominava de *Queer*, conforme narrado no texto *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. (REA e AMANCIO, 2018 apud BANDEIRA, 2019, p. 6).

Seguindo essa linha de raciocínio, é importante destacar que a colonialidade do saber nos condiciona a conceituar um marco temporal e territorial para os grandes acontecimentos, a exemplo, uma normatização em apontar o Norte Global como pioneiros nos estudos e/ou descobertas. Como vai ser apresentado na bibliografia das teorias *Queer*, existe quase um consenso entre os pesquisadores que atribuem a Teresa de Lauretis a aplicação do termo “Teoria *Queer*” em uma conferência em 1990, invisibilizando inclusive os escritos de Glória Anzaldúa (1983). Nessa perspectiva, é importante salientar que, antes mesmo do surgimento dos estudos *Queer* como um campo acadêmico, o Brasil também contava com grupos de resistência e teorias que abordavam questões semelhantes às problemáticas tratadas pelas teorias *Queer*, especialmente no que diz respeito às experiências e vivências de corpos considerados indesejáveis. Reconhecer essas experiências localizadas no contexto brasileiro constitui uma tentativa de descolonizar as teorias *Queer*, levando em consideração questões históricas e políticas específicas da realidade brasileira.

Nesse sentido, ressalto a atuação do grupo SOMOS⁴⁹, fundado pelo escritor brasileiro João Silvério Trevisan, no ano de 1978. Trevisan é autor dos livros “Testamento de Jônatas deixado a David” de 1976, que traz 20 contos com temática predominantemente homossexual, e “Devassos no Paraíso” de 1986, trabalho pioneiro sobre a homoafetividade no Brasil desde 1500

⁴⁹ O Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, mais conhecido como apenas Somos, foi um grupo em defesa dos direitos LGBT, fundado em 1978, considerado o primeiro grupo brasileiro em defesa desses direitos. (GREEN, 2000, p. 307)

até os dias atuais⁵⁰. Trevisan foi um dos fundadores do jornal “Lampião da Esquina”⁵¹, primeiro jornal dedicado ao público homossexual, que circulou no país entre os anos de 1978 a 1981, e que tinha como objetivo desconstruir os “estereótipos” sobre a população gay, construindo uma sociedade mais plural. (FERREIRA, 2012)

O que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dada aos ademanos e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que se desejaria ter. Para acabar com essa imagem-padrão, LAMPIÃO não pretende solucionar a opressão nossa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não-reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz (LAMPIÃO, abril de 1978; p. 2).

Dessa forma, o jornal “Lampião da Esquina” não apenas abordou questões relacionadas à comunidade gay, mas também se preocupou em questionar assuntos relacionados às chamadas “minorias” formadas por feministas, ativistas das causas negras e indígenas (MACRAE, 2018, p. 27), divulgando as opressões e formas de marginalização. É importante destacar que, em um momento de grande repressão, o jornal atuou em uma posição aliada aos grupos marginalizados.

As lutas das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos índios, dos prisioneiros – categorias historicamente silenciosas – têm nos ensinado que a História tem sujeitos e objetos, aqueles que falam e aqueles de quem se fala, mas que também os sujeitos variam durante o processo. Estas lutas têm nos ensinado que o conhecimento pode ser sinônimo de poder e que a fala torna visíveis questões concretas, mas não conhecidas, não registradas, portanto, sem existência histórica. Essa fala, no entanto, ao mesmo tempo que revolucionária, é conservadora por ser parte de uma linguagem, desta mesma linguagem que por tanto tempo manteve invisíveis as categorias de pessoas que agora começam a tentar um autoconhecimento, tentando afirmar-se como sujeitos de sua própria história (LAMPIÃO, maio de 1978; p. 2).

Sendo assim, gostaria de trazer para o debate que, apesar do nome em inglês e de toda a importância que o movimento de resistência e ativismo gay e lésbico do *Queer Nation* nos Estados Unidos representa, é importante destacar que em diversas partes do mundo outros coletivos se organizavam e lutavam pelos direitos LGBTQIA+ e contra a homofobia. As

⁵⁰ Uma 4ª edição foi lançada em 2018 trazendo novos capítulos, imagens e textos atualizados sobre as lutas e conquistas dos direitos LGBT ocorridos no século XXI.

⁵¹ Jornal produzido por intelectuais gays brasileiros “os jornalistas Adão Acosta, Aguinaldo Silva, Antônio Chrysóstomo, Clóvis Marques, Francisco Bittencourt, Gasparino Damata, João Antônio Mascarenhas, o pintor Darci Penteado, o crítico de cinema Jean-Claude Bernardet, o escritor e cineasta João Silvério Trevisan e o antropólogo Peter Fry.” (MACRAE, 2018; p. 146). Um acervo digital com todas as edições do jornal está disponível no portal do Grupo Dignidade: **Disponível em:** <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/> **Acesso em:** 14 de setembro de 2022.

chamadas teorias *Queer* chegaram às universidades latino-americanas no final da década de 1990, conforme apontado por Bandeira (2019, p. 12) e Miskolci (2013, p. 40), por meio da leitura da obra de Judith Butler, uma expoente do feminismo da terceira onda no campo dos estudos de gênero e sexualidade. No entanto, é aceita como uma teoria aparentemente legítima por ser proveniente dos Estados Unidos, nosso novo colonizador, com um nome em inglês que soa sofisticado e que não possui um equivalente na língua portuguesa. Sobre esse ponto, Miskolci reforça que:

Queer é um xingamento, é um palavrão em inglês. Em português, dá a impressão de algo inteiramente respeitável, mas é importante compreender que realmente é um palavrão, um xingamento, uma injúria. A ideia por trás do *Queer Nation* era a de que parte da nação foi rejeitada, foi humilhada, considerada abjeta, motivo de desprezo e nojo, medo da contaminação. É assim que surge o *queer*, como reação e resistência a um novo momento biopolítico instaurado pela AIDS. (MISKOLCI, 2012, p. 24).

Como podemos observar, os debates sobre as teorias *Queer* e seus conceitos e postulados no Brasil não são novidade nos estudos de gênero e sexualidade. No entanto, como apontado pelo linguista brasileiro Mário César Lugarinho (2013, p. 41), "[...] as culturas latinas carecem ainda de estudos mais apropriados, e, por isso, é preciso conformar um modelo de análise que venha a dar conta das especificidades das culturas de língua portuguesa [e latino-americanas]". Seguindo essa linha de pensamento, duas cientistas sociais brasileiras propuseram traduções para a Teoria *Queer*. Berenice Bento (2017a) propôs os Estudos Transviados como uma transcrição cultural idiossincrática para as teorias *Queer* no contexto brasileiro (BENTO, 2017a, p. 240). Por sua vez, a socióloga Larissa Pelúcio problematiza o uso do termo em inglês *Queer* (cuir), uma vez que, em português, ele não possui um significado claro para o senso comum. Assim, mesmo em espaços acadêmicos, o termo não causa o estranhamento e o desconforto que ele busca provocar na língua inglesa. Portanto, a intenção real de utilizar um termo ofensivo para politizá-lo não faz sentido na língua portuguesa. A solução proposta por Pelúcio (2014) seria adotar o termo "teoria cú":

Falar em uma teoria cu é acima de tudo um exercício antropofágico, de se nutrir dessas contribuições tão impressionantes de pensadoras e pensadores do chamado norte, de pensar com elas, mas também de localizar nosso lugar nessa "tradição", porque acredito que estamos sim contribuindo para gestar esse conjunto farto de conhecimentos sobre corpos, sexualidades, desejos, biopolíticas e geopolíticas também (PELÚCIO, 2014, p. 3).

Nesse sentido, concordo com as provocações apresentadas pelas duas cientistas sociais e acredito que ambas as traduções são válidas como uma forma de descolonizar as teorias *Queer*. No entanto, tenho algumas ressalvas em relação à aplicação dessas traduções neste trabalho

específico. Há dois motivos principais para isso: em primeiro lugar, não acredito que nenhuma das traduções transmita o desconforto que a palavra original *Queer* evoca, nem mesmo a "teoria cú". Para quem nasceu e cresceu no nordeste brasileiro, sabe que "cú" é um termo usado em muitas expressões regionais e, por ser comum, não carrega o constrangimento que deveria, assim como os "estudos transviados" soam quase tão amigáveis quanto a palavra *Queer*. Em segundo lugar, não vejo o uso do termo em inglês como uma forma de dominação e/ou opressão que necessariamente precise ser combatida. Ainda mais enfaticamente, acredito que até mesmo as traduções do termo *Queer* como "esquisito, ridículo, estranho, adoentado, veado, bicha louca, homossexual" (BENTO, 2017b, p.33) não seriam capazes de reproduzir o estranhamento original que a proposta Queer pretendia, talvez devido à apropriação desses termos pela comunidade LGBTQIA+ e à sua ressignificação dentro dos espaços de militância⁵². Por isso, optei por manter o termo *Queer*, em itálico, para destacar sua importação e com a inicial maiúscula para enfatizar sua importância nesta pesquisa como um demarcador de fronteiras.

Nesse movimento de apropriação de termos e referências, considerando nossas singularidades latino-americanas, parto também de perspectivas que reconhecem que o regime colonial é fundamentado na cisheteronormatividade, ou seja, na imposição compulsória da cisgeneridade e da heterossexualidade, estabelecendo que nosso gênero deve estar alinhado com nosso sexo biológico e que nossa sexualidade deve ocorrer com uma pessoa do sexo oposto, conforme discutido anteriormente. Nesses termos, as teorias Queer questionam essa prescrição da binaridade de gênero e a imposição da heterossexualidade compulsória, com base em evidências apresentadas por diversos estudos realizados nas últimas décadas, que comprovam a existência de mais de dois tipos de genitália e múltiplas formas de relações entre genitais, cromossomos e hormônios; Anne Fausto-Sterling (2008⁵³; 2000⁵⁴ e 2012⁵⁵); Marilyn Strathern

⁵² Aos espaços de militância eu trato aqui de uma forma mais geral para falar sobre a comunidade LGBTQIA+, que ao meu ver, reconhecem e enxergam, além das diferentes combinações de identidades e sexualidades possíveis na natureza humana, as distintas formas relacionadas ao desejo e ao prazer.

⁵³ "Myths Of Gender: Biological Theories About Women And Men". A partir de evidências biológicas, genéticas, evolutivas e psicológicas, cuidadosamente examinadas, a autora questiona a falta de evidências por trás das ideias sobre diferenças sexuais de base biológica.

⁵⁴ "Sexing the Body: Gender Politics and the Construction of Sexuality" neste livro a autora afirma que as pessoas intersexuais existem como uma das cinco variantes humanas naturais e, como tal, não devem ser forçados a comprometer suas diferenças para se adequar a uma definição social falha de normalidade.

⁵⁵ "Sex/Gender: Biology in a Social World", neste livro a autora apresenta uma maneira relativamente nova de pensar sobre como a diferença biológica pode ser produzida ao longo do tempo em resposta a diferentes experiências ambientais e sociais.

(1998⁵⁶); Margaret Mead (1935); Joan Scott (1995); Judith Butler (2021⁵⁷ e 2018⁵⁸); Donna Haraway (1995); Linda Nicholson (1994); Gayle Rubin (1975 e 1984) e Michel Foucault (1976, 1984⁵⁹).

Em consonância com esse contexto, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2013) considera as diferenças anatômicas visíveis entre os órgãos sexuais masculinos e femininos como uma construção social, que tem sua origem nos princípios da divisão da razão androcêntrica, baseada na divisão dos estatutos sociais atribuídos ao homem e à mulher (BOURDIEU, 2013, p. 30). Essa idealização de gênero, que vincula os corpos a um complexo de significados culturais determinados pelos órgãos genitais, é problematizada por Fausto-Sterling (2000) ao abordar as cirurgias violentas de "adequação" de gênero realizadas em bebês intersexuais recém-nascidos, com o objetivo de estabelecer papéis sociais específicos:

A fim de manter as divisões de gênero, precisamos controlar aqueles corpos que são tão refratários que chegam a apagar as fronteiras. Como os intersexuais literalmente corporificam os dois sexos, contribuem para enfraquecer as afirmações sobre diferenças sexuais” (FAUSTO-STERLING, 2000, p. 27)

Nessa conjuntura, no contexto das teorias *Queer*, somos convidados a refletir sobre gênero por meio da teoria da performatividade de gênero, apresentada por Butler em 1990⁶⁰. No entanto, antes de Butler, o sociólogo Erving Goffman escreveu "A Representação do Eu na Vida Cotidiana", publicado pela primeira vez em 1956. Nesse livro, o autor propõe uma abordagem microsociológica⁶¹ para compreender a vida social, utilizando a perspectiva da representação teatral - ator, papel, cenário, plateia, etc. Para Goffman, a vida social pode ser entendida como um palco onde o indivíduo interpreta papéis sociais, ou seja, comporta-se de acordo com as circunstâncias. Por exemplo, se ele for um político, agirá e utilizará uma linguagem específica publicamente, com decoro. Segundo o autor, uma vez que o indivíduo negocia e percebe o que está em jogo, ele administra o seu "eu" construído para aquela situação, o que Goffman chama

⁵⁶ A Dádiva do Gênero (The Gender of the Gift, publicado originalmente em 1988). A autora apresenta a partir de estudos na Melanésia, como o feminino e o masculino são papéis que mudam em diferentes situações, como foi por muito tempo visualizado por pesquisadores ocidentais.

⁵⁷ Corpos que importam (Bodies That Matter, publicado originalmente em 1996), neste livro Butler argumenta que as teorias de gênero precisam retornar à dimensão mais material do sexo e da sexualidade: o corpo. Problematicando como o poder da hegemonia heterossexual forma a "matéria" de corpos, sexo e gênero. Butler argumenta que o poder opera para restringir o sexo desde o início, delimitando o julga-se como um sexo viável.

⁵⁸ Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.

⁵⁹ História da Sexualidade, obra de Foucault dividida em 3 partes. Nesta coletânea, Foucault tenta descrever o conhecimento histórico, no mundo ocidental, sobre o desejo e o poder que “disciplinava”, ou seja, reprimia e suprimia os mecanismos da sexualidade humana nos discursos científicos desde o final do século XVI.

⁶⁰ Primeira Edição do “Gender Trouble – Feminism and Subversion of Identity.

⁶¹ Goffman abre seu livro esclarecendo que “No meu entender este trabalho serve como uma espécie de manual que descreve detalhadamente uma perspectiva sociológica a partir da qual é possível estudar a vida social principalmente aquela que é organizada dentro dos limites de um prédio ou de uma fábrica.” (1975, p. 9),

de "fachada", referindo-se às ações do cotidiano, por meio de símbolos rituais convincentes, para manter a imagem desejada.

Venho usando o termo “representação” para me referir a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes, alguma influência. (...) Fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconsciente empregado pelo indivíduo durante sua representação. Para fins preliminares será conveniente distinguir e rotular aquelas que parecem ser as partes padronizadas da fachada. (GOFFMAN, 1975, p. 29)

Erving Goffman traz, em seus estudos sociológicos, muitos pontos que dialogam com o estruturalismo construtivista de Bourdieu e seu conceito de *habitus*, principalmente ao trabalhar sua perspectiva teatral dos papéis sociais, ainda que o *habitus*, apresentado por Bourdieu (2007) como estruturas construídas socialmente, refira-se a um estudo macrosociológico. Como o próprio autor afirma, o *habitus* representa um:

Sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes (BOURDIEU, 2007, p. 191).

A “fachada”⁶² de Goffman (1967/2011) vai se assemelhar ao que Butler (2021, p. 237) chama de performance, como por exemplo as performances de pessoas *drags*, que são produto de uma vontade deliberada de quem a executa. Contudo, importante destacar as semelhanças entre os conceitos se findam aí, visto que na “fachada” de Goffman (1975) o indivíduo constrói seu “eu” através da “fachada social”, ou seja, de uma representação coletiva, que diferem da “fachada pessoal” representado em sua vida privada, ou como ele próprio vai usar entre o “frontstage” e o “backstage”, para localizar as regiões comportamentais de interações sociais que o sujeito encena de forma consciente (GOFFMAN, 1975, p. 78). Essa consciência se difere daquela proposta por Butler (2021), uma vez que essa compreensão não aparece na teoria da performatividade de gênero.

Em outras palavras, atos, gestos e desejos produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado. (BUTLER, 2021, p. 235).

⁶² “o valor positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assume durante um contato particular” (2011, p. 13)

Na minha perspectiva, existe um contraste mais definido se pensarmos a performance como sendo uma ação consciente e a performatividade de gênero como um produto da subjetividade, inconsciente e naturalizada, ainda que socialmente construída.

A performatividade deve ser compreendida não como um "ato" singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional⁶³ pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia. (BUTLER, 2001 p. 111).

Para Butler (2018), o conceito binário de gênero é uma criação performática do sistema patriarcal vigente. Sendo assim, o gênero estaria intrinsecamente atrelado aos modos como o homem e a mulher devem se portar diante da sociedade, o que evidencia o binarismo sexista, ou seja, os comportamentos devem ser condizentes ao sexo biológico.

Dizer que o gênero é performativo significa dizer que ele possui uma determinada expressão, que seu 'aparecimento' é muitas vezes confundido com um signo da sua verdade interna ou inerente. O gênero está condicionado por normas obrigatórias que fazem definir-se um sentido ou outro (geralmente dentro do marco binário) e, portanto, a reprodução do gênero é sempre uma negociação de poder. Finalmente, não há gênero sem reprodução de normas que coloquem em risco o cumprimento ou não cumprimento dessas normas. (BUTLER, 2018, p. 27).

Um ponto que merece destaque na obra de Butler (2021) é que a autora não busca "desenhar uma ontologia do gênero" (BUTLER, 2021, p. 68), pois determinar uma essência do gênero significaria, essencialmente, estabelecer uma nova normatização para os corpos. A ideia central que Butler enfatiza é que o gênero e o sexo são construções sociais e não uma essência natural do ser humano, e é aí que surge a noção do gênero como performance. Em outras palavras, o gênero é a "estilização repetida do corpo, um conjunto de ações repetidas dentro de uma estrutura reguladora altamente rígida, que se cristaliza ao longo do tempo para produzir a aparência de uma substância ou uma classe natural do ser" (BUTLER, 2021, p. 69). Como exemplifica Rodrigo Borba (2014), ao dizer que:

O gênero não é uma propriedade dos indivíduos, uma essência refletida em seus atos e corpos, mas algo que se faz em nossas ações cotidianas, um efeito pragmático de um amálgama de recursos semióticos (língua, entonação, tom de voz, o que/como se fala, roupas, cores, texturas, cortes de cabelos, posições corporais etc.) usados localmente para este/a interlocutor/a aqui e agora (BORBA, 2014, p. 448).

Aqui, é importante recordar a célebre frase de Simone de Beauvoir (1949) e sua concepção de gênero como uma construção social, em que a autora afirma: "Ninguém nasce

⁶³ "Citacional" e "citacionalidade" (em inglês, "citational" e "citationality"), como a autora deixará claro, são conceitos utilizados por Jacques Derrida. Eles aparecem exatamente nessa forma em pelo menos uma das traduções de Derrida: "Assinatura, acontecimento, contexto", in Derrida, s. d. (por exemplo, p.428)." (BUTLER, 2018, p 27)

mulher: torna-se mulher" (BEAUVOIR, 1949, p. 9)⁶⁴, frase que se tornou um símbolo da luta feminista. Nessa perspectiva, embora seja inegável a força e o impacto dos escritos de Beauvoir na conscientização das mulheres como sujeitos historicamente subalternizados, é necessário refletir, como apontado por Butler (2021), que sim, "mulher" é um termo em processo, um processo de se tornar, uma construção que não pode ser precisamente atribuída a uma origem ou a um fim. E como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e resignificações" (BUTLER, 2021, p. 69). No entanto, ao afirmar a formação cultural do gênero (ser mulher), Beauvoir mantém intacta a diferença sexual como ponto de partida, reforçando, assim, a estrutura binária; o sexo como um fator biológico e, portanto, natural, e o gênero como algo adquirido culturalmente.

Consideremos ainda a consequência de que, se o gênero é algo que a pessoa torna - mas nunca pode ser -, então o próprio gênero é uma espécie de devir ou atividade, e não deve ser concebido como substantivo, como uma coisa substantiva ou marcador cultural estático, mas antes como uma ação incessante e repetida de algum tipo. (BUTLER, 2021, p. 195)

Dessa maneira, Judith Butler defende que tanto o sexo quanto o gênero são construídos socialmente, portanto não é possível idealizá-los como algo pré-concebido, de ordem biológica, natural e definitiva.

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma. Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo (BUTLER, 2021, p. 27).

Para além da quebra do sistema binário de classificação de sexo e gênero, as teorias *Queer* surgem para questionar as formas como o gênero e a sexualidade têm sido abordados, especialmente no feminismo de primeira e segunda onda. Com uma produção intelectual que

⁶⁴ Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que se qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um outro. (BEAUVOIR, 1949, p. 9)

sustenta que tanto o gênero quanto o sexo são construções sociais⁶⁵, percebe-se que eles são performados de acordo com as condutas e os marcadores sociais estabelecidos historicamente. Portanto, é improvável que o gênero e a sexualidade reproduzam nossas suposições coloniais/modernas no registro arqueológico pré-colonial. As teorias *Queer* se opõem à normalização dos corpos e desejos associados à masculinidade e feminilidade, assim como à heterossexualidade e homossexualidade, problematizando as categorias de sexo e gênero impostas pelo regime colonial, conforme afirma Butler (2021):

A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea”. A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” — isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”. [...] Ora, do ponto de vista desse campo, certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente por não se conformarem às normas da inteligibilidade cultural. (BUTLER, 2021, p. 44)

Nesse sentido, ao confrontar os essencialismos presentes nos estudos feministas das primeiras ondas e embasada nos estudos de "História da Sexualidade" de Foucault, Butler enfatiza o poder do discurso como um produtor não apenas do gênero, mas também do sexo e da sexualidade. É por meio desses estudos que a autora introduz a noção de sexo e gênero como "atos performativos" socialmente construídos e mantidos discursivamente com o objetivo de sustentar as hierarquias de gênero e regular a sexualidade nos termos da heterossexualidade compulsória⁶⁶. Com base nessas proposições de Butler, adentro no campo da arqueologia para estabelecer diálogos com estudos que possibilitarão a obtenção de novos conhecimentos capazes de identificar as colonialidades de gênero enraizadas nos discursos arqueológicos.

2.4.RESSONÂNCIAS FEMINISTAS, DE GÊNERO E QUEER NA ARQUEOLOGIA

Diante do exposto, posso propor que tanto os estudos feministas quanto os estudos de gênero e as teorias *Queer* possuem fronteiras quase imperceptíveis, mas com especificidades que permitem delimitá-los em campos distintos. No contexto da Arqueologia, essas divisões servem para uma melhor compreensão das mudanças experimentadas em relação às temáticas de gênero. De maneira geral, são referências que nos possibilitam pensar em outras realidades para o

⁶⁵ Problemas de gênero (1990) e Corpos que importam (1993), da Judith Butler.

⁶⁶ Judith Butler (2021) apresenta a heterossexualidade compulsória como prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero a partir de uma matriz heterossexual. Pautado em uma estrutura binária onde o masculino difere do feminino, estabelecendo um padrão de identidade enquadrado como normais e desejáveis.

contexto pré-colonial e nos marcadores que atravessam a escrita de passados na contemporaneidade.

Inicialmente, a arqueologia feminista estava preocupada em identificar as mulheres no contexto arqueológico, questionando o caráter androcêntrico predominante na disciplina. No entanto, a noção de gênero dentro dos estudos feministas era baseada em uma classificação binária que representava "homens" e "mulheres". Embora sejam relevantes do ponto de vista histórico, essas premissas podem ser questionadas por perspectivas como o feminismo decolonial e as teorias Queer, conforme discutido anteriormente.

Por sua vez, a arqueologia de gênero avança em direção a uma ruptura com o modelo baseado no sistema sexo/gênero consolidado pelos estudos feministas, direcionando seu foco para outros papéis de gênero invisibilizados por esse binarismo androcêntrico da disciplina. Isso propõe novas mudanças teóricas e metodológicas capazes de ampliar as interpretações sobre o passado humano, ou seja, o gênero é considerado uma categoria de análise no registro arqueológico (CONKEY; SPECTOR, 1984; DIAZ-ANDREU, 2005; BERROCAL, 2009). Nesse sentido, o sistema sexo/gênero foi uma definição elaborada por Gayle Rubin (1975) para descrever as divisões hierárquicas por meio das quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em um subproduto da atividade humana, como, por exemplo, a divisão de tarefas entre "homens" e "mulheres".

Finalmente, as teorias *Queer*, embora associadas ao feminismo da terceira onda, ampliaram o projeto feminista a partir das provocações de Butler. No campo dos estudos arqueológicos, há um consenso entre os pesquisadores de que as discussões sobre feminismo e gênero na disciplina começaram a surgir na década de 1980, com a publicação do trabalho de Margaret Conkey e Janet Spector, intitulado "Arqueologia e Estudos de Gênero"⁶⁷, em 1984. Nesse estudo, as autoras destacam como as interpretações sobre as dinâmicas de gênero do passado, presentes nos discursos arqueológicos, carecem de fontes e, na maioria das vezes, são baseadas em etnografias androcêntricas ou em suposições ligadas à cultura dos próprios pesquisadores. Em outras palavras, os discursos arqueológicos não estavam preocupados em desenvolver um corpo teórico consistente capaz de compreender as diferenças na vida social e nas estruturas de gênero do passado. Desde então, o interesse pelos estudos feministas/gênero na arqueologia tem crescido⁶⁸. Segundo a arqueóloga norte-americana Barbara Voss (2021), o estudo de Conkey e Spector (1984) apresentou reivindicações como:

⁶⁷ Archaeology and the study of gender (1984)

⁶⁸“Incluindo o volume editado *Engendering Archaeology* (Gero; Conkey 1991), cinco anais de conferências (Balme; Beck, 1995; Claassen, 1992a; Du Cros; Smith, 1993; Miller, 1988; Walde; Willows, 1991), uma edição

Novas abordagens na interpretação arqueológica que promovessem modelos inclusivos de gênero no passado, que questionassem a universalidade de uma rígida divisão sexual do trabalho, e que desafiassem as formas como as atividades supostamente masculinas são mais valorizadas do que aquelas que se acredita terem sido desempenhadas por mulheres (VOSS, 2021, p. 288).

Embora os estudos de Conkey e Spector (1984) ainda não tenham apresentado um rompimento ou uma crítica ao binarismo, as autoras levantam duras críticas ao androcentrismo presente nos estudos arqueológicos. Elas questionam o caráter positivista da disciplina e reivindicam novas abordagens que promovam modelos mais inclusivos de gênero no passado. Além disso, enfatizam a importância de identificar as mulheres nos registros arqueológicos e reconhecer seu papel na construção da história (VOSS, 2021; NAVARRETE, 2008).

Quando os arqueólogos empregam um conjunto de suposições estereotipadas sobre gênero, como ele é estruturado e o que significa – o que pode ser chamado de paradigma de gênero – uma continuidade temporal dessas características está implícita. Mesmo quando esse paradigma é "meramente" um pano de fundo cultural para a discussão de outros assuntos arqueológicos (por exemplo, para que um artefato foi usado), há um sabor fortemente presentista na investigação arqueológica (Butterfield 1965; Stocking 1965); presentista no sentido de que o passado é visto com a intenção de elucidar características que possam ser ligadas ao presente. A sugestão implícita de uma continuidade cultural nos arranjos de gênero desde os primeiros homínidos até o presente tem duas implicações importantes. Primeiro, é parte e contribui para uma estratégia de pesquisa mais ampla que enfatiza continuidades em muitos aspectos do comportamento e evolução dos homínidos (ver Pilbeam 1981). Em segundo lugar, a postura presentista sugere vigorosamente que as dinâmicas de gênero contemporâneas são construídas na espécie por meio de processos evolutivos não especificados. Embora a maioria dos arqueólogos americanos pesquise a vida humana após o estabelecimento do *Homo sapiens* moderno, esses arqueólogos herdaram uma imagem da vida social humana e das estruturas de gênero que parecem ter sido estabelecidas há vários milhões de anos.⁶⁹ (CONKEY & SPECTOR, 1984, p. 5-6, minha tradução)

Tais críticas estão presente nos estudos feministas que têm apontado e problematizado os vieses sexistas dos discursos arqueológicos desde meados dos anos 1970 (BÉLO, 2021, p. 27),

especial de Historical Archaeology (Seifert, 1991), e várias monografias sobre o tópico (ex. Ehrenberg, 1989; Gilchrist, 1994; Spector, 1993; Wall, 1994)" (VOSS, 2021, 287).

⁶⁹ When archaeologists employ a set of stereotyped assumptions about gender, how it is structured, and what it means – what might be called a gender paradigm – a temporal continuity of these features is implied. Even when this paradigm is 'merely' a cultural backdrop to the discussion of other archaeological matters (eg, what an artifact was used for), there is a strongly presentist flavor to archaeological investigation (Butterfield 1965; Stocking 1965); presentist in the sense that the past is viewed with the intention of elucidating characteristics that can be linked to the present. The implicit suggestion of a cultural continuity in gender arrangements from early hominids to the present has two important implications. First, it is part of and contributes to a broader research strategy that emphasizes continuities in many aspects of hominid behavior and evolution (see Pilbeam 1981). Second, the presentist stance strongly suggests that contemporary gender dynamics are built into the species through unspecified evolutionary processes. Although most American archaeologists survey human life after the establishment of modern *Homo sapiens*, these archaeologists have inherited a picture of human social life and gender structures that appear to have been established several million years ago. (CONKEY & SPECTOR, 1984, p. 5-6)

em paralelo com as políticas feministas norte-americanas que denunciavam as opressões que as mulheres sofriam pelo patriarcado (VOSS, 2021, p. 287). Dessa maneira, até então, as mulheres eram, em grande parte, invisibilizadas nas narrativas pré-coloniais, sendo mencionadas, geralmente, como imagens estereotipadas de acordo com os ideais do século XIX (CONKEY e GERO, 1991; CONKEY e SPECTOR 1984; ENGELSTAD, 2001, p. 345).

Tanto nas humanidades quanto nas outras ciências, a omissão das experiências e das conquistas das mulheres no discurso acadêmico e popular foi identificada como um dos mecanismos pelos quais a ideologia patriarcal se replicava, privilegiando a experiência masculina (VOSS, 2021, p. 287-288).

A arqueóloga norueguesa, Lisbeth Skogstrand (2010), apresenta três tipos, ou níveis, de androcentrismo identificados nos discursos arqueológicos (SKOGSTRAND, 2010, p.59);

- 1) Existe o foco geral nos papéis masculinos pré-estabelecidos, como o caçador, o guerreiro, o chefe ou o fazendeiro, todos homens;
- 2) Maior interesse nos processos ou atividades que se presume serem executados pelos homens; como guerra, comércio, navegação ou rituais religiosos. E quando as mulheres são indicadas no contexto arqueológico, os papéis e tarefas femininos são frequentemente lidos de forma estereotipada, pautados na nossa sociedade contemporânea;
- 3) O terceiro diz respeito às epistemologias, ou seja, às interpretações do ponto de vista masculinista (geralmente, branco, burguês, de meia idade e ocidental), que por não se reconhecerem sexistas, não consideram o gênero como um elemento relevante aos estudos e interpretações arqueológicas, refletindo seus estereótipos na construção dos discursos sobre o período pré-colonial.

Nessa conjuntura, essa crítica ao androcentrismo presente nos discursos sobre o passado humano torna-se cada vez mais expressiva nos estudos arqueológicos, fazendo com que os estudos feministas e de gênero ganhem cada vez mais espaço dentro da disciplina. Contudo, como afirma Voss (2021), embora haja uma maior ênfase em resgatar a imagem das mulheres no contexto arqueológico e destacar suas contribuições na construção do passado, muitas pesquisas realizadas a partir de uma abordagem materialista reconhecem as mulheres como uma classe de gênero, atribuindo-lhes um *status* destinado especificamente às mulheres, bem como aos demais sujeitos dissidentes da norma cisheteronormativa no contexto arqueológico. Essa ênfase nos estudos arqueológicos feministas introduziu discussões sobre novas interpretações da sexualidade no contexto arqueológico (VOSS, 2021, p. 289).

De acordo com o antropólogo venezuelano, Rodrigo Navarrete (2008), desde a década de 1970, grupos científicos, formados majoritariamente por mulheres, organizaram-se para discutir as novas teorias e políticas relacionada às mulheres e ao gênero na prática arqueológica, como por exemplo “o encontro de Stavanger na Noruega em 1979, os encontros do grupo do Departamento de Arqueologia da Universidade de Cambridge na década de 1980, e os Congressos Wedge e a conferência “A arqueologia de Gênero”⁷⁰ em Chacmool, na Universidade de Calgary, ambos em 1989” (NAVARRETE, 2008, p. 138; KOIDE, *et al*, 2014, p. 557).

Nessa perspectiva, de acordo com Navarrete (2008), a arqueologia, como uma ciência social responsável por reconstruir e interpretar as sociedades humanas por meio de sua cultura material, foi fortemente impactada pelos avanços promovidos pelas pautas feministas. Sua crítica aos modelos hegemônicos do conhecimento científico refletiu em avanços no debate arqueológico, capazes de evidenciar e denunciar o androcentrismo e a desigualdade de gênero presentes no discurso e nas práticas arqueológicas. A partir dessas compreensões das desigualdades, foi possível questionar a invisibilidade das mulheres e o sexismo incorporado acriticamente na interpretação arqueológica do passado. Essas provocações lançadas pela crítica feminista proporcionaram novas possibilidades de análises mais contundentes sobre as raízes epistemológicas, políticas e culturais dessas desigualdades, influenciando diretamente a formação de uma arqueologia de gênero (NAVARRETE, 2008).

Sobre isso, a arqueóloga espanhola María Cruz Berrocal (2009) afirma que: "as abordagens teóricas [da arqueologia feminista] são tão diversas que podem entrar em conflito, e certamente não existem diretrizes ou protocolos de como a arqueologia feminista deve ser feita, porque não há uma maneira única" (BERROCAL, 2009, p. 25, tradução minha). A

⁷⁰ The archaeology of gender

(in)visibilização de mulheres e homens, os processos de invenção dessas categorias em diferentes contextos e suas atividades em seus respectivos papéis no passado, assim como a variável gênero e o cuidado com a linguagem, são assuntos comuns nos textos arqueológicos. Dessa forma, mesmo que não sejam frequentemente abordados, os estudos de gênero já fazem parte da realidade da prática arqueológica. Pelo menos há uma certa consciência disso, fruto de uma mudança geral de atitude na sociedade e influenciada diretamente pela crítica feminista (BERROCAL, 2009, p. 27). Isso fica mais evidente quando percebemos o número de trabalhos publicados nos últimos anos que buscam evidenciar o machismo e outras formas de colonialidade presentes nos discursos arqueológicos.

No Brasil, segundo a arqueóloga Denise Schaan (2014), nos últimos anos, o caráter revisionista dos estudos arqueológicos tem sido frequentemente debatido no âmbito das arqueologias feminista e de gênero. Esses estudos têm como principal preocupação explicar as diferenças entre os grupos humanos a partir da invasão europeia (SCHAAN, 2014). Essas perspectivas foram introduzidas no Brasil a partir do século XIX, com forte influência dos estudos antropológicos. Alguns exemplos relevantes são as obras da antropóloga estadunidense Margaret Mead, como "Sexo e Temperamento em três sociedades primitivas" (1935); Eleanor Leacock e seu livro "Mitos da dominação masculina: Uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural" (1981)⁷¹; e Gayle Rubin e suas publicações, como o "O tráfico de mulheres: Notas sobre a "Economia Política" do Sexo" (1975)⁷² e "Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade" (1984)⁷³.

Em relação às pesquisas feministas e de gênero, a arqueóloga brasileira Loredana Ribeiro (2017) denuncia as dificuldades enfrentadas por esses estudos atualmente. Mesmo que o objetivo dessas pesquisas seja combater conteúdos baseados em colonialidades, elas costumam ser rotuladas como "ideologia de gênero" pelos movimentos reacionários atuais, transformando-as em inimigos a serem combatidos (RIBEIRO, 2017, p. 3). Na prática, esse reconhecimento destaca os desafios e perseguições que ainda permeiam os estudos sobre feminismo e gênero nas ciências humanas e sociais, incluindo a arqueologia, ressaltando ainda mais sua importância no cenário atual, no combate à intolerância e em prol da emancipação dos corpos e desejos.

⁷¹ Myths of Male Dominance: Collected Articles on Women Cross-Culturally, publicado originalmente em 1981 e traduzido em 2019 por Susana Vasconcelos Jimenez. Instituto Lukács.

⁷² The Traffic in Women. Notes on the "Political Economy" of Sex, publicado originalmente em 1975, traduzido em 1993 por Christine Rufino Dabat; Edileusa Oliveira da Rocha e Sônia Correia.

⁷³ Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality, publicado originalmente em 1984 e traduzido em 2012 por Felipe Bruno Martins Fernandes e revisado por Miriam Pillar Grossi.

Outra arqueóloga brasileira, Nádia Carrasco Pagnossi (2017), destaca em seu artigo "Construindo uma Arqueologia de Gênero" a importância das críticas feministas ao caráter androcêntrico das ciências em geral, as quais possibilitaram uma revisão dos trabalhos que negligenciaram as mulheres no meio acadêmico-científico (PAGNOSSI, 2017, p. 50). No caso dos estudos arqueológicos, essas críticas foram responsáveis por invisibilizar as mulheres e outros sujeitos dissidentes do contexto cultural, abrindo caminho para novas interpretações relacionadas ao corpo, às sexualidades e ao próprio gênero (BERROCAL, 2009).

Dessa forma, é importante mencionar que fui instigado pelas pesquisas realizadas por Camila Wichers (2017) intituladas "Narrativas arqueológicas e museológicas sob rasura: Provocações feministas". Essas pesquisas destacam como as narrativas elaboradas nos estudos arqueológicos e museológicos são compreendidas como formas de normatização e opressão, sendo apoiadas pelos estudos de arqueologia de gênero e feminista, bem como pelas provocações *Queer* e decoloniais. A autora propõe, então, outras narrativas plurais e descentradas para os estudos.

As teorias *Queer*, que são o embasamento desta pesquisa, buscam estimular e desafiar os arqueólogos a pensar em variações de gênero não hegemônicas, que vão além da concepção binária e dicotômica de masculino e feminino estabelecida pelo regime colonial com base em características biológicas. Por meio de uma perspectiva *Queer*, acredito ser possível ampliar as possibilidades interpretativas sobre gênero e sexualidade no passado pré-colonial. No contexto da arqueologia brasileira, Arkley Bandeira (2019) apresenta um histórico detalhado sobre a incorporação das teorias *Queer* nas pesquisas arqueológicas. Já Gontijo e Schaan (2017) abordam os estudos sobre sexualidade na arqueologia brasileira, por meio do diálogo com a crítica feminista, os estudos de gênero e *Queer*, ressaltando sua importância na revisão dos estudos arqueológicos realizados no país nas últimas décadas.

Nesse esforço, me inspiro em pesquisas arqueológicas que têm utilizado essas provocações, como o estudo realizado por Loredana Ribeiro, Bruno Sanches Ranzani, Sarah Schimidt e Lara Passos (2017), intitulado "A saia justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico". Nesse estudo, os autores refletem sobre as configurações

dos estudos de Arqueologia no Brasil, baseados em persistentes assimetrias de sexo e gênero. Eles analisam, entre outras coisas, a proporção entre publicações de autores masculinos e femininos em periódicos e nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Arqueologia. Como resultado, constata-se que apenas 27% das indicações bibliográficas dos Projetos Pedagógicos de Curso - PPC's correspondem à literatura produzida por mulheres, sendo que algumas universidades (UNIVASF, FURG, UFMG) se apoiam em mais de 70% de indicações de leitura de autores estrangeiros (RIBEIRO et al., 2017, p. 1104).

Outros exemplos inspiradores são os trabalhos desenvolvidos por Gabby Hartemann (2019c), mencionados anteriormente, que demonstram a preocupação em romper com os discursos arqueológicos baseados em um sistema binário. Um exemplo é o artigo "Nem ela nem ele: Por uma arqueologia (trans) além do binário" de 2019, que problematiza as produções arqueológicas que mantêm pessoas trans em condição de anomalia, propondo a construção de uma crítica Queer para os estudos arqueológicos, onde seja possível transcender os binarismos modernos ocidentais.

Na mesma linha, destaco também as pesquisas de Violet Baudelaire Anzini, uma mulher trans, que em seu livro "A Queda do Falo" (2021) apresenta, por meio da arqueologia, como o falo, as performances corporais, as vestimentas e outros elementos do cotidiano, servem como estrutura para a manutenção de opressões e violências contra corpos dissidentes. No artigo "Gêneros Perdidos: Por uma Arqueologia Transfeminista", Anzini (2021) propõe reflexões sobre os discursos arqueológicos construídos a partir da colonialidade de gênero, que invisibilizam as identidades de gênero não binárias e a variabilidade anatômica das genitálias humanas, endossando falsas narrativas de que a cisgeneridade e a heterossexualidade brancas são fenômenos humanos universais.

Inspiro-me nos estudos do arqueólogo brasileiro Renato Pinto (2011 e 2019), que utiliza as teorias Queer como ferramenta analítica para denunciar o heterossexismo e a heteronormatividade nos discursos arqueológicos construídos a partir das culturas materiais do passado. Seguindo as propostas de Bruno Ranzani (2019), que enfatiza em seu artigo "Carta arqueológica para uma humanidade possível" a importância de reconhecer as diferentes identidades sexuais e de gênero abarcadas pelas teorias Queer, deixando claro que as demandas das pessoas Queer não se limitam às questões sexuais. Como afirma Ranzani (2019), "ninguém existe apenas para o sexo, o sexo é uma das várias relações sociais possíveis" (RANZANI, 2019, p. 3). Vale ressaltar que a sigla LGBTQIA+ engloba muitas identidades, incluindo pessoas assexuais e agênero. Sobre esse assunto, Pinto (2019) menciona que:

A conexão do *queer* com o sexual e com o sensual é inquebrantável, e deve ser assumida. Mas, que não restem dúvidas, *queer* é mais do que sexo. Usando o termo de Butler, há várias performatividades envolvidas nas construções culturais dos corpos humanos, e o sexo é apenas uma delas (PINTO, 2019, p. 5).

Sobre as narrativas patrimoniais e os aspectos relacionados à sua comunicação, retomo os estudos de Renato Pinto, que discute em seu artigo "Museus e diversidade sexual: Reflexões sobre mostras LGBT e *Queer*" (2012) as exposições de artefatos em museus que remetem à memória de grupos LGBTQIA+, utilizando as teorias *Queer* para auxiliar na desconstrução de discursos normativos sobre o passado.

Como fica evidente, os debates sobre gênero, a partir de uma perspectiva decolonial, apagam ainda mais as fronteiras entre os estudos de gênero e *Queer*. Esses estudos vêm ganhando força, especialmente no Brasil, mas ainda demandam esforços para reconhecer os colonialismos naturalizados pelos discursos arqueológicos nas últimas décadas. Entendendo o gênero como uma construção cultural, concordo que os critérios que determinam as categorias masculino e feminino são historicamente fundamentados e culturalmente vinculados, o que significa que suas características serão múltiplas e mutáveis, dependendo de circunstâncias pessoais, geográficas e históricas. Isso implica dizer que o gênero se manifesta de formas distintas em diferentes culturas. A partir dessa premissa, pretendo evidenciar o colonialismo presente nas representações sociais de gênero nos discursos arqueológicos, bem como as possibilidades de desobediência epistêmica e cumplicidade subversiva.

Falar sobre a aplicabilidade das teorias *Queer* nos estudos arqueológicos pode ser desafiador e até controverso, uma vez que a arqueologia elabora seus discursos a partir de vestígios da cultura material de diferentes temporalidades. No entanto, a proposta desta pesquisa não se baseia na identificação de gêneros no passado pré-colonial, mas sim em problematizar os binarismos da modernidade, instigando outras leituras possíveis sobre o gênero, que podem ser percebidas por meio de uma ecologia dos saberes. Inspirado nas provocações de Butler (2021), reconheço os gêneros como atos performativos socialmente construídos e discursivamente impostos. Ao questionar o protagonismo masculino nos discursos arqueológicos, proponho uma forma de explicitar outras performances de gênero subalternizadas e invisibilizadas pelo patriarcado, tornando os discursos arqueológicos menos assimétricos e mais conscientes de sua potencialidade na manutenção do *status quo* das masculinidades.

Nessa conjuntura, as críticas provocadas pelos estudos feministas, de gênero, *Queer* e decoloniais, em todas as suas especificidades, precisam ocupar mais espaços nas pesquisas arqueológicas atuais, pois essas correntes teóricas baseiam suas teorias e práticas em uma crítica

direta ao sistema mundial moderno vigente. É fundamental destacar que a predominância de um pensamento colonial nos discursos arqueológicos implica na manutenção de produções acadêmicas profundamente parciais. É inaceitável que esses recursos continuem sendo aplicados nas narrativas que, produzidas sobre o passado, excluem outras possibilidades de soluções e experiências de vivências dos povos ancestrais.

3. PERCURSO METODOLÓGICO – ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Ao usar o termo "discurso", proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis institucionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira.” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 91).

A proposta metodológica desta pesquisa está pautada nos postulados da Análise de Discurso Crítica (ADC), relacionada à Linguística Aplicada. Em termos gerais, trata-se de um conjunto de abordagens científicas interdisciplinares e transdisciplinares voltadas para os estudos críticos da linguagem como prática social. Essa metodologia é utilizada para mapear as conexões entre o uso da linguagem e as relações de poder na sociedade. A ADC é considerada uma teoria e um método, pois propõe uma reflexão teórica acerca do funcionamento da linguagem na prática social e, ao mesmo tempo, uma metodologia para o tratamento de textos. O texto é a unidade mínima de análise na ADC, através do qual conseguimos identificar as marcas da ação social, individual e coletiva. São os textos, em seus diferentes gêneros, que possibilitam as interações e as relações sociais, carregando consigo crenças, valores, contextos e ideologia (VIEIRA; MACEDO, 2021, p. 49).

Nessa conjuntura, a partir de um referencial teórico transdisciplinar⁷⁴, apoiado nas perspectivas decoloniais e nas teorias Queer expostas nos capítulos anteriores, busquei realizar análises sobre como as representações sociais⁷⁵ de gênero vêm sendo abordadas nos estudos dos registros rupestres na região do PNSC. Assim, considerando os caminhos que a pesquisa pretende percorrer, serão discutidas as aproximações entre Arqueologia e análise do discurso, identificando as potencialidades dessa relação para posterior aprofundamento nas bases teóricas e metodológicas da ADC. Destaco o comprometimento da ADC em evidenciar o que está disfarçado no discurso e o que está naturalizado, mas não imediatamente percebido. Alinho-me à abordagem Dialético-Relacional de Fairclough (2008), que visa evidenciar as relações de poder

⁷⁴ De acordo com Melo (2018, p. 33), a transdisciplinaridade da ADC pode ser entendida como “um coengajamento particulares dos estudos discursivos em determinados aspectos do processo social devem suscitar avanços teóricos metodológicos que transpassam as fronteiras das disciplinas.”

⁷⁵ Representação social é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, essa forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais (JODELET, 2003, p. 53, tradução minha)

presentes nas práticas discursivas e sociais do cotidiano, para analisar o corpus da pesquisa. Por fim, sob a perspectiva da cumplicidade subversiva, este capítulo tem o compromisso de demonstrar como os recursos teórico-metodológicos da ADC auxiliam na compreensão e identificação da potencialidade e dos efeitos das relações de poder e dos sentidos ideológicos que influenciam e integram os discursos arqueológicos (FAIRCLOUGH, 2003; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; WODAK, 2003; WODAK; MEYER, 2009).

3.1. ANÁLISE DO DISCURSO NA ARQUEOLOGIA

No sentido expresso por Foucault (2009, p. 52), de que o discurso é uma representação culturalmente construída da realidade e não uma cópia exata dos acontecimentos, considero a potencialidade e os efeitos que os discursos arqueológicos possuem na construção, manutenção e confrontação dos problemas sociais abordados nesta pesquisa, como as opressões de poder e as violências de gênero. Esses discursos podem servir tanto para a manutenção de um status quo baseado em uma narrativa dominante, como também podem ser um meio de transformação da sociedade, reduzindo assimetrias. Portanto, reconheço que os discursos arqueológicos se tornam legitimadores dos modos de vida. Embora esses discursos sejam utilizados majoritariamente a favor das estruturas de poder dominantes, os sujeitos e coletivos em posição de subalternidade podem e devem se apropriar de narrativas que transcendam os discursos hegemônicos vigentes (GNECCO, 1999, p. 161). Como aponta Hanna Arendt (2020), é importante reconhecer a pluralidade humana como uma condição básica da ação e do discurso para recuperar e destacar outras capacidades humanas negligenciadas (ARENDT, 2020, p. 226) e/ou subalternizadas.

No contexto específico da instituição da ciência arqueológica, de acordo com Gnecco (1999), "o discurso [arqueológico] não é inocente nem neutro, nem os arqueólogos são os 'médiuns' pelos quais o passado fala"⁷⁶ (GNECCO, 1999, p. 150, minha tradução). Para o autor, os passados nos textos arqueológicos são resultados de uma construção social historicamente situada. Em outras palavras, o passado apresentado nos discursos arqueológicos resume-se a "uma versão" e não a uma representação exata dos fatos. Portanto, o discurso arqueológico deve ser entendido como uma construção e não como um reflexo direto, uma vez que a arqueologia, como disciplina que constrói o passado a partir de sua materialidade, é um meio de produção social. O discurso arqueológico é uma prática transformadora e, como tal, não pode ser considerado um meio neutro de expressão (GNECCO, 1999, p. 150).

⁷⁶ "El discurso no es enocente no neutro ni los arqueólogos los "mediuns" a través de los cuales habla el pasado."

Nesse sentido, na Arqueologia, as preocupações com os discursos que são produzidos têm sido uma prioridade da disciplina nas últimas décadas, no contexto de investigações comprometidas com diferentes agendas. Essas iniciativas demonstram que os arqueólogos têm se esforçado para compreender os efeitos de suas narrativas e práticas no mundo, reconhecendo esse processo como relevante para a construção da própria arqueologia.

De acordo com o antropólogo venezuelano Rodrigo Navarrete (2010), a preocupação com o discurso arqueológico está relacionada ao avanço das pautas feministas dentro da arqueologia. De fato, a crítica ao sexismo presente nos discursos arqueológicos vem sendo apontada desde a década de 1970, nos trabalhos da estadunidense Irene Silverblatt (1976), uma das pioneiras no estudo de gênero na arqueologia. Silverblatt (1987) destaca como as ideologias de gênero foram moldadas por homens e mulheres andinos e como essas ideologias foram afetadas pela sociedade de classes, especialmente durante o período inca, como resultado da invasão colonial europeia. Em trabalhos mais recentes, o arqueólogo britânico Benjamin Alberti (1999) questiona os preconceitos implícitos presentes nos discursos e práticas arqueológicas latino-americanas, herança do regime colonial. Ao denunciar o caráter androcêntrico dos discursos arqueológicos, o autor propõe uma interpretação crítica do passado que reconheça as diferenças de gênero, embasando seus estudos em teorias feministas, *Queer* e de gênero.

Nessa mesma linha, destaco o trabalho de Cristobal Gnecco (1999) que levanta o debate acerca dos discursos na arqueologia colombiana. O autor analisa o caráter contingente e hegemônico dos objetos discursivos na produção do conhecimento sobre o passado. Para Gnecco (1999) o positivismo enraizado na disciplina é um dos principais obstáculos da análise do discurso arqueológico, pois ele questiona o caráter ideológico e imparcial desses discursos que se autoproclamam objetivos ao apresentar a existência independente do passado e a consideração do arqueólogo – e do discurso que ele produz (GNECCO, 1999, p. 148).

No Brasil, José Alberione dos Reis (2002) propõe um exercício transdisciplinar para incorporar a análise do discurso, neste caso, a Análise do Discurso (AD) francesa, como eixo central para a análise das teorias arqueológicas. O autor parte do pressuposto de que o arqueólogo, como leitor-autor dos discursos arqueológicos, também se torna um produtor de significados, símbolos e conhecimentos relacionados a gênero, classe, etnia, escolhas, ideologias, comportamentos, contextos, entre outros. Ou seja, o arqueólogo, como intérprete do passado, possui suas próprias visões políticas, ideológicas, econômicas e pessoais, e, conseqüentemente, seus textos/discursos estarão estruturados a partir desse contexto (REIS, 2002).

Em 2015, a jornalista Glória Tega e o linguista Rodrigo Bastos publicaram a pesquisa intitulada "Análise do discurso da arqueologia preventiva na Folha de S. Paulo: A Casa

Bandeirista do Itaim". Por meio da aplicação da Análise do Discurso (AD) de linha francesa, eles analisaram as matérias publicadas no jornal Folha de São Paulo sobre as pesquisas arqueológicas realizadas no âmbito do licenciamento ambiental na Casa Bandeirista do Itaim, em São Paulo/SP. Os pesquisadores investigaram como os estudos no campo da arqueologia preventiva eram veiculados e chegaram à conclusão de que, por se tratar de um sítio arqueológico urbano pesquisado no contexto da arqueologia preventiva, as publicações jornalísticas não o relacionavam como uma pesquisa científica. As fontes das publicações se limitavam a reproduções de documentos publicados no site do Ministério Público Federal, sem relatos dos cientistas envolvidos nas pesquisas. Os autores concluíram a pesquisa com uma reflexão da arqueóloga Marília Cury, que denunciou que os brasileiros recebem informações superficiais, desconexas, descontextualizadas e, às vezes, preconceituosas, importadas e fantasiosas por meio do discurso arqueológico (CURY, 2006, p. 34).

Por fim, embora minha proposta metodológica se distancie dos métodos aplicados nas pesquisas mencionadas, reconheço a importância dessas iniciativas ao destacar as interseções presentes nos discursos arqueológicos, evidenciando o potencial de refletir sobre os efeitos dos textos no mundo e sua consolidação como saberes. No caso desta pesquisa, ao me aproximar da Análise do Discurso Crítica defendida por Fairclough (2001, 2008), busquei, de forma experimental, investigar criticamente como as assimetrias são expressas, sinalizadas, constituídas, legitimadas, naturalizadas e mantidas no discurso (VIEIRA; MACÊDO, 2021, p. 50).

3.2. ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA DIALÉTICO-RELACIONAL

A análise de discurso é um grande “guarda-chuva” no qual se abrigam diferentes abordagens e perspectivas, tais como a linguística sistêmico-funcional, a análise de discurso multimodal ou multimodalidade, a análise de narrativa, a análise do discurso mediada, a análise da conversação, a análise de discurso baseada em corpus, entre outros. (BATISTA JR et al, 2021, p. 8)

A Análise do Discurso Crítica (ADC) Dialético-Relacional, proposta por Fairclough (2003), apresenta uma abordagem que busca compreender as relações de poder presentes nas práticas discursivas e sociais do cotidiano. Essa perspectiva teórico-metodológica se mostra relevante para a análise dos discursos arqueológicos, permitindo uma compreensão mais aprofundada das formas como as relações de poder e os sentidos ideológicos estão presentes e influenciam esses discursos..

De acordo com o pesquisador Iran Mello (2021), mesmo diante da heterogeneidade de abordagens na ADC, existem alguns pontos em comum que unificam o campo. De acordo com o linguista neerlandês, Teun A. van Dijk (2005a) e a linguísta brasileira Viviane de Melo Resende (2012) destacam-se 6 princípios: 1) o **ímpeto crítico**: que permite aos indivíduos se tornarem mais conscientes das influências da linguagem e da estrutura social; 2) **explicitude político-ideológica**: o analista crítico do discurso define e defende seu posicionamento político, explicitamente; 3) **transdisciplinaridade**: não apenas interdisciplinar, mas operacionalizando e transformando outras teorias a favor de uma abordagem sociodiscursiva (transdisciplinarmente); 4) **aplicabilidade**: as pesquisas em ADC devem promover resultados concretos de mudança social; 5) **acessibilidade**: a pesquisa precisa ter uma linguagem clara e acessível, sem deixar de ir nas raízes dos problemas; 6) **empoderamento social**: conscientizar o poder da linguagem na dominação de algumas pessoas sobre a outra, entendendo essa conscientização como primeiro passo para a emancipação dos indivíduos (MELO, 2021, p. 31-34).

As pesquisadoras Viviane Ramalho e Viviane de Melo Resende (2011) afirmam que no Brasil há duas vertentes teóricas importantes de Análise do Discurso. A primeira é a Análise do Discurso (AD) de tradição francesa, que se baseia nos trabalhos de Michel Pêcheux ([1969] 1990) e seus colaboradores. Essa abordagem propõe uma análise crítica do discurso, buscando combinar uma teoria social do discurso com um método textual, fundamentado no conceito marxista de ideologia desenvolvido por Althusser ([1970] 1992) (BARROS, 2021, p. 45). A segunda vertente, mais recente, é chamada de Análise de Discurso Crítica (ADC) e tem suas bases teóricas nas propostas de Norman Fairclough e Van Dijk (RAMALHO; RESENDE, 2011).

No entanto, segundo Fairclough (2008), a Análise de Discurso proposta por Pêcheux prioriza o papel ideológico dos textos, sem se preocupar com as dimensões discursivas da mudança social e cultural. Para Fairclough, nos estudos de AD:

Prestou-se pouca atenção a luta e a transformação nas relações de poder e ao papel da linguagem aí. Conferiu-se ênfase semelhante a descrição dos textos como produtos acabados e deu-se pouca atenção aos processos de produção e interpretação textual, ou as tensões que caracterizam tais processos. (FAIRCLOUGH, 2008, p 20).

Portanto, o que vai diferenciar a AD da ADC, de acordo com Fairclough (2008), é que a ADC é dialética, na medida em que ela considera que a linguagem tem um papel fundamental na mudança social, a qual entende que o discurso é tanto moldado pelo contexto social, como também é constitutivo desse mesmo contexto (FAIRCLOUGH, 2008, p 11). Chouliaraki e Fairclough (1999) complementam que a lógica da análise crítica é relacional/dialética, “orientada para mostrar como o momento discursivo trabalha na prática social, do ponto de vista de seus

efeitos em lutas hegemônicas e relações de dominação” (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 67).

Essa abordagem crítica também enfatiza a importância da interdisciplinaridade e do diálogo com outras teorias e campos de conhecimento, como os estudos feministas, *Queer*, decoloniais e outros, para enriquecer as análises e compreender as complexidades das relações sociais presentes nos discursos arqueológicos.

Ao adotar a ADC Dialético-Relacional na análise dos discursos arqueológicos, busco evidenciar os mecanismos de poder, as hierarquias e as exclusões presentes nessas narrativas, produto das colonialidades. Desta forma, pretendo contribuir para uma arqueologia mais reflexiva, consciente das implicações políticas e ideológicas de seus discursos, e abrir espaço para narrativas plurais e subalternizadas

3.3. BREVE HISTÓRICO DA ANÁLISE DO DISCURSO

Para Izabel Magalhães (2005), uma das pioneiras nos estudos de ADC no Brasil, o histórico dos estudos de Análise do Discurso pode ser recuado para a década de 1970, com o desenvolvimento por um grupo de pesquisadores da Grã-Bretanha, de uma abordagem de estudo da linguagem, conhecida como Linguística Crítica (doravante, LC) (MAGALHÃES, 2005, p. 2). O termo LC surgiu a partir da publicação do livro “Linguagem e Controle”⁷⁷ de Roger Fowler, Bob Hodge, Gunther Kress, Tony Trew, que teve grande repercussão entre os estudiosos da linguística. O livro apresentou como as estruturas linguísticas são usadas para explorar, sistematizar, transformar e, muitas vezes, distorcer a realidade, regulando as formas de pensar e de agir, classificando e hierarquizando as pessoas, eventos e objetos, ainda que de forma implícita (FOWLER et al., 1979).

Não obstante, considerar a ACD como uma continuação a LC é uma redução de questões fundamentais que foram explicitadas pela ADC, tanto em termos teóricos como metodológicos. A ADC estuda testes e eventos em diversas práticas sociais, propondo uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto sócio-histórico. Enquanto a LC desenvolveu um método para analisar uma pequena amostra de textos, a ADC desenvolveu o estudo da linguagem como prática social, com vistas à investigação de transformações na vida social contemporânea (Fowler 1996; Fairclough 2001). A ADC oferece uma valiosa contribuição de linguistas para o debate de questões ligadas ao racismo, à discriminação baseada no sexo, ao controle e à manipulação institucional, à violência, à identidade nacional, à autoidentidade e à identidade de gênero, à exclusão social (MAGALHÃES, 2005, p. 3).

⁷⁷ “Language and Control” (1979)

Em 1985, Norman Fairclough apresentou, pela primeira vez, a expressão “análise de discurso crítica” em seu artigo “Objetivos críticos e descritivos na análise do discurso”⁷⁸ (MAGALHÃES, 2005, p. 2). Contudo, os estudos de “Análise de Discurso Crítica” avançaram como uma abordagem teórico-metodológico após um pequeno simpósio, em Amsterdã, em janeiro de 1991, onde reuniu uma rede de pesquisadores como Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak. Para Ruth Wodak (2011, p.1). A “reunião de Amsterdã configurou um começo institucional, um esforço tendente a começar um programa de intercâmbio (ERAMUS⁷⁹, durante três anos)”. Desde a primeira reunião, o grupo se consolidou como um novo paradigma, mesmo sendo composto por membros de diferentes nacionalidades e pensamentos. Esta consolidação foi mais fruto de um agendamento “e programa de investigação do que pela existência de teorias e metodologias comum”, acrescenta Wodak (2003, p. 22).

De acordo com Wodak (2001), a ADC tem como propósito investigar, criticamente, a desigualdade social manifestada, sinalizada, constituída e legitimada pelo uso da linguagem, ou no discurso (WODAK, 2001, p. 11). Para Wodak (2005), os pesquisadores da ADC também tentam tornar suas próprias posições e interesses explícitos, mantendo suas respectivas metodologias científicas e permanecendo autorreflexivos de seu próprio processo de pesquisa. (WODAK, 2005, p. 5)

Nesse sentido, ainda conforme o pensamento de Wodak (1996) a transdisciplinaridade da ADC pode ser confusa para alguns. Porém, esse é o diferencial que permite a abertura para os debates e, conseqüentemente, para mudanças de objetivos e de inovações contínuas. De acordo com Fairclough (2003), as bases filosóficas da ADC ampliam a discussão, dando mais destaque aos aspectos textuais, recorrendo à Linguística Sistêmico Funcional (LSF) de Michael Halliday (2004), por fornecer subsídios para uma melhor compreensão dos textos, pois, para Halliday, as escolhas do falante/escritor operam em todos os níveis do discurso: lexical, sintático e modal. Contudo, de acordo com Van Dijk (1993), a ADC contrasta com outras escolas, como a Gramática Transformacional Gerativa de Noam Chomsky ou a LSF de Halliday, pois a ADC

⁷⁸ Critical and descriptive goals in discourse analysis

⁷⁹ ERASMUS (European Region Action Scheme for the Mobility of University Students) é um programa de apoio interuniversitário, estabelecido em 1987, para mobilidade de estudantes e docentes do ensino superior entre estados membros da Comunidade Europeia. A rede que foi construída para a ADC a partir desse programa incluiu inicialmente participantes do Reino Unido (Norman Fairclough, Gunther Kress e Theo Van Leeuwen), da Áustria (Ruth Wodak), da Holanda (Teun Van Dijk), da Itália (Paul Thibault) e da Suécia (Per Linell). Logo depois ela foi ampliada a participantes da Grécia (Bessie Dendrinos), Portugal (Emília Ribeiro Pedro) e Espanha (Luisa Martín Rojo) (MELO, 2020, p. 29)

propõe, através de uma perspectiva compartilhada, fazer análise dos sentidos do discurso (VAN DIJK, 1993, p. 131).

Segundo Wodak (2001), nos estudos de ADC, os objetos de investigação vão além dos textos falados ou escritos, visto que, ao introduzir a “crítica” na análise, faz-se necessário teorizar e descrever os processos sociais que condicionam à produção de um discurso, bem como identificar as estruturas sociais em que os indivíduos ou grupos estão inseridos, como sujeitos históricos sociais que criam significados a partir de sua interação com os textos (WODAK, 2001, p 12).

Nesse sentido, Melo (2012) afirma que o objetivo de qualquer análise do discurso não é o de empreender somente uma análise da linguagem, mas perceber o que pode ser criado, reproduzido, mantido e transformado por meio dela, como as relações de poder, a institucionalização de identidades sociais, os processos de inconsciência ideológica, dentre outras diversas manifestações humanas (MELO, 2012, p. 57). Sobre isso, Fairclough (2008) vai destacar que as relações de poder e ideologia são os pontos que separam a ADC de outras correntes da LC, como a AD, pois a ADC será norteadada por três conceitos básicos: poder, história e ideologia.

Dessa forma, Fairclough (1995) vai considerar a ‘linguagem como uma forma de prática social’ e, para atingir esse propósito, é necessário atender a três perspectivas: I) a linguagem como parte da sociedade e não algo externo a ela; II) a linguagem como um processo social e III) a linguagem como um processo condicionado socialmente (FAIRCLOUGH, 1995, p. 22). Segundo o autor, o discurso, enquanto prática social, é influenciado pelas ideologias existentes no contexto, sendo capaz de representar hegemonias ideológicas, políticas, econômicas etc. Por ideologia, Fairclough (2008) vai entender que:

São significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e contribuem para a produção, reprodução ou transformação das relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 117)

Segundo o autor, essas ideologias não são possíveis de se ler nos textos, uma vez que a ideologia está localizada tanto nas estruturas, ou seja, nas ordens do discurso que constituem o resultado de eventos passados, como nas condições para os eventos atuais. Ideologia é uma orientação construída nas normas e nas convenções, bem como por um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais práticas nos eventos discursivos (FAIRCLOUGH, 2008). Ou seja, em relação à prática ideológica, o discurso é responsável pela constituição, naturalização, manutenção e transformação dos significados que o mundo tem, de acordo com as relações de poder pré-existentes. Está relacionado com “quem está falando o que, para quem e

com que finalidade”, ressaltado que, dentro da ADC, a ideologia estabelece e sustenta relações de dominação (VIEIRA e MACÊDO, 2021, p. 59). Em conformidade, a escritora e filósofa brasileira, Marilena Chaui, complementa que:

Quando o teórico elabora sua teoria, evidentemente não pensa estar realizando essa transposição, mas julga estar produzindo ideias verdadeiras que nada devem à existência histórica e social do pensador. Até pelo contrário, o pensador julga que com essas ideias poderá explicar a própria sociedade em que vive. Um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais ideias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas (CHAUÍ, 2004, p. 4).

Da mesma forma, o filósofo britânico, Terry Eagleton, em uma de suas frases mais conhecidas, elabora que: “a ideologia, como o mau hálito, é, nesse sentido, algo que a outra pessoa tem.” (EAGLETON, 1997, p. 16). Com essa analogia, o autor indica que a ideologia, apesar de inerente aos sujeitos e, conseqüentemente, aos discursos, é reconhecida e apontada somente no outro. Para o autor, “o que induz homens e mulheres a confundir-se, de tempos em tempos, com deuses ou vermes é a ideologia” (EAGLETON, 1997, p. 13), e é por conta das ideologias que as pessoas vivem e, às vezes, morrem. Sendo assim, o discurso, como prática ideológica, constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica são correspondentes, pois a ideologia possui significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder (FAIRCLOUGH, 2008, p. 94).

Nesse sentido, Theo Van Leeuwen (2006), propõe que os pesquisadores da ADC estejam cientes de que seu próprio trabalho é movido por motivos sociais, econômicos e políticos como qualquer outro trabalho acadêmico e que não estão em nenhuma posição privilegiada. O fato de se chamar de “crítico” demanda apenas padrões éticos específicos: uma intenção de tornar sua posição, interesses de pesquisa e valores evidentes e seus critérios os mais transparentes possíveis, sem sentir a necessidade de se desculpar pela postura crítica de seu trabalho (VAN LEEUWEN, 2006, p. 293).

Sobre a hegemonia nos discursos, Fairclough (2008, p. 122) definiu como:

Uma construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios. (FAIRCLOUGH, 2008, p. 119).

Frente este cenário, a ADC, aplicada aos estudos arqueológicos sobre os registros rupestres, propõe evidenciar as ideologias e hegemonias presente nesses discursos. Nesse momento, cabe ressaltar que, embora esteja pautando meu plano metodológico nas propostas de autores europeus, como a ADC Dialético-Relacional, do britânico Norman Fairclough, construo meu referencial a partir da apropriação das premissas do método por autores brasileiros, como Lucineudo Irineu (2011), Iran Melo (2018), Izabel Magalhães (2005), Viviane Resende e Viviane Ramalho (2016). O exercício decolonial que eu desenvolvo, nesta pesquisa, está em consonância com a cumplicidade subversiva elaborada por Ramon Grosfoguel (2003), ou seja, a proposta aqui não é contestar e/ou combater referenciais elaborados desde o Norte Global, para privilegiar pesquisadores do Sul Global. O que busco demonstrar é que o conhecimento é pluriversal, e que constituir uma ecologia de saberes é uma forma de perceber o mundo a partir de outros pontos de vistas, reconhecendo os efeitos da colonização e colonialidades.

A partir da noção de cumplicidade subversiva, entendo que a aplicação da ADC, no discurso arqueológico, possibilita uma subversão desses referenciais do norte para questões que são cabíveis para a resolução do problema levantado na pesquisa, promovendo avanços nos estudos de gênero em arqueologia. Paralelamente, no caso dos registros rupestres, oferece possibilidades de identificar, nas narrativas científicas, as formas de persistências de colonialidades, sem perder de vista as oportunidades de desobediência que se insinuam em contextos específicos.

Sobre isso, trago para o diálogo um trecho do texto publicado em 2010, por Viviane de Melo Resende (2010), em que ela vai afirmar que:

Não é o caso de perdermos tempo negando o legado europeu ou questionando a validade de teorias pelo simples fato de serem importadas – não, ao contrário: devemos nos aproveitar dos recursos já existentes. O que importa é mantermos a vigilância crítica não só da validade de teorias e discursos poderosos a nossos contextos locais, mas também da própria coerência interna dessas teorias. E assumirmos a ousadia de propor novas e diferentes reflexões⁸⁰ (RESENDE, 2010, p. 194, minha tradução).

Assim, nesta pesquisa, a ADC é instrumentalizada no esforço de perceber as opressões e as violências produzidas através de discursos universalistas sobre o passado pré-colonial,

⁸⁰ I understand that it is not the case of losing time by denying the European legacy or questioning the validity of theories due to the simple fact of them being imported. To the contrary, we should take advantage of already existing resources, similar to what the 'Anthropophagic Movement' (Movimento Antropofágico) ecommended in Modern Brazilian Literature. 2 What matters is maintaining critical watchfulness not only in applying theories and powerful discourses to our local contexts, but also on these theories' own internal coherence. Further, we must have the daring to propose new and different reflections.

usando os recursos teóricos e metodológicos que evidenciem as relações de poder, as assimetrias e as possibilidades de resistência às normas hegemônicas.

3.4. ENCAMINHAMENTOS PARA APLICAÇÃO DA ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA DIALÉTICO-RELACIONAL

De acordo com Magalhães (2005), a ADC fornece uma contribuição relevante dos estudos da linguística, para o debate de questões ligadas ao racismo, à discriminação baseada no sexo e no gênero entre outros problemas de exclusão social, como já mencionado. A autora destaca a contribuição dos estudos de Norman Fairclough para a elaboração de um método de estudo do discurso (MAGALHÃES, 2005, p. 3), ou seja, a ADC e sua aplicação metodológica proporcionam uma melhor compreensão de como as subjetividades são formadas e conservadas de forma a beneficiar as estruturas de poder dominante.

Sobre os discursos, Resende e Ramalho (2016) vão defini-los como sendo uma unidade que representa um conjunto de palavras escritas e/ou faladas e também teriam gêneros definidos a partir desse conjunto de palavras, sendo possível classificá-los como: discursos religiosos, políticos, midiáticos, científicos etc (RESENDE e RAMALHO, 2016). Antes, no entanto, de aprofundar sobre os conceitos acerca do discurso, faz-se necessário explorar questões que atravessam essas concepções.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” (FOUCAULT, 1999, p. 8-9).

Em termos contextuais, levando em consideração as propostas levantadas pela linguista brasileira, Ingedore Koch (2011), ao afirmar que a interação humana em sociedade ocorre por meio da linguagem e é caracterizada, fundamentalmente, pela argumentatividade, entendo que toda ciência é produzida pela linguagem. Desse modo, se os discursos científicos são produtores e detentores de assimetrias de poder e de violências de gênero, sustento que todos os tipos de opressões e de violências começam e terminam através dos discursos.

Para Koch (2011), o discurso constitui-se em uma ação verbal dotada de intencionalidade à medida que tenta influenciar o comportamento do outro, ou fazer com que outro compartilhe de algumas de suas opiniões. Segundo Koch (2011):

É por esta razão que se pode afirmar que o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade (KOCH, 2011, p. 17).

Partindo dessa premissa e amparado pelos postulados de Paulo Freire (1971) sobre o mito da imparcialidade, levo em consideração para a Arqueologia as problematizações a respeito dos métodos científicos e a não neutralidade da ciência que vem sendo debatido desde o século passado, nos trabalhos de Karl Popper (1973) e sua teoria da falseabilidade; e Thomas Kuhn (2006) com a teoria do paradigma. Considero ainda os debates mais recentes propostos por Bruno Latour (1997; 2012) e Marilena Chauí (2000) sobre a “a ilusão da neutralidade científica” (CHAUÍ, 2000, p. 367), no intuito de demonstrar a potencialidade e os efeitos dos discursos arqueológicos científicos na manutenção do *status quo* das masculinidades.

De acordo com Chauí (2000), quando o cientista define seu objeto de estudo, ele decide quais métodos deve usar para obter certos resultados, ou seja, sua atividade não é neutra nem imparcial, mas feita a partir de escolhas direcionadas (CHAUÍ, 2000, p. 368). Isso quer dizer que, por trás de uma suposta imparcialidade dos discursos científicos, existe um sujeito que tem suas visões políticas, ideológicas e pessoais que refletem, muitas vezes, os interesses de um grupo dominante que financiam suas pesquisas. Essas questões são estruturais e atravessam a formação da nossa sociedade. O aparelhamento ideológico do Estado⁸¹, como chamou Althusser (1970), já denunciava a força repressiva das classes dominantes sob os grupos ditos minoritários. Pensando na realidade das universidades brasileiras, essa sujeição ideológica dominante - machista, racista, LGBTQfóbica e heteronormativa – podem assegurar a manutenção e ampliação das desigualdades sociais.

Também é importante ressaltar os aspectos que envolvem a produção e a circulação do conhecimento científico arqueológico. De acordo com Guimarães (2009), a circulação do conhecimento científico está atrelada ao processo de produção de conhecimento na sociedade contemporânea, e se apresenta de duas formas distintas; I) a circulação do conhecimento dentro da comunidade científica, em que o enunciador e o destinatários são especialistas, ou seja, ela é formulada a partir de uma linguagem específica; e II) referente ao percurso que esse conhecimento busca alcançar na sociedade como um todo, neste caso, a cena enunciativa tem como destinatário o público que espera os resultados da ciência.

De fato, de acordo com Newton Freire-Maia (1998), a ciência, como um conjunto de conhecimentos e de atividades, é influenciada pelo meio social, e, como tal, não é neutra em

⁸¹ “Na teoria marxista, o Aparelho de Estado (AE) compreende: o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc., que constituem aquilo a que chamaremos a partir de agora o Aparelho Repressivo de Estado. Repressivo indica que o Aparelho de Estado em questão «funciona pela violência», - pelo menos no limite (porque a repressão, por exemplo administrativa, pode revestir formas não físicas).” (ALTHUSSER, 1970, p. 43)

relação às ideologias que envolvem a sociedade. A ciência representa um corpo de doutrinas gerado ou em geração num meio social específico e, por isso, sofre influências dos fatores que compõem a cultura da qual está inserida. De acordo com Freire-Maia (1998):

Há quem defenda a tese da neutralidade da ciência, achando que o bom ou mau uso que dela se faz depende de decisões de não-cientistas (políticos, militares, empresários, etc.) que se apropriam de seus resultados e os aplicam de acordo com seus interesses. Não se pode negar, no entanto, que há uma parte da ciência que se encontra a serviço de não-cientistas, com objetivos preestabelecidos de lucro, dominação e guerra. Os cientistas que executam essa ciência programada colocam-na deliberadamente a serviço de outra instância decisória, revelando que essa ciência não possui a inocência e a pureza que alguns nela querem ver (FREIRE-MAIA, 1998, p. 128).

Retomando, os diálogos sobre o discurso, trago para a discussão Christian Laville e Jean Dionne (1999), que vão afirmar que o discurso é um “conjunto de palavras organizadas de modo a veicular um sentido” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 198). Fairclough (2001) vai complementar essa concepção e afirmar que “discurso” é usado como uma representação social, em que o sujeito constrói ao mesmo tempo sua identidade e age na formação do mundo e dos outros indivíduos. Nesse sentido, segundo Foucault (2008):

Discurso é o caminho de uma contradição a outra: se dá lugar às que vemos, é que obedece à que oculta. Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência (FOUCAULT, 2008, p. 170-171).

Partindo dessa lógica, o discurso acaba tendo um significado mais abrangente que considera que as pessoas agem sobre o mundo através da linguagem. Assim, se os discursos científicos participam da construção da realidade como a conhecemos, também nos permitem enxergar aspectos da lógica reprodutora de suas normas hegemônicas.

Nessa perspectiva, Fairclough (2001) sugere três efeitos construtivos do discurso; o primeiro é em relação àquele que produz o discurso, o sujeito da relação social; o segundo se dá pelas relações sociais e a interação de sujeitos distintos; e, por fim, o terceiro “contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Esses três efeitos do discurso se relacionam ao que ele chama de funções da linguagem, e são, respectivamente, as funções “identitária”, “relacional” e “ideacional”.

Dito isso, destaco que a concepção de texto para Fairclough (2014) é bem ampla e abrange quaisquer tipos de textos escritos e impressos, além de transcrições de conversas e entrevistas (faladas), e de programas de televisão e páginas de internet. Para o autor, qualquer instância concreta de linguagem em uso é ‘texto’, ainda que isto esteja limitado, pois textos como programas de televisão envolvem não apenas a linguagem, mas também imagens visuais e efeitos

sonoros (FAIRCLOUGH, 2014, p. 3), ou seja, qualquer interpretação arqueológica, baseada na leitura da cultura material remanescente, é uma forma de análise do discurso.

De acordo com Melo (2012, p.70), “na ADC, o método de análise resulta totalmente da fundamentação teórica, isto é, os procedimentos de aplicação só fazem sentido se forem associados com os princípios teóricos citados”. Portanto, na posição de analista crítico do discurso, reafirmo que a análise do *corpus* da pesquisa está amparada nas perspectivas decoloniais e nas teorias *Queer*. E, também, de acordo com Resende e Ramalho (2016), ao afirmarem que “operacionalizar supõe uma abordagem transdisciplinar, que não se limita a aplicar outras teorias, mas superar as fronteiras entre as disciplinas e transformá-las” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 194), tornando possível o diálogo entre o referencial teórico, a metodologia e o *corpus* de análise da pesquisa.

Assim, sistematizar a pesquisa dentro da ADC Dialético-Relacional, busquei destacar como a prática política e ideológica, presente no discurso, “estabelece, mantém e transforma as relações entre as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) dentre as quais existem relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 94). Entendendo que a prática ideológica do discurso científico é responsável pela constituição, naturalização, manutenção e transformação dos significados que o mundo tem de acordo com as relações de poder pré-existentes. Conclui-se daí que as práticas políticas e ideológicas não estão separadas, mas se conectam numa relação dialética de complementaridade. Partindo dessa premissa, Fairclough (2001) desenvolve a Teoria Social do Discurso, marcadamente transdisciplinar, com o intuito de analisar discursos a partir de sua relação dialética (não-hierárquica) com a sociedade; por essa razão, essa abordagem é mais comumente referida como Dialético-Relacional. (FAIRCLOUGH, 2005, p. 925).

Antes de adentrar nos procedimentos do modelo tridimensional da ADC Dialético-Relacional, devo esclarecer que eu não tenho a pretensão de chegar numa instância de análise de um linguista. O que eu pretendo é subverter essa metodologia como uma possibilidade de reconhecer a potencialidade e a intencionalidade dos discursos arqueológicos na construção das representações sociais do gênero nos registros rupestres do PNSC, demonstrando ainda os caminhos percorridos por esses discursos (GROSFOGUEL, 2003).

Utilizando o conceito de Representações Sociais (doravante, RS), que o psicólogo social romeno, Serge Moscovici (1978), elabora, busquei compreender as formas como o gênero é construído através do discurso arqueológico. Para Moscovici (1978), a Teoria das Representações Sociais (TRS) busca compreender as representações sociais criadas pelos indivíduos ou pela coletividade. Para o autor, “as representações sociais são entidades quase

tangíveis. Elas circulam, cruzam-se, e se cristalizam, incessantemente, através de uma fala, um gesto, um encontro em nosso universo cotidiano” (MOSCOVICI, 1978, p.41). Essa compreensão é aprofundada nos estudos de Lucineudo Irineu (2019), que considera uma RS como um “construto discursivo, de natureza sociocognitiva e ideológica, através do qual, na condição de membros de grupos sociais, compreendemos os objetos do mundo com os quais interagimos.” (IRINEU, 2019, p. 16-17).

Desse modo, em consonância com a proposta de Fairclough (2008), a aplicação da ADC nesta pesquisa envolveu três focos de atenção: texto, prática discursiva e prática social, considerando a produção, a distribuição e o consumo textual. Esses três processos de análise foram denominados de modelo tridimensional do discurso, e investigam, a partir de uma mesma estrutura analítica, as concepções sociológicas e linguísticas da análise discursiva.

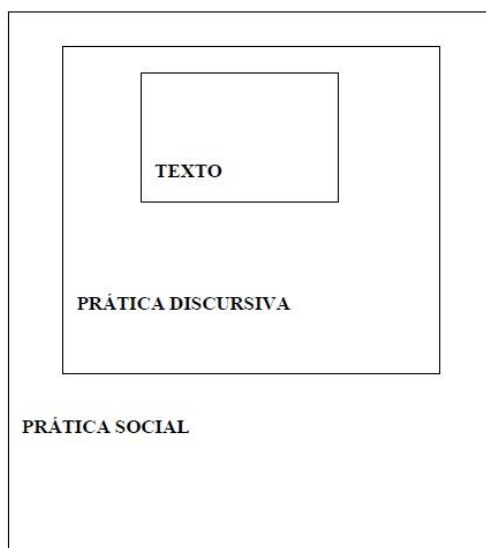


Figura 1: Concepção Tridimensional do discurso. (FAIRCLOUGH, 2008, p.101)

Ainda nessa conjuntura, Fairclough (2001) afirma que o texto envolve a produção e o consumo e são, parcialmente, de natureza sociocognitiva, uma vez que envolvem processos cognitivos de produção e interpretação textual baseados nas estruturas e nas convenções sociais interiorizadas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 99). Já a dimensão da prática discursiva intercepta o texto e a prática social, ou seja, ela engloba todo o ambiente do discurso e, consequentemente, todas as relações sociais produzidas entre o enunciador e o receptor, incluindo os fatores que interferem diretamente na forma como uma mensagem é transmitida. Ao abordar a produção textual, o autor destaca as diferentes formas de como os textos podem ser construídos. Contextos sociais específicos serão limitadores de uma determinada produção textual, o que pode significar o uso de determinados termos e um padrão de diferenciação linguística para um público-alvo

pré-selecionado. Ou seja, um periódico de cunho predatório, por exemplo, que, por vezes, não passa suas publicações por uma curadoria de qualificação acadêmica, ou uma avaliação por pares, pode não apresentar um comprometimento ético com aquele discurso que está sendo reproduzido. Contudo, esses discursos são apresentados ao público, criando possibilidades de identificação entre o enunciador e o receptor.

Assim, vale destacar, nesse momento, que o modelo tridimensional de análise do discurso de Fairclough pode ser resumido da seguinte forma:

Tabela 1: Categorias Analíticas da ADC Dialético-Relacional

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
Vocabulário Gramática Coesão Estrutura Textual	Produção Distribuição Consumo Contexto Força Coerência Intertextualidade	Ideologia Sentidos Pressupostos Metáfora Hegemonia Orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas

Fonte: Resende e Ramalho (2016, p. 29).

Nesse viés, Fairclough (2008) propõe que a categoria analítica textual (TEXTO) seja organizada em quatro itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. No que se refere ao vocabulário, são tratadas palavras individuais (neologismos, lexicalizações, superexpressão etc), relação entre palavras e sentidos. Já no âmbito gramatical são consideradas as palavras combinadas em oração e frases. Na esfera da coesão, trata-se da ligação entre orações e frases e, no que concerne à estrutura textual, trata das propriedades organizacionais do texto em larga escala.

Para esta pesquisa, em específico, restringi a análise do *corpus* ao **vocabulário** e à **gramática**, pois, ao definir que o *corpus* de análise se restringe a artigos científicos publicados em periódicos, estabeleço um primeiro critério, que são publicações escritas por especialistas para seus pares, ou seja, estudiosos da mesma área de pesquisa ou de áreas correlatas ao tema, escritos em linguagem científica que segue as normalizações e instruções pré-estabelecidas pela

revista. A coesão e a estrutura textual fazem parte das normativas solicitadas para a publicação do artigo científico, de forma a estabelecer a sua autoridade textual.

Sobre a categoria de análise da prática discursiva, Fairclough (2008) vai destacar os processos de produção, de distribuição e consumo textual, distinguindo para tanto outros três itens principais: a “força” dos enunciados, isto é, os tipos de atos de fala (analogias, anacronismos) por eles constituídos; a “coerência” dos textos; e a “intertextualidade” dos textos. Ressalto que a prática discursiva é uma manifestação linguística, portanto, a ADC requer entender as formas de organizações e interpretações textuais, ou seja, a produção, a distribuição, o consumo e a natureza da prática social para determinar como foram construídos os significados desses discursos (FAIRCLOUGH, 2008, p.106-107).

A distribuição de um texto se preocupa em como ele será recebido pelo público, principalmente no caso de discursos políticos e ideológicos. Assim, diversas instituições trabalham numa mesma construção discursiva a fim de torná-la mais aceitável àqueles que a receberão, com o objetivo de facilitar a compreensão da ideia central e, com isso, buscar uma identificação entre os sujeitos inseridos nessa prática social. (FAIRCLOUGH, 2008)

Para a análise da prática discursiva, nesta pesquisa, serão levantados dados que remetam ao local de produção e distribuição dos discursos científicos, bem como o seu alcance, como por exemplo, o número de citações que cada artigo analisado recebeu. O intuito é compreender de onde surgem determinados discursos e como esses discursos se propagam em saberes. A partir da prática discursiva, podemos entender quais grupos sociais têm interesse em construir um tipo de saber, e quais os propósitos em torno de uma determinada narrativa defendida, entendendo as possíveis repercussões que um discurso científico pode alcançar, e quais grupos sociais ele pode beneficiar e/ou prejudicar.

Já a terceira dimensão do modelo tridimensional vai discutir a categoria de análise da prática social em relação à ideologia e ao poder, situando o discurso em uma concepção de poder como hegemonia e em uma concepção da mudança das relações de poder como luta hegemônica (FAIRCLOUGH, 2001, p. 116). Para Irineu (et al, 2020), o modelo tridimensional de Fairclough possibilita uma “mudança discursiva, que tem potencial para ocasionar uma posterior e paulatina mudança social” (IRINEU, et al, 2020, p. 37).

Segundo Wodak (1996), a ADC nunca foi e nunca tentou ser ou fornecer uma teoria única ou específica, e seus pesquisadores não determinam uma metodologia única e específica para as pesquisas em ADC. Pelo contrário, os estudos em ADC são multifacetados, resultantes de bases teóricas distintas, e, por isso podem ser aplicados para diferentes disciplinas, como a arqueologia. Os pesquisadores em ADC contam com uma variedade de abordagens gramaticais,

uma vez que as definições de termos como - discurso, crítico, ideologia, poder e assim por diante - também são múltiplas, e podem variar de acordo com o referencial teórico que o pesquisador utiliza. Sobre isso, Fairclough (2008) vai afirmar que não existe um procedimento fixo para a realização de uma Análise de Discurso Crítica. O autor aponta que “as pessoas a abordam de diferentes maneiras, de acordo com a natureza específica do projeto e conforme suas visões de discurso” (FAIRCLOUGH, 2008, p.275).

Por fim, na ADC, a "crítica" não se limita apenas a uma posição em relação às relações sociais presentes nos discursos e práticas discursivas. Essa crítica vai além, relacionando-se ao entendimento do discurso como uma prática social. O analista crítico do discurso deve ter a compreensão de que a mudança discursiva pode contribuir tanto para a manutenção quanto para a transformação da realidade social. Essa perspectiva crítica é essencial nessa metodologia, pois deve orientar a pesquisa para que não se perca de seu objetivo principal, que é refletir e contribuir para a transformação das relações de opressão e desigualdade social presentes nas práticas discursivas. Dessa forma, a análise busca combater as assimetrias de poder nos estudos de gênero. Ao adotar a ADC Dialético-Relacional de Fairclough, proponho uma investigação dos discursos arqueológicos sobre os registros rupestres da área do PNSC, evidenciando, por meio das decapagens de três categorias analíticas (texto, prática discursiva e prática social), as diferentes camadas, interesses e viés ideológico e hegemônico sedimentados por esses discursos.

3.5. A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DA PESQUISA

Em termos práticos, inicialmente, realizei um levantamento bibliográfico sobre o tema da pesquisa, abrangendo os estudos decoloniais, feministas, Queer e também enfatizando os estudos dos registros rupestres da região do PNSC nas últimas décadas. Devido à pandemia de COVID-19 que afetou o mundo no início de 2020, todo o levantamento bibliográfico foi realizado de forma remota.

Inicialmente, considerei buscar artigos científicos por meio de plataformas como a Scientific Electronic Library Online - SciELO e o portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, devido ao reconhecimento dessas bases de dados como fontes confiáveis para a pesquisa científica. No entanto, ao decidir utilizar o modelo tridimensional de Norman Fairclough (2008) para realizar a Análise de Discurso Crítica, ficou evidente que restringir o corpus de análise a determinados periódicos prejudicaria a análise da prática discursiva, uma vez que essa categoria busca destacar a produção, distribuição e consumo dos discursos.

Para contemplar as três categorias de análise do modelo tridimensional, adotei outra forma de seleção dos trabalhos a serem analisados. Optei por utilizar como base de dados o sistema de busca do Google, o Google Acadêmico⁸² (Google Scholar), por dois principais motivos: em primeiro lugar, devido à sua amplitude de informações, ou seja, a ferramenta busca resultados em todos os idiomas para as palavras-chave pesquisadas, permitindo uma ampla combinação de palavras-chave e não restringindo nenhum tipo de periódico, desde que estejam disponíveis em repositórios ou sites acadêmicos na web (FALAGAS et al., 2008). Em segundo lugar, pela acessibilidade, uma vez que é uma ferramenta gratuita que permite localizar trabalhos acadêmicos, como artigos, teses, dissertações, e também disponibiliza a frequência com que esses arquivos foram citados em outras publicações.

É importante destacar que o Google Acadêmico foi lançado na web no final de 2004 e, embora seja uma ferramenta recente, já existem trabalhos acadêmicos que apontam seu grande potencial como índice de citações em estudos bibliométricos, além de poder se tornar a principal fonte para estimar o impacto das pesquisas, especialmente para análise do impacto e visibilidade de periódicos de acesso aberto (NORUZI, 2005; VAUGHAN; SHAW, 2008; MUKHERJEE, 2009).

A coleta de dados por meio do Google Acadêmico foi realizada em maio de 2022, e para realizar uma pesquisa avançada, utilizei três palavras-chave: a combinação "serra da capivara" e as palavras "rupestre" e "sexo". Também foram utilizadas outras combinações de palavras, incluindo, por exemplo, o termo "gênero". No entanto, devido ao uso amplo do termo "gênero" como classificação taxonômica na biologia e para classificar classes gramaticais em estudos linguísticos, optei por restringir a pesquisa ao termo "sexo", levando em consideração as implicações históricas de equivalência e discussão que os termos "sexo" e "gênero" carregam dentro do sistema binário em que vivemos, conforme discutido no capítulo 2.

É importante ressaltar que o algoritmo do Google Acadêmico funciona buscando as palavras pesquisadas por meio de ferramentas de Reconhecimento Óptico de Caracteres (Optical Character Recognition), conhecidas pela sigla OCR. Isso significa que os artigos que estão indexados na internet, mas que não estão no formato reconhecido pelo OCR, não serão identificados nos resultados da busca. Isso pode explicar por que alguns trabalhos mais antigos, como a tese de doutorado de Niède Guidon⁸³, de 1975 e artigos em publicações mais antigas da revista *Clio Arqueológica*, entre outras, podem ter escapado da busca realizada pelo Google Acadêmico.

⁸² Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt> Acesso em: 14 de setembro de 2022.

⁸³ Les peintures rupestres de Varzea Grande, Piauí, Brésil

No entanto, apesar dessa limitação do Google Acadêmico (GA), o programa oferece um alto potencial para incorporar um amplo conjunto de trabalhos produzidos nos últimos anos que possam estar relacionados à discussão pretendida na pesquisa. Isso ocorre porque o mecanismo de busca tem a capacidade de indexar diversos materiais encontrados em diferentes bancos de dados, permitindo uma avaliação abrangente da distribuição. Considero que essa estratégia estabelece um recorte para a pesquisa, reconhecendo que o uso de outras ferramentas pode fornecer corpus com configurações diversas. Em outras palavras, esta pesquisa é uma experimentação e não esgota as possibilidades de busca por outros resultados relacionados à representação social de gênero nos registros rupestres.

Por meio da "pesquisa avançada", os resultados exibem informações sobre os autores, o formato do documento (word, pdf, html), o ano e o local de publicação, além das citações que o texto recebeu. Como resultado, a pesquisa apresentou 1.020 documentos correspondentes às palavras-chave selecionadas. A partir desse material de análise, refinamos a pesquisa por meio da leitura dos documentos, priorizando os discursos que abordavam noções de sexo, sexualidade e gênero em suas interpretações, excluindo opções repetidas e/ou variações de uma mesma pesquisa. Por exemplo, foram excluídos artigos derivados de monografias, dissertações ou teses.

A partir da leitura inicial, selecionei apenas os documentos que inferiam interpretações sobre sexualidade, sexo e/ou gênero nos registros rupestres do PNSC. Identifiquei 183 documentos (**Tabela 2**), dos quais 77 são artigos científicos, que são o foco principal desta pesquisa e foram publicados em diversos periódicos nacionais e estrangeiros. Após a leitura dos 77 documentos, foram descartados 35 artigos que não faziam qualquer tipo de interpretação relacionada a sexo, sexualidade e/ou gênero, mas que apareceram nos resultados da busca por conterem as palavras pesquisadas em algum trecho do texto, mesmo que não apresentassem as três combinações de palavras em um mesmo contexto discursivo. Portanto, o corpus de análise desta pesquisa é composto por 42 artigos científicos, que abrangem diferentes discursos e experiências relacionados aos registros rupestres da região do Parque Nacional Serra da Capivara nas últimas quatro décadas, mais especificamente entre os anos de 1981 e 2021. A abordagem da ADC foi utilizada como base para direcionar minhas reflexões e análises, com o objetivo de extrair significados relacionados às repercussões dos discursos e práticas arqueológicas diante das provocações teóricas e críticas dos estudos decoloniais, de gênero e *Queer*.

Tabela 2: Descrição dos documentos resultantes da pesquisa.

TIPO DE DOCUMENTO	QUANTIDADE
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	23
DISSERTAÇÃO	47
TESE	23
LIVROS	8
ARTIGOS	77
ANUÁRIO	1
CADERNO	1
PROJETO PEDAGÓGICO	1
RELATÓRIO FINAL	1
RESENHA	1
TOTAL	183

Os artigos foram separados e analisados em ordem cronológica, começando pelo artigo mais antigo em 1981 e avançando até os artigos mais recentes em 2021. Essa abordagem foi adotada como estratégia para evitar anacronismos relacionados às críticas provenientes dos estudos de gênero.

Durante a análise mais aprofundada, identifiquei dois principais tipos de abordagens nos estudos realizados na região, os quais denominei de G1 e G2, para uma melhor referência ao apresentar os dados da análise. Além disso, identifiquei um conjunto de pesquisas com caráter revisionista, denominado de Grupo 3 (G3). Com base em critérios cronológicos e teóricos, dividi o Grupo 1 (G1) em pesquisas que foram as primeiras publicações sobre o tema na região desde a década de 1970, provenientes principalmente da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) e realizadas majoritariamente por pesquisadoras mulheres. Por outro lado, o Grupo 2 (G2) é composto por pesquisadores vinculados a diferentes instituições de pesquisa em diversas partes do país e iniciaram suas publicações a partir dos anos 2000. Quanto ao Grupo 3 (G3), ele é formado exclusivamente por mulheres, incluindo uma mulher trans, que investigam como as diversas formas de violência e opressão de gênero presentes nas ciências sociais impactaram os discursos arqueológicos. Essas pesquisadoras adotam uma abordagem teórica crítica, englobando as perspectivas das arqueologias feministas, de gênero e Queer, a fim de desnaturalizar o binarismo de gênero nos estudos arqueológicos. A discussão detalhada sobre a divisão desses grupos será desenvolvida durante a análise, à medida que avançamos nas três dimensões analisadas. Com a constituição desse *corpus*, finalmente poderemos aprofundar as análises.

É importante destacar que, devido à leitura realizada em ordem cronológica, foi atribuído um código distinto para os artigos de cada grupo. Dessa forma, foram agrupados 7 artigos ao "G1", enquanto 32 artigos foram atribuídos ao "G2", sendo que 30 deles possuem um pesquisador em comum na autoria. O "G3" é composto por 3 artigos. Para facilitar a explanação da análise, após a divisão em grupos, os artigos foram renomeados com um código alfanumérico. Esse código foi formado principalmente pelo nome do grupo (G1, G2 e G3), seguido de uma numeração sequencial baseada no ano de publicação do artigo. Por exemplo, um artigo publicado em 1985 recebeu o código A1, um artigo de 1997 foi identificado como A2, e assim por diante. Uma tabela contendo todas as informações sobre o ano de publicação, título do artigo, autores e outros detalhes relevantes para o modelo tridimensional será apresentada em anexo.

4. UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE OS REGISTROS RUPESTRES DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA

Ninguém possui uma compreensão total de todas as coisas, nem mesmo a compreensão total de uma única coisa. Vamos arranhando as coisas passo a passo, momento a momento, descobrindo novos sentidos, ampliando compreensões, penetrando mais a fundo no seu mistério (GUARESCHI, 2003, p. 245).

Com base nos parâmetros metodológicos estabelecidos, ajusto minha análise ao modelo tridimensional da ADC Dialético-Relacional, o qual engloba três processos: produção, distribuição e consumo textual. Esses processos são investigados por meio de uma estrutura analítica que combina abordagens sociológicas e linguísticas da análise discursiva. No entanto, esse modelo não será rigidamente aplicado, mas servirá como orientação para a análise, juntamente com as perspectivas decoloniais e as teorias *Queer*.

Como categoria analítica textual, busquei identificar, contextualizar e problematizar as atribuições de gênero presentes nos discursos, considerando elementos textuais relacionados ao vocabulário e à gramática. Isso visa compreender a relação entre as palavras utilizadas e os sentidos evocados por esses termos, levando em consideração as combinações de palavras. Em seguida, abordo as instâncias de produção, distribuição e consumo dos artigos, discutindo os desafios enfrentados em relação à problemática de gênero, ao contexto e aos discursos resultantes desse cenário, que muitas vezes extrapolam o campo da arqueologia. Demonstro a capacidade dos discursos arqueológicos em difundir e perpetuar os problemas de gênero. Por fim, concluo a análise com a discussão das construções ideológicas e hegemônicas que sustentam tais representações, bem como possíveis formas de superar os problemas identificados em relação às representações sociais de gênero.

4.1. CATEGORIA TEXTUAL

Quando as pessoas falam ou escrevem, elas produzem texto; e texto é o meio pelo qual ouvintes e leitores se envolvem e produzem sentido. O termo “texto” refere-se a qualquer instância da língua, em qualquer meio, que faça sentido para alguém que conhece a língua; podemos caracterizar texto como a língua funcionando em contexto. (Halliday e Matthiessen, 2014, p. 3, apud LOPES, et al 2021, p. 111.).

Com base no modelo tridimensional de Fairclough (2001), a análise da categoria textual foi conduzida considerando o vocabulário e a gramática. Dado que o corpus de análise consiste em artigos científicos, não foquei na análise da coesão e estrutura textual, conforme mencionado anteriormente. Portanto, ao examinar o vocabulário, priorizei a análise das palavras

individualmente, observando neologismos, lexicalizações, superexpressão, relações entre palavras e sentidos. Também analisei a gramática das palavras combinadas em frases. Destaquei termos como pronomes, substantivos, adjetivos, preposições etc., que pudessem sugerir, de maneira implícita ou não, percepções sobre gênero, sexo, raça, classe, religião etc. Dessa forma, busquei compreender como essas palavras fornecem indícios para refletir sobre a dimensão da prática social por meio da análise contextual. Reconheço que a lexicalização e a significação possibilitam uma compreensão mais profunda das competições e sobreposições presentes na categoria vocabulário, revelando a dimensão ideológica e política que muitas expressões assumem (FAIRCLOUGH, 2001).

Algumas palavras foram facilmente identificadas, uma vez que remetem aos padrões socioculturais eurocêntricos, como família e suas variantes (solteiro, casado, viúvo etc.), sociedade, comunidade, além de termos como homossexualidade, que foi introduzido pela primeira vez em 1869, na Alemanha, pelo médico austro-húngaro Karl Maria Kertbeny e amplamente utilizado pela ciência desde então (TREVISAN, 2018, p. 158). No entanto, em nosso corpus de análise, esse termo foi usado para enquadrar determinadas cenas dos registros rupestres pré-coloniais. Além disso, identifiquei conceitos relacionados aos princípios do evolucionismo cultural desenvolvidos por Edward Burnett Tylor (1989) e Lewis Morgan (2005), como moderno/primitivo, selvagem/civilizado etc. Outros termos podem ser menos explícitos, mas, quando analisados no contexto do discurso, revelam uma tendência ideológica moderna. Com base nessas premissas, realizei análises diacrônicas com base nos textos organizados em G1, G2 e G3.

Dos sete artigos analisados do G1, destaco que o primeiro trabalho é de 1981 e o último é de 2020. Em sua maioria, esses artigos apresentam uma linguagem mais neutra, sem fazer distinções de gênero. Conforme demonstrado na **Tabela 3**, observa-se uma preferência pelo uso da palavra "humano" e suas variações (figuras humanas, grupos humanos etc.) para se referir às pessoas que produziram os registros, bem como o uso do conceito "antropomorfo" para descrever as figuras humanas representadas nos registros rupestres. No entanto, os artigos G1_A1 e G1_A2 utilizam o conceito de caçador-coletor, termo que remete à atribuição da atividade de caça e coleta à figura masculina. Outro aspecto relevante é que, dos 13 autores que compõem o G1, apenas 3 são homens, que estão na autoria ou coautoria dos artigos G1_A4, G1_A6 e G1_A7, enquanto 10 mulheres são responsáveis pela autoria ou coautoria dos artigos G1_A1, G1_A2, G1_A3, G1_A4, G1_A5 e G1_A7. O texto G1_A6, de autoria do pesquisador André Prous, não conta com autoras mulheres, mas é inserido nesse grupo devido à sua afinidade intelectual com os demais pesquisadores do G1.

Uma observação importante está relacionada ao uso do termo "homem" (com inicial minúscula), que naturaliza o homem como sujeito universal. O texto G1_A7 é o único que utiliza o termo "Homem" (com inicial maiúscula), em conformidade com o dicionário de língua portuguesa, que descreve o uso de "Homem" como sinônimo de "ser humano" e "humanidade". Embora isso possa remeter a uma linguagem sexista, está respaldado pela norma-padrão da língua portuguesa⁸⁴. No entanto, se existe uma palavra sem marcação de gênero, como "humanidade", o uso da palavra "homem", seja com inicial maiúscula ou minúscula, serve apenas como um regulador e reforçador de uma masculinidade hegemônica.

Tabela 3: Itens lexicais segregados a partir dos textos do Grupo 1.

ANO	CÓDIGO	TÍTULO	AUTORES	ITENS LEXICAIS
1981	G1_A1	A Representação Humana na Arte Rupestre do Piauí: Comparações com outras Áreas.	Susana Monzon	Família Personagens humanos; Figura humana; homem; mulher; caçador-coletor; sexo masculino; sexo feminino
1987	G1_A2	Arte rupestre a temática e sua importância para a caracterização das etnias pré-históricas - Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Folklore	Niède Guidon	Figura humana; Formas humanas; Seres humanos; homem pré-histórico; homem/homens; primeiros grupos/primeiros homens; caçador-coletor; caçador;
2005	G1_A3	Arqueologia de Gênero: Teoria e Fato Arqueológico	Anne Marrie Pessis	Sociedade humana/espécie humano/comunidades humanas/populações humanas/grupos humanos/figuras humanas/ossos humanos/criança humana/obra humana; homens e mulheres;
2010	G1_A4	A Presença da Tradição Nordeste na região do Cariri Ocidental: Questões Classificatórias	Carlos Xavier de Azevedo Netto; Patrícia Duarte; Adriana Machado	Ocupação humana; Representações humanas; indicação de gênero

⁸⁴ 2. Humanidade; espécie humana (ex.: *desastres ambientais causados pelo homem; a guerra é própria do homem*). [Também se escreve com maiúscula inicial.] "homem", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/homem> Acesso em: 19 de agosto de 2022.

			Pimentel de Oliveira.	
2011	G1_A5	Grafismos de Contorno Aberto no PNSC – PI.	Daniela Cisneiros; Anne-Marie Pessis	Figuras humanas; antropomorfo masculino; definição de gênero
2019	G1_A6	Uma Visão Panorâmica da Arte Rupestre do Brasil	André Prous	Casais; figuras antropomorfas geralmente sexuadas;
2020	G1_A7	Imagens Sonoras. Danças na Arte Rupestre da Serra da Capivara, PI, BR – Uma Introdução	de Abreu, Mila Simões; Santana, Tamyris da Rocha; Jaffe, Maxim; Buco, Cristiane de Andrade	Homem; masculino e feminino; Figura humana/grupos humanos

O Grupo 2, mesmo sendo influenciado pelos estudos do G1, adota uma abordagem voltada para uma arqueologia pós-processual, que destaca cada vez mais o caráter subjetivo das interpretações cenográficas nos registros rupestres. Esperava-se, portanto, que esse grupo apresentasse uma maior quantidade de adjetivos para descrever os antropomorfos representados. No entanto, por meio da análise, identificaram-se alguns termos questionáveis e até controversos. Questionáveis, pois utilizam palavras como "**homossexualismo**" (G2_A2), que carrega uma terminação com o sufixo "-ismo" atribuindo um caráter de doença, o que remete ao estigma sofrido pela população LGBTQIA+ devido a um longo histórico de repressão e preconceito. Controversos, porque, diferentemente do G1, o G2 se baseia em um campo teórico voltado para os estudos de gênero e Queer, que combatem a ideia de gênero como uma característica ligada à natureza. Por exemplo, nos artigos G2_A15, G2_A17, G2_A18, G2_A19 e G2_A22, os autores propõem uma análise fundamentada na arqueologia de gênero e/ou *Queer*, mas ainda utilizam termos como "**opção sexual**" (G2_A13, G2_A29 e G2_A30), "**gênero com falo**" (G2_A30) ou "**gênero indicado pelo pênis**" (G2_A19), que se referem a uma construção social do gênero, ligada à identidade do indivíduo e não à sua anatomia.

No entanto, talvez o aspecto mais problemático dessa discussão esteja na utilização de palavras como "**zoofilia**" (G2_A02, G2_A07, G2_A11, G2_A18, G2_A19, G2_A21, G2_A22, G2_A24, G2_A25, G2_A26, G2_A28, G2_A30 e G2_A31), "**bestialidade**" (G2_A7, G2_A22, G2_A24, G2_A31) e "**pedofilia**" (G2_A18, G2_A19, G2_A22, G2_A25, G2_A28 e G2_A30), que são naturalmente utilizadas para descrever contextos associados a representações de práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Esses discursos contribuem para a perpetuação de estigmas

e estereótipos atribuídos à população LGBTQIA+, especialmente aos homens gays, que historicamente têm sido associados a "perversão sexual" e doenças, como a epidemia da AIDS, que foi difundida como a "peste gay". Atualmente, testemunhamos uma epidemia da "varíola do macaco" (monkeypox), que está sendo associada a homens gays e bissexuais. Vincular a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo a doenças é facilmente difundido em uma sociedade estruturalmente homofóbica. Ao apresentar essas práticas sob a forma de discurso científico, são produzidos sentidos que naturalizam preconceitos ao recorrer a um passado remoto, ao mesmo tempo em que reforçam a visão de bestialidade atribuída às populações ancestrais.

Na tabela a seguir, pode-se observar o contraste estabelecido entre os grupos, introduzindo palavras que descrevem a sexualidade e o gênero dos antropomorfos, assim como atribuem outras atividades contemporâneas que vão além da caça, dança, sexo e ritualística mencionados no Grupo 1. Nesse sentido, o Grupo 2 utiliza termos como brincadeira, namoro, musicalidade, religiosidade, entre outros.

Tabela 4: Itens lexicais segregados do *corpus* de análise do Grupo 2.

ANO	CÓDIGO	TÍTULO	AUTORES	ITENS LEXICAIS
2007	G2_A1	As pinturas rupestres do Brasil: Educação para a vida até hoje.	Michel Justamand	grupos humanos; homens/mulheres
2012	G2_A2	Corpos em evidência cenas corpóreas antropomorfos rupestres em São Raimundo Nonato (PI)	Michel Justamand	homossexualismo; zoofilia; caça, sexo, parto, brincadeiras, lutas sociais, namoro e ritos
2012	G2_A3	O feminino rupestre em São Raimundo Nonato (Piauí) muito antes de 1500.	Michel Justamand	Demarcador sexual; Gênero = Sexo Família; Sra. Neandertal; Sr. Neandertal; Marido; Mulher = Esposa;
2013	G2_A4	O Registro de fauna nas pinturas do PNSC (PI) e seus prováveis indicadores paleoambientais.	Vitor José Mangueira de Almeida; Maria Lincoln de Carlos Etchebehere; Antônio Roberto Saad; Angela Maria Rampanelli.	Homens

2013	G2_A5	Da Antropologia pré-histórica para a Antropologia Visual: Das Imagens as Memórias nas Pinturas Rupestres do PNSC - PI.	Gabriel Frechiani de Oliveira; Ana Clélia Correia Barradas; Cleiton Damasceno Macêdo; Jaionara Rodrigues Dias da Silva	Homens; Feminino/Masculino
2014	G2_A6	As pinturas rupestres do Brasil: Memória e identidade ancestral	Michel Justamand	Homens; Triângulos púbicos femininos; pais, irmãos ou namorados
2015	G2_A7	A Pintura do corpo e da Sexualidade: Análise de possíveis cenas sexuais de pessoas do mesmo sexo em pinturas rupestres no PNSC - PI	Matteus Freitas de Oliveira; Michel Justamand	Homens/Mulheres; Pessoas; Binarismo de Gênero; Arqueologia Queer; Sexo, Gênero e Sexualidade; Homoafetiva; Bestialidade/Zoofilia; Xamã; Caçadores; Sexo Masculino; Gênero Feminino; Caçadores
2015	G2_A8	As comunicações e as relações sociais nas pinturas rupestres.	Michel Justamand	Homens; Pessoas; Humano; Povos; Caçadores;
2015	G2_A9	Reflexões acerca da Arte Rupestre no PNSC, PI - Reminiscências de uma História da Tradição Nordeste de Pinturas Rupestres	Gabriel Frechiani de Oliveira; Michel Justamand.	violência (estupros, execuções e combates);
2015	G2_A10	Representações dos falos nas pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara – Piauí – Brasil	Michel Justamand	Genitálias masculinas e femininas; Vulva e Falo; Gênero masculino e feminino; Humano; Identidade de gênero; demarcação da sexualidade ou de gênero; Musicalidade, sexualidade; violência e religiosidade;

2016	G2_A11	Representações das genitálias femininas e masculinas nas pinturas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara, PI, Brasil	Michel Justamand; Pedro Paulo A. Funari	Vulva e Falo; Identidade de gênero; Feminino e Masculino; Afazeres masculinos; Gênero feminino; Genitálias de ambos os sexos; Homossexuais; Zoofilia; Humano; Pessoas do mesmo sexo Musicalidade, sexualidade; violência e religiosidade;
2018	G2_A12	Arqueologia Turismo e História do PNSC - PI	Michel Justamand; Pedro Paulo A. Funari; Andrés Alarcón-Jimenez.	Humano
2018	G2_A13	As mulheres ancestrais. Representações do feminino nas pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – PI	Michel Justamand	Homem/Mulher; Gênero = sexo; Papéis de gênero; Família; Mulher = esposa; Marido/Solteiro; Feminino/Masculino; Genitália masculina e feminina; Homossexuais; Escolhas e Opções sexuais
2018	G2_A14	As principais teorias explicativas acerca da arte rupestre: O uso da magia no PNSC - PI, Brasil, um estudo de caso.	Michel Justamand; Suelly Amâncio Martinelli; Gabriel Frechiani de Oliveira	Homem/Homens; Xamanismo/prática xamânica;
2018	G2_A15	Nossos ancestrais praticavam sexo? Diversidade sexual nos registros rupestres do PNSC - PI, BRASIL	Antoniél Gomes Filho; Leandro Colling; Michel Justamand; Gabriel Oliveira; Vanessa Belarmino; Mário R. dos Santos Filho	Gênero e Sexualidade; Teorias Queer; Falo; Sociedade Antiga; Pessoas do mesmo sexo
2018	G2_A16	Registros Rupestres do PNSC-PI: Breves reflexões sobre a pesquisa Antropológica na Educação e suas Perspectivas Interdisciplinares	Antoniél Gomes Filho; Michel Justamand	Gênero e Sexualidade; Identificação do Gênero; Masculino/Feminino; Mesmo gênero = mesmo sexo; Gêneros diferentes; Falo e vulva; Sexo Masculino e Feminino

2018	G2_A17	Questões Queer para analisar os registros rupestres com cenas que sugerem práticas sexuais na Serra da Capivara	Leandro Colling, Michel Justamand, Antoniél Gomes Filho, Gabriel Oliveira.	Indicador de gênero; Divisão Sexual e de Gênero; Sexo masculino e feminino; Falo e Vulva; Queer; ambiguidade sexual; Figuras Humanas; Pessoas;
2019	G2_A18	Relações sexuais entre pessoas de mesmo sexo nas pinturas rupestres no PNSC – PI	Michel Justamand; Gabriel Oliveira; Antoniél Gomes Filho; Vanessa Belarmino	Estudos de gênero e queer; Representações de androginia; Orientação Sexual; Inúmeras Sexualidades; gênero indicado pelo pênis; sexo/gênero diferentes; zoofilia; Pedofilia; Pessoas do mesmo sexo; Humanos do mesmo sexo; Falo e Vulva;
2019	G2_A19	Representações de relações sociais e sexuais entre pessoas do mesmo sexo nas cenas rupestres do PNSC - PI.	Leandro Colling, Michel Justamand, Antoniél Gomes Filho, Gabriel Oliveira; Vanessa Belarmino.	Representações de androginia; Orientação Sexual; Inúmeras Sexualidades; gênero indicado pelo pênis; sexo/gênero diferentes; zoofilia; Pedofilia; Pessoas do mesmo sexo; Humanos do mesmo sexo; Falo e Vulva;
2020	G2_A21	O papel das mulheres ancestrais nas pinturas rupestres do parque nacional Serra da Capivara-PI, Brasil	Cristiane de Andrade Buco; Gabriel Frechiani de Oliveira; Michel Justamand; Vitor José Rampaneli de Almeida; Antoniél dos Santos Gomes Filho; Vanessa da Silva Belarmino	Gênero Masculino Gênero Feminino Demarcação de sexualidade ou de gênero Antropomorfo masculino Genitália/genitais Falos e Vulvas Caça = Afazeres Masculinos Coleta = Afazeres Femininos Mãos viradas para trás como atributo para representar "mulheres" Família Representação de vulvas gravadas Cenas de sexualidades com animais Homossexual e Zoofilia
2020	G2_A22	Uma breve introdução a discussão sobre as pinturas rupestres brasileiras	Michel Justamand; Vitor José de Almeida; Gabriel F. de Oliveira; Leandro Paiva	Humano; Sexualidade; Relações sexuais; Homens = sujeito universal; Homens e mulheres

2020	G2_A23	Multiplicidade sexual nos registros rupestres do PNSC – PI (BRASIL)	Michel Justamand; Gabriel Oliveira; Pedro Paulo A. Funari; Albérico Queiroz; Valdeci dos Santos Júnior; Antoniel Gomes Filho; Vitor José R. de Almeida; Vanessa Belarmino da Silva	Homem moderno = sujeito universal; Sexualidade; Sexos/Gêneros opostos; Gênero masculino e feminino; Zoofilia; Pessoas do mesmo sexo; Pessoas do sexo oposto; Grupos Humanos;
2021	G2_A24	A presença de possíveis relações homoafetivas na arte rupestre do Parque Nacional Serra da Capivara - PI, Brasil	Michel Justamand; Vitor José R. de Almeida; Gabriel Oliveira; Antoniell Gomes Filho; Vanessa Belarmino da Silva; Leandro Paiva; Giovanna Luz; Matheus F. Oliveira	Arqueologia de gênero e queer; bestialismo/zoofilia; pedofilia; Homoafetividade/homoafetivo; Homossexualidade e a zoofilia; Violência sexual; dimorfismo de gênero, sexista, machista, classista, racista, mulherofóbico, transfóbico e homofóbico; Pessoas do mesmo sexo; Grupos humanos;
2021	G2_A25	As representações rupestres e a possível temática zoofílica no PNSC – PI: Um estudo de caso	Michel Justamand; Cristiane de Andrade Buco; Antoniell Gomes Filho; Vitor Almeida; Gabriel F. de Oliveira; Albérico Queiroz; Matheus Freitas de Oliveira; Leandro Paiva	Antropomorfo e zoomorfo; Zoofilia; Homens; Genitália masculina; Seres humanos masculinos; Grupos humanos pré-coloniais; Falo ereto
2021	G2_A26	O cotidiano ancestral e as representações sexuais rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC/PI – Brasil	Michel Justamand; Washington Ramos dos Santos Junior; Gabriel Frechiani de Oliveira; Antoniell dos Santos Gomes Filho; Vitor José Rampaneli de Almeida; Matheus Freitas de Oliveira; Vanessa Belarmino da Silva; Losa Vilella.	Zoofilia e bestialidade; Heterossexuais e homossexuais; Homoerotismo homoerótico; Pênis/vagina; Falo/vulva Oral/anal; Binarismo e dimorfismo de gênero; Sexualidades pré-histórica;
2021	G2_A27	Novas notas sobre formas da sexualidade ancestral nas rochas do parque nacional	Michel Justamand; Ana Cristina Alves Balbino; Gabriel Frechiani de Oliveira; Vitor José Rampaneli de Almeida; Matheus Freitas de Oliveira; Vanessa da Silva Belarmino	cenários aspectos do cotidiano, como caça, sexo, parto, brincadeiras, lutas, confrontos, namoro, ritos, cenas de variados animais; cenas de sexo entre casais, com três pessoas, em grupos, com representações de zoofilia e pedofilia; falos e vulvas; grupos humanos; Sexualidade;

2021	G2_A28	Las representaciones rupestres y la posible temática de la zoofilia en el parque nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil: un estudio de caso.	Michel Justamand; Cristiane de Andrade Buco; Vitor José Rampaneli de Almeida; Antoniel dos Santos Gomes Filho; Albérico Queiroz; Gabriel F. de Oliveira; Matheus Freitas de Oliveira; Leandro Paiva	Antropomorfo e zoomorfo; Zoofilia; Homens/mulheres; Genitalia masculina; Seres humanos masculinos; Grupos humanos pré-coloniais; Falo ereto; Região anal; Genital masculino;
2021	G2_A29	As representações rupestres de biomorfos no Parque Nacional Serra da Capivara - PI um estudo de caso	Michel Justamand; Albérico Queiroz; Gabriel F. de Oliveira	Xamã/feiticeiros/bruxos; Grupos humanos; Humanos e não humanos;
2021	G2_A30	Novos apontamentos sobre as representações da sexualidade nos registros rupestres no parque nacional Serra Da Capivara – PI, Brasil um estudo	Michel Justamand; Gabriel Frechiani de Oliveira; Giovanna Neiva Luz; Maria Luiza Lima Horta de Almeida Souza; Felipe de Sousa Soares; Vitor José Rampaneli de Almeida	Sexo/gêneros diferentes; Gênero indicado pelo pênis; Homoafetivo; Zoofilia; Pedofilia;
2021	G2_A31	O Feminino ancestral e sua potência no PNSC - PI	Michel Justamand; Ana Cristina Alves Balbino; Gabriel F. de Oliveira; Vitor José Rampaneli de Almeida; Ana Caldeiras;	Homem/Mulher; Gênero = sexo (masculino e feminino); Papéis de gênero; Família; Mulher = esposa; Marido/Solteiro; Feminino/Masculino; Genitalia masculina e feminina; Homossexuais; Escolhas e Opções sexuais
2021	G2_A32	Os falos nas pinturas rupestres do PNSC – PI-BRASIL	Michel Justamand	caça, sexo, parto, brincadeiras, lutas sociais, danças, namoro, ritos; gênero com falo; Zoofilia/pedofilia; falos como marcadores de identidade masculina; falos e vulvas;

2021	G2_A33	Sexualidade ancestral no parque nacional Serra Da Capivara – PNSCPI – Brasil	Michel Justamand; Washington Ramos dos Santos Junior; Gabriel Frechiani de Oliveira; Vitor José Rampaneli de Almeida; Antoniel dos Santos Gomes Filho; Matheus Freitas de Oliveira; Vanessa Belarmino da Silva; Losa Breu Dionísio Vilella do Nascimento	Heterossexual e Homossexuais; Zoofilia e bestialidade; Violações sexuais; dicotomia e binarismo de gênero; Falos e vulvas; Homoerotismo; Homossexualidade feminina; Homoerotismo feminino; Arqueologia de Gênero e Queer;
------	--------	--	--	---

Por fim, temos o G3 com 3 publicações, uma em 2019 (G3_A1) e duas em 2021 (G3_A2 e G3_A3). Esse grupo foi separado devido às iniciativas que buscam refletir sobre os trabalhos arqueológicos realizados no país, denunciando o caráter androcêntrico da prática arqueológica e propondo reflexões críticas que questionem a noção binária e dicotômica de sexo e gênero nas interpretações do passado, especialmente aquelas com maior profundidade temporal. Além de apresentar uma abordagem diferente dos outros grupos analisados, o G3 problematiza alguns trabalhos realizados pelos pesquisadores dos outros grupos (G1 e G2). Ao analisar os elementos lexicais (vocabulário e gramática), foi possível perceber que no G3 as associações de palavras para expressar uma ideia são mais frequentes. Enquanto nos grupos G1 e G2 é possível identificar palavras isoladas que expressam um significado generificado de forma coletiva, no G3 observa-se uma gramática mais elaborada, trazendo conceitos que buscam desnaturalizar os essencialismos construídos em torno de gênero, sexo e sexualidade.

A meu ver, isso demonstra que, ao estudarmos as sociedades humanas, sejam contemporâneas ou ancestrais, precisamos compreender a complexidade dessas realidades, especialmente quando se trata de identidades e subjetividades das pessoas. Somos seres complexos e plurais em nossas individualidades, e talvez a utilização de adjetivos de caráter universal não seja capaz de expressar essa diversidade, podendo resultar em violências epistêmicas e interpretativas.

Tabela 5: Itens lexicais segregados do *corpus* de análise do Grupo 3

ANO	CÓDIGO	TÍTULO	AUTORES	ITENS LEXICAIS
-----	--------	--------	---------	----------------

2019	G3_A1	Teorias de gênero e feminismos na arqueologia brasileira do dimorfismo sexual à primavera queer	Laura Pereira Furquim; Camila Pereira Jácome	dimorfismo e o binarismo sexual; padrões sexuais tidos como desviantes; interseccionalidade entre sexo, gênero, sexualidade, classe, identidade étnico-racial, idade, etc; Arqueologia Queer; homens cis/trans, mulheres cis/trans e pessoas não binárias; reflexões teóricas sobre gênero, feminismo e teoria queer; movimentos políticos indígenas, negros, feministas e LGBTQ; ativismo feminista e queer; papel do feminino; "homens" e "mulheres"; desigualdades/hierarquias de gênero; parâmetros da masculinidade branca heterossexual como gênero neutro do passado pré e pós-colonial; correlação binária entre sexo (masculino e feminino) e gênero (homem e mulher); interpretação binária sobre papéis de gênero
2021	G3_A2	Entre Nós: Leituras e Olhares Feministas sobre a representação das mulheres em narrativas arqueológicas e visuais	Camila Azevedo de Moraes-Wichers; Aluane de Sá da Silva; Giovanna Silveira Santos; Karla Kamylla Passos dos Santos; Luciana Bozzo Alves; Paula Cristina de Almeida Silva; Wynne Borges Carneiro; Zilda Vieira Simas Oliveira	dimorfismo sexual; binarismos assimétricos; dicotomia; categorias de sexo e gênero são construídas culturalmente; papéis de gênero; masculino e masculinizado; feminino/feminizado; reprodução de comportamentos machistas, sexistas e misóginos; assédio sexual; discriminação e a violência de gênero; silenciamentos e estereotipações; políticas do corpo e do gênero; estratégias da colonialidade; estereótipos de gênero; normatizações de gênero na sociedade contemporânea; construção de estereótipos de raça, classe e gênero

2021	G3_A3	Gêneros Perdidos: Por uma Arqueologia Transfeminista	Violet Boudelaire Anzini	sistema de sexo-gênero binário; desconstruir os etnocentrismos e colonialidades de gênero/sexo; rede de significados cisgênera, heterossexual e branca; universalidade das categorias de sexo/gênero brancas; discurso essencialista e biologizante; artificialidade de gênero e sexo; cis-heteronormativo; possibilidades intersexo; pessoas transexuais e pessoas cis; cisgêneridade, transgêneridade e transexualidade; variação das genitálias humanas, como os casos de genitálias intersexuais; colonialidade de gênero; colonialismo, racismo e sexismo
------	-------	--	-----------------------------	---

O discurso do G3 apresenta termos condizentes com as correntes teóricas propostas pelas pesquisadoras - teorias feministas, de gênero e *Queer* - como: binarismo de gênero, dicotomia e dimorfismo sexual, o conceito de interseccionalidade entre sexo, gênero, sexualidade, classe, identidade étnico-racial, idade, etc.; o gênero e o sexo sendo abordados como categorias analíticas da modernidade; além da utilização de termos como machismo, sexismo e misoginia. No artigo G3_A1, já é mencionada a existência de pessoas transexuais no contexto arqueológico, e no artigo G3_A3, a autora faz uma crítica ao apagamento dos corpos de pessoas trans, negras e não heteronormativas causado pelo processo de colonização e perpetuado através das colonialidades.

Em resumo, a maioria dos trabalhos analisados sobre os registros rupestres do PNSC revela que o gênero está sendo determinado com base na identificação do dimorfismo sexual, ou seja, pela presença do falo ou da vulva, e essa é uma das críticas recorrentes feitas pelo G3. Nesse sentido, esse grupo está engajado em desnaturalizar o binarismo de gênero e denunciar o apagamento de corpos que não se enquadram na cisheteronormatividade. Por outro lado, mesmo os trabalhos do G2 que propõem discutir uma arqueologia de gênero ainda reforçam o gênero a partir de uma variação binária.

A partir de 2015, o Grupo 2 introduz os estudos de gênero e *Queer* em seu referencial teórico. Assim, apresentam um discurso que, apesar de se propor subversivo e comprometido com a inclusão de outras formas de sexualidade não normativas, acabam associando práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo a práticas criminosas, seguindo os padrões da noção de

modernidade colonial. O Grupo 1, por não se comprometer em fazer uma interpretação mais simbólica dos registros, consegue construir um discurso mais neutro em relação aos termos utilizados, mas sem perder de vista que essa aparente neutralidade se baseia no reconhecimento da categoria do homem como sujeito universal, dispensando a necessidade de termos generificados.

4.2. DIMENSÃO DA PRÁTICA DISCURSIVA

O que se chama "prática discursiva" [...] é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2009, p. 53).

Na análise da prática discursiva, foquei nos processos de produção, distribuição e consumo textual, ou seja, no contexto, observando três elementos principais: a "força" das declarações (analogias, anacronismos), a "coerência" e a "intertextualidade" dos textos. Nesse contexto, surgiram questionamentos sobre o potencial e o impacto desses discursos na construção do conhecimento sobre os registros rupestres do PNSC, destacando quais grupos sociais são beneficiados e quais podem ser prejudicados por esses discursos.

4.2.1. Contexto de Produção

A análise do discurso sobre o contexto de produção revela uma clara distinção entre o G1, G2 e G3. Posso descrever o primeiro grupo, o G1, inserido no contexto da criação do PNSC, como aquele que possui uma identidade mais bem definida, composto principalmente por pesquisadoras mulheres ligadas à FUMDHAM, com destaque para Niède Guidon, Anne Marie Pessis e Gabriela Martin. É importante ressaltar que essas pesquisadoras foram influenciadas por uma abordagem de orientação francesa, que se destacou nos primeiros trabalhos arqueológicos realizados na região sudeste do Piauí a partir de 1973, através da Missão Franco-Brasileira⁸⁵. Esse grupo francês, do Centro Nacional de Pesquisa Científica⁸⁶, coordenado pela arqueóloga Annette Laming-Emperaire, iniciou os trabalhos sistemáticos nos estados de Minas Gerais e

⁸⁵ Dentro do programa de trabalhos do Projeto Piauí realizado pela Missão Franco- Brasileira ao Sudeste do Piauí (patrocinada pela Universidade Federal do Piauí, Universidade Estadual de Campinas, Museu Paulista da Universidade de São Paulo, Fundação Ford, CNPq, Ministère des Affaires Etrangères (França), Centre National de la Recherche Scientifique (França) e Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (França).

⁸⁶ Centre National de la Recherche Scientifique.

Piauí. O objetivo das pesquisas era obter as primeiras datações dos conjuntos de registros rupestres, a fim de situá-los no contexto cultural pré-colonial (PROUS, 1991, p. 17).

A Missão Arqueológica, liderada pela arqueóloga Niède Guidon na região de São Raimundo Nonato, identificou cerca de 8.427 registros rupestres (GUIDON, 1975, p. 33). A grande quantidade de figuras representadas nos abrigos da atual região da Serra da Capivara levou ao desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa, que incluía atividades de campo com registro fotográfico e decalque das pinturas utilizando folhas de plástico transparente muito finas (GUIDON, 1975, p. 5), além da coleta de pontos de georreferenciamento para determinar a posição exata de cada painel analisado (**Mapa 1**).

As pesquisadoras do G1 foram responsáveis pelo desenvolvimento desse conjunto específico de procedimentos teórico-metodológicos para o estudo dos registros rupestres. Suas análises focam principalmente na caracterização das técnicas empregadas, por meio do reconhecimento de similaridades e diferenças, que possibilitaram as primeiras classificações preliminares e definições de tradições, subtradições e estilos. Além disso, esse grupo está envolvido na gestão do PNSC.

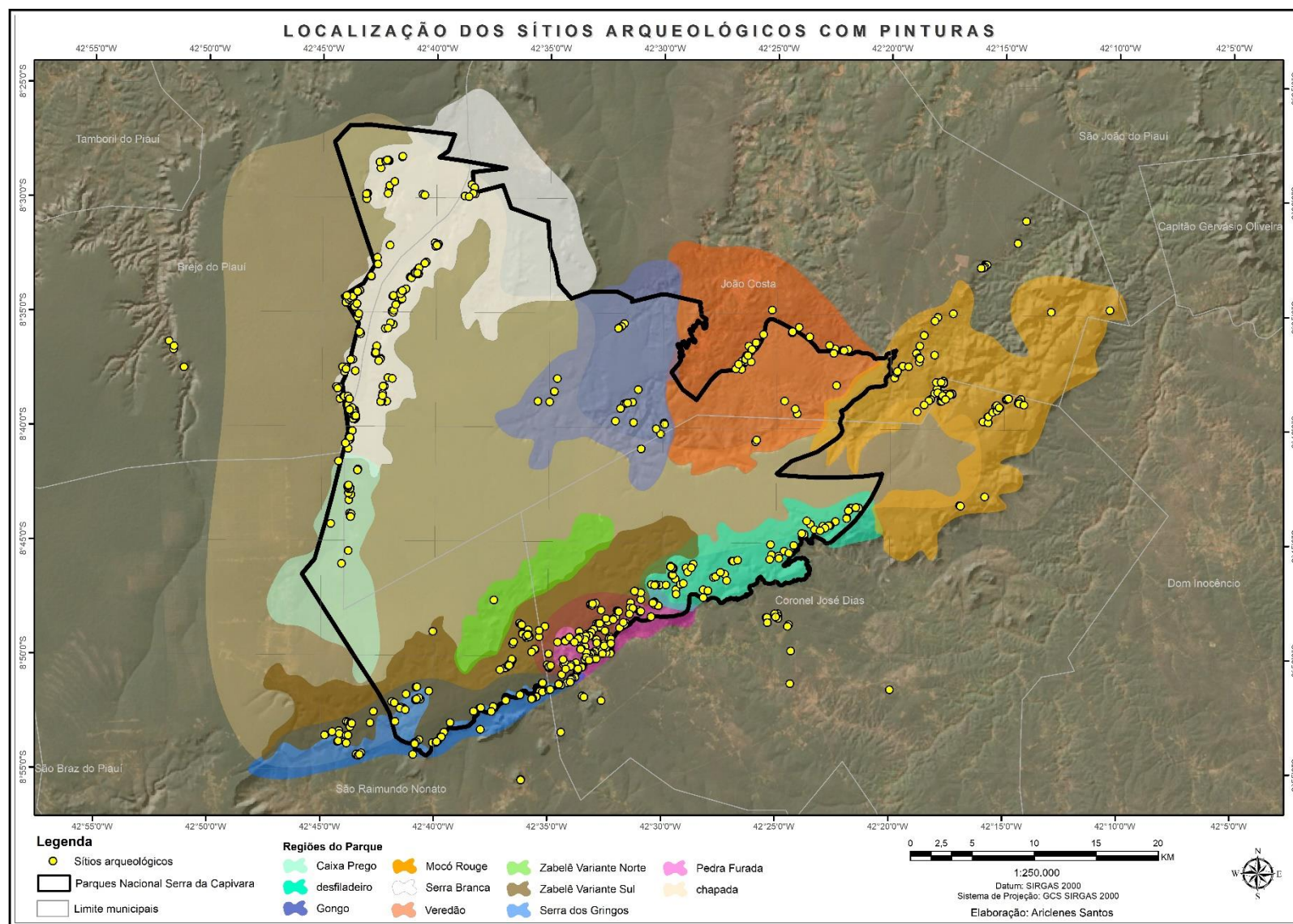
Em 1975, foi publicado o livro “Pinturas Rupestres da Várzea Grande – Piauí/Brasil”⁸⁷, resultado da tese de doutoramento de Niède Guidon que trazia uma análise dos registros rupestres em seis sítios da região da Serra da Capivara: Toca do Paraguaio, Toca da Entrada do Pajaú, Toca da Entrada do Baixão da Vaca, Toca do Pajaú, Toca Grande da Areia e Toca Pequena da Areia (GUIDON, 1975, p. 15). O livro foi publicado com apoio da Comissão de Pesquisa Arqueológica no Exterior do Ministério de Relações Exteriores e da Escola de Estudos Superiores em Ciências Sociais, ambas relacionadas ao governo francês. Esse foi o primeiro trabalho publicado dedicado aos registros rupestres da região nordeste do Brasil.

De acordo com Pessis (1992, p. 42), a primeira diferenciação realizada para os estudos dos registros rupestres foi a sua organização em duas grandes classes iniciais, utilizando como critério taxonômico a técnica de realização do registro, ou seja, dividiu-se em dois conjuntos: **pinturas rupestres** e **gravuras rupestres**, utilizando como referências a existência de diferenças culturais, no plano tecnológico.

Com essa divisão estabelecida, as pesquisadoras separaram as figuras em duas classes: as figuras naturalistas, que podem ser identificadas como uma coisa ou ser existente na natureza, como objetos; animais ou plantas; e as figuras geométricas, que não têm uma interpretação

⁸⁷ Peintures Rupestres De Varzea Grande – Piaui/Brésil.

universalmente reconhecida, apresentando, portanto, valores simbólicos distintos em diferentes culturas (GUIDON, 1975, p. 39).



Mapa 1: Delimitação do Parque Nacional Serra da Capivara, apresentando as divisões por área e a localização dos sítios com registro rupestre da Tradição Nordeste

Após essa primeira classificação preliminar, Guidon (1975) apresentou uma subdivisão. É importante ressaltar que essas classificações são resultado de um processo colaborativo entre os membros da equipe da Missão Franco-Brasileira e os indígenas da etnia Krahô do cerrado goiano. A partir do contato com fotografias dos registros rupestres da área, apresentadas pela etnóloga V. Chiara, foram identificadas semelhanças, especialmente nas representações zoomórficas. Além disso, os "guias" locais, ou seja, os sertanejos que viviam nas cidades próximas ao Parque Nacional da Serra da Capivara, também contribuíram com suas experiências e conhecimentos adquiridos no ambiente local, mesmo sem formação acadêmica em arqueologia.

Além disso, usamos algumas identificações fornecidas pelos guias locais; deve-se notar que não queríamos confiar-lhes o eminente papel de informantes, por medo de que se entregassem a identificação inexatas. [...] Sua capacidade de identificar figuras era notável; em alguns casos, até deram o nome comum correspondente a uma espécie específica. Perguntamos como sabiam disso e a resposta que nos deram foi sempre correta e correspondeu aos traços que definem morfológicamente as espécies: cabeça maior e mais redonda, pescoço significativamente mais longo, etc⁸⁸ (GUIDON, 1975, p. 40. Tradução minha).

A partir dessa divisão preliminar entre figuras naturalistas e figuras geométricas, Guidon (1975, p.42-43) parte para uma análise morfológica das figuras, definindo-as em:

- a) **zoomórficas:** que incluem figuras que permitem uma identificação zoológica precisa e outras que não podem ser relacionadas a nenhuma divisão zoológica. Para a pesquisadora, essa classificação alcança diferentes graus de sutileza: animais classificados por gênero (veados, emas, tatus, etc.); animais classificados por família (Tinamidae); animais em ordem (cobras, roedores); animais classificados por classe (peixes); quadrúpedes; bípedes (ornitomorfos); zoomorfos indeterminados (por exemplo, uma cabeça ou uma perna que pode pertencer a uma ema ou a um cervídeo; um quarto traseiro, etc.). (**Figura 2**)
- b) **antropomorfos:** Foram classificadas sob esse título as figuras caracterizadas por um corpo bípede ereto cuja linha média se estende pela cabeça e também os bípedes sem cabeça definida. A cabeça não tem bico. A presença de membros superiores não é obrigatória; (**Figura 3**)
- c) **fitomorfos:** Certas figuras são identificadas inequivocamente como árvores, cujo tronco dá origem a galhos de cada lado; (**Figura 3**)

⁸⁸ De plus, nous utilisons certaines pièces d'identité fournies par des guides locaux; il est à noter que nous n'avons pas voulu leur confier le rôle éminent d'informateurs, de peur qu'ils ne cèdent à des identifications inexactes. [...] Sa capacité à identifier les chiffres était remarquable; dans certains cas, ils ont même donné le nom commun correspondant à une espèce spécifique. Nous avons demandé comment ils savaient cela et la réponse qu'ils nous ont donnée était toujours correcte et correspondait aux traits qui définissent morphologiquement l'espèce : tête plus grosse et plus ronde, cou nettement plus long, etc.

No entanto, as principais estruturações taxonômicas dos estudos sobre registros rupestres ainda não haviam sido estabelecidas no trabalho de Guidon (1975). Foi somente com o progresso das pesquisas e a descoberta de novos locais com registros rupestres, como a região do Seridó, no Rio Grande do Norte, que surgiu a necessidade de novas divisões sistemáticas que abrangessem todo o contexto de ocorrência desses registros, relacionando-o com a intensidade da ocupação em toda a área. Segundo Martin (1994, p. 292), Anne-Marie Pessis é creditada com a maior preocupação em relação aos estudos sistemáticos dos registros rupestres no Nordeste do Brasil. Ao longo de duas décadas de pesquisa na região, ocorreram grandes avanços, possibilitando a introdução de novos critérios de reconhecimento. Os registros rupestres (pintados e gravados) foram distinguidos entre aqueles reconhecíveis e aqueles que não eram reconhecíveis (PESSIS, 1992, p. 40).

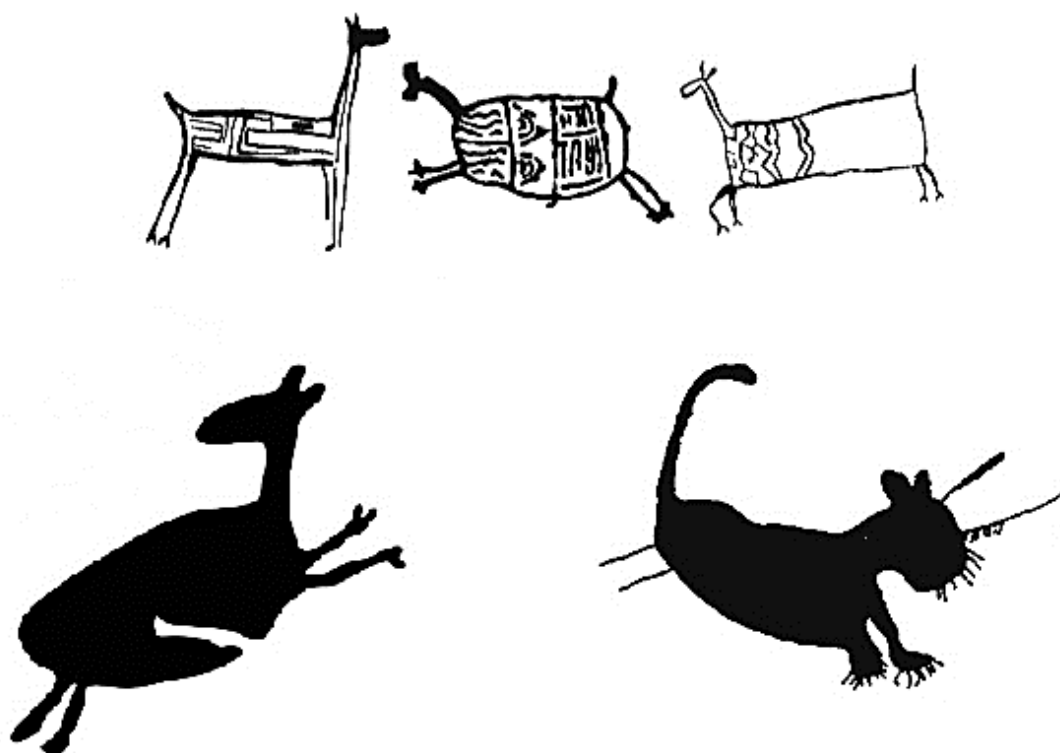


Figura 2: Registros rupestres classificados como zoomorfos da Tradição Nordeste. Fonte: MARTIN, 1997.



Figura 3: Registro Rupestre classificado como emblemático da Tradição Nordeste, denominado de “cena da árvore”, apresentando antropomorfos no entorno de um fitomorfo.

Fonte: MARTIN, 1997.

Dessa forma, as pesquisas resultaram em quatro classes de registros rupestres: três de pinturas e uma de gravuras. Essas classes foram então designadas por tradição, que identificava "cada uma das grandes classes que compunham as identidades de caráter mais geral" (PESSIS, 1992, p. 43). Em termos metodológicos, as tradições foram consideradas como os tipos de figuras, as proporções relativas entre os diferentes tipos e as relações estabelecidas entre os grafismos que compõem um painel (PESSIS e GUIDON, 1992, p. 21). Portanto, Pessis (1992, p. 43-44) definiu essas quatro categorias iniciais, estabelecendo os primeiros passos para a realização de pesquisas sistemáticas sobre os registros rupestres.

- 1) **Tradição Nordeste:** definida pela presença de grafismos reconhecíveis (figuras humanas, animais, plantas e objetos) e grafismos puros, os quais não podem ser identificados. Essas pinturas são figurativas e cheias de encenação e dinamismo (MARTIN e GUIDON, 2010, p. 22); (**Figura 4**)
- 2) **Tradição Agreste:** caracterizada pela predominância de grafismos reconhecíveis,

particularmente da classe das figuras humanas sendo raros os animais. Nunca aparecem nas representações de objetos nem de figuras fitomorfas. Os grafismos representando ações são raros e retratam unicamente caçadas. As figuras são representadas estáticas, sem alusão a movimento ou dinamismo. Os grafismos puros são os mais recorrentes e apresentam morfologia diversificada; (**Figura 5**)

- 3) **Tradição Geométrica:** caracterizada por pintura que representa uma maioria de grafismos rupestres, figuras humanas e algumas mãos, pés e répteis extremamente simples e esquematizados; (**Figura 6**)
- 4) **Tradição Itacoatiara:** integrada por gravuras representando figuras que não permitem nenhum reconhecimento. Raramente uma figura reconhecível é representada de forma isolada (
- 5) **Figura 7).**



Figura 4: Registros rupestres classificados como emblemáticos da Tradição Nordeste: a) costa a costa; b) cena da árvore e c) cerimonial [sic]. **Fonte:** MARTIN, 1997, p. 239-241.



Figura 5: Registros rupestres classificados como da Tradição Agreste. Fonte: MARTIN, 1997, p. 255.



Figura 6: Registro Rupestre classificado como da Tradição Geométrica na Toca dos Búzios, Central, BA. **Fonte:** MARTIN, 1997, p. 288.



Figura 7: Gravuras rupestres classificadas como da Tradição Itaqui. Gravuras da Região do Seridó, RN. **Fonte:** MARTIN, 1997, p. 288.

Com a elaboração dessas primeiras divisões classificatórias em tradição, as pesquisadoras assumiram que seria possível perceber que nos registros “reconhecíveis” eram frequentemente apresentados compondo cenas, e, como tal, seria possível classificar determinados padrões de recorrências entre distintos sítios. Portanto, dentro das divisões das tradições foram registradas **sub tradições**; termo usado para designar o conjunto de registro de uma determinada tradição que apresenta variações de acordo com sua localização geográfica (Ex; Subtradição Várzea Grande no Piauí (**Figura 8**) e a Subtradição Seridó (**Figura 9**) no Rio Grande do Norte). Uma outra divisão mais particular também foi estabelecida e denominada de **estilo**, que reflete a evolução de uma Subtradição; resultando em micro variações de técnica, morfologia e temática. Segundo as pesquisadoras do G1, essas inovações refletem as manifestações criativas de cada comunidade (PESSIS e GUIDON, 1992, p. 21; MARTIN, 1997, p 235).

A proposta de estilo foi apresentada por Pessis (1989) e inseriu a ideia de temáticas e cenografias representadas nos registros rupestres. Quando apresentado por Guidon (1985), a pesquisadora teve o cuidado de não inferir interpretações acerca das representações dos registros rupestres, restringindo-se a fazer uma análise detalhada das técnicas de execução, como composição e coloração da tinta, largura e tipos de preenchimentos dos desenhos.



Figura 8: Registro rupestre classificado como da Tradição Nordeste e sub-tradição Várzea Grande, São Raimundo. **Fonte:** MARTIN, 1997, p. 259.



Figura 9: Registro rupestre classificado como da Tradição Nordeste e sub-tradição Seridó, Carnaúba dos Dantas, RN. **Fonte:** MARTIN, 1997, p. 247.

Já Pessis (1989) descreveu as definições de estilos de acordo com a temática apresentada: ao Estilo Serra Branca (**Figura 10**) atribui a caracterização de figuras humanas ornamentadas e que portam vestimentas que escondem a “identidade humana”, numa metáfora utilizada para indicar a presença ou ausência do falo e da vulva. Enquanto ao Estilo Serra da Capivara (**Figura 11**), a autora define que “é o tema da vida que tipifica as ações representadas”: a sexualidade, a dança lúdica, ritos e rituais cerimoniais coletivos, a caça individual de pequenos animais (PESSIS, 1989, p. 7). A partir de então, Guidon (1989) passa a inserir algumas interpretações sobre a temática dos registros, de uma forma mais geral, sem a definir cenografia, ao apresentar uma síntese das pesquisas sobre os registros na região iniciadas em 1970. Sobre isso, Guidon (1989) infere a presença de representações de objetos e representações cotidianas ligadas a cerimônias ou a mitos como aspectos abundantes dentro da Tradição Nordeste, enquanto na Tradição Agreste, as representações de ações se resumem a encenação de caças (GUIDON, 1989, p. 7-8).

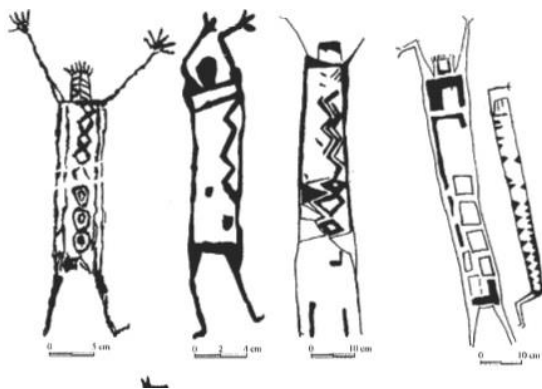


Figura 10: Registro Rupestres classificados como antropomorfos da Tradição Nordeste e Estilo Serra Branca. Fonte: MARTIN, 1997, p. 245



Figura 11: Registro Rupestres classificados como antropomorfos da Tradição Nordeste e Estilo Serra da Capivara. MARTIN, 1997, p. 239.

Até os anos 2000, houve uma certa hegemonia nos estudos arqueológicos da região e, consequentemente, nos estudos sobre os registros rupestres, seguindo os mesmos procedimentos técnicos e metodológicos desenvolvidos pelo G1. No entanto, a partir dos anos 2000, uma nova transformação nos estudos sobre os registros rupestres na região se torna evidente, impulsionada pela expansão das universidades públicas e dos programas de pós-graduação.

Esse novo fluxo de pesquisadores, na região, vai estabelecer novos discursos sobre o passado pré-colonial para a região do PNSC, como é o caso dos pesquisadores do G2, que não têm uma identidade tão bem definida quanto o G1, e é formado por um grupo mais heterogêneo de pesquisadores, discentes e docentes de diversas instituições do país, e parece se organizar nas associações de pesquisa que cercam o pesquisador Michel Justamand, responsável pela maior parte da produção do G2. Essas associações estão pautadas no viés interpretativo das pesquisas, voltando-se a identificar noções de sexo, gênero e sexualidade a partir de cenografias isoladas nos sítios do PNSC, inclusive dialogando com os trabalhos de G1.

Por sua vez, essa nova produção vai despertar um incômodo no G1, que começa a questionar a validade desses discursos mais subjetivos. Esse desconforto foi traduzido em forma de artigo, no ano de 2010, quando as arqueólogas Gabriela Martin e Niède Guidon publicam o artigo “A Onça e as Orantes”, em que apresentam e questionam a forma com que os trabalhos sobre registro rupestre vinham sendo realizados na região. O texto parte da avaliação dos grafismos do sítio Toca do Estevão III, na região do PNSC, onde as autoras refletem a partir dos dados disponíveis para o Nordeste do Brasil, sobre a importância de uma revisão dessas classificações propostas na década de 1980, como por exemplo, o estabelecimento das Tradições Nordeste e Agreste (2010, p. 11-12).

Martin e Guidon (2010) também ponderam sobre alguns problemas teóricos e práticos que foram surgindo durante essa trajetória de estudos na área. As autoras demonstram, inclusive,

uma preocupação com suas próprias classificações, as quais foram propostas como preliminares ou provisórias, e passaram a ter um caráter de paradigma, devido à sua intensa repetição (MARTIN e GUIDON, 2010, p. 15). Outra discussão levantada pelas autoras é a respeito da oposição quantitativa entre estudos realizados com a Tradição Nordeste em relação à Tradição Agreste, em que questionam se esse fato está relacionado a noções estéticas modernas, ou a falsa invenção de maior ou menor representatividade “identitária” atribuída entre as tradições.

Como mencionado, no campo dos estudos rupestres, “proliferam estudiosos, amadores, simpatizantes e curiosos da arte rupestre, sem entender que, precisamente, trata-se de uma das vertentes mais difíceis e enigmáticas do registro arqueológico”. Contudo, embora as autoras reconheçam as contribuições para as investigações sobre o registro rupestres, no tocante ao grande volume de dados produzidos ao longo dos últimos anos, muitos trabalhos ainda se apresentam como “fantasias inaceitáveis”. (MARTIN & GUIDON, 2010, p. 16).

Se, por um lado, essas críticas manifestam certo tom normativo, pressupondo a existência de um padrão para definir o que é aceitável ou não, nos termos da colonialidade do saber; por outro lado, são adequados para caracterizar alguns trabalhos que compõem o G2, que se voltam a identificar dispositivos de gênero e sexualidade nos registros rupestres a partir da definição do sexo biológico do antropomorfo, que é determinado pela presença do falo ou da vulva. Concordo que esses tipos de discursos, da forma como estão sendo abordados, são contraproducentes, e se opõem aos primeiros trabalhos realizados sobre os registros rupestres do PNSC, como o próprio trabalho publicado por Guidon (1975), que, desde então, reconhece as dificuldades nesse tipo de interpretação, uma vez que essas subjetividades estão pautadas em modelos etnocêntricos da contemporaneidade na tentativa de reconhecer e atribuir significados ao contexto pré-colonial. Devo ressaltar ainda que os estudos foram produzidos por Guidon antes mesmo das provocações dessas teorias críticas repercutirem nos campos das ciências arqueológicas, de modo que não quero soar anacrônico em minhas ponderações.

O terceiro grupo, denominado G3, assim como o G2, também não vai possuir uma identidade tão bem definida quanto o G1. Conforme mencionei anteriormente, esse grupo foi definido, nesta dissertação, por apresentarem um ponto central nas suas pesquisas, que é combater os essencialismos de sexo, de sexualidade e de gênero presentes nos discursos arqueológicos brasileiros. Explicando melhor, o G3 tem sua primeira publicação em 2019, sendo formado exclusivamente por mulheres de distintas regiões e instituições do país, que problematizam os anacronismos interpretativos que projetam para o passado padrões de comportamentos modernos. Ainda que não se comprometam a fazer interpretações sobre os registros rupestres, as autoras trazem, para este debate, alguns estudos realizados sobre os

registros rupestres do PNSC, sempre evidenciando as colonialidades presentes nesta construção discursiva, mesmo que nem todas se utilizem do conceito de colonialidade.

4.2.2. Distribuição e Consumo Textual

Em relação ao contexto de distribuição, os grupos também se encontram bem definidos em distintos nichos de publicações. O G1 vem publicando, regularmente, em dois periódicos principalmente: *A Clio Arqueológica*⁸⁹, organizado pelo Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e a *Revista FUMDHAMentos*⁹⁰, da Fundação Museu do Homem Americano, voltada para publicações, de diversas áreas, sobre o PNSC. Ambas as revistas são organizadas por instituições de pesquisa da região Nordeste do Brasil. Por terem um caráter regional explícito, essas publicações geralmente são mais referenciadas em pesquisas voltadas para a região Nordeste.

Quanto ao G2, percebo que parte dos periódicos onde os artigos do grupo são publicados não passou por uma revisão rigorosa por pares, sendo publicações que exigem o pagamento de uma taxa para a divulgação. Considero esse ponto muito relevante, pois estabelece quem pode publicar e quem não pode. Ou seja, o fato de serem revistas com taxa de publicação exclui algumas pessoas que não têm recursos para arcar com esse tipo de exigência e compartilhar suas pesquisas. Por terem mais oportunidades, o G2 tem publicado mais e ocupado esse espaço na construção do conhecimento sobre os registros rupestres, sendo mais referenciados por outras áreas de pesquisa.

Também quero chamar a atenção para o volume de pesquisas publicadas pelo G2 sobre a mesma temática. Embora os artigos apresentem poucas variações, são publicados com títulos diferentes em várias revistas, criando um volume considerável de referências sobre um tema que tem um conjunto restrito de registros analisados. Isso pode ser comprovado pela quantidade de citações recebidas em cada artigo analisado. Por um lado, o G1 tem sido referenciado tanto pelo próprio G1 quanto pelo G2, mas o contrário não ocorre. Conforme evidenciado no **Gráfico 1**, as

⁸⁹ A CLIO Arqueológica é um periódico organizado pelo Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tem como objetivo corroborar com a divulgação das pesquisas realizadas nas áreas de arqueologia e conservação do patrimônio cultural, através de textos originais e inéditos de pesquisadores nacionais e estrangeiros.

⁹⁰ “A Revista Fumdhamentos, da Fundação Museu do Homem Americano, foi criada para divulgar num fluxo contínuo as pesquisas realizadas por especialistas de diversas áreas do conhecimento no Parque Nacional Serra da Capivara e nas áreas afins. Embora com interesses específicos diversos, os pesquisadores participam de um interesse comum: a compreensão do bioma da região, a reconstituição do passado humano e sua adaptação ao meio, nas diferentes realidades ambientais pelas quais a região passou desde as primeiras ocupações, até os dias atuais.” <http://fumdham.org.br/fumdhamentos/>

citações recebidas pelo G2 são predominantemente feitas dentro do próprio grupo de pesquisadores, ou seja, são autorreferências que acabam transformando esses discursos em um novo paradigma, como uma forma de estabelecer uma nova hegemonia nos estudos dos registros rupestres. Além das autorreferências, verificou-se, por meio da análise de distribuição e consumo textual, que os artigos do G2 são os que mais ultrapassam os limites da arqueologia, sendo referenciados em outras áreas do conhecimento, como será demonstrado posteriormente.

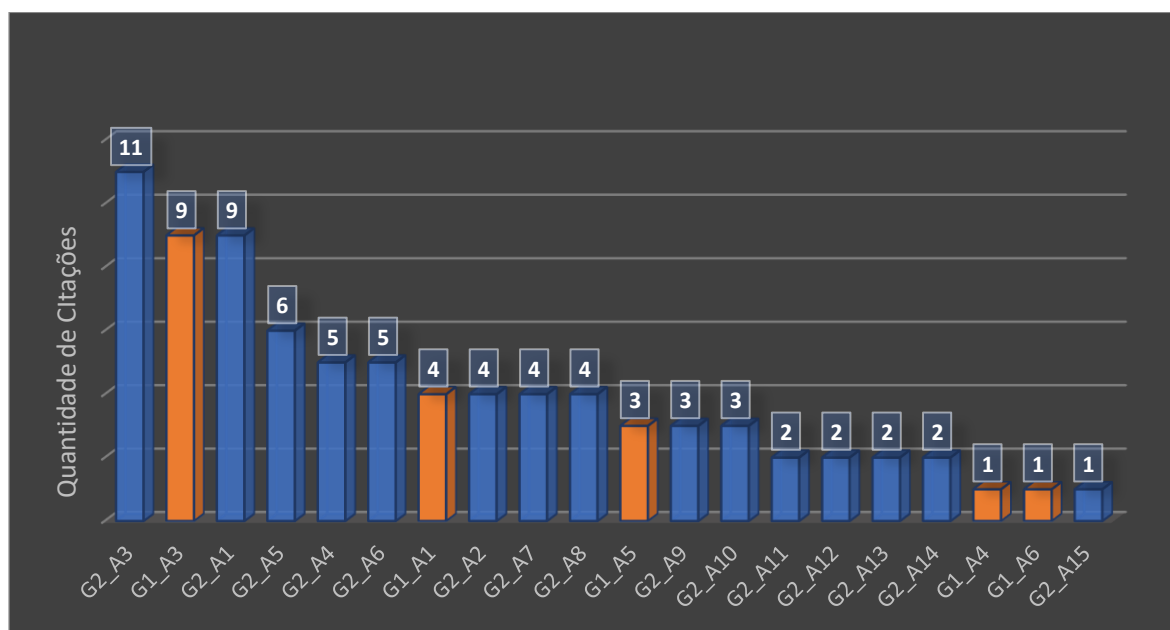


Gráfico 1: Gráfico apresentando a quantidade de citação recebida em cada grupo.

A partir de agora, direciono a análise apenas ao G1 e ao G2, uma vez que nenhum dos artigos do G3 recebeu citações até o momento, principalmente por serem artigos mais recentes. Conforme constatei em minhas leituras, os trabalhos do G1 são a base de referência para a grande maioria das pesquisas que se dedicam a estudar os registros rupestres, especialmente na região Nordeste do país. Esses trabalhos identificam, por exemplo, as representações de composições cenográficas, como dança, caça e cenas sexuais, que são utilizadas inclusive pelo G2.

Por sua vez, o G2 é referenciado em estudos que buscam criar analogias a partir de interpretações dos registros rupestres, relacionando-os a determinados comportamentos e práticas específicas observadas na contemporaneidade. Um exemplo disso é a pesquisa de mestrado de Hamilton Fernandes de Sousa (2015), intitulada "Virilidade Travestida: protótipo e estereótipo na representação da travesti", na qual se discute como os homossexuais são designados, representados e ideologicamente avaliados na Língua Portuguesa do Brasil. No entanto, ao abordar homossexuais e travestis, o autor confunde sexualidade com identidade de

gênero, tratando os dois como equivalentes e se referindo às travestis com pronomes masculinos ao longo do discurso.

Por outro lado, o autor se esforça para demonstrar que a prática homossexual era comum na época pré-colonial, recorrendo aos registros rupestres do PNSC para fundamentar suas ideias. Ao interpretar os registros rupestres, Sousa (2015) utiliza um discurso semelhante ao do G2, estabelecendo uma analogia entre a contemporaneidade e os registros rupestres, que, segundo o autor, representam pessoas que se relacionavam com outras do mesmo sexo e praticavam zoofilia. Essa narrativa está em consonância com o discurso apresentado nos artigos G2_A2 de 2012 e G2_A10 de 2015, inclusive utilizando os mesmos sítios mencionados nesses trabalhos, embora não sejam referenciados nenhum desses artigos ou autores, nem qualquer outro artigo relacionado aos registros rupestres do PNSC.

Considerado o fato de os homossexuais, que são pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo, sempre terem existido entre quaisquer grupos humanos, é preciso ponderar a possibilidade de se identificar estudos que antecedem àqueles das primeiras civilizações humanas, sob a forma de registros rupestres, conforme quadros abaixo. Pontua-se que essa pintura se refere à região da Serra da Capivara, do Estado do Piauí e nela é possível identificar a rotina de caçadores-coletores, bem como a participação de animais em práticas sexuais desses homens pré-históricos. (SOUSA, 2015, p. 35)



Figura 12: Registro Rupestre apresentado na dissertação de Sousa (2015) para falar sobre prática sexual. Esse mesmo registro é recorrente nas publicações do G2. **Fonte:** SOUSA, 2014, p. 35.



Figura 13: Registro Rupestre apresentado na dissertação de Sousa (2015) para falar sobre prática sexual com participação de animais. Esse mesmo registro é recorrente nas publicações do G2. **Fonte:** SOUSA, 2014, p. 35.

Outra pesquisa que reproduz o discurso sobre a prática de zoofilia, a partir dos registros rupestres do PNSC, é uma tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Oncologia da Fundação Antônio Prudente, em parceria com a Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, de autoria de Lucineide Viana (2021). A autora utiliza o mesmo registro rupestre (**Figura 13**) apresentado no artigo G2_A2 e no trabalho de Sousa (2015), para abordar as "Práticas de sexo com animais entre homens atendidos em centros de referência para infecções sexualmente transmissíveis (IST) e Aids do nordeste brasileiro: prevalência, relação com IST e fatores associados". Ao propor uma historiografia sobre as práticas de zoofilia, ou bestialidade, como ela as denomina, a autora faz referência a Justamand (2012) e afirma que:

Desde os tempos primórdios há interações sexuais entre humanos e animais. Os primeiros achados dessa prática sexual datam da pré-história, com registros em pinturas rupestres de sítio arqueológico em vários lugares do mundo, inclusive no nordeste do Brasil há mais de 10 mil anos. (VIANA, 2021, p. 1)

Ainda em relação às práticas de zoofilia, temos a monografia apresentada por Maithê Mion de Mattos (2021), no curso de Direito do Centro Universitário de Curitiba, intitulada "Abuso Sexual de Animais Não Humanos: Zona Limítrofe entre Patologia e a Prática Criminosa". A autora realiza uma análise aprofundada, incluindo a perícia médica, com o objetivo de avaliar se há um caráter patológico na prática contemporânea de zoofilia e, consequentemente, a aplicação de penas adequadas para cada indivíduo. Ao tentar traçar um histórico sobre a prática da zoofilia, a autora faz referência ao artigo G2_A2, apresentando a

imagem do registro rupestre em que o autor atribui a prática de "Zoofilia e, provável, homossexualismo" (JUSTAMAND, 2012, p. 11).



Figura 14: Imagem apresentada por Mattos (2021) com a legenda: “Pintura rupestre com reprodução de cena de zoofilia”. **Fonte:** JUSTAMAND, 2011.

A autora conclui afirmando que:

É de se verificar, na imagem acima apensada, a representação rupestre de atos de relação sexual interespecie, onde evidencia-se uma personificação humana, do sexo masculino, estabelecendo, ativamente, contato sexual com um animal. Frise-se que tal obra pré-histórica é originária dos rochedos do Parque Nacional Serra da Capivara, unidade de conservação brasileira de proteção integral à natureza, localizado nos municípios piauienses de Canto do Buriti, Coronel José Dias, São João do Piauí e Raimundo Nonato. (MATTOS, 2021, p. 13)

Como podemos observar, é comum que outras áreas do conhecimento recorram aos registros rupestres para tentar confirmar um determinado ponto de vista levantado em suas pesquisas, desde o campo do direito até a área da saúde. É frequente, principalmente, a temática da zoofilia contextualizada em uma abordagem relacionada à prática sexual homossexual, que busca, nos discursos arqueológicos, uma origem ancestral para essas práticas. Talvez a temática da pedofilia não tenha sido apropriada por outras áreas do conhecimento, pois representa um tabu ainda maior em nossa sociedade.

No que diz respeito à coerência e à intertextualidade, podemos diferenciar os grupos G1, G2 e G3. O que precisa ser destacado aqui é que, enquanto o G1 se propõe a realizar estudos baseados na identificação de recorrências técnicas e, portanto, se fundamenta constantemente nas propostas teóricas e metodológicas produzidas pelo próprio grupo, não apresenta nenhum

referencial teórico mais crítico, considerando seu contexto histórico de produção. A exceção talvez seja o artigo G1_A8, intitulado "Arqueologia de Gênero", no qual a autora aborda a organização social baseada na desigualdade de gênero, mas mesmo utilizando argumentos sobre o gênero como construções sociais, parte da premissa binária: masculino x feminino.

Já no G2, os pesquisadores se especializam em tecer interpretações sobre figuras e/ou cenografias isoladas, nas quais o gênero e a sexualidade são constantemente discutidos. Contudo, apesar de trazerem em grande parte de suas produções um referencial teórico mais crítico (como os estudos de gênero e Queer), ainda apresentam muitas inconsistências e incoerências textuais, produzindo e reproduzindo discursos profundamente coloniais e heteronormativos, inclusive reforçando estereótipos violentos sobre gênero e sexualidade.

No que se refere à intertextualidade, enquanto o G1 está amparado nos resultados dos estudos realizados pelas pesquisadoras que fazem parte do seu mesmo contexto de produção; como Niède Guidon, Anne Marrie Pessis e Gabriela Martin, percebo que muitas referências trazidas pelo G2 são aplicadas apenas para confirmar suas interpretações, sendo que, na maioria das vezes, essas referências não são compatíveis com o contexto pesquisado, são estudos que não fazem referência à mesma sociedade ou à mesma temporalidade estudada. O que eu pude notar, a partir da análise do discurso, é que os autores abordam um fragmento de uma informação, seja de um outro contexto ou do próprio contexto da Serra da Capivara e interpretam de maneira que se encaixem em suas perspectivas, legitimando suas propostas a partir da autoridade de pesquisadores renomados, como por exemplo as autoras do G1: Niède Guidon, Anne Marrie Pessis e Gabriela Martin.

No que se refere à intertextualidade, enquanto o G1 se baseia nos resultados dos estudos realizados por pesquisadoras que fazem parte do mesmo contexto de produção, como Niède Guidon, Anne Marrie Pessis e Gabriela Martin, percebo que muitas referências trazidas pelo G2 são aplicadas apenas para confirmar suas interpretações, mesmo quando essas referências não são compatíveis com o contexto pesquisado. São estudos que não fazem referência à mesma sociedade ou temporalidade estudada. Ao analisar o discurso, pude perceber que os autores do G2 abordam fragmentos de informações de outros contextos ou do próprio contexto da Serra da Capivara e os interpretam de maneira que se encaixem em suas perspectivas, legitimando suas propostas com base na autoridade de pesquisadores renomados, como as autoras do G1: Niède Guidon, Anne Marrie Pessis e Gabriela Martin. Destaco aqui as citações do artigo "A Onça e as Orantes" de Martin e Guidon (2010), que enfatizam as críticas às interpretações dos registros rupestres, pois, segundo as autoras, a interpretação "está fora dos critérios mais rígidos de

classificação" (MARTIN e GUIDON, 2010, p. 13). Contraditoriamente, nos esforços interpretativos do G2, esse estudo é referenciado em quatro outros artigos - G2_09, G2_10, G2_11 e G2_30 - distorcendo as críticas levantadas pelas autoras para corroborar suas perspectivas.

Nessa conjuntura, outro texto amplamente referenciado no corpus de análise é "Amor, violência e solidariedade no testemunho da arte rupestre brasileira", de autoria de Gabriela Martin, sobre os registros rupestres da região do Seridó, no Rio Grande do Norte. Uma análise do corpus de pesquisa confirma que cerca de 30% dos artigos analisados fazem referência a esse texto, tanto no G1 quanto no G2, mas não é utilizado pelo G3. No G1, o artigo G1_A2, de autoria de Guidon, faz referência ao texto de Martin (1984), enquanto no G2, são apresentados 13 artigos com essa referência: G2_A7, G2_A11, G2_A13, G2_A19, G2_A21, G2_A22, G2_A23, G2_A25, G2_A26, G2_A29, G2_A30, G2_A31 e G2_A50, embora estejam lidando com contextos geográficos distintos.

Em relação à intertextualidade, é importante ressaltar as autorreferências feitas tanto pelo grupo G1 quanto pelo G2. No entanto, como o G1 é responsável pela elaboração dos primeiros parâmetros teóricos e metodológicos para os estudos dos registros rupestres na região, eles se referenciam constantemente a si mesmos. O G2 também faz referência ao G1, com os problemas mencionados anteriormente. Já o G3, apenas o artigo G3_A1 utiliza como referência dois artigos de Pessis, ambos de 2005, que abordam a temática de gênero, incluindo o G1_A3, que faz parte do corpus de análise. É importante destacar que o G3 apresenta seu referencial teórico composto principalmente por autores que se dedicaram e se dedicam a estudar o gênero para além de uma categoria analítica da modernidade, coincidindo em parte com o referencial teórico desta pesquisa.

Diante desses dados, destaco que o colonialismo está enraizado nos estudos arqueológicos no Brasil, atravessando a constituição dos estudos sobre os registros rupestres na região do PNSC. Conforme mencionado, esses estudos foram desenvolvidos a partir de expedições franco-brasileiras, revelando a influência da orientação europeia e a geopolítica do conhecimento ligada à colonialidade do saber. Isso pode ser comprovado pelas referências bibliográficas utilizadas pelos dois primeiros grupos de pesquisadores, que mantêm premissas de um pensamento dicotômico e moderno.

Ao seguir esses discursos, pude observar incursões em outras áreas do conhecimento, buscando alcançar outros públicos e apresentando-se como uma verdade natural sobre as sociedades ancestrais. São utilizados como argumentos para estabelecer uma equivalência entre a homossexualidade e a zoofilia (e a pedofilia). Os discursos maniqueístas, binários e

dicotômicos estão sendo usados para disseminar e perpetuar estigmas e estereótipos em relação ao sexo, à sexualidade e ao gênero, afetando milhares de pessoas diariamente, pessoas que são vítimas de violência e morte simplesmente por existirem. Essas perspectivas de "verdade" estão fundamentadas na marginalização, subalternização e repressão, transformando nossos corpos e desejos em algo monstruoso e patológico. Por isso, é tão fácil associar a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo à zoofilia. É mais fácil propagar um discurso de aberração e bestialidade em relação à homossexualidade, pois nossa sociedade "moderna", colonial e capitalista foi estruturada no machismo, racismo, homofobia, intolerância religiosa e todas as outras formas de opressão perpetuadas pela colonização.

O medo e a aversão estão sendo construídos discursivamente pelos movimentos conservadores no campo político e por líderes religiosos (**Figura 15**), impondo uma narrativa na qual falar sobre gênero é considerado uma ideologia e um risco social para a "família tradicional brasileira". Diante desse pânico moral na sociedade, os discursos arqueológicos do G2 são utilizados para corroborar a difusão de um vínculo "natural", baseado em um passado remoto comprovado arqueologicamente, entre a homossexualidade e práticas criminosas. Isso cria barreiras que impedem nosso avanço na luta pelo direito à igualdade.

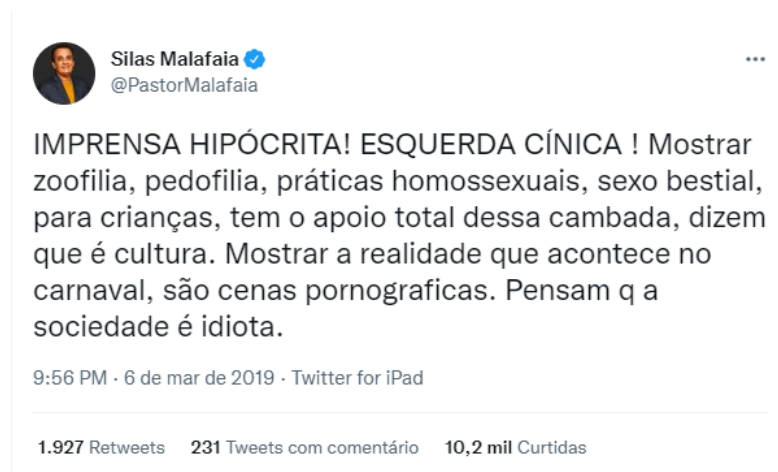


Figura 15: Publicação com mais 10 mil curtidas em que o pastor Silas Malafaia associa a homossexualidade com a zoofilia e a pedofilia.⁹¹

4.3. DIMENSÃO DA PRÁTICA SOCIAL

A dimensão da prática social suscita fundamental interesse para a ADC, por isso é importante distingui-la como um conjunto de práticas que tecem um

⁹¹Disponível em: <https://twitter.com/pastormalafaia/status/1103459360649498624> Acesso em: 14 de setembro de 2022.

entrecruzar de crenças, valores, desejos e relações sociais, manifestadas no discurso que, “ao ser produzido e interpretado, constitui uma ação social em um contexto situacional, ideologicamente marcado” (FERNANDES, 2007, p. 52-53, apud, IRINEU, et al, 2020, p. 164)

Conforme proposto por Fairclough (2001), as ideologias são parte das práticas sociais. Dentro do escopo da Análise do Discurso Crítica (ADC), entende-se que elas são criadas e mantidas por meio dos discursos, conforme discutido no capítulo anterior. Com o objetivo de alcançar a terceira dimensão da análise do discurso pelo viés crítico, vou agora construir as perspectivas ideológicas abordadas no *corpus* de análise, a fim de compreender, conforme proposto pelo Modelo Tridimensional de Fairclough, as formas hegemônicas de pensar sexo, gênero e sexualidade a partir dos registros rupestres.

Como apresentado em anexo, os artigos foram analisados seguindo uma ordem cronológica, com os primeiros trabalhos produzidos ainda na década de 1980. Levando em consideração o contexto histórico, esses primeiros trabalhos foram moldados segundo uma perspectiva eurocêntrica, particularmente influenciados pelo campo científico da pré-história francesa, mesmo que a pesquisadora Niède Guidon (1989) afirme que:

Interpretações de grafismos isolados, sejam elas baseadas em comparações etnográficas, sejam com fundamento em semelhanças com formas conhecidas de nossa cultura ocidental, pecam por utilizar modelos etnocêntricos, por tentar reconhecer e atribuir significado às formas que nossos olhos não estão preparados para ver e sobretudo por considerá-las isoladas, destacadas do contexto sociocultural que as produziu e no qual tinham uma determinada função. Além disso toda interpretação de um código criado por povos que viveram há mais de cinco milênios não é nada mais que uma conjectura e não podemos fundar o estabelecimento de quadros culturais regionais sobre conjecturas (GUIDON, 1984, p. 131)

Essa observação é relevante, especialmente quando confrontamos que, na prática, as pesquisas foram conduzidas com base na essencialização do gênero, em consonância com o dimorfismo sexual, como se apresenta nos estudos dos registros rupestres da seguinte maneira: um traço ou a representação do falo é utilizado para definir necessariamente o antropomorfo como do sexo masculino, enquanto um círculo ou semicírculo é interpretado como a representação de uma vagina externa ou cavidade vaginal, indicando um antropomorfo do sexo feminino. Dessa forma, com base nos traços indicadores do sexo, o gênero representado nos registros é igualmente definido, tanto no G1 quanto, de forma mais enfática, no G2.

4.3.1. Sentidos no Grupo 1

O primeiro trabalho analisado foi o G1_A1, destacado aqui por introduzir o conceito “**família**”, ao observar que as representações femininas, nos registros rupestres, “participam, geralmente, de cenas de relações sexuais, partos ou outros temas de **família**, mas não se encontram associadas àquelas de caça., guerra, dança e outras cerimônias.” (MONZON, 1981, p. 407). Nesse caso, a palavra “**família**” projeta um significado constituído em um núcleo formado por um homem e uma mulher e seus descendentes, noção colonial fundada pela modernidade. Em seu discurso, o termo sexo é repetido 15 vezes, utilizado para se referir ao sexo masculino e feminino, contudo o órgão sexual não possui nenhuma nomeação (falo ou vulva). A única vez que a palavra vulva é citada no texto é para fazer referência a uma citação direta de Niède Guidon - a indicação do sexo masculino é representada por um traço, e o sexo feminino representado por um círculo ou semicírculo sendo “mais raramente representado”.

No artigo G1_A2, o discurso também é construído com base na ideia de dimorfismo sexual como definidor do gênero, embora a autora não nomeie explicitamente. A palavra “homem” (com inicial minúscula) é apresentada como um sujeito universal da “pré-história”, mas em algumas ocasiões a autora se refere a certas cenografias, como a cena da árvore com a presença de homens no plural, que claramente entendo como um marcador de gênero, uma vez que a autora os denomina como representações masculinas. Por exemplo, destaca-se a representação de grandes cocares que eram aparentemente utilizados exclusivamente pelos homens (GUIDON, 1989, p. 110). Nas cerimônias e danças, Guidon afirma que havia figurantes de ambos os sexos. A palavra “homens” é repetida 5 vezes no texto, enquanto a palavra “homem” é mencionada 4 vezes. Por outro lado, a palavra “mulher” é mencionada apenas uma vez em referência ao sítio arqueológico Baixão das Mulheres.

Pulando para o ano de 2005, temos o artigo G1_A3, que, apesar do título “arqueologia de gênero”, não apresenta referências bibliográficas sobre estudos de gênero na construção do texto, não explorando as discussões surgidas nas últimas décadas sobre o gênero como construção social, embora afirme que as desigualdades de gênero são construções sociais. No entanto, o gênero apresentado no texto é binário e correspondente ao sexo biológico, sendo interpretado nos registros rupestres pela representação masculina (com falo) e feminina (vagina exteriorizada), além de “figuras que não apresentam qualquer indicador de gênero e que são predominantes na tradição Nordeste”. Ou seja, o gênero é equiparado ao sexo, e esse aspecto biológico é constantemente invocado no texto, principalmente pelo termo “teleonômico”. Por se tratar de um texto sobre “gênero”, as mulheres ganham mais destaque, sendo mencionadas 12 vezes no discurso. No entanto, elas estão associadas à execução de “tarefas”, que parecem pré-determinadas, provavelmente pela figura do homem. Enquanto a palavra “homem” aparece

apenas uma vez, seu plural, "homens", é repetido 8 vezes, associado ao "trabalho" e às funções de "caça e luta", ou seja, às atividades de subsistência do grupo, como se houvesse uma distinção entre tarefa e trabalho que opusesse o universo masculino e feminino.

Ao tentar criar uma analogia entre seres humanos e outros animais, a autora vai destacar a diferenciação sexual entre outras espécies animais, utilizando termos como **macho dominante** e **indicadores de supremacia**, para estabelecer uma superioridade de hierarquia, entre o macho e a fêmea.

Entre outras espécies, o macho dominante apresenta seus atributos e cores naturais para simbolizar sua supremacia. As cores fortes e os ornamentos naturais de maior porte são a promessa de uma prole que terá maiores possibilidades de sobreviver. As fêmeas que escolhem seus parceiros, procurarão os mais confiáveis, os que apresentam maior congruência entre os indicadores de supremacia. As fêmeas não precisam desses atributos simbólicos de ornamentação, por serem elas as que escolhem os parceiros (PESSIS, 2005, p. 18).

Acredito que esse tipo de analogia entre humanos e não humanos seja utilizada para reforçar uma visão machista, na qual o macho é retratado como sujeito ativo da relação, que instintivamente busca cortejar todas as fêmeas, enquanto a fêmea, em seu papel de sujeito passivo, é seletiva e romântica, escolhendo um único parceiro, o mais bonito, colorido e chamativo, para procriar e perpetuar sua linhagem.

No artigo G1_A4, são apresentados os registros rupestres da região do Cariri Ocidental, na Paraíba, porém o discurso também faz referência aos registros do PNSC. Ao descrever a área nuclear da Tradição Nordeste, os autores destacam a riqueza de detalhes nos registros rupestres, incluindo a "indicação de Gênero", provavelmente se referindo à presença e/ou ausência do falo e da vulva, ou seja, o dimorfismo sexual utilizado para identificar o gênero.

Já no artigo G1_A5, os registros são estudados com o objetivo inicial de identificar padrões gráficos. As autoras ponderam sobre a distinção sexual, representada tanto pela presença e/ou ausência de chifres nos cervídeos quanto pela presença e/ou ausência do falo nos antropomorfos. Embora falem sobre a definição de gênero a partir de traços de identificação sexual, o texto não atribui a definição de homens ou mulheres aos registros rupestres, utilizando o termo masculino para evocar uma identificação sexual.

No artigo G1_A6, de 2019, o autor reconhece as limitações das classificações elaboradas sobre os registros rupestres, trazendo reflexões sobre as transformações temáticas ao longo da pré-história brasileira. Em seu discurso, o autor não faz distinção de gênero com base nas figuras, pois seu objetivo não é analisar os registros, mas fornecer um histórico dos estudos dos registros rupestres no Brasil. No entanto, ao mencionar a tradição Nordeste, o autor destaca

que: "O que mais caracteriza a tradição, no entanto, são cenas compostas por figuras antropomorfas geralmente sexuadas, 'sobretudo quando masculinos'" (PROUS, 2019, p. 33). Ele também menciona representações de cenas de cópula e masturbação, além de cenas rituais ao redor de uma árvore ou pessoas realizando acrobacias. Ao descrever uma cena, o autor sugere a execução de um prisioneiro (PROUS, 2019, p. 24-25). Em todo o discurso, os antropomorfos são nomeados como "pessoas" sem gênero, e os termos "masculino" e "feminino" são utilizados apenas quando se discute representações sexuais.

No artigo G1_A7, publicado em 2020, é apresentado um breve histórico sobre os registros rupestres do PNSC. O discurso não menciona o gênero e os autores discutem analogias entre as representações dos registros e algumas etnias indígenas do Nordeste com base em estudos etnográficos. É importante ressaltar a discussão sobre "cerimônias ou rituais especiais onde, por exemplo, o homem se disfarça de animal ou de outra entidade" (ABREU et al., 2020, p. 36).

Os autores fazem distinção sexual com base no dimorfismo sexual, considerando a presença do falo (masculino) e a representação de seios e gravidez (feminino), sem mencionar a presença de vulva. Destacam que as "figuras femininas foram pintadas com as pernas fletidas, enquanto o homem apresenta as pernas abertas e retas" (ABREU et al., 2020, p. 32). Embora a imagem reproduzida pelos autores mostre que não há um padrão de representação consistente: apenas um antropomorfo em perfil apresenta uma barriga mais proeminente, que poderia ser interpretada como uma representação de gravidez (I), e em relação aos seios, a figura (F) poderia ser interpretada como um antropomorfo com seios e falo, com as pernas flexionadas, assim como as figuras femininas foram descritas.

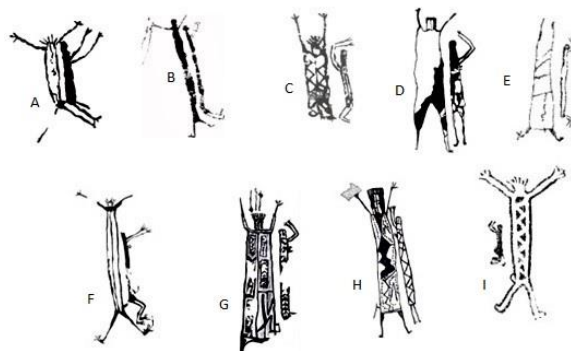


Figura 16: Imagem adaptada da apresentada no texto. "Exemplos de figuras pintadas da zona da Serra Branca, chamadas de "frente e perfil". A figura masculina aparece representada de frente por vezes com o falo ereto e a feminina de lado ou perfil, esta última tem normalmente dedos abertos e pintados.

Apesar de apresentar interpretações baseadas em associações etnográficas, os autores reconhecem que não há uma "ligação direta com os 'autores' das pinturas" e as analogias são

feitas apenas para fins de comparação com grupos étnicos do Nordeste brasileiro (ABREU *et al.*, 2020, p. 27). Nesse sentido, mesmo ao usar conceitos como "casamento" e "autores" para se referir àqueles que criaram os registros, há uma preocupação em destacar essas palavras com aspas, para ressaltar seu caráter moderno e colonial. Da mesma forma, a palavra "Homem" é escrita com a inicial maiúscula pela primeira vez, enfatizando seu caráter universal de "humanidade" sem fazer distinção de gênero, embora isso continue estabelecendo certa hierarquia e generalização no discurso, como mencionado anteriormente.

Em resumo, o Grupo 1 apresenta um discurso que expressa uma representação mais neutra em relação às definições de gênero, como pode ser observado pelas escolhas das palavras, que incluem termos como "humanos", "figuras humanas" e "antropomorfos". No entanto, esse discurso é permeado por uma ideologia binária de sexo e gênero, reflexo da hegemonia patriarcal eurocêntrica presente no discurso. Nesse grupo, não são feitas menções, associações ou atribuições às sexualidades, partindo sempre de um padrão cisheteronormativo para analisar as cenas rupestres. Talvez por essa razão, a utilização dos termos "homem" e "homens" como sinônimos de humanidade esteja tão naturalizada no discurso do G1.

4.3.2. Sentidos no Grupo 2

A perspectiva colonial, do europeu branco explorando um passado exótico e distante, predominou até a institucionalização da arqueologia dentro de museus e centros de pesquisa científica, a partir do século XIX. Ironicamente, movimentos que valorizaram a cultura indígena, como os movimentos nativistas, o romantismo, e mesmo o modernismo, pouco influíram no desenvolvimento de uma arqueologia mais científica e menos eurocêntrica. (BARRETO, 2000, p. 33)

Para análise do Grupo 2, é importante destacar que o primeiro artigo analisado foi publicado em 2007. Vale ressaltar que, de acordo com minhas observações no Capítulo 2, as questões de gênero e feministas já estavam mais amplamente difundidas nos círculos acadêmicos. Além disso, as teorias *Queer* foram incorporadas aos referenciais teóricos de algumas publicações desses pesquisadores a partir de 2015. Com essa observação, considero que os principais problemas identificados nesta pesquisa estão nessas publicações, por três motivos principais: 1) a maioria esmagadora das produções desse grupo foi publicada entre 2018 e 2021 (17 publicações), sendo que em 2018 foi publicado o texto "Questões *Queer* para analisar os registros rupestres com cenas que sugerem práticas sexuais na Serra da Capivara", no qual os autores se propuseram a problematizar as leituras tradicionais dos registros rupestres com base nas propostas dos "estudos *Queer* e da arqueologia *Queer*". No entanto, isso não foi concretizado; 2) a subjetividade nas interpretações dos registros torna-se cada vez mais o foco

central dos estudos, como evidenciado pelos títulos das publicações; e 3) são discursos que extrapolam as fronteiras disciplinares da Arqueologia, como já mencionei.

Basicamente, todos os textos são escritos com base em estereótipos e essencialização de gênero. Mesmo nos textos que se comprometem a abandonar as leituras tradicionais e adotar uma abordagem embasada nas teorias Queer e de gênero, eles acabam interpretando o gênero de forma binária, onde a presença do falo ou da vulva é suficiente para determinar o gênero representado no registro. Essa naturalização binária está presente de várias maneiras. Em alguns textos, de forma mais explícita, são utilizados os termos "gênero masculino" e "gênero feminino". Em outros casos, de forma menos explícita, é utilizado um substantivo generalizado precedido por um artigo masculino, como "um xamã", "um bruxo", "o feiticeiro", conforme apresentado no artigo G2_A27. Na maioria das vezes, os discursos são construídos de maneira a expressar que o homem é o sujeito analisado, representado ou produtor dos registros rupestres.

Assim como no G1, nos artigos do G2, a palavra "homem" é constantemente empregada como sinônimo de humanidade, mesmo sem demarcação sexual ou distinção de gêneros, naturalizando o homem como um sujeito universal. Na maioria das vezes, a palavra é escrita com a inicial minúscula "homem" e frequentemente substituída pela expressão no plural "homens", projetando assim uma clara distinção sexual nos registros analisados. Embora haja cuidado em não atribuir marcação sexual ou de gênero aos antropomorfos em alguns textos, utilizando palavras como "grupos humanos", "seres humanos" ou apenas "humano", "pessoas", "habitantes", isso representa uma pequena parcela dos artigos analisados no G2, mais especificamente em apenas 3 artigos: G2_A1, G2_A9 e G2_A12. Nos demais artigos analisados, todos apresentaram uma indicação de gênero, geralmente associada à representação sexual do falo ou da vulva.

Nesse grupo, de maneira geral, os discursos são construídos priorizando a figura masculina como a instância máxima dos registros rupestres, mesmo nos estudos *Queer*. Conforme pode ser observado na **Tabela 4**, as diferentes formas utilizadas para atribuir gênero no discurso sobre os registros rupestres, na maioria das vezes, privilegiam a figura masculina, reproduzindo um discurso em que o homem é apresentado como soberano. No entanto, ao descrever uma cena de violência ou subordinação, o sujeito é substituído por "pessoa", como forma de desassociar a figura do homem de representações que sugiram obediência ou subserviência.

Outro aspecto recorrente nos discursos do G2 é a utilização de uma noção de estética atribuída aos registros rupestres. Assim como foi identificado no artigo G1_A5 do Grupo 1, o conceito estético também é apresentado nos artigos G2_A8, G2_A2, G2_A6 e G2_A14. Essa

noção revela um pensamento evolucionista enraizado nesses discursos, uma vez que o conceito de estética denota uma escala de aperfeiçoamento, ligada à evolução cognitiva dos grupos humanos que produziram os registros.

No que diz respeito às atribuições de sexualidade, destaco o artigo G2_A2, no qual o autor utiliza a palavra "homossexualismo" (sic) no seguinte contexto: "São cenas de relações sociais, de trabalho, de sexo, de excitação, de medo, de rituais, de lutas sociais, ou ainda, de alegria, de zoofilia e de homossexualismo." (JUSTAMAND, 2012a, p. 8). Essa é a primeira vez que o termo "homossexualismo" (sic) aparece no corpus de análise e já está associado ao mesmo contexto da zoofilia. É importante ressaltar que posteriormente o autor escolherá outras palavras para substituir esse termo, como "homossexuais", "homoafetivos" e "pessoas do mesmo sexo", conceitos frequentes em seus discursos. Além disso, o termo "homossexualismo" não é mais aceito desde 1993, quando a Organização Mundial da Saúde o excluiu do CID (Classificação Internacional de Doenças), conforme afirmado por Trevisan (2020, p. 368).

Retomando um dos aspectos mais problemáticos nas interpretações dos registros rupestres do PNSC, em vários artigos (G2_A2, G2_A7, G2_A11, G2_A18, G2_A19, G2_A21, G2_A22, G2_A23, G2_A24, G2_A25, G2_A26, G2_A28), são construídos discursos sobre práticas sexuais com animais, frequentemente referidas como "zoofilia" nos discursos, e em alguns textos também são utilizadas palavras como "bestialidade". Essa prática é geralmente apresentada no mesmo contexto de representações de "homossexualidade", "homoafetividade" ou "relação sexual entre pessoas do mesmo sexo", frequentemente acompanhada de referências à "pedofilia".

Para ser mais preciso, o termo "pedofilia" é mencionado em seis dos artigos analisados (G2_A18, G2_A19, G2_A21, G2_A25, G2_A28 e G2_A31), sendo que quatro desses artigos já fazem referência à "prática sexual entre pessoas do mesmo sexo (masculino)" em seus títulos. Em apenas dois artigos (G2_A25 e G2_A31), é apresentada uma imagem, a mesma em ambos os textos, representando um registro rupestre que foi interpretado como "pedofilia". Nesse momento, ao legendar a imagem, o discurso passa de uma afirmação para uma suposição.



Figura 17: Imagem apresentada por Justamand, et al, 2021d, com a legenda: “Boqueirão da Pedra Furada. Cena supostamente de sexo entre pessoas com tamanhos disformes ou a representação da pedofilia”

Além de ser uma interpretação superficial baseada em um contraste de tamanho entre as figuras representadas, parece que não foram levadas em consideração algumas variáveis técnicas, como perspectiva, profundidade e possíveis sobreposições das imagens. Isso poderia inclusive impossibilitar o reconhecimento do "falo" como pertencente ao antropomorfo de maior tamanho, uma vez que, visualmente, o traço descrito como falo também permite uma comparação com o desenho da perna do indivíduo de menor proporção. Além disso, as variações de preenchimento entre os dois antropomorfos podem oferecer informações mais relevantes para a pesquisa do que forçar uma conotação sexual.

O fato é que sempre que os autores projetam uma ação de "pedofilia" nos registros rupestres, a cena é associada ao discurso sobre práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, indicando uma conexão entre elas. No entanto, talvez um estudo mais aprofundado dos registros rupestres possa demonstrar práticas sexuais entre pessoas de diferentes estaturas, mas isso deveria considerar, no mínimo, as limitações na identificação de padrões de recorrência técnica, variações de estilos e sobreposições que abrangessem todo o conjunto gráfico, e não apenas um registro isolado. Reconhecer o caráter analógico e as possíveis implicações sociais e simbólicas dessas interpretações é importante, pois estabelecer a idade a partir dos registros é tão improvável quanto identificar o gênero com base no dimorfismo sexual das imagens.

Sobre as representações de zoofilia ou bestialidade atribuídas aos registros, associadas também às "representações sexuais entre pessoas do mesmo sexo", retomo os estudos de Lévy-Bruhl (2015) quando ele afirma que "a mentalidade primitiva (sic) é essencialmente mística" (LÉVY-BRUHL, 2015, 349). O autor apresenta em seus estudos que as mentalidades, ou seja, as

formas de experimentar e se relacionar com o mundo, não foram imutáveis e sofreram modificações ao longo da história humana. Por essa razão, é altamente improvável que possamos analisar a mentalidade das pessoas que produziram os registros rupestres a partir de nossas formas lógicas e conceituais modernas, uma vez que a imagem representada na rocha não corresponde às nossas exigências conceituais. É interessante destacar o pensamento de Lévy-Bruhl nesse ponto, pois o autor afirma que, em algumas sociedades que ele estudou, não há separação entre figuras humanas e animais, sendo intransponíveis dentro desse universo místico. Da mesma forma, Davi Kopenawa também nos alerta sobre essa falta de distinção entre humanos e animais.

Uma interpretação semelhante é feita em relação aos registros rupestres do PNSC no artigo G2_A14, no qual os autores apresentam rituais coletivos de transformação de humanos (antropomorfos) em animais (zoomorfos ou biomorfos) ((**Figura 18** e **Figura 19**). Se existe essa possibilidade de transmutação no imaginário daqueles que produziram os registros, por que em outras figuras são deduzidas interpretações de zoofilia, se aquele ser zoomorfo representado pode se referir a um humano em contexto ritualístico? Seria apenas pelo fato de evidenciar uma representação do pênis que transforma uma cena em "ato sexual"? Nesse sentido, como poderia ser explicada a representação de duas imagens bastante semelhantes, em que uma é interpretada como cena de caça e a outra como cena de zoofilia? Esses questionamentos são levantados a partir de discursos de um mesmo grupo de pesquisadores, com diferença de apenas um ano entre suas publicações.

Em um artigo publicado em 2020, são apresentadas diversas imagens interpretadas como cenas de caça (**Figura 20**), que não foram incluídas no corpus de pesquisa da minha análise por não apresentarem um conceito de sexo ou gênero em seu discurso. No entanto, em 2021, o mesmo grupo de pesquisadores publica o artigo G2_A24, no qual são descritas cenografias bastante semelhantes àsquelas interpretadas como caça, mas que, nesse artigo, são descritas a partir da temática da zoofilia (**Figura 21**).

Portanto, se uma mesma equipe de pesquisa, trabalhando com imagens tão parecidas, não apresenta uma uniformização dos discursos sobre os registros rupestres, como podemos esperar operar, nesse passado pré-colonial, em busca de significados coerentes, se continuamos baseando as interpretações em padrões impostos pela modernidade colonial?

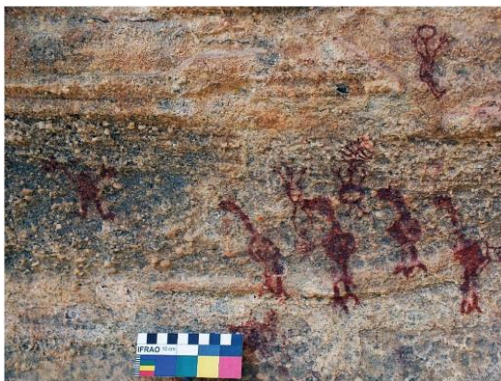


Figura 18: Registro apresentado no artigo (G2_A14): “Ritual coletivo de magia e possível transformação dos antropomorfos em biomorfos. Toca do Baixão do Perna III, PNSC, Brasil. **Fonte:** Gabriel Oliveira, 2017”



Figura 19: Cena da transformação de um antropomorfo em biomorfos. Sítio Toca do Barro, PNSC, Brasil. **Fonte:** Gabriel Oliveira, 2017.



Figura 20: Imagem apresentada no artigo (G2_A24) descrita como “uma representação rupestre de zoofilia com a legenda: “Toca de cima do fundo do Baixão da Pedra Furada. **Fonte:** Gabriel Oliveira (2018)”



Figura 21: Imagem apresentada em um artigo dos mesmos autores, mas que não faz parte do *corpus* de análise da pesquisa. Descrita como “Cena de caça individual: tatu. Sítio Toca de Cima do Fundo do Boqueirão da Pedra Furada. **Fonte:** Belarmino (2018).”

Em 2012, no artigo G2_A3, as analogias são aprofundadas, e o autor apresenta exemplos da historiografia que atribui aos Neandertais modelos estruturais de composição de uma família nuclear moderna. Segundo esses modelos, o marido seria o provedor da casa, responsável pela subsistência da família, enquanto a esposa se dedicaria às atividades domésticas. O autor ainda relata que a mulher de Cro-Magnon “além de cozinhar as refeições, arranjava tempo para apresentar-se atraente quando o marido voltasse da caça” (JUSTAMAND, 2012b, p. 128). Desde o título⁹², fica evidente que o autor considera o dimorfismo sexual como ponto de partida para estabelecer o gênero das representações nos registros.

⁹² O feminino rupestre em São Raimundo Nonato (Piauí) muito antes de 1500.

E, parece-nos, que também contribuiria para entender melhor as relações de "gênero". Assim, "gênero", cultura e arte estariam em consonância na História mais ancestral do Brasil, mostrando como os gêneros desde os tempos imemoriais e mais remotos se relacionavam, de tal modo que as cenas e suas histórias poderiam servir de exemplos para as nossas relações sociais atualmente. (JUSTAMAND, 2012, p. 124)



Figura 22: Imagem interpretada por Justamand como: “Cena de corpos humanos relacionando-se com animal. Zoofilia e, provável, homossexualismo.” **Fonte:** Justamand, 2012.

Em 2013, no artigo G2_A4, os autores traçam um histórico desde o surgimento dos primeiros hominídeos até os estudos dos registros rupestres do PNSC. Eles denunciam os estereótipos construídos sobre o "homem caçador" e o binarismo de gênero nas interpretações dos registros rupestres, referindo-se a essas interpretações como "dualidades, como feminino e masculino" (OLIVEIRA et al., 2013, p. 4). Nesse discurso, não é apresentada diferenciação de gênero, embora outros textos posteriores do mesmo autor apresentem marcadores sexuais e diferenciação de gênero nas interpretações dos registros.

Em resumo, entre as questões mais problemáticas, destaca-se a forma como os discursos são construídos para indicar que os registros rupestres reproduzem uma crônica do cotidiano ancestral, de maneira romantizada. Os autores utilizam vocabulários como "senhores" e "senhoras", "maridos" e "esposas" para se referir a relações heterossexuais monogâmicas. No entanto, quando propõem detectar outras sexualidades e/ou identidades de gênero não normativas, utilizam um vocabulário mais pejorativo, como a palavra "homossexualismo" (sic), que remete à ideia de doença. Além disso, as representações sexuais entre "pessoas do mesmo sexo" identificadas pelo G2 são frequentemente abordadas em um contexto associado a estudos de zoofilia e pedofilia.

Portanto, a partir da análise dos 32 artigos do G2, identifico, por meio dos termos lexicais que evidenciam interpretações de gênero, sexo e sexualidade nos registros rupestres, uma abordagem pautada em uma masculinidade ocidental recente, fundamentada no binarismo de

gênero. Nessa abordagem, o gênero é representado com base em características sexuais reconhecíveis, como a presença do falo ou da vulva, e a ausência do falo não é interpretada como indicativo de um sujeito feminino. Isso demonstra como os discursos arqueológicos ainda estão impregnados de colonialidades (do poder, do ser, do saber e de gênero), o que acaba naturalizando experiências de violência sexual e de gênero.

A dimensão da prática social busca evidenciar as diversas formas de ideologias e hegemonias projetadas na sociedade por meio dos discursos. Essa foi uma das principais razões pelas quais recorri ao modelo tridimensional da ADC. Por meio dessa análise, foi possível reconhecer e abordar essas relações de poder, percebendo as assimetrias que estruturam as relações estabelecidas entre opressores e oprimidos por meio do discurso. Especialmente as que aparentemente não são explícitas, pois foram naturalizadas. A análise das práticas textuais e sociais permite explicitar tais relações, possibilitando a proposição de formas de combater as ideologias hegemônicas que encontram legitimação e proteção nos discursos arqueológicos.

4.3.3. Contra hegemonia do Grupo 3

A maioria dos textos analisados neste *corpus* foi organizada com base em vieses ideológicos hegemônicos, como destacado nos sentidos atribuídos aos grupos G1 e G2. No entanto, algumas publicações mais recentes, agrupadas e denominadas como G3, proporcionam possibilidades de contra-hegemonia, servindo como uma forma de superar os discursos que reproduzem estereótipos de gênero e sexualidade.

Antes de abordar as contra-hegemonias proporcionadas pelo G3, é importante fazer algumas ressalvas em relação aos grupos G1 e G2, principalmente em relação à representatividade do G1 e à inclusão da diversidade sexual no debate sobre o período pré-colonial pelo G2, o que constitui uma possibilidade de contra-hegemonia dentro de seus discursos. Por exemplo, o G1 é formado majoritariamente por mulheres que vêm produzindo conhecimento desde a década de 1970 e estabelecendo parâmetros de análise dos registros rupestres em um ambiente profundamente machista, como é a arqueologia institucional. Da mesma forma, o G2 busca romper com a noção de heterossexualidade compulsória na interpretação dos contextos arqueológicos, trazendo para o discurso o debate sobre sexualidade e gênero a partir dos registros rupestres. Embora, no final das contas, seus discursos acabem associando a homossexualidade a práticas criminosas, não podemos negar as implicações políticas de reconhecer, no passado, identidades que são oprimidas na contemporaneidade, e que

podem ser interpretadas por meio de essencialismos estratégicos quando apropriadas por grupos em posição de subalternidade. Dessa forma, reivindicar profundidade temporal e o status de pertencimento a um mundo natural podem ser aspectos instrumentalizados na luta pela existência e por direitos em um estado organizado por parâmetros coloniais.

Especificamente em relação ao G3, observa-se um vocabulário muito mais inclusivo do que nos grupos G1 e G2, como pode ser conferido na **Tabela 5**. Ao analisar os itens lexicais presentes nos artigos, percebe-se a introdução de novos termos no discurso arqueológico, buscando romper com essencialismos e normatizações relacionadas ao sexo, sexualidade, gênero e genitálias. Assim, constrói-se um discurso subversivo e questionador ao incluir termos como colonialismo, racismo, sexismo, dimorfismo sexual, binarismos assimétricos, estereótipos de gênero, silenciamentos, intersexo, pessoas transexuais, entre outros.

No artigo G3_A1, as autoras destacam como a identificação do gênero e das práticas sexuais é abordada nos estudos relacionados aos registros rupestres da região do PNSC, ressaltando a importância dos trabalhos desenvolvidos por Gabriela Martins e Anne-Marie Pessis durante a missão franco-brasileira na região. A partir desses estudos, foram estabelecidos parâmetros para a identificação do sexo e do gênero nos registros, levando em consideração a presença dos órgãos sexuais, e, no caso de ausência desse marcador sexual, convencionou-se chamar de "gênero neutro". Além das interpretações que atribuem igualdade entre os sexos, não foram observadas divisões de tarefas baseadas no sexo/gênero. Menciona-se ainda que os registros rupestres indicam a inexistência de restrição moral em relação às práticas sociais, sendo identificadas inclusive cenas de sexo entre "pessoas do mesmo sexo biológico". No entanto, as autoras ressaltam que essas interpretações são feitas "com base em padrões de comportamento contemporâneos na equiparação entre posições sexuais e sexualidades" (FURQUIN; JÁCOME, 2019).

No artigo G3_A2, as autoras abordam os estereótipos responsáveis por apagar as mulheres no campo da arqueologia, nas narrativas visuais e nos museus. Embora não seja um artigo específico sobre o PNSC, ao analisar o documentário "Ateliê de Luzia - Arte Rupestre no Brasil", de 2003, do diretor Marcos Jorge, as autoras evidenciam aspectos sexistas, racistas e outras questões recorrentes nas narrativas visuais, incluindo os trabalhos realizados por Niède Guidon na região. A partir desse documentário, as autoras problematizam algumas essencializações de gênero perpetuadas por esse viés colonialista.

A arqueologia é apresentada como ciência que se dedica a estudar "a cultura evoluindo, o "homem pré-histórico " e as "tribos" indígenas. Ainda nos primeiros 20 minutos do documentário, a arqueóloga Niède de Guidon, ao expor as pesquisas realizadas no Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí,

sobre as tradições da arte rupestre, afirma que algumas pinturas caracterizam "pessoas do sexo masculino, porque o sexo está representado" (19'05"). No caso, o falo é utilizado como representação do masculino. Mas, alguns segundos após a referida assertiva, Niède enfatiza que, "o problema das pinturas, é que do ponto de vista científico, na falta do código, tudo que se disser sobre elas, nunca poderá ser provado" (19'26").

Ou seja, se não é possível fazer interpretações sobre os signos rupestres, porque as representações masculinas a partir da presença de um “falo” são tão naturalmente aceitas? A naturalização desse binarismo assimétrico permitiu a classificação do gênero nos registros rupestres a partir da presença do falo e da vulva, e todos os outros gêneros possíveis sequer são mencionados como uma possibilidade interpretativa. Esse é um dos pontos da reflexão conduzida no artigo G3_A3 (2021).

A partir de um referencial bibliográfico que trata da colonialidade de gênero, a autora Violet Anzini vai denunciar, nesse trabalho, a hegemonia colonialista responsável por produzir discursos “conservadores” e “tradicionais” europeus do século XVI para a leitura dos contextos arqueológicos. A autora introduz em seu discurso os termos transgeneridade e transexualidade, ainda que esclareça que são categorias modernas, refletindo sobre os efeitos de construção de passados no presente. Contudo, ao nomear outras identidades não binárias, que até então estavam sendo quase que completamente invisibilizadas dos discursos arqueológicos, ressalta que é possível construir novas narrativas mais inclusivas, que rompam com os padrões estabelecidos pela modernidade colonial.

Ao trazer sua análise a respeito do artigo G2_A17, Anzini (2021), discute a interpretação realizada pelos autores do artigo, que atribuem a presença do falo ao sexo masculino e a presença da vulva ao sexo feminino, mas a ausência de um “marcador” sexual nos registros não vai ser interpretada como uma “possível genitália intersexual”, ainda que os autores se proponham a fazer uma interpretação não convencional para os registros, amparados nas teorias *Queer*. Sobre isso, Anzini (2021) questiona que:

Não sabemos como as sociedades que habitaram a Serra da Capivara há milhares de anos antes do presente, significavam suas genitálias e construíam suas identidades de gênero. Alguns poucos registros sugerem cenas sexuais, mas também podem sugerir muitas outras coisas, e talvez esse seja o mínimo a interpretar por hora (ANZINI, 2021, p. 362).

Os discursos do G3 são elaborados com base em um referencial teórico das principais teorias críticas relacionadas ao gênero e à sexualidade na atualidade. As autoras consideram como essas discussões vão além do suporte interpretativo para as relações humanas do passado, pois elas têm implicações reais na contemporaneidade. As pesquisas antropológicas realizadas por Margareth Mead, bem como os estudos sobre performatividade de gêneros desenvolvidos por

Judith Butler são incluídas no debate, para problematizar as interpretações realizadas a partir dos vieses hegemônicos coloniais, que constituem a lógica do pensamento moderno cartesiano e que divide as coisas sempre em dois polos opostos e complementares, forçando uma uniformização e hierarquização dos corpos, das sexualidades, das identidades sociais, culturais e de gênero, excluindo todas que não estejam enquadradas nesse padrão cisheteronormativo.

4.3.4. Fluxos iniciais para uma Ecologia de Saberes

Quando consideramos uma ecologia de saberes, alinhando-nos aos discursos de Ailton Krenak, Davi Kopenawa e Nêgo Bispo, os vieses ideológicos e hegemônicos identificados nos grupos G1 e G2 como construções sociais discursivas se tornam mais evidentes, especialmente ao pesquisar experiências e situações anteriores à instalação do regime colonial, como os registros rupestres. Essas referências me permitem questionar os discursos construídos por esses grupos, especialmente aqueles destacados nos discursos do G2.

Conforme discutido no Capítulo 1, a colonização resultou em um desinteresse e até desprezo pelos corpos dissidentes e/ou racializados, um tema que tem sido abordado por muitos intelectuais que estudam os efeitos das colonialidades sobre os sujeitos subalternizados. Por exemplo, Lélia Gonzalez (1988b), já mencionada nesta pesquisa, denunciou o racismo na sociedade brasileira, que ignorava totalmente a produção intelectual das pessoas negras e restringia a representação das mulheres negras a papéis de empregadas domésticas ou "mãe-preta", sempre sexualizando as pessoas negras e associando-as a características animais ou bestializadas, como o apetite sexual excessivo atribuído à "mulata" e o tamanho do pênis associado ao homem negro, criando e reforçando estereótipos de inferioridade para corpos racializados (GONZALEZ, 1988b).

Da mesma forma, Lugones (2014) denunciou, em suas pesquisas, como os povos originários e os povos africanos escravizados foram desumanizados durante o processo de colonização, classificados como não civilizados, não humanos. Em outras palavras, o ato de inferiorizar e subalternizar as pessoas que não se enquadram no padrão hegemônico é uma herança colonial que estabeleceu o homem branco europeu como o ideal de civilização, enquanto relegava os povos ancestrais a uma categoria animal, primitiva e não humana. Por isso, é tão fácil atribuir um caráter bestial às pessoas que produziram os registros rupestres, pois elas não são consideradas nossos ancestrais e são vistas como seres não evoluídos, que não fazem parte de nossa linhagem.

Na área da arqueologia, estudos mais recentes vêm sendo desenvolvidos com compromisso em construir discursos a partir de uma ecologia de saberes, priorizando outras formas de conhecimento além daquelas produzidas nos centros acadêmicos (OTAVIANO, 2019; MACÊDO, 2021). Para ampliar essa ecologia de saberes, apresento alguns trabalhos etnográficos que nos permitem expandir as possibilidades de pensar em sexo, sexualidade e gênero para além dos discursos baseados nessa hegemonia eurocêntrica, especialmente quando levamos a sério as experiências relatadas, sem o desejo de normatizá-las em categorias de ético e êmico. Por exemplo, o ensaio "O arco e o cesto" do antropólogo francês Pierre Clastres (1974). Nessa pesquisa, o autor analisa a organização política e social de grupos indígenas sul-americanos, especificamente a etnia Guayaki do Paraguai, mostrando como eles se organizam e conduzem suas atividades para gerir seus recursos. Embora não tenham uma liderança hierárquica que represente uma autoridade jurídica máxima para estabelecer e regular o domínio da sociedade, eles possuem regulações específicas sobre a divisão de tarefas que servem como marcadores de gênero entre as pessoas. Ao contrário de nossa sociedade colonizada, o gênero não é definido com base em fatores biológicos, mas sim por meio de atribuições de tarefas.

Uma oposição muito clara organiza e domina a vida cotidiana dos Guayaki: aquela entre os homens e as mulheres cujas atividades respectivas, marcadas fortemente pela divisão sexual das tarefas, constituem dois campos nitidamente separados e, como em todos os lugares, complementares (CLASTRES, 2014, p. 105).

Entre os Guayaki a atividade da caça, no espaço da floresta, era restrita aos 'homens' que possuíam o arco, e o espaço do acampamento, a coleta e demais cuidados com os membros do grupo eram atividades atribuídas às 'mulheres', que possuíam o cesto, ou seja, metaforicamente os "homens caçam, as mulheres carregam". Ou seja, o gênero é definido a partir da materialidade cultural e não estava padronizada em termos de pênis e vagina, ou falo e vulva. Essa divisão, binária e dicotômica, era estabelecida sob a pena de uma maldição. Se um gênero ousasse tocar no instrumento pertencente ao outro gênero, uma maldição chamada de *pane se* instaurava sobre o grupo:

Os homens só existem como caçadores, e eles mantêm a certeza de seu ser preservando o seu arco do contato da mulher. Inversamente, se um indivíduo não consegue mais se realizar como caçador, ele deixa ao mesmo tempo de ser um homem: passando do arco para o cesto, metaforicamente ele se torna uma mulher (CLASTRES, 2014, p. 109).

Essa marcação de gênero, para além do aspecto biológico, é, sem dúvida, uma das contribuições mais importantes de Clastres (1974) para os estudos de gênero. O autor nos permite perceber como as questões de gênero possuem variabilidade a partir de uma percepção de mundo

diferente em determinadas sociedades, como é o caso da nossa visão ocidental que define o gênero com base nos órgãos sexuais. Nos estudos do antropólogo brasileiro Estevão Rafael Fernandes (2015), são estabelecidas comparações entre povos indígenas do Brasil e dos EUA, incorporando assim as perspectivas *two-spirit* e decolonial para compreender a influência que os processos de colonização exercem na normatização das sexualidades indígenas.

De forma semelhante, retomo neste debate as reflexões da socióloga nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2021), como já mencionada no capítulo 2 desta pesquisa. Seu trabalho tem instigado a pensar sobre o gênero sob outros pontos de vista ontológicos e epistemológicos, nos quais ele nem sempre é uma ideia presente ou passível de ser traduzida. Partindo de uma perspectiva iorubá, a autora considera a ideia de que o gênero não existia até ser introduzido com a colonização. Em outras palavras, essa distinção de gênero estabelecida pelo colonizador não existia como uma estrutura patriarcal. Embora existissem tensões e divisões de funções e tarefas entre as pessoas, tais segmentações eram estabelecidas por meio das relações sociais e não por diferenças corporais binárias de "homem x mulher". No caso da sociedade iorubá, são descritas formas de organização social baseadas em categorias de ancianidade, e não na diferença sexual. Dessa maneira, a autora evidencia a natureza contraditória de dois pressupostos fundamentais da teoria feminista ocidental: que o gênero é socialmente construído e que a subordinação das mulheres não é universal, uma vez que as mulheres não existem em todas as realidades históricas (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 38).

Nesse resgate de conceitos africanos apagados pela experiência colonial, Oyěwùmí oferece críticas substanciais às colonialidades que alteraram a forma como os estudos de gênero se desenvolveram, expandindo significativamente o campo de análise.

Se os discursos conservadores ocidentais esgotam o mundo social na biologia, vendo todas as diferenças observadas entre homens e mulheres como naturais, o feminismo manteve essa falta de limite entre o social e o biológico ao homogeneizar homens e mulheres e insistindo que todas as diferenças observadas são construções sociais. Este é o problema (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 75).

Esses estudos me inspiram a questionar a organização social imaginada sobre as pessoas que produziram os registros rupestres há milhares de anos na região da Serra da Capivara, onde classificações de sexo e de não precisam necessariamente ser as únicas possibilidades de interpretação. Esses registros rupestres estão ligados à alteridade das pessoas que os produziram, e esse deveria ser o ponto de partida de qualquer interpretação.

Ao percorrer a ecologia dos saberes, é possível desnaturalizar a ideia de gênero associada a fatores biológicos, caso contrário, continuaremos focando nossa análise no

patriarcado, ou seja, em uma formação binária, hierárquica e opressora de gênero baseada na supremacia masculina, sem uma compreensão clara dos mecanismos pelos quais a heterossexualidade, o capitalismo e a classificação racial são inseparáveis um do outro (LUGONES, 2007; OYEWUMI, 2021). Portanto, é necessário questionar todos os discursos construídos a partir de estereótipos e essencializações, problematizando sempre as interpretações dos registros rupestres como se fossem uma crônica precisa do cotidiano ancestral. Não podemos descartar a ideia de que os registros rupestres possam representar algo imaginado ou sonhado, abrindo espaço para diversas possibilidades interpretativas, contrariando até mesmo aquilo que parece ser comum em nossa contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nós, humanos, temos um talento para nos enganar. O ceticismo deve ser um componente do conjunto de ferramentas do explorador, senão perderemos o rumo. Já existem maravilhas demais lá fora, sem que precisemos inventar alguma (SAGAN, 1995, p. 75).

Não tenho a intenção de esgotar o assunto nesta dissertação. Pelo contrário, meu objetivo é promover um diálogo inclusivo para discutir como os discursos arqueológicos estão sendo utilizados para naturalizar a sexualidade e o gênero, e buscar soluções éticas que possam reduzir essas assimetrias. Não pretendo criticar as interpretações como um caminho para a pesquisa do passado pré-colonial, incluindo os registros rupestres, mas sim reconhecer a necessidade de uma inter-relação de saberes que contribua para a diminuição de violências. É importante destacar que ao nomear os registros rupestres apenas com os termos "homem" e "mulher", com base na presença de um "falo" ou uma "vulva", limitamos a detecção de outras possibilidades de gênero nas narrativas desses registros.

De fato, como constatado nesta pesquisa, os discursos arqueológicos são veículos e construtores de colonialidades. Nesse sentido, o modelo tridimensional da ADC possibilitou a evidência das ideologias enraizadas nos discursos arqueológicos, por meio da constituição de um *corpus* com sentido cronológico, organizado em três grupos - G1, G2 e G3. Através das dimensões de análise, é possível confirmar que a construção dos sentidos e, principalmente, os significados atribuídos às palavras escolhidas, são ideológicos e carregam aspectos políticos, éticos, morais e religiosos historicamente estruturados pelas colonialidades, como demonstrado na seção da categoria textual através da segregação dos itens lexicais, especialmente aqueles baseados em essencialismos identitários. Inspirado pelo pensamento de Ingold e sua perspectiva de seguir as coisas, a metodologia da ADC proporcionou uma oportunidade de explorar as questões de gênero e sexo presentes nos textos científicos sobre o PNSC.

Dessa forma, a análise crítica do discurso deste corpus evidenciou a potencialidade dos discursos arqueológicos em serem apropriados por outras áreas de conhecimento para descrever fenômenos sociais ancestrais complexos com base na modernidade. Assim, reforço a relevância desta pesquisa como uma maneira de questionar os efeitos por trás desses discursos, que, em sua maioria, revelam-se violentos por criar associações contextuais que reforçam preconceitos modernos, parciais por apresentarem predominantemente uma única possibilidade de interpretação e falaciosos por construírem narrativas para um contexto geral a partir de uma composição cenográfica isolada. Dessa forma, ao enfatizar as bases ideológicas e hegemônicas enraizadas na colonização e presentes na construção dessas narrativas, destaco a importância

desses discursos na disseminação e perpetuação de discriminação, intolerância e outros tipos de preconceitos estabelecidos pelo regime colonial.

As narrativas atribuídas aos registros rupestres exemplificam a persistência da colonialidade do saber nos discursos arqueológicos. Ao negar as alteridades dos povos originários, muitos pesquisadores se recusam a considerar a diversidade de experiências subjetivas envolvidas na criação dos registros rupestres, conferindo aos artefatos interpretações fundamentadas em uma lógica colonial, binária, normativa, heterossexual e cristã. Essas estruturas de poder, inventadas pelo sistema moderno colonial, exercem influência na construção do conhecimento sobre os grupos pré-coloniais e estão presentes nos discursos relacionados aos registros rupestres, como evidenciado pela dimensão da prática social.

A colonialidade do gênero é fortemente naturalizada nos discursos sobre os registros rupestres, uma vez que eles promovem uma narrativa construída a partir da normatização da heterossexualidade como padrão universal de organização social. Dessa forma, enquanto o G1 apresenta um discurso hierárquico fundamentado na divisão sexual, em que o sujeito representado é predominantemente masculino (caçador-coletor; homens), o G2 se aprofunda no reconhecimento de sexualidades e identidades de gênero com base em padrões modernos recentes. Ao naturalizar a ideia de gênero, ancorada no sexo biológico, o discurso arqueológico reforça a ideologia do patriarcado, perpetuando um contexto binário, hierárquico e opressor no qual o sujeito masculino ocupa o topo dessa relação de poder.

Assim, embora o G2 aponte para outras possibilidades de reflexão sobre gênero e sexualidade dos grupos pré-coloniais, oferecendo abordagens críticas a esse pensamento eurocêntrico, ainda não apresenta um discurso que proporcione uma prática social mais inclusiva e menos violenta. Pelo contrário, como evidenciado pela aplicação da metodologia da ADC, por meio das três categorias de análise, os trabalhos que buscaram trazer uma perspectiva mais subversiva e questionadora dessa hegemonia heteronormativa acabaram reforçando estigmas e estereótipos de gênero inventados pelo regime colonial e perpetuados pelas colonialidades.

Por fim, em relação à produção do G3, são apresentadas abordagens que envolvem o reconhecimento de violências e desobediências epistêmicas, evocando a perspectiva da cumplicidade subversiva. É importante ressaltar que essa configuração é baseada na constituição específica do meu *corpus*. Com isso, não excluo a possibilidade de pesquisas indisciplinadas que abordem esses registros, mas que talvez tenham ficado de fora devido ao recorte estabelecido.

Em todos os aspectos, ao partir da premissa de que os discursos são socialmente construídos por uma sociedade colonialista, capitalista e patriarcal, pude analisá-los como documentos e perceber, em sua construção, as influências de diversos marcadores coloniais hegemônicos. Procurei enfatizar que interpretar os registros rupestres com base em qualquer classificação ou categoria identitária estabelecida pela modernidade colonial carrega consigo toda a carga negativa produzida pelas ciências ou pela cultura desde a chegada dos europeus ao continente. O termo "homossexualismo" é um bom exemplo para evidenciar o anacronismo nos discursos sobre os registros rupestres, assim como o homoerotismo e a homossexualidade, conceitos inventados no século XIX, sobrecarregados por um longo, trágico e violento histórico de preconceito. Quando interpretamos um registro rupestre como uma prática homossexual, estamos atribuindo toda a carga negativa que foi imposta a essa palavra.

Como alternativa de contra-hegemonia, busquei subsídios nas perspectivas feministas, decoloniais e Queer, com o intuito de desestabilizar o sistema discursivo no qual se apoiam as relações hierárquicas de poder e que reiteram estereótipos e silenciamentos contra determinadas parcelas da população. Acredito que essas teorias e experiências forneceram ferramentas para identificar os aspectos da colonialidade de gênero que organizam os discursos arqueológicos. Afinal, para que os estudos sejam verdadeiramente emancipatórios, é necessário passar por um processo de desnaturalização e desconstrução da oposição binária e identitária entre gênero, sexo e sexualidade. Isso não significa que a representação de práticas sexuais entre dois antropomorfos com pênis, ou qualquer outra combinação sexual, não possa estar presente nas pinturas rupestres do PNSC, mas isso não se trata de homossexualidade, sodomia ou pederastia. Da mesma forma, nem toda representação de antropomorfos com "pênis" e/ou "vagina" vai necessariamente caracterizar estimulação sexual e/ou coito. Em outras palavras, não é verdade que a única interpretação possível seja aquela necessariamente baseada no sistema sexo-gênero.

O binarismo de gênero mata, centenas de milhares de pessoas são agredidas, violentadas e mortas devido a pressuposições de uma ordem natural do mundo que determinados discursos arqueológicos tentam corroborar. Mas é possível superá-los, neutralizando as expressões materiais dessas assimetrias na prática arqueológica, nas relações entre as pessoas e na projeção desse binarismo ao passado. As críticas levantadas pelos estudos feministas, de gênero, *Queer* e

decolonial, proporcionam um suporte teórico com potencial para neutralizar essas assimetrias ligadas a povos antigos não ocidentais. Espero que tenha deixado claro nesta discussão que utilizar os estudos *Queer* não significa que eu esteja defendendo que seja possível projetar aos grupos do passado uma “identidade *Queer*”. Trazer os estudos de gênero e *Queer* para os discursos arqueológico é uma forma de ampliar e realçar novos campos de possibilidade de se pensar sobre o corpo e sobre o desejo entre os povos pré-coloniais.

A realidade não pode ser compreendida a partir de um único ponto de vista, como Chimamanda Adichie⁹³ destacou em sua palestra sobre "o perigo da história única". Portanto, é totalmente contraproducente e vai contra os próprios princípios da ciência, que nos ensinam que a realidade é uma síntese de múltiplas determinações. Reconhecemos a importância dessas múltiplas realidades para compreender e intervir na realidade, mas muitas vezes privilegiamos apenas uma perspectiva, excluindo outras possibilidades de soluções e experiências vividas por outros povos. A predominância de um pensamento universal, exclusivamente masculino, branco, europeu e cristão na academia para determinar o que é verdade, independentemente da questão étnica, que por si só é preocupante, associada à dimensão temporal, torna essa situação ainda mais alarmante. Isso resulta na produção de um discurso profundamente parcial, falacioso e enganoso.

Diante dessas provocações teóricas, ao estudarmos sociedades pré-coloniais e, mais especificamente, ao analisarmos os registros rupestres, a primeira pergunta que devemos fazer é: as performances de gênero do presente, estabelecidas sob a normatização de um sistema binário heterossexual colonial, podem ser aplicadas àqueles que produziram essa cultura material? Afinal, um objeto suspenso em um corpo pintado há milhares de anos pode não reproduzir o mesmo significado que atribuímos hoje, baseados em um sistema binário de sexo e gênero. A identidade sexual/gênero daqueles que produziram essas figuras ainda não pode ser definida, uma vez que reconhecemos que tanto o sexo quanto o gênero são construções sociais, e as performances que conhecemos estão fundamentadas em categorias criadas a partir do século XVI. É importante ter consciência de que os papéis de gênero na época pré-colonial provavelmente não correspondem ao nosso universo simbólico atual, cisheteronormativo e moldado pela modernidade e colonialidade. Além disso, devemos compreender que a heterossexualidade não necessariamente regulava a vida dessas populações pré-coloniais.

⁹³ Disponível em: <https://youtu.be/D9lhs241zeg> Acesso em: 14 de setembro de 2022.

Conforme afirmado por Guidon (1975), cada cultura possui sua própria forma de perceber, reconhecer e representar pessoas ou coisas. Isso significa que, quando alguém representa um determinado animal por meio de uma pintura, essa representação é feita de acordo com as convenções adotadas por sua comunidade social e cultural. Portanto, se um registro rupestre apresenta características significativas para sua identificação, mas também inclui outros elementos que representam contribuições particulares daqueles que o produziram, ele se torna algo intangível. Essa visão está em consonância com as ideias apresentadas por Lévy-Bruhl (2015) quando se discute as propostas relacionadas à colonialidade do saber. Por essa razão, não devemos interpretar de forma rígida as representações das características específicas, nem devemos esquecer que o suporte dessas pinturas, geralmente rudimentares, representa um desafio para o controle do desenho, assim como o estado de conservação dos desenhos, que por vezes estão bastante deteriorados, constituindo uma terceira dificuldade, pois podem levar ao apagamento de alguns traços importantes (GUIDON, 1975, p. 42).

As noções de masculinidade que surgiram recentemente⁹⁴, na era moderna colonial, são utilizadas como premissa nas narrativas arqueológicas sobre o passado, como se fossem fatos inquestionáveis. No entanto, quais evidências comprovam essa divisão do trabalho por sexo e por gênero nessas antigas populações? Seria a representação do falo ou da vulva? Mas se esses traços não estão presentes em todas as representações, como podemos explicar essa diversidade? Questionar discursos com "argumentos falaciosos ou fraudulentos" é colocar em suspeição essas narrativas que reforçam opressões. Ao trabalharmos com o período pré-colonial, é fundamental que pensemos a partir de outras perspectivas não ocidentais, em um diálogo intercultural que valorize diferentes conhecimentos. As narrativas construídas sobre esse passado devem operar como contra-narrativas modernas, que sejam decoloniais e antinormativas, onde até mesmo a noção de passado não seja considerada uma certeza. Se essas narrativas forem baseadas em comparações etnográficas, é essencial que estejam desvinculadas dos sistemas ocidentais de conhecimento, como proposto por Oyèrónké Oyěwùmí (2021) em sua pesquisa sobre gênero na sociedade Iorubá.

O discurso científico – destacando especificamente o discurso arqueológico - está longe de ser um instrumento isento de ideologias, mas é, ainda, um instrumento poderoso de produção de saberes, luta política e transformação de nossas realidades, por isso precisamos ter responsabilidade com o tipo de interpretação que estamos criando a partir das materialidades

⁹⁴ Menciono o vídeo de diculgação de Rita von Hunt, do Canal Tempero Drag, que fala sobre essas variações de masculinidades durante a história da humanidade. **Disponível em:** <https://youtu.be/vK3koljeWoc> **Acesso em:** 14 de setembro de 2022.

arqueológicas. Não estou querendo dizer que os pesquisadores devem estar presos, estritamente, à ciência como empirismo, verificabilidade e os demais determinismos científicos, que estudamos com o Popper e o Khun. Mas o discurso que produzimos sobre uma sociedade que registrou sua própria história a partir dos signos rupestres, precisa ser conscientemente ético, pois isso implica em empatia, sem empatia não existe relação com a alteridade das pessoas que produziram esses artefatos. Para que seja possível criar uma relação entre um conteúdo ético e a alteridade, precisamos que as construções discursivas estejam associadas a uma ecologia de saberes e que estejam abertas para uma desobediência epistêmica, abarcando um espectro amplo de expressões de sexo, de sexualidade, de desejos e de gêneros.

O que eu quero deixar claro é que o cientista que está produzindo discursos, especialmente sobre um período pré-colonial, precisa reconhecer suas responsabilidades para que esses discursos não se tornem instrumentos de validação de opressões e violências na contemporaneidade. Uma ecologia de saberes nos permite, como cientistas, fortalecer nossa formação política e social, pois os discursos que produzimos podem explicitar as tensões entre os conhecimentos, gerando novas perspectivas sobre o passado e o presente, ao mesmo tempo em que inspiram projetos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIRRE-MORALES, Manuel. **Excavaciones en los andenes de Andamarca, cuenca del río Negromayo, Lucanas, Ayacucho**. *Arqueología y sociedad*, n. 20, p. 223-268, 2009.
- ALBERTI, Benjamín. **Los cuerpos en Prehistória: Más allá de la división entre sexo/género**. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. Suplemento*, p. 57-67, 1999.
- ALCÂNTARA, Tainã Moura. **A ocupação maniçobeira dos abrigos sob-rocha no Parque Nacional Serra da Capivara: uma abordagem arqueológica**. Monografia (Graduação em Arqueologia). UNIVASF: Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2009.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideology and ideological state apparatuses** (1970). Repéré à, 2001.
- ALTUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1992.
- ANZALDÚA, Gloria et al. **Borderlands/La Frontera**. na, 2004.
- ANZALDÚA, Gloria. **Foreword to the second edition**. *This bridge called my back: Writings by radical women of color*, v. 2, 1983.
- ANZINI, Violet Baudelaire. **A Queda Do Falo**. Clube de Autores, 2021.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo; revisão técnica e apresentação Adriano Correia. - 13. ed. rev. - [Reimp.] - Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2020.
- ARSÓN, Irma. **Las representaciones hitifálicas em las pinturas rupestres de la tradición Nordeste, subtradicón Seridó, Rio Grande do Norte, Brasil**. *Clio (Série Arqueológica)*, nº11. Recife. UFPE, p. 141 – 151. 1996.
- BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. *Revista brasileira de ciência política*, p. 89-117, 2013.
- BANDEIRA, Arkley Marques. **A teoria queer em uma perspectiva brasileira: escritos para tempos de incertezas**. *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1 [22], p. 34-53, 2019.
- BARRETO, Cristiana. **Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada**. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. Suplemento*, p. 201-212, 1999.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **A análise [do] discurso de Michel Pêcheux e a organização do conhecimento: possibilidades teórico-metodológicas.** Ensaios em organização do conhecimento [recurso eletrônico]. Florianópolis: UDESC, 2021. p. 61-78, 2021.

BATALHA, Ettore Schmid. **O Orientalismo, ou a afirmação do Discurso Hegemônico do Ocidente: Orientalism, or the affirmation of the Western Hegemonic Discourse.** Argumentos-Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes, v. 14, n. 2, p. 177-198, 2017.

BATE, Luis Felipe. **Relación general entre teoría y método en Arqueología.** Boletín de Antropología Americana, n. 4, p. 7-54, 1981.

BATE, Luis Felipe. Sociedad. **Formación Económico-Social y Cultura., México, DF: Ediciones de Cultura Popular,** 1978.

BATE, Luis Felipe. **Una nota sobre dialéctica en la “arqueología social.** La arqueología social latinoamericana. De la teoría a la praxis, p. 85-101, 2012.

BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas.** São Paulo: Parábola, 2018.

BÉLO, Tais Pagoto. **Octavia and Cleopatra Among Rivals.** *Revista Arqueologia Pública*, v. 16, n. 1, 2021.

BENAVIDES, Hugo O. et al. **Retornando à origem: Arqueologia social como filosofia latino-americana.** *Revista Terceiro Incluído*, v. 1, n. 2, p. 164-192, 2011.

BENAVIDES, O. Hugo. **Seeing Xica and the melodramatic unveiling of colonial desire.** *Social Text*, v. 21, n. 3, p. 109-134, 2003.

BENTO, Berenice. **Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas.** Editora da UFRN, 2015.

BENTO, Berenice. **Transviad@ s: gênero, sexualidade e direitos humanos.** EdUFBA, 2017.

BERROCAL, María Cruz. **Feminismo, teoría y práctica de una arqueología científica.** *Trabajos de Prehistoria*, 2(66): 25-43. 2009.

BEZERRA, Marcia. **Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia.** *Revista Arqueologia Pública*, v. 7, n. 1 [7], p. 107-122, 2013.

BHABHA, Homi K. **Of mimicry and man: The ambivalence of colonial discourse.** The Location of, 1994.

BORBA, Rodrigo. **A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais.** *Cadernos pagu*, p. 441-474, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção.** São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Capital simbólico e classes sociais.** Novos estudos CEBRAP, p. 105-115, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas.** Tradução de Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia.** Tradução: Fernanda Siqueira Miguens; revisão técnica Carla Rodrigues. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”.** In: Louro, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade Belo Horizonte, Autêntica, 2001, pp.151-172.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e Subversão da Identidade.** (tradução Renato Aguiar). – 21ª. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CABRAL, Amílcar. **Resistance and decolonization.** Rowman & Littlefield, 2016.

CABRAL, Mariana Petry. **“E se todos fossem arqueólogos?”: experiências na Terra Indígena Wajãpi.** *Anuário Antropológico*, v. 39, n. 2, p. 115-132, 2014.

CASTAÑEDA, Quetzil E.; MATTHEWS, Christopher N. (Ed.). **Ethnographic archaeologies: reflections on stakeholders and archaeological practices.** Rowman Altamira, 2008.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. **Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico.** El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global, p. 9-23, 2007.

CÉSAIRE, Aimé. **Discours sur le colonialisme**. Paris: Présence africaine, 1955.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta. 136 p. 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Ideologia neoliberal e universidade**. Os sentidos da democracia–políticas do dissenso e hegemonia global. 2000.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**: coleção primeiros passos n. 13. 2004.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power in Bourdieu: on Hasan's "the disempowerment game"**. Linguistics and education, v. 10, n. 4, p. 399-409, 1999.

COLLING, Leandro. **Como pode a mídia ajudar na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero**. Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia. Marília: Oficina Universitária, p. 110-125, 2012.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought in the matrix of domination**. Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment, v. 138, n. 1990, p. 221-238, 1990.

CONKEY, Margaret W.; SPECTOR, Janet D. **Archaeology and the Study of Gender**. **Advances in Archaeological Methods and Theory** 7: 1-38. Michael B. Schiffer, editor. 1984.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. u. Chi. Legal f., p. 139, 1989.

CURY, Marília Xavier. **Para saber o que o público pensa sobre arqueologia..** *Revista Arqueologia Pública*, v. 1, n. 1 [1], p. 31-48, 2006.

DA SILVA, Bruno Sanches Ranzani da. **Das Ostras só as pérolas: Arqueologia Pública e Arqueologia Subaquática no Brasil**. 2011. 238f. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestre)-Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2011.

DA SILVA, Bruno Sanches Ranzani. **Carta arqueológica para uma humanidade possível**. *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1 [22], p. 8-14, 2019.

DAVIS, Angela. **Reflections on the Black Woman's Role in the Community of Slaves**. *The Black Scholar*, v. 12, n. 6, p. 2-15, 1981.

DE ABREU, Mila Simões et al. **Imagens sonoras: Danças na arte rupestre da serra da capivara, piauí, brasil—uma introdução**. *ERAS: European Review of Artistic Studies*, v. 11, n. 2, p. 22-39, 2020.

DE BEAUVOIR, Simone. *El segundo sexo*. 1949.

DE MELO RESENDE, Viviane. **A relação entre literatura de cordel e mídia: uma reflexão acerca das implicações para o gênero**. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 8, p. 43-43, 2010.

DE MELO, Iran Ferreira. **Passabilidade e visibilidade de LGBTQ+ na imprensa do Brasil**. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 21, n. 2, p. 307-326, 2020.

DE MELO, Iran Ferreira; ANDRADE, Maria Lucia da Cunha Victorio de Oliveira. **O papel transdisciplinar da análise crítica do discurso**. *Resumos*, 2010.

DE MORAES WICHES, Camila A. **Narrativas arqueológicas e museológicas sob rasura: provocações feministas**. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 35-50, 2017.

DERRIDA, Jacques. **Writing and difference**. University of Chicago press, 1978.

DÍAZ-ANDREU, Margarita. **Género y arqueología: una nueva síntesis**. *Arqueología y género*, p. 13-51, 2005.

DOS REIS, José Alberione. **Análise do discurso e arqueologia:... é possível transitar por entremeios?..** *Métis: história & cultura*, v. 1, n. 2, 2002.

DUSSEL, Enrique. **1492: O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Conferências de Frankfurt. Tradução: Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão**. Vozes, 2000.

EAGLETON, Terry. **The ideology of Irish studies**. *Bullan-Oxford-*, v. 3, p. 5-14, 1997.

ENGELSTAD, Fredrik. **Theories of power in communication. A critical assessment**. i F. Engelstad, og J. Gripsrud (red.) *Power, Aesthetics, Media. Rapport*, n. 33, 2001.

ESCOBAR, Arturo. **Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano.** Tabula rasa, n. 1, p. 51-86, 2003.

EVARISTO, Conceição. **Gênero e etnia: uma escre (vivência) de dupla face. Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora.** João Pessoa: Ideia, p. 201-212, 2005.

FAIRCLOUGH, N. **Critical Discourse Analysis/Fairclough N.** London: Lohgman, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical discourse analysis as a method in social scientific research.** *Methods of critical discourse analysis*, v. 5, n. 11, p. 121-138, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and ideology.** *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 17, 1991.

FAIRCLOUGH, Norman. **Teoria social do discurso.** UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **The language of critical discourse analysis: Reply to Michael Billig.** *Discourse & Society*, v. 19, n. 6, p. 811-819, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. **What is CDA? Language and power twenty-five years on. Language and Power**, 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: Textual analysis for social research.** Psychology Press, 2003.

FALAGAS, Matthew E. et al. **Comparison of PubMed, Scopus, web of science, and Google scholar: strengths and weaknesses.** *The FASEB journal*, v. 22, n. 2, p. 338-342, 2008.

FANON, Frantz. **The fact of blackness.** *Postcolonial studies: An anthology*, v. 15, n. 32, p. 2-40, 1952.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Myths of gender: Biological theories about women and men.** Basic Books, 2008.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Sex/gender: Biology in a social world.** Routledge, 2012.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Sexing the body: Gender politics and the construction of sexuality.** Basic books, 2000.

FERREIRA, Lúcio Menezes; CERQUEIRA, Fábio Vergara. **A Graduação em Arqueologia na UFPel: um currículo na interface entre Arqueologia e Antropologia**. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 19, p. 79-86, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Dream, imagination and existence**. 1984.

FOUCAULT, Michel. **The archaeology of knowledge**. *Social science information*, v. 9, n. 1, p. 175-185, 1970.

FOUCAULT, Michel. **Genealogía del racismo**. Altamira, 1976.

FOUCAULT, Michel. **Nacimiento de la biopolítica: curso del Collège de France (1978-1979)**. Ediciones Akal, 2009.

FOWLER, Roger et al. **Language and control**. Routledge, 2018.

FREIRE, MAIA. Newton. **A ciência por dentro**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1971.

FRIEDAN, Betty. **The Feminine Mystique**, Rio de Janeiro: Vozes. 1971.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica**. *Mneme-revista de humanidades*, v. 6, n. 13, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **A importância da teoria arqueológica internacional para a arqueologia sul-americana: o caso brasileiro**. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. Suplemento*, p. 213-220, 1999.

FURQUIM, Laura Pereira; JÁCOME, Camila Pereira. **Teorias de gênero e feminismos na arqueologia brasileira: do dimorfismo sexual à primavera queer**. *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1 [22], p. 255-279, 2019.

GERO, Joan M.; CONKEY, Margaret Wright. **Engendering archaeology: women and prehistory**. (No Title), 1991.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. Editora 34, 2001.

GNECCO, Cristóbal. **Archaeology and historical multivocality**. *Archaeology in Latin America*, p. 258, 1999.

GNECCO, Cristóbal. Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, v. 4, n. 1, p. 15-26, 2009.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. In: A representação do eu na vida cotidiana. p. 231-231. 2011.

GONTIJO, Fabiano de S.; SCHAAN, Denise P. **Sexualidade e teoria queer: apontamentos para a arqueologia e para a antropologia brasileiras**. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 51-70, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/ 93, p. 69-82, jan./jun. 1988a.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

GREEN, James N. **Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. Tradução: Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GROSFOGUEL, Ramón. **Cambios conceptuales desde la perspectiva del sistema-mundo: Del cepalismo al neoliberalismo**. Nueva sociedad, v. 183, p. 151-166, 2003.

GROSFOGUEL, Ramón. **Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial**. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 2, n. 2, p. 337-337, 2012.

GROSFOGUEL, Ramón. **La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global**. Tabula rasa, n. 4, p. 17-48, 2006.

GROSFOGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008.

GROSFOGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. *Periferia*, v. 1, n. 2, 2009.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Pressupostos metafísicos e epistemológicos na pesquisa**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 16, p. 245-255, 2003.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **O negro no Brasil e um exame de consciência**. NASCIMENTO, Abdias et al. *Relações de raça no Brasil*. Rio de Janeiro, Quilombo, 1950.

GUHA, Ranajit. **Orientalist strains in Indian historiography**. *Asian Studies Association of Australia. Review*, v. 6, n. 3, p. 1-4, 1983.

GUIDON, Niède. **Parque Nacional Serra da Capivara: sítios rupestres e problemática**. *FUMDHAMentos*, v. V, p. 77-108, 2007.

GUIDON, Niède. **Peintures rupestres de Varzea Grande Piauí, Brésil**, n 2. (No Title), 1975.

GUIDON, Niède. **Tradições rupestres da área arqueológica de São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil**. 1989.

GUIDON, Niède; Gabriela MARTIN. **A onça e as orantes: uma revisão das classificações tradicionais dos registros rupestres do NE do Brasil**. *Revista Clio–Série Arqueológica* 25, no. 1. 2010.

GUIDON, Niède; PESSIS, Anne-Marie; MARTIN, Gabriela. **Pesquisas arqueológicas na região do Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno (Piauí-1998/2008)**. *FUMDHAMentos*, v. 8, p. 1-61, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. **Linguagem e conhecimento: produção e circulação da ciência**. *RUA*, v. 15, n. 2, p. 6-14, 2009.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARTEMANN, Gabby. **Nem ela, nem ele. Por uma arqueologia (trans*) além do binário**. *Revista de Arqueologia Pública*, v. 13, p. 8, 2019c.

HARTEMANN, Gabby. **Voltar, contar e lembrar de Gangan: Por uma Arqueologia gríotica afrodecolonial em Mana, Guiana** [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. 2019a.

HARTEMANN, Gabby.; MORAES, I. P. **Contar histórias e caminhar com ancestrais.** *Vestígios. Revista latino-americana de arqueologia histórica*, v. 12, p. 9-34, 2019b.

HODDER, Ian; HUTSON, Scott. **Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology.** 2003.

HOOKS, Bell; **AIN'T IA, Woman.** Black women and feminism, 1981.

INGOLD, Tim. **Toward an ecology of materials.** *Annual Review of Anthropology*, 41:427–42. 2012a.

INGOLD, Tim. **Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais.** *Horizontes antropológicos*. 18 (37): 25-44. 2012b.

IRINEU, L. M. **Representações sociais sobre a latinidade em sites de redes sociais contemporâneas: uma investigação discursivo-ideológica situada no Orkut.** 2011. 211 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

IRINEU, Lucineudo Machado. **Abordagem discursiva das representações sociais: sistematização de um construto teórico-metodológico.** *Revista Mandinga*, v. 3, n. 1, p. 8-18, 2019.

IRINEU, Lucineudo Machado. **Tradições discursivas no gênero editorial praticado no Brasil e na Argentina: a expressão do campo dêitico nos séculos XX e XXI.** *Revista da ABRALIN*, p. 699-714, 2020.

JACKSON, Donald; TRONCOSO, Andrés; SALAZAR, Diego. **Hacia una crítica de la práctica de la arqueología social latinoamericana.** H. Tantaleán y M. Aguilar (comps), *La arqueología social latinoamericana: de la teoría a la praxis*, p. 67-81, 2012.

JODELET, Denise. **Pensamiento social e historicidad.** *Relaciones. Estudios de historia y sociedad*, v. 24, n. 93, 2003.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto.** Cortez Editora, 2011.

KOIDE, Kelly; FERREIRA, Mariana Toledo; MARINI, Marisol. **Arqueologia e a crítica feminista da ciência Entrevista com Alison Wylie**. *Scientiae Studia*, v. 12, p. 549-590, 2014.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Editora Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo (Nova edição)**. Editora Companhia das Letras, 2019.

KUHN, Thomas S. **O caminho desde a estrutura**. Unesp, 2006.

Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, n. 0, ano 1, 1978.

LANDER, Edgardo et al. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales = Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.

LATOUR, Bruno. **A few steps toward an anthropology of the iconoclastic gesture**. *Science in Context*, v. 10, n. 1, p. 63-83, 1997.

LATOUR, Bruno. **We have never been modern**. Harvard university press, 2012.

LAURENTIS, Teresa de. **Technologies of Gender. Essays on Theory, Film and Fiction, London**, ... São Paulo: Perspectiva, 2ª ed., p. 47-65. 1986.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, v. 340, p. 1990, 1999.

LEACOCK, Eleanor. **History, development, and the division of labor by sex: Implications for organization**. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 7, n. 2, p. 474-491, 1981.

LEVINAS, Emmanuel; ROLLAND, Jacques. **Éthique comme philosophie première**. 1998.

LÉVY-BRUHL, Lucien. **A mentalidade primitiva**. Clube de Autores, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista** Guacira Lopes Louro Petrópolis, RJ, Vozes, p. 14 36. 1997.

- LUGARINHO, Mário César. **Masculinidade e colonialismo: em direção ao “homem novo”**(subsídios para os estudos de gênero e para os estudos pós-coloniais no contexto de língua portuguesa). *Abril-NEPA/UFF*, v. 5, n. 10, p. 15-38, 2013.
- LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. *Tabula Rasa*. Bogotá. nº 9: 73-101, jul-dez. 2008.
- LUGONES, María. **Heterosexualism and the colonial/modern gender system**. *Hypatia*, v. 22, n. 1, p. 186-219, 2007.
- LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, p. 935-952, 2014.
- LUMBRERAS, Luis G. Métodos y técnicas en arqueología. **Boletín de Antropología Americana**, n. 16, p. 51-83, 1987.
- LUMBRERAS, Luis Guillermo. **La arqueología como ciencia social**. Lima: Ediciones Histar, 1974.
- MACÊDO, Géssika. Sousa. **Retalhos Afetivos de Costuras Coletivas: Vivências de arqueologias decoloniais em São Braz do Piauí**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. 2021.
- MACRAE, Edward. **A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Edufba, 2018.
- MAGALHÃES, Izabel. **Introdução: a análise de discurso crítica**. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 21, p. 1-9, 2005.
- MAGALHÃES, Izabel. **Textos e práticas socioculturais-discursos, letramentos e identidades**. *Linha D'Água*, v. 24, n. 2, p. 41-57, 2011.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. **On the coloniality of being: Contributions to the development of a concept**. *Cultural studies*, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007.
- MALLON, Florencia E. **Promesa y dilema de los Estudios subalternos. Perspectivas a partir de la historia latino-americana**. En: Pablo Sandoval (Compilador). *Repensando La subalternidad. Miradas críticas desde/sobre América Latina*. Instituto de Estudios Peruanos, Lima, Peru, 2010.

- MARTIN, Gabriela. **Amor, violência e solidariedade no testemunho da arte rupestre brasileira.** *Clio: Revista do Curso de Mestrado em História*. Recife, v. 1, n. 6, p. 27-37, 1984.
- MARTIN, Gabriela. **Os rituais funerários na pré-história do Nordeste.** *Clio Arqueológica*, v. 10, n. 1, p. 29-46, 1994.
- MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil.** Editora Universitária UFPE, 1997.
- MATOS, Marlise. **Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências.** *Revista Estudos Feministas*, v. 16, p. 333-357, 2008.
- MATTOS, Maithê. **Abuso sexual de animais não humanos: zona limítrofe entre a patologia e a prática criminosa.** 2021.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** 3. ed. São Paulo: n-1 edições. 80 p. 2018.
- MCGUIRE, Randall H. **A Marxist Archaeology.** New York: Percheron Press. 2002.
- MEAD, Margaret. **Sex and temperament in three primitive societies,** New York, William Morrow and c. 1935. Tradução: Rosa R. Krausz. São Paulo, Perspectiva, 2000.
- MELO, Iran Ferreira de. **Histórico da análise de discurso crítica.** Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas. São Paulo: Parábola, p. 20-35, 2018.
- MELO, Iran Ferreira de. **Por uma análise crítica do discurso.** Introdução aos estudos críticos do discurso. Campinas: Pontes, p. 53-98, 2012.
- MERRIMAN, Nick. (Ed.). **Public archaeology.** Routledge, London. 2004.
- MIGNOLO, Walter D. **"Un Paradigma Otro": Colonialidad Global, Pensamiento Fronterizo y Cosmopolitanismo Critico.** *Dispositio*, v. 25, n. 52, p. 127-146, 2005.
- MIGNOLO, Walter D. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade.** *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 32, 2017.
- MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política.** *Cadernos de Letras da UFF*, v. 34, n. 1, p. 287-324, 2008.
- MIGNOLO, Walter D. **Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica.** *Conhecimento prudente para*

uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, p. 667-709, 2004.

MIGNOLO, Walter D. **Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina**. Cuadernos americanos, v. 67, n. 1, p. 143-165, 1998.

MIGNOLO, Walter D. **Spirit out of bounds returns to the East: The closing of the social sciences and the opening of independent thoughts**. Current Sociology, v. 62, n. 4, p. 584-602, 2014.

MIGNOLO, Walter D. **The darker side of the Renaissance: Literacy, territoriality, and colonization**. University of Michigan Press, 2003.

MILLETT, Kate. **Sexual politics**, vol. 72. 1969.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. In: *Sociologias*, Ano 11, n. 21, jan./jun., pp.150-182. 2009.

MISKOLCI, Richard. **A gramática do armário: notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente**. Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia, v. 1, p. 35-55, 2012.

MISKOLCI, Richard. **Machos e Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line**. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, p. 301-324, 2013.

MONTANÉ M, Julio c. **Sociedades igualitarias y modo de producción**. Boletín de Antropología Americana, n. 3, p. 71-89, 1981.

MONTANÉ, Julio. **Fundamentos para una teoría arqueológica (primera parte)**. Hermosillo, Sonora, Centro Regional del Noroeste, INAH-SEP, 1980.

MONTE, Izadora Xavier do. **O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais**. *Revista Estudos Feministas*, v. 21, p. 59-80, 2013.

MONZON, Susana. A representação humana na arte rupestre do Piauí: comparações com outras áreas. **Revista do Museu Paulista. São Paulo: USP**, v. 28, p. 169-173, 1981.

MORGAN, Lewis Henry. **Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Jorge Zahar, 2005.

- MORO-ABADÍA, Oscar. **The history of archaeology as a ‘colonial discourse’**. Bulletin of the History of Archaeology, v. 16, n. 2, p. 4-17, 2006.
- MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Trad. de Álvaro Cabral. Zahar, 1978.
- MOTA, Leidiana & SCHEEL-YBERT, Rita. **Landscape and firewood use in Toca do Boqueirão da Pedra Furada (Piauí, Brazil) during early and Mid-Holocene**. Journal of Archaeological Science Reports 23: 281 – 290. 2019.
- MUKHERJEE, Bhaskar. **Do open-access journals in library and information science have any scholarly impact? A bibliometric study of selected open-access journals using Google Scholar**. Journal of the American Society for Information Science and Technology, v. 60, n. 3, p. 581-594, 2009.
- NASCIMENTO, Beatriz. A senzala vista da casa grande. **Jornal Opinião**, p. 20-1, 1976.
- NAVARRETE, Rodrigo. **Excavando mujeres en y desde el sur: aproximaciones a la arqueología feminista en Latinoamérica**. *Revista venezolana de estudios de la mujer*, v. 15, n. 34, p. 75-104, 2010.
- NAVARRETE, Rodrigo. **The prehistory of Venezuela—not necessarily an intermediate area**. In: **The handbook of South American archaeology**. New York, NY: Springer New York. p. 429-458. 2008
- NICHOLSON, Linda. Interpreting gender. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 20, n. 1, p. 79-105, 1994.
- NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo: la última etapa del imperialismo**. México: Siglo XXI. 222 p. 1966.
- NORUZI, Alireza. **Google Scholar: The new generation of citation indexes**. 2005.
- NUNES, Benedito. **Heidegger & Ser e tempo**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2002.
- NÚÑEZ-CORTÉS, Yajaira. Voces de la “arqueología de protesta”: Arqueología Social Latinoamericana. **Cuadernos de Antropología**, v. 30, n. 1, 2020.

OLIVEIRA, Ana Stela Negreiros. **Catingueiros da borracha: vida de maníbeiro no sudeste do Piauí 1900/1960**. São Raimundo Nonato: Fumdam/Petrobrás, 2014.

OTAVIANO, Mariana Zanchetta. **Não tem certo, não tem errado: estratigrafia das vozes, significados e apropriações da cultura material na comunidade da Aldeia da Mina Grande–TI Kapinawá (PE)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. 2019.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2021.

OYUELA-CAYCEDO, Augusto. **The study of collector variability in the transition to sedentary food producers in northern Colombia**. *Journal of World Prehistory*, v. 10, p. 49-93, 1996.

PAGNOSSI, Nádia Carrasco. **Construindo uma arqueologia de gênero**. *Revista Arqueologia Pública*, v. 11, n. 1 [18], p. 50-66, 2017.

PÊCHEUX, Michel. **Analyse automatique du discours**. (No Title), 1969.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. São Paulo, 1990.

PELÚCIO, Larissa. **Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?**. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 1, p. 68-91, 2014.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. **A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva**. In: Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP). 2019.

PESSIS, Anne-Marie. **Apresentação gráfica e apresentação social na Tradição Nordeste de pintura rupestre do Brasil**. *Clio Arqueológica*, Recife, n. 5, p. 11-18, 1989.

PESSIS, Anne-Marie. **Identidade e classificação dos registros gráficos pré-históricos do nordeste do Brasil**. *Clio Arqueológica*, v. 8, n. 1, p. 35-68, 1992.

PESSIS, Anne-Marie. **Imagens da pré-história: Parque Nacional Serra da Capivara**. São Raimundo Nonato: FUNDHAM, 2003.

PESSIS, Anne-Marie; CISNEIROS, Daniela; MUTZENBERG, Demétrio. **Identidades gráficas nos registros rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil.** *FUMDHAMentos*, v. 15, n. 2, p. 33-54, 2018.

PESSIS, Anne-Marie; GUIDON, Niéde. **Registros rupestres e caracterização das etnias pré-históricas.** Grafismo indígena. Estudos de antropologia estética. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp/Edusp, 1992.

PESSIS, Anne-Marrie. **Arqueologia de gênero: teoria e fato arqueológico.** *Clio (Série Arqueológica)*, v. 18, p. 11-25, 2005.

PINTO, Renato et al. **Duas rainhas, um príncipe e um eunuco: gênero, sexualidade e as ideologias do masculino e do feminino nos estudos sobre a Bretanha Romana.** Campinas: UNICAMP (tese de doutoramento em História), 2011.

PINTO, Renato. **Museus e diversidade sexual: reflexões sobre mostras LGBT e queer.** *Revista Arqueologia Pública*, v. 5, n. 1 [5], p. 44-55, 2012.

PINTO, Renato. **Queer fica, e pur se muove!/: ainda sobre Queer e cultura material do passado.** *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1 [22], p. 15-33, 2019.

POPPER Karl. **La lógica de la investigación científica.** Madrid: Ed. Tecnos; p. 27-47. 1973.

POUGET, Frederic MC; DE CARVALHO, Aline Vieira. **Misoginia e homofobia como elementos de sociabilidade na prática arqueológica.** *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 106-114, 2017.

PROUS, André. **Alimentação e " arte" rupestre: nota sobre alguns grafismos pré-históricos brasileiros.** *Revista de Arqueologia*, v. 6, n. 1, p. 1-14, 1991.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder y clasificación social.** In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). *El giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.* Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana / Siglo del Hombre, 2007, pp. 93-126. 2007.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y modernidad-razionalidad.** In: BONILLO, Heraclio (org.). *Los conquistados.* Bogotá: Tercer Mundo: Flacso. p. 437-449. 1992.

- QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142. 2005.
- QUIJANO, Aníbal. Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru. **Estudos Avançados**, v. 6, p. 73-80, 1992.
- REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. **Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul**. *cadernos pagu*, p. e185315, 2018.
- RESENDE, Viviane de Melo e RAMALHO, Viviane. *Análise do Discurso Crítica*. 2.ed., 2ªreimpressão – São Paulo: Contexto, 2016.
- RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. Editora Companhia das Letras, 2018.
- RIBEIRO, Loredana. **Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade: sobre resistir na ciência**. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 1, p. 210-234. 2017.
- RIBEIRO, Loredana. **Dossiê Arqueologia e Crítica Feminista no Brasil: uma apresentação**. *Revista de Arqueologia*, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 03–07, 2017.
- RIBEIRO, Loredana. M. R. ; SILVA, B. S. R. ; SCHMIDT, S. K. S. ; PASSOS, L. P. **A saia justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico**. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, p. 1093-1110, 2017.
- ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika. **Arqueologia e sociedade no município de Ribeirão Grande, sul de São Paulo: ações em arqueologia pública ligadas ao projeto de ampliação da mina calcária Limeira**. *Revista Arqueologia Pública*, v. 1, n. 1 [1], p. 63-120, 2006.
- RODRIGUES, Emmanuel Henrique Souza; DE MELO, Iran Ferreira. **Por uma pedagogia que liberte todas as cores: o projeto mulheres inspiradoras e seu potencial para o enfoque em dissidências de gênero e sexuais**: the project Mulheres Inspiradoras and its emancipatory potential for gender and sexual dissents. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 19, n. 3, p. 164-184, 2018.
- RUBIN, Gayle. **The traffic in women: Notes on the " political economy" of sex**. 1975.
- RUBIN, Gayle. **Thinking sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality**. 1984.

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. **Sexual traffic**. A Journal of Feminist Cultural Studies, v. 6, n. 2, p. 63-99, 1994.

SAID, Edward. **Orientalism: Western concepts of the Orient**. New York: Pantheon, 1978.

SANOJA, Mario. **Modos de producción precapitalistas en Venezuela**. Boletín de Antropología Americana, n. 6, p. 5-16, 1982.

SANOJA, Mario; VARGAS-ARENAS, Iraida. **el proceso de acumulación en las sociedades precapitalistas**. Boletín de Antropología Americana, n. 41, p. 43-64, 2005.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, Modos e Significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa, **La Globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación**. Bogotá, Colombia: ILSA; Universidad Nacional de Colombia. 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. In: **Epistemologias do sul**. 2010. p. 637-637.

SCHAAN, Denise Pahl. **Arqueologia para etnólogos: colaborações entre arqueologia e antropologia na Amazônia**. *Anuário antropológico*, v. 39, n. 2, p. 13-46, 2014.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott**. Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

SCOTT, Joan. W. **Gender: A Useful Category of Historical Analysis**. The American Historical Review, vol. 91, nº 5. pp. 1053-1075. 1986.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **A epistemologia do armário**. *Cadernos pagu*, p. 19-54, 2007.

SEGATO, Rita Laura. **A base política das relações de violência de gênero**. Entrevista com a antropóloga Rita Segato. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos Online*, São Leopoldo, 2017.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. E-cadernos ces, n. 18, 2012.

- SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Traficantes de sueños, 2016.
- SENE, Glaucia Malerba. **Pela materialidade dos gêneros: repensando dicotomias, sexualidades e identidades**. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 162-175, 2017.
- SHANKS, M.; TILLEY, C. **Re-Constructing Archaeology**. Cambridge. 1987.
- SILVERBLATT, Irene. **Moon, sun, and witches: Gender ideologies and class in Inca and colonial Peru**. Princeton University Press, 1987.
- SKOGSTRAND, Lisbeth. **Is androcentric archaeology really about men?**. *Archaeologies*, v. 7, p. 56-74, 2011.
- SOUZA, Hamilton Fernandes de et al. **Virilidade travestida: protótipo e estereótipo na representação da travesti**. 2015.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**. UFMG, 2010.
- STRATHERN, Marilyn. **The gender of the gift. Berkeley e Los Angeles**. University of California Press. 1998.
- TABÍO, Ernesto E. **Arqueología: agricultura aborígen antillana**. Editorial de Ciencias Sociales, 1989.
- TANTALEÁN, Henry; AGUILAR, Miguel. **La arqueología social latinoamericana**. Universidad de los Andes, 2012.
- TEGA, Glória; CUNHA, Rodrigo Bastos. **Análise do discurso da arqueologia preventiva na Folha de S. Paulo: A Casa Bandeirista do Itaim**. *RUA*, v. 21, n. 1, p. 55-69, 2015.
- TREVISAN, Joao Silverio. **Devassos no Paraíso**. São Paulo: Editora M. Limonad, 1986.
- TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso (4a edição, revista e ampliada): A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Objetiva, 2018.
- TREVISAN, João Silvério. **Testamento de Jônatas deixado a David**. Editora Brasiliense, 1976.
- TYLOR, Edward Burnett. **Anthropology: An introduction to the study of man and civilization**. Macmillan, 1889.

UCKO, Peter J. **Academic freedom and apartheid: the story of the World Archaeological Congress.** (No Title), 1987.

VAN DIJK, Teun A. **Contextual knowledge management in discourse production.** A new agenda in (critical) discourse analysis, p. 71-100, 2005a.

VAN DIJK, Teun A. **Ideología y análisis del discurso.** Utopía y praxis latinoamericana, v. 10, n. 29, p. 9-36, 2005b.

VAN DIJK, Teun A. **Principles of critical discourse analysis.** Discourse & society, v. 4, n. 2, p. 249-283, 1993.

VAN LEEUWEN, Theo. **Towards a semiotics of typography.** Information design journal, v. 14, n. 2, p. 139-155, 2006.

VARGAS ARENAS, Iraida. **Visiones del pasado indígena y el proyecto de una Venezuela a futuro.** *Revista venezolana de economía y ciencias sociales*, v. 11, n. 2, p. 187-210, 2005.

VARGAS ARENAS, Iraida; SANOJA OBEDIENTE, Mario. **La arqueología como ciencia social y su expresión en América Latina.** *Revista de Arqueología Americana*, p. 141-163, 1995.

VARGAS, Iraida. **Evolución histórica de la arqueología en Venezuela.** *Quiboreña*, v. 1, n. 1, p. 68-104, 1986.

VARGAS-ARENAS, Iraida. **Modo de vida: categoría de las mediaciones entre formación social y cultural.** *Boletín de antropología americana*, n. 12, p. 5-16, 1985.

VAUGHAN, Liwen; SHAW, Debora. **A new look at evidence of scholarly citation in citation indexes and from web sources.** *Scientometrics*, v. 74, p. 317-330, 2008.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** Ubu Editora, 2020.

VIANA, Lucineide Santos Silva. **Prática de sexo com animais entre homens atendidos em centros de referência para infecções sexualmente transmissíveis (ist) e aids do nordeste brasileiro: prevalência, relação com ist e fatores associados.** 2021. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Vale do São Francisco. 2021.

VIEIRA, Josenia Antunes, MACEDO, Denise Silva. **Conceitos-chave em análise de discurso crítica.** In: BATISTA Jr., Ribamar Lopes, SATO, Denise Tamaê Borges, MELO,

Iran Ferreira. *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2021.

VIEIRA, Viviane; RESENDE, Viviane. **Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016. Coleção Linguagem e Sociedade, v. 1.

VOSS, Barbara L. **Documenting cultures of harassment in archaeology: a review and analysis of quantitative and qualitative research studies**. *American Antiquity*, v. 86, n. 2, p. 244-260, 2021.

VOSS, Barbara L. **Feminisms, queer theories, and the archaeological study of past sexualities**. *World archaeology*, v. 32, n. 2, p. 180-192, 2000.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales Tomo I: Prácticas insurgentes de resistir,(re) existir y (re) vivir**. Editorial Abya-Yala, 2013.

WILSON, Colin. "Queer theory and politics". In: *International Socialism*, n. 132, out., pp. 2011.

WODAK, Ruth et al. **The discourse-historical approach**. *Methods of critical discourse analysis*, v. 1, p. 63-94, 2001.

WODAK, Ruth. **Critical linguistics and critical discourse analysis**. *Discursive pragmatics*, v. 8, p. 50-70, 2011.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD—um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, p. 223-243, 2004.

WODAK, Ruth. **Gender mainstreaming and the European Union: Interdisciplinarity, gender studies and CDA**. In: *Feminist critical discourse analysis: Gender, power and ideology in discourse*. London: Palgrave Macmillan UK. p. 90-113. 2005.

WODAK, Ruth. Populist discourses: **The rhetoric of exclusion in written genres**. *Document Design: Journal of Research and Problem Solving*, v. 4, n. 2, p. 133-148, 2003.

WODAK, Ruth. **The genesis of racist discourse in Austria since 1989**. *Texts and practices: Readings in critical discourse analysis*, p. 107-128, 1996.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael. **Critical discourse analysis: History, agenda, theory and methodology**. Methods of critical discourse analysis, v. 2, p. 1-33, 2009.

ANEXO

Corpus da Pesquisa

CÓDIGO	TÍTULO	AUTORES	ITENS LEXICAIS	TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL	ANO
G1_A1	A REPRESENTAÇÃO HUMANA NA ARTE RUPESTRE DO PIAUÍ_COMPARAÇÕES COM OUTRAS ÁREAS.	Susana Monzon	Família Personagens humanos; Figura humana; homem; mulher; caçador-coletor; sexo masculino; sexo feminino	No texto é caracterizado a diferenciação sexual entre: sexo masculino (representado por um traço) e o sexo feminino (representada por um círculo ou semi-círculo). Com isso a autora afirma que o sexo masculino está " indicado em numerosas figuras apresentando diferentes formas e posições " como " caça, guerra, dança e outras cerimônias ", em contrapartida o sexo feminino é "mais raramente representado". A autora atribui a presença do sexo feminino em representações de " cenar de relações sexuais, partos " ou outros temas de família ". O termo sexo é apresentado 15 vezes no texto, não sendo nomeado o órgão sexual (falo ou vulva), a única vez que a palavra vulva é citada no texto é para fazer referência a uma citação direta da Niède Guidon. As palavras caçadores, caçadores-coletores e mascarados são apresentados no texto como distinção sexual.	Publicado na Revista do Museu Paulista; é citado em 4 artigos: 1) Similaridades e diferenças indicativas de identidade e evolução cultural no estilo Serra Branca de pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí - Brasil; 2) A arte rupestre pelo olhar da historiografia brasileira: uma história escrita nas rochas; 3) Similaridades e diferenças nas pinturas rupestres pré-históricas de contorno aberto no Parque Nacional Serra da Capivara - PI; 4) A problemática da conceituação do Complexo Estilístico Serra Talhada da tradição nordeste de pinturas rupestres, no Parque Nacional Serra da Capivara-PI: um estudo de caso	Hegemonia patriarcal, apresentando inclusive o conceito "família", para identificar tarefas executadas por indivíduos do sexo feminino. O texto é construído no viés das colonialidades, do ser e de gênero, ao reitar a ocorrência do sexo masculino e do sexo feminino, sustentando um dimorfismo sexual para as identidades de gênero, apresentadas a partir de em uma matriz binária	1981
G1_A2	Arte rupestre_a temática e sua importância para a caracterização das etnias pré-históricas - Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Folklore	Niede Guidon	Figura humana; Formas humanas; Seres humanos; homem pré-histórico; homem/homens; primeiros grupos/primeiros homens; caçador-coletor; caçador;	O texto é construído pela ideia dos dois sexos, portanto apresentando o sentido da divisão sexual entre homem e mulher, ainda que não nomeei-os. O termo homem é apresentado como um sujeito universal da "pré-história", mas por vezes a autora se refere a determinadas cenografias, como a cena da árvore com a presença de homens , no plural, aqui entendo como um marcador de gênero, pois a autora deixa claro a recorrência de representações masculinas, destaca em seu texto, a utilização de grandes cocares que eram utilizados, aparentemente, unicamente pelos homens . Nas cerimônias e danças a autora afirma que comportavam figurantes dos dois sexos . O termo homens é repetido 5 vezes no texto, enquanto o termo homem é apresentado 4 vezes, em contrapartida o termo mulher é enunciado uma única vez em referência ao sítio arqueológico Baixão das Mulheres.	Cuadernos Instituto Nacional de Antropologia. Volume 12, ano de 1987. Não possui nenhuma citação.	O texto é construído pela classificação de um dimorfismo sexual entre sexo masculino e feminino, ainda que a autora não apresente nomeações para os órgãos sexuais, fica implícito o caráter patriarcal da construção do texto, referindo-se apenas aos sujeitos masculinos. Ainda que a autora alerte sobre o caráter etnocêntrico que as interpretações baseadas em semelhanças com as formas conhecidas por nossa cultura ocidental carregam.	1987

G1_A3	ARQUEOLOGIA DE GÊNERO TEORIAEFATO ARQUEOLÓGICO.	Anne Marrie Pessis	Sociedade humana/espécie humano/comunidades humanas/populações humanas/grupos humanos/figuras humanas/ossos humanos/criança humana/obra humana; homens e mulheres;	O artigo, que é de 2005, não apresenta nenhum referencial bibliográfico na construção do texto. Apesar de nomear o artigo como "arqueologia de gênero", a autora não se aprofunda nas discussões levantadas sobre o gênero como uma construção social, ainda que reitere que as desigualdades de gênero são apresentadas como uma construção social. Contudo o gênero referido por Pessis é binário e correspondente ao sexo biológico, e é interpretado nos registros rupestres pela representação masculina (com falo), feminina (vagina exteriorizada), além "das figuras que não apresentam qualquer indicador de gênero e que são o tipo dominante no conjunto da tradição Nordeste". Ou seja, o gênero é equivalente ao sexo, e esse caráter biológico é contantemente invocado no texto, principalmente pelo termo "teleonômico". A palavra mulher(res) aparece 12 vezes, e vai estar associado a execução de "tarefas". Enquanto a palavra homem aparece somente uma vez, e seu plural homens é repetido 8 vezes, associados a "trabalho", e as funções de "caça e luta". Para falar da diferenciação sexual entre outras espécies animais, Pessis utiliza o termo supremacia, para invocar um caráter de superioridade	Publicado na Revista Clio Arqueológica. O Artigo é citado por outros 9. 1) Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade sobre resistir na ciência. (Loredana Ribeiro, 2017); 2) Similaridades e diferenças indicativas de identidade e evolução cultural no estilo Serra Branca de pinturas rupestres do PNSC, Piauí - Brasil (Marcela Valls, 2007); 3) Teorias de gênero e feminismos na arqueologia brasileira do dimorfismo sexual à primavera queer (Laura Furquim; Camila Jácome); 4) Gender and Feminism in Brazilian Archaeology (Camila Jácome; Laura Furquim); 5) Interview with Barbara Voss Gender Issues (Camila M. Wichers, Denise Schaan, Glaucia Malerba Sene, Marlene C. Ossami de Moura, Sibeli A. Viana); 6) Perfil gráfico das pinturas rupestres pré-históricas do Vale do Moxotó - Brasil. (Ricardo Barbosa; Demétrio Mutzenberg; Daniela Cisneiros); 7) O sítio Furna do Estrago em Pernambuco: uma análise de gênero. (Danúbia Lima; Viviane Castro; Flávio Moraes; 2019); 8) . Apresentação Gráfica dos Antropomorfos Miniaturizados nas Pinturas Rupestres Pré-históricas do PNSC. (Pâmara Araujo; Daniela Cisneiros, 2016); 9) Relações Sexuais entre Pessoas de Mesmo Sexo nas Pinturas Rupestres no PNSC – PI. (Michel Justamandi; Gabriel Oliveira; Antoniel Filho; Vanessa Belarmino.)	O texto é construído sobre a influencia da hegemonia patriarcal, usando o dimorfismo sexual para diferenciar o sexo masculino e feminino, ainda que a autora reconheça o gênero como uma construção social, a discussão de gênero encontra-se dentro de um sistema binário. A ideologia patriarcal está empregada na forma que o sexo masculino é invocado, sempre com um caráter de superioridade. Inclusive com a utilização da palavra supremacia. Nota-se uma variação na forma de se referir as atividades desenvolvidas entre homens e mulheres, equanto a palavra "trabalho" é atribuído aos homens, ao se referir as mulheres o termo é substituído por "tarefa", como se houvesse uma hierarquia de importância entre as atividades desenvolvidas. Ainda que Pessis afirma ser possível observar uma "a inexistência de desigualdade de gênero" através dos registros rupestres do PNSC.	2005
-------	---	--------------------	--	--	---	--	------

G2_A1	As pinturas rupestres do Brasil_educação para a vida até hoje.	Michel Justamand	grupos humanos; homens/mulheres	O autor apresenta o registro rupestre como uma ação social educativa, sendo o registro da história social dos habitantes daquele período. Onde lhes era possível afixarem seus costumes e práticas cotidianas como como caca, danças, rituais, lutas territoriais, animais que viviam naquele momento, cenas de sexo e de brincadeiras. “Costumes que permitiriam outros grupos ou futuras gerações de seus próprios grupos utilizassem-se destas informações registradas.” Ao falar da autoria das pinturas o autor se refere a “homens/mulheres”. É interessante destacar esse fato, pois é a única vez que essas palavras aparecem no texto. O autor utiliza o termo "grupos humanos" sempre que vai se referir aqueles que produziram os registros rupestres.	Publicado na Diálogos: Revista de Estudos Culturais e da Contemporaneidade, não consegui encontrar nenhum site da revista, somente um perfil da página no Facebook. Contudo o artigo encontra-se hospedado em formato pdf na internet(https://web.archive.org/web/20180603154528id_/http://www.revistadialogos.com.br/Dialogos_1_Nova/Dial_1_Michel.pdf). Possui 6 citações. 1) Registros Rupestres do PNSC-PI: Breves reflexões sobre a pesquisa antropológica na Educação e suas Perspectivas Interdisciplinares. (Gomes Filho, A. dos S., e Justamand, M. 2018); 2) Educação e mídias: uma relação delicada. (Márcia Silva, 2011); 3) O Pampatherium SP. nas pinturas rupestres do PNSC-PI. (Albérico Queiroz; Alexandre Pereira; Gabriel Oliveira; Michel Justamand, 2020); 4) Studying Ethnozoology in Historical Documents. (Maria Medeiros e Rômulo Alves); 5) Arte libertária: o grafite e a pixação como meio de protesto, (Gabriel Melo, 2017); 6) Do mundo para o Brasil : os caminhos do livro didático de Geografia e seus precursores. (Soênia Pacheco, 2015)	O texto é construído a partir da classificação binária de gênero, ainda que o gênero não seja invocado, ele apresenta a opção entre homens e mulheres para a realização dos registros. Ao meu ver o eurocentrismo está presente no texto na forma em que o autor cria um paralelo entre a modernidade/colonial e o período pré-colonial, como se os registros rupestres fossem uma representação fiel do cotidiano ancestral.	2007
G1_A4	A PRESENÇA DA TRADIÇÃO NORDESTE NA REGIÃO DO CARIRI OCIDENTAL_QUESTÕES CLASSIFICATÓRIAS.	Carlos Xavier de AZEVEDO NETTO; Patrícia DUARTE; Adriana Machado Pimentel de OLIVEIRA.	Ocupação humana; Representações humanas; indicação de gênero	O texto apresenta os registros rupestres do PNSC, ao falar sobre a Tradição Nordeste, os autores apontam a grande riqueza de detalhes nos registros rupestres, incluindo a “indicação de Gênero”.	Publicado na Revista FUMDHAMentos, o artigo possui 7 citações. 1) Representações rupestres no Piemonte da Chapada Diamantina - BA, Brasil. (Carlos Costa, 2010)	Além do binarismo de gênero, identificado pela afirmação da indicação de gênero sendo realizada pela presença do falo ou da vulva exteriorizada, o artigo não se aprofunda nas questões de sexo ou gênero.	2010
G1_A5	GRAFISMOS DE CONTORNO ABERTO NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA – PI.	Daniela Cisneiros; Anne-Marie Pessis	Figuras humanas; antropomorfo masculino; definição de gênero	Os registros são estudados com o objetivo inicial de identificar através do signficante gráfico, padrões que remeteriam à perfis gráficos. As autoras falam em distinção sexual, apresentando tanto a presença e a ausencia de chifres em cervídeos, como a presença e a ausencia do falo nos antropomorfos. Ainda que elas falem sobre a definição de gênero a partir de traços de identificadores sexuais, em nenhum momento no texto é atribuído a definição de homem ou mulheres sobre os registros rupestres, sendo utilizado o termo masculino para evocar uma identificação sexual.	Rublicado na Revista FUMDHAMentos, o artigo possui 3 citações. 1) Identidades Gráficas nos Registros Rupestres do PNSC-PI, Brasil. (Pessis,A-M.;Cisneiros, D.; Mutzenberg, D., 2018); 2) Figuras emblemáticas na área arqueológica do PNSC – PI- Brasil. (Sarah Oliveira, 2013); 3) Caracterização dos sítios pré-históricos com grafismos rupestres no estado do Pernambuco, BRASIL. (Pessis,A-M.;Cisneiros, D.; Mutzenberg, D; Martin, G; Lavalle, H., 2017).	Hegemonia patriarcal; e ideologia do binarismo de gênero, isso é bem evidente, percebe-se que existe uma preocupação em destacar a presença masculino, ainda que não seja feito nenhuma menção a representação feminina.	2011

G2_A2	Corpos em evidência cenas corpóreas antropomorfas rupestres em São Raimundo Nonato (PI)	Michel Justamand	homossexualismo; zoofilia; caça, sexo, parto, brincadeiras, lutas sociais, namoro e ritos	O texto apresenta o registro rupestre como uma crônica de um cotidiano ancestral que “contribuíam para o desenvolvimento da História grupal e para as suas comunicações e seus conhecimentos territoriais. (p. 6)" O parágrafo a seguir resume bem o texto: "A genitália de nascimento não impediria de termos tido, nesse período histórico ancestral, corpos que se relacionassem de maneiras não esperadas pela sociedade, em termos biológicos. Inúmeras imagens rupestres permitem-nos supor que existiram "bons relacionamentos" entre indivíduos excitados coletivamente, excitados e de mãos dadas, ou ainda, muitos corpos humanos masculinizados e excitados em rituais coletivos." (p. 4). Aqui o autor demonstra que ao interpretar cenas de atividades sexuais entre indivíduos de um mesmo sexo, ele invoca o conceito de sociedade, baseado nos preceitos da contemporaneidade. Mais adiante o autor afirma que ""São cenas de relações sociais, de trabalho, de sexo, de excitação, de medo, de rituais, de lutas sociais ou, ainda, de alegria, de zoofilia e de homossexualismo ." (p. 8) O termo "homossexualismo" é reiterado novamente ao apresentar uma imagem de um registro rupestre em que o autor	Publicado pela Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, apesar de não ser encontrado em nenhum dos volumes publicados em 2012 pela revista, o texto apresenta 9 citações. 1) Questões queer para analisar os registros rupestres com cenas que sugerem práticas sexuais na Serra da Capivara (L Colling, M Justamand. 2019); 2) Registros rupestres do PNSC-PI: breves reflexões sobre a pesquisa antropológica na educação e suas perspectivas interdisciplinares. (Antoniél Filho; Michel Justamand. 2018); 3) Os falos nas pinturas rupestres do parque nacional Serra da Capivara/PNSC-PI/Brasil/The phalluses in the cave paintings of Serra da Capivara National park/PNSC. (Michel Justamand, Gabriel Oliveira. 2021); 4) Prática de sexo com animais entre homens atendidos em centros de referência para infecções sexualmente transmissíveis. (LSS Viana - 2021); 5) O cotidiano ancestral e as representações sexuais rupestres no PNSC/PI. (Michel Justamand, Washington Junior, et al. 2021); 6) Relações sexuais entre pessoas de mesmo sexo nas pinturas rupestres no PNSC-PI. (Michel Justamand, Gabriel Oliveiraii, et al. 2019); 7) A presença de possíveis relações homoafetivas na arte rupestre do PNSC/PI. (Michel Justamand, Vitor Almeida, et al. 2021); 8) Abuso sexual de animais não humanos: zona limítrofe entre a patologia e a prática criminosa. (Maithê Mattos. 2021); 9) Sexualidade ancestral	Hegemonia patriarcal, colonial; ideologia do binarismo de gênero. O texto não consta no site da revista, apesar de encontrar duas versões do mesmo texto na internet, com paginações diferentes. Constatado sobre a égide da hegemonia colonial e da ideologia patriarcal, o texto apresenta termos como homossexualismo que foi abolido desde os anos de 1990, quando foi retirado da lista de internacional de doenças pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Através das citações podemos perceber também como o discurso sobre a prática de zoofilia foi difundida para além do âmbito da arqueologia, como na monografia do curso de direito e em uma tese de doutoramento em ciências. Nos dois textos é citado o artigo em questão para afirmar que a zoofilia é uma "prática presente em todos os períodos da historiografia" (MATTOS, 2021, p.13)	2012
-------	---	------------------	---	--	--	--	------

G2_A3	O feminino rupestre em são raimundo nonato (piaui) muito antes de 1500.	Michel Justamand	Demarcador sexual; Gênero = Sexo Família; Sra. Neanderthal; Sr. Neanderthal; Marido; Mulher = Esposa;	O autor fala sobre demarcadores sexuais , sempre de forma binária. Masculino e feminino, homem e mulher, etc. Trazendo exemplos, inclusive, de o conceito moderno colonial de família entre neandertais, com a distinção entre o " senhor " e a " senhora " neandertal e conceito de marido, relatando ainda que a mulher de Cro-Magnon "além de cozinhar as refeições, arranjava tempo para apresentar-se atraente quando o marido voltasse da caça." (p. 128). Em um parágrafo o autor relata: "Em São Raimundo Nonato, é comum ver cenas de humanos caçando e de animais sendo atingidos por flechas ou mesmo correndo em bandos. Mas e as mulheres ? Onde estariam ? O que elas faziam enquanto os homens caçavam ? Será que elas não iam junto às caçadas? E as crianças dos bandos como ficariam, caso as mulheres fossem às caçadas?" (p. 127). Aqui, ainda que o autor utilize a palavra " humanos caçando " ele completa a frase com o questionamento: mas e as mulheres ? onde estariam? Ou seja, na construção narrativa do autor até mesmo a definição humana é naturalizada como sexo masculino.	o artigo é publicado na Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá, ano de 2012 (embora não tenha encontrado nenhum registro sobre essa publicação na revista), e é citado em 4 artigos, onde 3 são de autoria do Michel Justamand, e um é de autoria de um colaborador recorrente do autor. 1) Registros rupestres do PNSC-PI: breves reflexões sobre a pesquisa antropológica na educação e suas perspectivas interdisciplinares. (Antoniél Filho e Michel Justamand, 2018); 2) Experiências educacionais e sociais de travestis no Ceará : um estudo comparado em Juazeiro do Norte e Canindé. (Antoniél Filho, 2017); 3) Os falos nas pinturas rupestres do PNSC-PI. (Michel Justamand e Gabriel Oliveira, 2021); 4) A presença de possíveis relações homoafetivas na arte rupestre do PNSC-PI, Brasil (Michel Justamand e Vitor de Almeida, 2021)	O texto é construído no viés da binaridade de gênero e do dimorfismo sexual. O autor apresenta o termo gênero 15 vezes em seu discurso, afirmando inclusive que "As diferenças entre os gêneros eram pequenas e baseavam-se no quesito força", ainda que seja construída uma narrativa em torno do homem caçador e provedor da família, enquanto as atividades das mulheres estavam restritas ao âmbito domestico. Apesar da palavra " mulher(es) " ser apresentada 59 vezes, enquanto " homem(s) " é repetido por 29 vezes, o homem tem o papel principal e evocado como sujeito universal, como mostra o parágrafo onde o termo "humano" refere-se ao sujeito do sexo masculino. Neste artigo não foi apresentado nenhuma imagem dos registros rupestres.	2012
G2_A4	O REGISTRO DE FAUNA NAS PINTURAS RUPESTRES DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA (PI) E SEUS PROVÁVEIS INDICADORES PALEOAMBIENTAIS.	Vitor José Mangueira de ALMEIDA; Maria Lincoln de Carlos ETCHEBEHERE; Antônio Roberto SAAD; Angela Maria RAMPANELLI.	Homens	O texto apresenta os registros rupestres como uma crônica do cotidiano ancestral pré-colonial. Os autores afirmam que "As pinturas rupestres apresentam cenas do cotidiano como caça, sexo, parto, brincadeiras, lutas sociais, namoro e ritos " (p. 19). O texto se volta para a representação da fauna, então o dimorfismo sexual está caracterizado para distinguir representações de cervídeos machos e fêmeas. Não se aprofundando nas representações rupestres com antropomorfos.	Artigo publicado na Revista UnG - Geociências. Apresenta duas citações. 1) O ensino de história ambiental na educação básica: uma Aula-Oficina sobre a “pré-história”. (Evandro Nascimento, 2022) 2) Solos frágeis do PNSC, PIAUÍ. (Gustavo Valladares, et al. 2017)	O texto é construído sobre o viés da binaridade de gênero, ainda que não faça a "mulheres" todo o discurso é intercalado pela referência de homem pré histórico e homens , ou seja ainda que o homem no singular possa ser considerado como um sujeito universal, o termo homens no plural já confere uma distinção de gênero. Demonstrando assim a naturalização da soberania masculina no discurso.	2012

G2_A5	DA ANTROPOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA PARA A ANTROPOLOGIA VISUAL_DAS IMAGENS AS MEMÓRIAS NAS PINTURAS RUPESTRES DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA – PI	GABRIEL FRECHIANI DE OLIVEIRA; ANA CLÉLIA CORREIA BARRADAS; CLEILTON DAMASCENO MACEDO; JAIONARA RODRIGUES DIAS DA SILVA	Homens; Feminino/Masculino	O autor admite o caráter conjectural da pesquisa, e usa como referência as pesquisas de Henri Breuil (1877-1961) e Lewin (1999) para sustentar suas interpretações do registro rupestre. Os autores levantam alguns questionamentos embora não sejam repondidos: “Como analisar esses registros? Como interpretar essas pinturas e gravuras? Seria possível adentrar da mentalidade dos seres humanos na pré-história? Ou ao menos tentarmos?” Talvez os questionamentos fossem levantamos para instigar uma compreensão dos registros rupestres como "depósitos de memórias e emoções dos grupos humanos pré-históricos e históricos" (p. 10). Esse texto, em concordância com os demais produzidos pelos autores apresentam o termo " homem " no singular bem como o " homens " no plural.	Artigo publicado nos Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, não apresenta ainda nenhuma citação.	O discurso é construído sobre a matriz da binaridade de gênero (masculino e feminino) e da masculinidade hegemônica. Ao escolher a palavra homens os autores conferem uma distinção de gênero. Demonstrando assim a naturalização da soberania masculina no discurso.	2013
G2_A6	As pinturas rupestres do Brasil_memória e identidade ancestral	Michel Justamand	Homens; Triângulos púbicos femininos; pais, irmãos ou namorados	Seguindo a mesma linha de produção, o autor apresenta os registros rupestres como uma forma de relatar o cotidiano ancestral da região. O sujeito feminino é evocado uma única vez, para falar sobre uma representação trinangular que seria a vagina. Em outras partes apresenta as figuras como sendo representações masculinas, ainda que não apresente "marcadores sexuais" comuns em sua análise. O autor se reporta a alguns registros como: " homens com asas, homens gigantes " provavelmente envolvidas em rituais.	Publicado na Revista Memore, esse encontrei no site da revista, o artigo possui 11 citações. 1) As comunicações e as relações sociais nas pinturas rupestres (Michel Justamand - 2015); 2) Registros rupestres do PNSC-PI: breves reflexões sobre a pesquisa antropológica na educação e suas perspectivas interdisciplinares (A dos Santos Gomes Filho, 2018). 3) Os falos nas pinturas rupestres do parque nacional Serra da Capivara/PNSC-PI. (M Justamand, GF de Oliveira, 2021); 4) Ninho de saberes: sensibilidades e (in) visibilidades em práticas educacionais indígenas em Alagoas (AMA Leite - 2021); 5) Aálise musical em peças audiovisuais. (MB PAVAN - 2021); 6) A estrutura da ação social no estudo de grupos humanos pré-coloniais do PNSC-PI: Um estudo de caso (M Justamand, GF de Oliveira, 2015); 7) A atuação do Estado na construção do imaginário da cultura escolar Potiguar durante a Primeira República (AGS Cordeiro - 2019); 8) A imunidade tributária dos livros eletrônicos e e-readers: alteração do entendimento do Supremo Tribunal Federal diante do julgamento dos Recursos. (LGD SANTOS - 2019); 9) Proposta de gestão patrimonial do conjunto arqueológico do município de Iuiú-BA (MC Freitas - 2021); 10) Griot digital: ressignificando a ancestralidade afro-brasileira na educação (ECM Santos - 2020); 11) ÁREA DO	O discurso é construído sob a matriz da binaridade de gênero (masculino e feminino) e da masculinidade hegemônica. Ao escolher a palavra homens o autor confere uma distinção de gênero. Demonstrando assim a naturalização da soberania masculina no seu discurso. Sendo que em nenhum momento é apresentado	2014

G2_A7	A PINTURA DO CORPO E DA SEXUALIDADE_ ANÁLISE DE POSSÍVEIS CENAS SEXUAIS DE PESSOAS DO MESMO SEXO EM PINTURAS RUPESTRES NO PNSC_PIAUÍ-BRASIL.	Matteus Freitas de Oliveira; Michel Justamand	Homens/Mulheres; Pessoas; Binarismo de Gênero; Arqueologia Queer; Sexo, Gênero e Sexualidade; Homoafetiva; Bestialidade/Zoofilia; Xamã; Caçadores; Sexo Masculino; Gênero Feminino; Caçadores	Esse artigo apresenta, pela primeira, uma crítica ao binarismo de gênero . Problematicando inclusive difusão da produção dos registros rupestres sempre atribuídas ao " gênero masculino ". O autor assume que está se baseando na Arqueologia Queer para problematizar a forma como os estudos sobre os registros rupestres vem sendo realizados na região. "Compreendendo o sexo, o gênero e as sexualidades como discursos socialmente produzidos, subvertendo as leituras conservadoras" (p. 3).	Artigo publicado nos Anais do XIV ENANPEGE, não possui nenhuma citação.	Ainda que o autor faça uma crítica ao binarismo de gênero, o texto é concebido pela matriz do binarismo, onde as figuras são interpretadas como homens e mulheres, apresentando inclusive algumas imagens corriqueiras nos discursos do Michel Justamand, como a imagem de dois homens fazendo sexo, e uma cena de amamentação e penetração ao mesmo tempo.	2015
G2_A8	As comunicações e as relações sociais nas pinturas rupestres.	Michel Justamand	Homens; Pessoas; Humano; Povos; Caçadores;	No texto o autor apresenta os registros rupestres, como uma crônica do cotidiano ancestral, a partir de sua concepção de arte, atribuindo inclusive o caráter estético em seu discurso. Ao discutir sobre os registros rupestre o autor utiliza os termos homens e/ou homem para se referir a representações interpretadas como imponentes , mas ao descrever uma cena de violência, o sujeito é substituído por “pessoa” , como uma forma de dessaciar o homem deste tipo de representação.	Artigo publicado no Anuario de Arqueologia, Rosario em 2015, encontra-se no site da revista. Possui 3 citações; 1) Registros rupestres do PNSC- PI: breves reflexões sobre a pesquisa antropológica na educação e suas perspectivas interdisciplinares. (A dos Santos Gomes Filho, 2018); 2) Relações Sexuais entre Pessoas de Mesmo Sexo nas Pinturas Rupestres no PNSC – PI. (Michel Justamand; et al. 2019); 3) Stone after stone: a desconstrução da charge rupestre de Dan Piraro CA Biavatti - 2019	O texto é construído pelo viés da binaridade de gênero e da masculinidade hegemônica, sendo claro a troca de substantivos para demonstrar imponência do sujeito: “Citando exemplos: quando o homem , por exemplo, apunhala numa imagem o seu inimigo , esperando com isso ferir a pessoa representada”. (p. 58). Em outra parte do texto é dito: "Têm-se ali também representações de cerimônias de significado ignorado. Nessas cenas veem- se homens ornados com grandes cocares de penas. Há cenas com representações de filas de pessoas guiadas por um tocador de trompa e figuras com maracás (instrumentos chacoalhantes) nas mãos, conforme lembra Niède Guidon (1990)." (p. 60). Quando é para representar um maior grau de poder as figuras é sempre escolhido um substantivo masculino, mas ao representar uma cena de maior vulnerabilidade o substantivo que imprima neutralidade.	2015
G2_A9	REFLEXÕES ACERCA DA ARTE RUPESTRE NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIIVARA, PIAUÍ_BRASIL_REMINESCÊNCIAS DE UMA HISTÓRIA DA TRADIÇÃO NORDESTE DE PINTURAS RUPESTRES.	Gabriel Frechiani de Oliveira, Michel Justamand.	violência (estupros, execuções e combates);	No texto os autores apresentam os registros rupestres, como uma crônica do cotidiano ancestral, apresentando para além das cenograficas de caça, sexo e dança, que já são comuns nos seus discursos, "a presença de cenas de violência (estupros, execuções e combates)" (p.136). O texto não apresenta distinções sexuais ou de gênero, ainda que faça menção aos registros com cenografias sexuais.	Artigo publicado na revista Atek Na [En la tierra], encontrado no site da revista. Não possui nenhuma citação.	O texto apresenta um histórico sobre os estudos dos registros rupestres, não fazendo distinções de gênero ou sexo, até porque o texto não faz nenhuma interpretação mais específica a um determinado registro rupestre. Os autores ainda concluem falando sobre o poder da arqueologia e na arqueologia, afirmando a necessidade de se buscar novos aspectos para o campo dos registros rupestres, inclusive questionando a construção desses discursos. Os autores citam no texto o artigo " A Onça e as Orantes ", publicado em 2010 pelas arqueólogas Gabriela Martin, Niède Guidon, que faz duras críticas as interpretações dos registros rupestres.	2015

G2_A10	Representações dos falos nas pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara – Piauí – Brasil	Michel Justamand	Genitálias masculinas e femininas; Vulva e Falo; Gênero masculino e feminino; Humano; Identidade de gênero; demarcação da sexualidade ou de gênero; Musicalidade, sexualidade; violência e religiosidade;	No texto o autor apresenta os registros rupestres como uma crônica do cotidiano ancestral, afirmando que existem "cenar do cotidiano registradas pelos artistas onde também não se veem nem uma nem outra demarcação da sexualidade ou de gênero nos antropomorfos". O texto por se referir as representações do falo (masculino) apresenta a definição de vulvas também no registro rupestre. O autor ainda reproduz a ideia de caça como uma atividade masculina, e a coleta como uma atividade feminina.	Publicado no ARKEOS 37 - XIX International Rock Art Conference - IFRAO 2015, encontrado na revista, não possui nenhuma citação .	O texto construído sobre a matriz da binaridade de gênero e o dimorfismo sexual, também reproduz o machismo hegemônico, indicando a divisão de tarefas entre o homens e mulheres.	2015
G2_A11	Representações das genitálias femininas e masculinas nas pinturas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara, PI, Brasil	Michel Justamand; Pedro Paulo A. Funari	Vulva e Falo; Identidade de gênero; Feminino e Masculino; Afazeres masculinos; Gênero feminino; Genitálias de ambos os sexos; Homossexuais; Zoofilia; Humano; Pessoas do mesmo sexo; musicalidade, as lutas sociais, os partos, a sexualidade, as andanças, as brincadeiras, as danças, a violência, a religiosidade	Como o próprio título já denuncia o texto vai abordar as representações de falo e vulva nas pinturas rupestres. Os autores, que aqui está incluído Funari, uma das grandes referências da arqueologia brasileira, afirma que: “Pensamos que apresentar as genitálias nesses contextos servia para demonstrar a importância de determinados atos e a necessidade da presença das genitálias seria para indicar o gênero do humano que deveria estar ali realizando essa ou aquela tarefa cotidiana.” (p. 42) Ou seja, os autores partem de um pressuposto que existia uma hierarquia de gênero, e que o gênero estaria indicado pela presença ou ausência do falo (Sexo = Gênero). Os autores ainda falam do artigo “A Onça e as Orantes” da Guidon e da Martin, afirmando que as autoras “reformulam as suas opiniões, que já vinham se mantendo há mais de 40 anos, e explicam que são possíveis outras formas de se interpretar os registros (as pinturas e as cenas) rupestres.” Sendo que em momento nenhum as autoras falam no texto sobre possíveis formas de interpretar, pelo contrário, elas afirmam “que somente os elementos técnicos do registro, tecnicamente levantados, pode nos levar a conclusões	Publicado no Anuário de Arqueologia, Rosário, encontrado na revista, o artigo possui 5 citações . 1) Questões queer para analisar os registros rupestres com cenas que sugerem práticas sexuais na Serra da Capivara. (L Colling, M Justamand, 2019); 2) Registros rupestres do PNSC-PI: breves reflexões sobre a pesquisa antropológica na educação e suas perspectivas interdisciplinares (A dos Santos Gomes Filho, 2018); 3) Relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo nas pinturas rupestres do PNSC-PI (M Justamand, GF de Oliveira, AG Filho, 2019); 4) Sexualidade ancestral no PNSC/PI. (M Justamand, 2021); 5) Los grandes hitos de la risa prehistórica: una hipótesis interpretativa con base arqueológica. (AL Montañés, 2020)	O texto construído sobre a égide da binaridade de gênero e o dimorfismo sexual, como o próprio título já sugere, onde o gênero vai ser identificado através do órgão sexual representado no registro rupestre.	2016

G2_A12	ARQUEOLOGIA_TURISMO E HISTÓRIA E O PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA – PNSC_PI	Michel Justamand; Pedro Paulo A. Funari; Andrés Alarcón-Jimenez.	Humano	O Artigo apresenta um breve histórico sobre os estudos no PNSC. Afirmando como os registros representam o cotidiano da população pré-colonial. As interpretações das cenografias são descritas como: caça, sexo, dança, violência, falando inclusive em relações de gênero.	Artigo publicado na Revista interdisciplinar encontro das Ciências. Possui 4 citações. 1) Balanço das publicações no biênio 2018-2019 na revista interdisciplinar encontro das ciências (RIEC). (A dos Santos Gomes Filho, 2020); 2) Relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo nas pinturas do PNSC–PI.(M Justamandi, GF de Oliveiraii, AG Filho, 2019); 3) 8 ONTOHEDU: Uma ontologia para subsidiar a aprendizagem no campo da Educação Patrimonial. (RV dos Santos Júnior, 2020); 4) Sexualidade ancestral no parque nacional Serra Da Capivara–PNSC/PI–Brasil. (M Justamand, 2021)	O texto não apresenta nenhuma distinção de gênero a partir das figuras, até porque ele não se propõe a analisar os registros, o texto faz um histórico sobre os estudos desenvolvidos na região.	2018
G2_A13	As mulheres ancestrais. Representações do feminino nas pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – PI	Michel Justamand	Homem/Mulher; Gênero = sexo; Papéis de gênero; Família; Mulher = esposa; Marido/Solteiro; Feminino/Masculino; Genitália masculina e feminina; Homossexuais; Escolhas e Opções sexuais	Nesse texto, o autor apresenta os registro rupestre como arte, e reflete sobre as interpretações culturais dos registros. Ao falar sobre a importancia da representatividade feminina nos registros rupestres está na reivindicação de direitos pelos grupos excluídos cita “ mulheres, negros e os homossexuais ”, atribuindo aos homossexuais o caráter de escolha ou opções sexuais .	Artigo publicado na Revista de Estudos Amazônicos (UFMA) em 2018. Não apresenta nenhuma citação.	O gênero é tratado como uma categoria binária, apresentando ainda conceitos de família , onde a mulher é reponsável pelos trabalhos domésticos, indicando ainda que em algumas culturas os homens solteiros morriam de fome por não saber cozinhar e não possuírem esposas para cumprir este papel, usando como referência Lévi-Strauss. O autor conclui essa frase afirmando: "). Esse fato não é um machismo, é, ao contrário, demonstração de total dependência dos homens para os saberes e conhecimentos acumulados durante milênios pelas mulheres e que precisam ser reconhecidos, admirados, apresentados e apreciados" (p. 73). Ao levantar a hipótese sobre a importância das mulheres dentro do grupo, o autor reitera a condição secundária do papel da mulher, atribuindo a elas atividades como domesticação de animais, coleta de frutos, raízes e vegetais e as “atividades domésticas”, como a preparação de alimentos, como sendo algo restrito as mulheres. Ao concluir seu texto, o autor reitera que os registros rupestres “revelam relações históricas, fantasias, sonhos e temores”, confirmando o papel de “testemunho do cotidiano ancestral”.	2018

G2_A14	As principais teorias explicativas acerca da arte rupestre_o uso da magia no Parque Nacional Serra da Capivara-Pi, Brasil, um estudo de caso.	Justamand, Michel; Martinelli, Suely; Amâncio; Frechiani de Oliveira, Gabriel	Homem/Homens; Xamanismo/prática xamânica;	Neste artigo os autores trazem um breve histórico sobre os conceitos de arte e as possibilidades de interpretações do registro rupestre. Apesar de já apresentar no resumo que existem múltiplas perspectivas de analisar os registros rupestres, o autor sugere ser possível fornecer uma análise global, ou holística para as obras rupestres. “Esperar-se contribuir para uma discussão acerca das múltiplas perspectivas de analisar a arte rupestre, relevando que visões diferentes podem fornecer uma análise holística das obras rupestres.” (p. 93)	Artigo publicado no Anuário de Arqueologia, Rosario em 2018. Não possui citações.	O texto é construído pela matriz colonial, apresentando inclusive a crítica apontada por Guidon (1984) sobre Ainda que ele cite o trabalho da NIède que denuncia o caráter etnocêntrico das interpretações sobre os registros, ele questiona se seria possível através de estudos etnoarqueológicos e da perspectiva estética apresentar explicações sobre seus significados. Aqui o autor comprova que tem conhecimento a respeito das representações de animais não representarem um animal real, mas sim uma mutação, digamos assim, de um humano em uma forma animal, contudo em muitos de seus textos, ele apresenta possíveis relações de zoofilia em que um antropomorfo pratica atos sexuais com animais.	2018
G2_A15	NOSSOS ANCESTRAIS PRATICAVAM SEXO DIVERSIDADE SEXUAL NOS REGISTROS RUPESTRES DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA-PIAUI, BRASIL	Antoniél dos Santos Gomes Filho; Leandro Colling; Michel Justamand; Gabriel Frechiani de Oliveira; Vanessa da Silva Belarmino; Mário Ribeiro dos Santos Filho	Gênero e Sexualidade; Teorias Queer; Falo; Sociedade Antiga; Pessoas do mesmo sexo	O artigo apresenta o conceito de sexualidade, afirmando que os registros rupestres reproduzem uma diversidade de cenas sexuais: "Essas práticas incluíam sexo entre pessoas do mesmo sexo, sexo entre pessoas de sexos distintos, sexo de pessoas com animais, sexo grupal entre pessoas e sexo de adultos com crianças ou pelo menos na presença das crianças". Os autores afirmam utilizar a teoria queer, os estudos de gênero e de sexualidade no referencial teórico. O artigo é concluído com a seguinte citação: "O cotidiano de nossos ancestrais não está regulado por rígidas fronteiras para a sexualidade. Tais fronteiras na contemporaneidade são responsáveis pela produção de violências físicas e simbólicas, com as pessoas que não estão sob a égide da heteronormatividade, o que aparentemente não ocorria nas sociedades antigas." (p. 14)	Publicado na SOMANLU: Revista de Estudos Amazônicos – UFAM. Não apresenta nenhuma citação.	Apesar de afirmar que estão dialogando com estudos sobre a sexualidade e as teorias queer, é apresentado várias interpretações de cenas sexuais sustentadas pela masculinidade hegemônica e pelo binarismo de gênero. Ainda que os autores afirmem que: "A busca pela compreensão das sociedades humanas a partir de seus vestígios materiais, através da arqueologia (como é apontado na epígrafe desta seção) segundo Wichers é responsável por reforçar socialmente estereótipos de gênero, já que a (re)construção do passado está correlacionado aos ideais modernos e pós-modernos para a sexualidade, o que revela um caráter colonizador da arqueologia." (p.10) Criando uma associação entre a prática de sexo entre pessoas do mesmo sexo (masculino) apenas por apresentarem o falo ereto em uma mesma cena, seguindo com a indicação de práticas sexuais com animais e de adultos com crianças, ou pelo menos na presença de crianças. Como se zoofilia e pedofilia estivessem sempre associadas a homossexualidade. Apesar de não utilizar, nesse texto em específico, as palavras zoofilia e pedofilia. Apesar	2018

G2_A16	REGISTROS RUPESTRES DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA-PIAUÍ BREVES REFLEXÕES SOBRE A PESQUISA ANTROPOLÓGICA NA EDUCAÇÃO E SUAS PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES	Antoniél dos Santos Gomes Filho; Michel Justamand	Gênero e Sexualidade; Identificação do Gênero; Masculino/Feminino; Mesmo gênero = mesmo sexo; Gêneros diferentes; Falo e vulva; Sexo Masculino e Feminino	Os autores afirmam que "já que através da prática etnográfica pode-se compreender o cotidiano destes espaços, conhecendo assim a formação de uma cultura própria do lócus estudado, bem como suas relações com a sociedade." No texto a palavra "homem" é evocada duas vezes para se referir ao sujeito pré-colonial.	Revista Ciência e Sustentabilidade - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER) da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Não possui nenhuma citação.	O texto é construído sobre a matriz do binarismo de gênero, fazendo a diferenciação de gênero a partir da presença de indicação sexual. O autor traz a referencia dos estudos da Pessis para afirmar que: "A definição do gênero aparece nas figuras rupestres particularmente vinculada ao estabelecimento das identidades. Existem três tipos de figuras portadoras de traços de identificação sexual." (p. 48), esses traços seriam a presença do falo (masculino), a exteriorização da cavidade vaginal (feminino), e uma terceira representação humana que não apresenta indicador de gênero.	2018
G2_A17	QUESTÕES QUEER PARA ANALISAR OS REGISTROS RUPESTRES COM CENAS QUE SUGEREM PRÁTICAS SEXUAIS NA SERRA DA CAPIVARA.	Leandro Colling, Michel Justamand, Antoniél dos Santos Gomes Filho, Gabriel Frechiani de Oliveira.	Indicador de gênero; Divisão Sexual e de Gênero; Sexo masculino e feminino; Falo e Vulva; Queer; ambiguidade sexual; Figuras Humanas; Pessoas;	"O texto apresenta análises de alguns registros rupestres encontrados nos sítios arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara, que sugerem cenas de representação de diversas práticas sexuais. As cenas incluem o que, em uma leitura tradicional, é ou poderia ser lido como sexo entre pessoas do mesmo sexo, sexo entre pessoas de sexos distintos, sexo grupal e sexo entre pessoas de diferentes estaturas (ou idades). A partir dessas imagens, em diálogo com os estudos queer e da arqueologia queer, o texto problematiza e estranha essas leituras tradicionais, presentes em determinadas investigações mais conhecidas da arqueologia."	Artigo publicado na Revista de Arqueologia da SAB. Apresenta 5 citações. 1) O cotidiano ancestral e as representações sexuais rupestres no PNSC/PI–Brasil (M Justamand, WR dos Santos Junior, 2021); 2) RELAÇÕES SEXUAIS ENTRE PESSOAS DE MESMO SEXO NAS PINTURAS RUPESTRES NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA–PI M Justamandi, GF de Oliveiraii, AG Filho, V Belarmino, 2019); 3) A presença de possíveis relações homoafetivas na arte rupestre do PNSC/PI, Brasil (M Justamand, VJR de Almeida, 2021); 4) Gêneros perdidos: Por uma arqueologia transfeminista. (VB Anzini, 2021); 5) Sexualidade ancestral no PNSC/PI–Brasil (M Justamand, 2021).	O texto é construído pelo referencial dos estudos queer, inclusive um dos autores é uma das referencias dos estudos queer no Brasil. Contudo apesar de propor uma leitura queer, os autores não se isentam em fazer interpretações pelo viés da binaridade. Repetindo os mesmos equívocos citados nos artigos anteriores, como por exemplo citar associar em uma mesma frase a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo (para não falar prática homossexual) com páticas como sexo com animais (para não citar zoofilia) e sexo com pessoas de diferentes estaturas (ou idades), aqui o autor não utiliza os termos zoofilia e pedofilia, como faz em outros artigos, e ele também muda o discurso que no artigo anterior ele cita: prática sexuais com crianças, ou pelo menos na presença de crianças, neste o autor já levanta a hipótese da variação de estatura.	2019

G1_A6	UMA VISÃO PANORÂMICA DA ARTE RUPESTRE DO BRASIL	André Prous	Casais; figuras antropomorfas geralmente sexuadas;	O artigo apresenta uma visão geral sobre o registro rupestre brasileiro. Apresentando inicialmente a distribuição dos sítios rupestres no país e suas datações disponíveis. As sequestrações regionais mostram a existência de modificações ao longo dos milênios nas regiões mais estudadas do centro e nordeste do Brasil. Caracteriza as tradições inter-regionais e alguns estilos locais. Entre as grandes tradições, apresenta diversas manifestações do estilo de passos que se encontra do extremo sul ao nordeste do Brasil, e que um todo foi datado em uma escavação. Entre os estilos regionais, apresenta novas descobertas, como na região do rio Poty (no estado do Piauí) e pinturas feitas em zonas afóticas no sul da Amazônia (no estado do Pará). No final o autor admite as limitações das classificações propostas pelos arqueólogos e faz algumas reflexões sobre as transformações temáticas ao longo da pré-história brasileira.	Publicado na Revista Sociedades de Paisajes Áridos y Semi-Áridos, o artigo possui uma citação. 1) Proposta de gestão patrimonial do conjunto arqueológico do município de Luiú-BA (MC Freitas - 2021)	O texto não apresenta nenhuma distinção de gênero a partir das figuras, até porque ele não se propõe a analisar os registros, o texto faz um histórico sobre os estudos dos registros rupestres no Brasil. Contudo ao falar sobre a tradição Nordeste, o autor afirma que: "O que mais caracteriza a tradição, no entanto, são cenas compostas por figuras antropomorfas geralmente sexuadas. Algumas formam casais, por vezes com uma criança que parece ser apresentada a uma das personagens. Observam-se cenas de copula e de masturbação. São numerosas as cenas de rituais ao redor de uma árvore ou de um galho, ou pessoas justapostas parecendo fazer acrobacias. Algumas cenas parecem mostrar execução de um prisioneiro [...]" (p. 24-25). O autor se refere aos antropomorfos pela palavra "pessoas", e apenas quando fala sobre representações sexuadas ela usa o termo "masculino" e "feminino"	2019
-------	---	-------------	--	--	---	--	------

G2_A18	RELAÇÕES SEXUAIS ENTRE PESSOAS DE MESMO SEXO NAS PINTURAS RUPESTRES NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA – PI	Michel Justamand; Gabriel Frechiani de Oliveira; Antoniél Gomes Filho; Vanessa da Silva Belarmino	Estudos de gênero e queer; Representações de andrógina; Orientação Sexual; Inúmeras Sexualidades; gênero indicado pelo pênis; sexo/gênero diferentes; zoofilia; Pedofilia; Pessoas do mesmo sexo; Humanos do mesmo sexo; Falo e Vulva;	O texto apresenta a referência do texto "A Onça e as Orantes" (Martin e Guidon, 2010). E apresenta também a definição de representações andróginas para falar sobre outros tipos de arte ancestral. Os autores também destacam que estão utilizando as palavras "homens" e "mulheres" com as áspas "para indicar que as formas de representar as genitálias, não necessariamente refletem os gêneros , ou suas orientações sexuais e ainda o sexo biológico . Porque não sabemos ao certo o que pretendiam mostrar." Mostrando conhecimento sobre as propostas dos estudos de gênero e <i>Queer</i> . Ainda que ele faça essa afirmação logo após falar que "muitas vezes aparecem o sexo , o gênero indicado pelo pênis." Em outras partes do texto, os autores afirmam a presença de representações de "zoofilia" e "pedofilia". O texto é bem parecido com outros artigos publicados por Justamand, inclusive são as mesmas imagens apresentadas nos outros artigos, as mesas 8 figuras que vão ser interpretadas como cena de penetração e amamentação; sexo grupal, sexo entre dois homens, cena de zoofilia e relação entre dois homens; cenas de penetração com animais e outras pessoas por perto, cena de sexo entre duas mulheres, cenas de homens com seus falos um de frente	o artigo foi publicado na Revista Noctua – Arqueologia e Patrimônio, e não apresenta nenhuma citação .	Apesar de trazer o debate dos estudos de gênero e Queer, os autores se voltam a fazer interpretações baseadas em uma hegemonia colonialista, onde a presença do falo se transforma em uma representação sexual, tratando inclusive o sexo e o gênero como equivalentes, como evidenciado no trecho: "Se concebe que os nossos parentes mais antigos tinham práticas sexuais que poderiam ser consideradas hoje como conservadoras, ou seja, eles deveriam ter mantido relações somente entre pares de sexos/gêneros diferentes." (p. 20). No texto mais uma vez os autores vão trazer a pedofilia e a zoofilia num mesmo combo da homossexualidade. Acredito que os autores tenham a intenção de desmistificar a homossexualidade como uma criação da modernidade, mas é perigoso essas associações, porque a comunidade gay já sofreu por muitas décadas sobre a acusação de perversões, e por se tratar de um assunto que de tempos em tempos é resgatado na tentativa de retirar os poucos direitos que a comunidade LGBTIAP+ vem conquistando nos últimos anos um trabalho de cunho científico, que se apropria de um estudo que já recebe duras críticas, como os estudos queer, para trazer interpretações, em um artigo de cunho científico, que relacionem as práticas sexuais entre pessoas de um mesmo sexo biológico, com zoofilia e pedofilia consideradas como perversões sexuais, só enfraquecem nossa	2019
G2_A19	REPRESENTAÇÕES DE RELAÇÕES SOCIAIS E SEXUAIS ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO NAS CENAS RUPESTRES DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA-PIAUÍ.	MICHEL JUSTAMAND; LEANDRO COLLING; GABRIEL FRECHIANI DE OLIVEIRA; ANTONIEL DOS SANTOS GOMES FILHO; VANESSA BERLAMINO DA SILVA	Representações de andrógina; Orientação Sexual; Inúmeras Sexualidades; gênero indicado pelo pênis; sexo/gênero diferentes; zoofilia; Pedofilia; Pessoas do mesmo sexo; Humanos do mesmo sexo; Falo e Vulva;	O texto reproduz exatamente o mesmo texto do artigo 47, com algumas poucas variações, incluindo as mesmas imagens apresentadas, ainda que o autor afirma ter visitado 51 sítios.	o artigo foi publicado na Revista Nordeste de História do Brasil, e já possui duas citações , que são os artigos que apresentam o mesmo texto. 1) Relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo nas pinturas do PNSC–PI (M Justamand, GF de Oliveira, AG Filho, V Belarmino, 2019); 2) Sexualidade ancestral no parque nacional Serra Da Capivara–PNSC/PI–Brasil. (M Justamand, 2021)	Mesmo texto do artigo 47	2019

G3_A1	Teorias de gênero e feminismos na arqueologia brasileira do dimorfismo sexual à primavera queer	Laura Pereira Furquim; Camila Pereira Jácome	Artigo revisionista Teoria Queer Teorias de Gênero e Feminista Colonialismo, racismo e sexismo Povos Indígenas e Africanos Apagamento de devires êmicos Construções de gênero/ categorias de gênero "questionamento dos parâmetros da masculinidade branca heterossexual como gênero neutro do passado pré e pós-colonial" Dimorfismo sexual Correlação binária entre os sexos "Interpretações Binárias sobre papés de gênero" "Construção social do feminino e do masculino"	O texto apresenta como a noção de gênero vem sendo trabalhada na arqueologia brasileira, não é especificamente sobre o PNSC, mas apresenta como o tema vem sendo discutido nos estudos da região, dando ênfase ao trabalho realizado por Pessis e Martin. As autoras ainda apresentam algumas interpretações sobre os registros do PNSC, trazendo inclusive uma ccom a representação de uma "cena sexual, aparentemente heterossexual".	Artigo publicado na Revista de Arqueologia Pública; apresenta 4 citações . 1) Entre nós:: leituras e olhares feministas sobre a representação das mulheres em narrativas arqueológicas e visuais. (CM Wichers, AS da Silva, GS Santos, 2021); 2) Materialidades discriminatórias: racismo concretizado no cotidiano (R de Abreu, 2021); 3) Covid, afetos e a sala de aula digital. (MP Cabral, M Bezerra, 2022); 4) INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM ARQUEOLOGIA. (PEPEMUM MUNDO - 2021)	O artigo traz em seu referencial teórico as principais teorias críticas relacionadas ao gênero e a sexualidade na atualidade. Ainda que faça interpretações dos registros baseadas pela presença e/ou ausência do falo, traz muitas discussões sobre as noções de gênero e sexualidade e como essas discussões vão além do suporte interpretativo para as relações humanas do passado.	2019
G1_A7	IMAGENS SONORAS. DANÇAS NA ARTE RUPESTRE DA SERRA DA CAPIVARA, PIAUÍ, BRASIL - UMA INTRODUÇÃO.	de Abreu, Mila Simões; Santana, Tamyris da Rocha; Jaffe, Maxim; Buco, Cristiane de Andrade	Homem; masculino e feminino; Figura humana/grupos humanos	O texto apresenta um apanhado geral sobre os registros rupestres da região, não fazendo menção ao gênero, os autores demonstra, a partir de estudos etnográficos, comprações dos registros, com algumas etinias indígenas do nordeste. É válido ressaltar inclusive a discussão sobre "cerimónias ou rituais especiais onde, por exemplo, quando o homem se disfarça de animal ou de outro tipo de entidade." (p. 36). Os autores fazem a distinção sexual a partir do dimorfismo sexual, presença do falo (masculino) e seios e representação de gravidez (feminino), nem sendo mencionado a presença de vulva outra nomeação para vagina. Talvez por focarem nas interpretações sobre dança, esse recorte sexual não teria relevância.	Publicado na revista European Review os Artistic Studies. Não possui nenhuma citação.	Apesar de apresentar interpretações a partir de associações etnográficas, os autores admitem que "embora não exista uma ligação direta com os "autores" das pinturas é possível fazer comparações com outros grupos de índios em especial do Nordeste brasileiro. Em segundo lugar, também não existe muita documentação escrita específica sobre esses primeiros habitantes da Serra, mas é igualmente possível encontrar suficientes informações que podem servir de base para comparações pertinentes para o nosso estudo." (p. 27). Ainda que apresente conceitos como "casamento" e "autores" para se referir aqueles que criaram os registros, os autores colocam os termos em aspas, talvez para ressaltar seu valor etnocêntrico e patriarcal.	2020

G2_A20	O papel das mulheres ancestrais nas pinturas rupestres do parque nacional Serra da Capivara-PI, Brasil	Cristiane de Andrade Buco; Gabriel Frechiani de Oliveira; Michel Justamand; Vitor José Rampaneli de Almeida; Antoniél dos Santos Gomes Filho; Vanessa da Silva Belarmino	Gênero Masculino Gênero Feminino Demarcação de sexualidade ou de gênero Antropomorfo masculino Genitália/genitais Falos e Vulvas Caça = Afazeres Maculinos Coleta = Afazeres Femininos Mãos viradas para trás como atributo para representar "mulheres" Família Representação de vulvas gravadas Cenas de sexualidades com animais Homossexual e Zoofilia	Gênero Masculino Gênero Feminino Demarcação de sexualidade ou de gênero Antropomorfo masculino Genitália/genitais Falos e Vulvas Caça = Afazeres Maculinos Coleta = Afazeres Femininos Mãos viradas para trás como atributo para representar "mulheres" Família Representação de vulvas gravadas Cenas de sexualidades com animais Homossexual e Zoofilia	Artigo publicado na revista Memória em Rede, revista do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultura. Possui 3 citações. 1) A presença de possíveis relações homoafetivas na arte rupestre do Parque Nacional Serra da Capivara/PI, Brasil (M Justamand, VJR de Almeida); 2) As representações rupestres e a possível temática zoofílica no Parque Nacional Serra da Capivara–Pi/Brasil: um estudo de caso (M Justamand, C de Andrade Buco); 3) Sexualidade ancestral no parque nacional Serra Da Capivara–PNSC/PI–Brasil (M Justamand)		
G2_A21	Uma breve introdução a discussão sobre as pinturas rupestres brasileiras	Michel Justamand; ; Vitor José Rampaneli de Almeida; Gabriel F. de Oliveira; Leandro Paiva	Humano; Sexualidade; Relações sexuais; Homens = sujeito universal; Homens e mulheres	Os autores reafirmam os estudos dos registros rupestres como uma crônica do cotidiano ancestral. Como constatado no trecho: “E por meio das interpretações (ou mesmo insinuações) da arqueologia e da antropologia, poderemos ver como era o mundo, o meio ambiente e o cotidiano em que viviam os homens e mulheres dos grupos que ocuparam as terras brasilis em tempos ancestrais.” (p. 41-42). Conforme apresentado em outros textos dos mesmos autores, o termo "homens" volta a ser utilizado para se referir as pessoas que produziram os registros rupestres, e também sobre as figuras representadas nos registros.	Artigo publicado na Studies in Education Sciences, não apresenta nenhuma citação.	Em concordância com os demais textos dos mesmos autores, o discurso é construído sobre o viés da hegemonial patriarcal, onde o sujeito apresentado é o sujeito masculino, dominante, ainda que não precise ser explícito é corroborado essa superioridade masculina.	2020

G2_A22	Multiplicidade sexual nos registros rupestres do PNSC – PI (BRASIL)	Michel Justamand; Gabriel Frenchiani de Oliveira; Pedro Paulo A. Funari; Albérico Nogueira de Queiroz; Valdeci dos Santos Júnior; Antoniel dos Santos Gomes Filho; Vitor José Rampaneli de Almeida; Vanessa Belarmino da Silva	Homem moderno = sujeito universal; Sexualidade; Sexos/Gêneros opostos; Gênero masculino e feminino; Zoofilia; Pessoas do mesmo sexo; Pessoas do sexo oposto; Grupos Humanos;	O artigo dedica-se a um estudo específico das pinturas da Tradição Nordeste, que de acordo com os autores apresenta uma série de temáticas que permitem "comentários, ilações e ponderações" (p. 73), especialmente sobre a possibilidade de interpretar as cenas dessa Tradição. Apresenta as mesmas 8 imagens dos artigos 47 e 48, incluindo neste artigo uma nova imagem interpretada como: "Cena da representação da penetração entre dois antropomorfos de mesmo sexo biológico, por apresentarem os falos. Boqueirão da Pedra Furada" (p. 81). Os autores afirmam que: "Nas produções rupestres do PNSC é possível reconhecer o gênero da representação antropomorfo." (p. 76). Como o texto apresenta muitas partes iguais ao texto 47 e 48, o termo "zoofilia" é citado como uma das interpretações dos registros rupestres.	Atigo Publicado na revista: SOMANLU: Revista de Estudos Amazônicos – UFAM, é citado uma vez , pelos mesmos autores da publicação original. 1) A presença de possíveis relações homoafetivas na arte rupestre do PNSC/PI, Brasil. (M Justamand, VJR de Almeida, 2021).	O discurso é construído pelo viés do binarismo de gênero, apesar da preocupação em reitar que o sexo representado é o sexo biológico , no decorrer da leitura percebemos que o texto concebe o sexo como equivante ao gênero, utilizando-se do binarismo de gênero para definir as representações masculinas e femininas	2020
G2_A23	A presença de possíveis relações homoafetivas na arte rupestre do Parque Nacional Serra da Capivara - PI, Brasil	Michel Justamand; Vitor José R. de Almeida; Gabriel Oliveira; Antoniel Gomes Filho; Vanessa Belarmino da Silva; Leandro Paiva; Giovanna Luz; Matteus F. Oliveira	Arqueologia de gênero e queer; bestialismo/zoofilia; pedofilia; Homoafetividade/homoafetivo; Homossexualidade e a zoofilia; Violência sexual; dimorfismo de gênero, sexista, machista, classista, racista, mulherofóbico, transfóbico e homofóbico; Pessoas do mesmo sexo; Grupos humanos;	Os autores afirmam que o texto tem a finalidade de abordar a presença de relações homoafetivas nas representações de arte rupestre no PNSC, que está localizando no estado do Piauí. Estas relações homoafetivas seriam demonstradas nos registros rupestres. através de representações interações sexuais entre imagens do gênero feminino entre si e imagens do gênero masculino entre. Afirmando que utilizam em seu referencial teórico os estudos de "Niède Guidon e Anne-Marie Pessis em conjunto com outros autores e baseado na pesquisa de campo." (p. 80). O texto é basicamente o mesmo texto dos artigos 36, 47 e 48, apresentando as mesmas 8 imagens dos registros rupestres. Além de trocar a palavra "relações homossexuais", e/ou "relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo" como apresentado anteriormente, os autores apresentam a palavra homoafetivo; além disso neste artigo é introduzido uma nova palavra, ainda que utilize a palavra zoofilia, os autores introduzem a palavra "bestialismo" e como de praxe, as referencias sobre a homossexualidade e a zoofilia são apresentadas em um mesmo contexto interpretado como "variações da sexualidade humana" (p. 96).	Artigo publicado na Revista de História da Arte e da Cultura, e não possui nenhuma citação .	Apesar de os autores citarem os estudos de gênero e queer como referenciais, o gênero é tratado no texto como binário, repetido várias vezes, inclusive falando sobre "dimorfismo de gênero", ou seja o gênero sendo naturalizado como equivalente do sexo biológico. Nesse texto é trocado a palavra relação homossexual por relações homoafetivas, pois os autores agora se voltam a comentar sobre as representações de cenas sexuais entre dois antropomorfos do sexo feminino. Mas a variação de palavras não está apenas nas relações entre pessoas do mesmo sexo biológico, aqui os autores vão reforçar as representações de zoofilia, que neste texto eles vão utilizar a palavra bestialidade. É válido ressaltar que após os autores apontarem as representações de "homossexualidade e zoofilia" no contexto analisado, eles concluem da seguinte forma: "Outra questão que deve ser observada com cuidado analítico são as práticas sexuais que envolvem crianças e animais, uma vez que, as ciências contemporâneas classificam tais práticas correlacionadas a questões de ordem patológica. Desse modo, para esse último ponto, faz-se necessário um maior cuidado analítico, para que se evite anacronismos." (p. 95). Ou seja, os autores tem conhecimento sobre os anacronismos, e sobre o perigo de se fazer tais analogias, ainda mais reiterando em mais um artigo científico a homossexualidade, associada em um mesmo contexto de práticas de	2021

G2_A24	As representações rupestres e a possível temática zoofílica no PNSC – PI: Um estudo de caso	Michel Justamand, Cristiane de Andrade Buco, Antoniel dos Santos Gomes Filho, Vitor Almeida, Gabriel F. de Oliveira, Albérico Queiroz, Mateus Freitas de Oliveira y Leandro Paiva	Antropomorfo e zoomorfo; Zoofilia; Homens; Genitália masculina; Seres humanos masculinos; Grupos humanos pré-coloniais; Falo ereto	Nesse artigo os autores apresenta os registros rupestres com representações de zoofilia, contudo, em um artigo de 2018 dos mesmos autores eles falam sobre as representações de humanos se transformando em animais, ou seja, os autores tinham conhecimento sobre os possíveis rituais de transformação ou de evolução ligados a manifestações demiúrgicas. Não é apresentado nenhuma distinção sexual e/ou de gênero neste texto, como é retratado as práticas de zoofilia, o sujeito apresentado é o sujeito masculino.	Publicado no Anuário de Arqueologia, Rosario, não apresenta nenhuma citação ainda.	Construído sob o viés do machismo hegemônico, o discurso se sustenta pela ideia da dominação masculina, e da passividade do animal, sendo dominado a força pela figura do antropomorfo. Afirmando ainda que: "Isso não significa dizer que a experiência sexual com animais esteve sempre restrita e desempenhada por homens e nem tão pouco que só os homens, em virtude de seus traços viris e de força, eram responsáveis pela atividade de caça " (p.68-69). É válido mencionar que existem trabalhos realizados com os registros rupestres do PNSC que apresentam as mesmas características e são interpretadas como cenas de caça.	2021
G2_A25	O cotidiano ancestral e as representações sexuais rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC/PI – Brasil	Michel Justamand; Washington Ramos dos Santos Junior; Gabriel Frechiani de Oliveira; Antoniel dos Santos Gomes Filho; Vitor José Rampaneli de Almeida; Mateus Freitas de Oliveira; Vanessa Belarmino da Silva; Losa Vilella.	Zoofilia e bestialidade; Heterossexuais e homossexuais; Homoerotismo homoerótico; Pênis/vagina; Falo/vulva Oral/anal; Binarismo e dimorfismo de gênero; Sexualidades pré-histórica;	Os autores trazem varios exemplos de registros rupestre no mundo sobre práticas sexuais para comparar com os e analisar os registros do PNSC. Os autores apresentem a diferenciação entre zoofilia e bestialidade (p. 9), passando a se referir em suas interpretações a cenas de bestialismo . A palavra homoerotismo é repetida neste artigo também, e a maiora das vezes atribuídas a indivíduos do sexo masculino, enquanto a palavra homossexual foi preferencialmente usada para falar de antropomorfos do sexo feminino . Na conclusão de um parágrafo é afirmado que: "ressaltamos que há diversas pinturas rupestres em que o signo sexual não é relevante e, portanto, não é verdadeiro que a ausência do falo significa necessária e afirmativamente tratar-se do feminino (Lira, 2017)" destaco que não consegui encontrar essa monografia na biblioteca da UESPI. No texto é apresentado mais uma vez a homossexualidade para introduzir a noção de bestialidade ou zoofilia. O autor apresenta alguns artigos que não são encontrados na internet, inclusive nas referencias ele fala sobre um artigo sobre homoerotismo nos registros rupestres, mas essa referencia não se encontra no	Artigo publicado na Revista Research, Society and Development. Não possui nenhuma citação.	O discurso é construído sobre o viés do machismo hegemônico e do binarismo de gênero. Ainda que apresentem no referencial teórico os estudos de gênero e queer "que subvertem os pressupostos tradicionais da ciência arqueológica, além de tensionarem a forma como está tem contribuído para a manutenção do binarismo e dimorfismo de gêneros e sexualidades", todo o discurso é construído pelo viés da binaridade de gênero, interpretando o gênero a partir da presença do falo ou da vulva. Assim como nos demais textos dos autores a homossexualidade é utilizada no mesmo contexto interpretativo da prática de zoofilia.	2021

G2_A26	Novas notas sobre formas da sexualidade ancestral nas rochas do parque nacional	Michel Justamand; Ana Cristina Alves Balbino; Gabriel Frechiani de Oliveira; Vitor José Rampaneli de Almeida; Matteus Freitas de Oliveira; Vanessa da Silva Belarmino	cenas aspectos do cotidiano, como caça, sexo, parto, brincadeiras, lutas, confrontos, namoro, ritos, cenas de variados animais; cenas de sexo entre casais, com três pessoas, em grupos, com representações de zoofilia e pedofilia; falos e vulvas; grupos humanos; Sexualidade;	O texto apresenta os registros rupestres como uma crônica do cotidiano ancestral pré-colonial. Os autores afirmam que: "Representam em suas cenas aspectos do cotidiano, como caça, sexo, parto, brincadeiras, lutas, confrontos, namoro, ritos, cenas de variados animais , entre outras temáticas. Apresentavam, possivelmente, várias funções e poderiam revelar que a vida diária dos primeiros ocupantes do país era muito dinâmica." (p. 117). Para os autores a representação da sexualidade é uma temática bastante recorrente, sendo comuns cenas de sexo entre casais, com três pessoas, em grupos, com representações de zoofilia e pedofilia . Concluindo que: "Nas pinturas rupestres registradas nas rochas do PNSC, há cenas de danças que demonstram a sensualidade dos primeiros habitantes. A liberação da energia sexual era a finalidade das práticas sexuais primitivas, pois, ao que nos parece, os ancestrais se relacionavam sexualmente de múltiplas formas." (p. 121)	Artigo publicado na revista Studies in Social Sciences Review, não apresenta nenhuma citação ainda.	O discurso é construído sobre viés da hegemonia colonial, e o binarismo de gênero, apresenta as mesmas palavras mencionadas em outros artigos dos mesmos autores, como zoofilia, pedofilia (inclusive neste texto os autores falam "Cena supostamente de sexo entre pessoas com tamanhos disformes ou a representação da pedofilia"). o texto apresenta algumas imagens diferentes dos outros arquivos.	2021
G2_A27	Las representaciones rupestres y la posible temática de la zoofilia en el parque nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil: un estudio de caso.	Michel Justamand; Cristiane de Andrade Buco; Vitor José Rampaneli de Almeida; Antoniel dos Santos Gomes Filho; Albérico Queiroz; Gabriel F. de Oliveira; Matteus Freitas de Oliveira; Leandro Paiva	Antropomorfo e zoomorfo; Zoofilia; Homens/mulheres; Genitália masculina; Seres humanos masculinos; Grupos humanos pré-coloniais; Falo ereto; Região anal; Genital masculino;	É um artigo em espanhol, que apresenta o mesmo texto de um artigo publicado em eles em português. Nesse artigo os autores apresenta os registros rupestres com representações de zoofilia, contudo, em um artigo de 2018 dos mesmos autores eles falam sobre as representações de humanos se transformando em animais, ou seja, os autores tinham conhecimento sobre os possíveis rituais de transformação ou de evolução ligados a manifestações demiúrgicas. Não é apresentado nenhuma distinção sexual e/ou de gênero neste texto, como é retratado as práticas de zoofilia, o sujeito apresentado é o sujeito masculino.	Publicado na revista Studies in Social Sciences Review , não apresenta nenhuma citação ainda.	Construído sobre o viés do machismo hegemônico, o discurso se sustenta pela ideia da dominação masculina, e da passividade do animal, sendo dominado a força pela figura do antropomorfo. Afirmando ainda que: "Isso não significa dizer que a experiência sexual com animais esteve sempre restrita e desempenhada por homens e nem tão pouco que só os homens, em virtude de seus traços viris e de força, eram responsáveis pela atividade de caça " (p.68-69). É válido mencionar que existem trabalhos realizados com os registros rupestres do PNSC que apresentam as mesmas características e são interpretadas como cenas de caça.	2021

G2_A28	As representações rupestres de biomorfos no Parque Nacional Serra da Capivara - PI um estudo de caso	Michel Justamand; Albérico Queiroz; Gabriel F. de Oliveira	Xamã/feiticeiros/bruxos; Grupos humanos; Humanos e não humanos;	Mais uma vez os autores apresentam a possibilidade de rituais de transformações de humanos em animais, o que eles vão se referir ora como biomorfo ora como zoomorfo . Demonstrando ter conhecimento sobre as possibilidades lúdicas dos registros rupestres, contudo em outros textos os mesmos autores vão falar de relações sexuais entre antropomorfos e zoomorfos como " zoofilia ". Outro destaque neste texto se encontra na forma como ele vai tratar os os indivíduos presentes nos rituais de tranformações, ora como xamãs , ora como feiticeiros e bruxos . Em uma das imagens (Fig. 12) interpretadas os autores afirmam que: " remete a um "bruxo " com "poderes mágicos." "; em outra imagem (Fig. 09) os autores descreve como: remete a uma cena de ritual coletivo , onde vários antropomorfos encontram- se, ao que nos parece, em forma de transe , com a cabeça inclinada para a parte traseira e sendo "comandado" por um, digamos, feiticeiro , alguns já possuem uma espécie de galharda na cabeça, sendo um êxtase ou transe coletivo . Na figura 8 os autores remetem a um registro coletivo, um antropomorfo, provavelmente, o feiticeiro da tribo " comandando " um ritual de	Publicado na Revista Nordestina de História do Brasil, Cachoeira. Não possui nenhuma citação.	O artigo é construído sobre a matriz das colonialidades, interpretando os registros rupestres como uma crônica do cotidiano ancestral, usando de analogias com a modernidade colonial e usando palavras de cunho eurocêntrico atribuídos ao período pré-colonial.	2021
G2_A29	Novos apontamentos sobre as representações da sexualidade nos registros rupestres no parque nacional Serra Da Capivara – PI, Brasil um estudo	Michel Justamand; Gabriel Frechiani de Oliveira; Giovanna Neiva Luz; Maria Luiza Lima Horta de Almeida Souza; Felipe de Sousa Soares; Vitor José Rampaneli de Almeida	Sexo/gêneros diferentes; Gênero indicado pelo pênis; Homoafetivo; Zoofilia; Pedofilia;	O texto apresenta a referencia do texto de Gabriela Martim "Amor, Solidariedade e Violência" de 1984. Nesse artigo o termo homens não aparecem como sujeito universal, como apresentado em outros textos dos autores. A palavra é utilizada para falar sobre os indivíduos do sexo masculino, inclusive indicando que por muito tempo a produção dos registros rupestres foi atribuída apenas aos homens. Os autores destacam o papel igualitário que a mulher tinha no período pré-colonial. O texto utiliza a palavra humano(a)(os)(as) para se referir aos habitantes da região nesse período, mostrando uma preocupação em não atribuir hierarquias de gênero entre os sujeitos.	Artigo publicado na revista Latin American Journal of Development , Curitiba, tem duas citações. 1) As representações rupestres e a possível temática zoofílica no PNSC–Pi/Brasil: um estudo de caso. (Justamand, Michel; De Andrade Buco, Cristiane; Dos Santos Gomes Filho, Antoniel; Almeida, Vitor; De Oliveira, Gabriel F.; Queiroz, Albérico; Freitas de Oliveira, Matteus; Paiva, Leandro. 2021); 2) Sexualidade ancestral no parque nacional Serra Da Capivara–PNSC/PI–Brasil. (M Justamand, 2021)	Ainda que o texto seja construído sob a matriz do binarismo de gênero e do dimorfismo sexual , ao afirmarem que: "E muitas vezes, aparecem o sexo, o gênero indicado pelo pênis , para os homens, tanto ereto quanto em descanso e o círculo abaixo das pernas para indicar as vulvas , demarcação, em alguns casos, das mulheres." (p. 988); os autores apresentam uma certa preocupação em não levantar hipóteses de hierarquias de gênero, baseadas nos papéis sexuais.	2021

G2_A30	O FEMININO ANCESTRAL E SUA POTÊNCIA NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA – PNSC.	Michel Justamand; Ana Cristina Alves Balbino; Gabriel F. de Oliveira; Vitor José Rampaneli de Almeida; Ana Caldeiras;	Homem/Mulher; Gênero = sexo (masculino e feminino); Papéis de gênero; Família; Mulher = esposa; Marido/Solteiro; Feminino/Masculino; Genitália masculina e feminina; Homossexuais; Escolhas e Opções sexuais	O artigo apresenta praticamente o mesmo texto renomeado como ARTIGO 12 de 2018, so que publicado em uma revista diferente. Nesse artigo o autor traz um mesmo parágrafo do artigo 12, só que ele vai trocar uma citação que ele faz em 2018 como sendo da Simone de Beavouir, em que ele não apresenta referencia de ano ou págima, nesse artigo ele faz referencia a ele mesmo (apud Justamand) (Por isso, as figuras de "mulher" da época das cavernas eram usadas como objetos de culto e magia. Elas não representavam pessoas, mas personificavam mistérios, apud Justamand. p. 16)	Artigo publicado Revista do Grupo de Estudos e Pesquisa Processos Identitários e Poder - UFS. Não possui nenhuma citação.	O texto é construído sobre a matriz da binaridade de gênero, como vai ser afirmado nas conclusões: "A maior busca, nesse artigo, foi oferecer uma decifração do mundo ancestral no que diz respeito ao mundo das relações entre o feminino e o masculino nas representações rupestres." Ainda que os autores se posicionem com um discurso feminista como afirmam nas conclusões: "Buscamos, por intermédio das pinturas rupestres e suas representações do feminino, derrubar os preconceitos contra as mulheres, que apesar dos caminhos da história, ainda persistem. O potencial das contribuições das mulheres ancestrais está demonstrado, ao menos, uma parte. Torcemos para que sejam reverberados hoje. Se esse estudo colaborar nessa luta, já será uma grande conquista!" , o discurso está pautado nas concepções binárias de gênero.	2021
G2_A31	Os falos nas pinturas rupestres do PNSC – PI-BRASIL	Michel Justamand	caça, sexo, parto, brincadeiras, lutas sociais, danças, namoro, ritos; gênero com falo; Zoofilia/pedofilia; falos como marcadores de identidade masculina; falos e vulvas;	No texto, diferente dos outros textos publicados pelos autores é utilizado a palavra pré-colonial, e não mais pré-histórico para se referir ao período de produção dos registros rupestres. Os autores também apresentam o conceito de grupos humanos, e não mais homens como em artigos dos anos anteriores. O texto também apresenta uma referecnia, que já foi citada em outros textos dos autores mas que não é apresentado nenhuma imagem; "Nas pinturas rupestres africanas, há uma série de homens mascarados com gigantescos falos eretos, prestes a penetrarem mulheres em posição ginecológica" (p. 150587).	Publicado na revista Brazilian Journal of Development, possui duas citações em outros artigos do mesmo autor. 1) A presença de possíveis relações homoafetivas na arte rupestre do Parque Nacional Serra da Capivara/PI, Brasil (JUSTAMAND, M. .; ALMEIDA, V. J. R. de; OLIVEIRA, G. F. de; GOMES FILHO, A. dos S.; SILVA, V. B. da; PAIVA, L. .; LUZ, G. N.; OLIVEIRA, M. F. de, 2021); 2) As representações rupestres e a possível temática zoofílica no Parque Nacional Serra da Capivara–Pi/Brasil: um estudo de caso. (Justamand, Michel; De Andrade Buco, Cristiane; Dos Santos Gomes Filho, Antoniel; Almeida, Vitor; De Oliveira, Gabriel F.; Queiroz, Albérico; Freitas de Oliveira, Matteus; Paiva, Leandro, 2021)	O texto é construído sobre o vies da matriz da binaridade de gênero e do dimorfismos sexual , afinal de contas é um texto que interpreta a presença do falo como uma representação masculina. Em uma parte os autores trazem a seguinte referência: "Acreditamos na possibilidade de que nas representações de excitação coletiva, os falos simulariam "espadas", ou seja, simbolizariam poderio, virilidade e força, como sugeriu Zozilena de Fátima Fróz Costa em sua tese de doutorado sobre as pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara ." (150588). O artigo é concluído com as seguintes ponderações: "Além das questões sexuais apresentadas, graças às presenças dos falos , eles, os mesmos, nos parecem ser, marcadores da identidade masculina antropomórfica imagética nas rochas . Isso porque eles não aparecem apenas em cenas de sexo . Aparecem também em cenas de supostos rituais, ou em outros momentos, assim, supomos que a sua presença, era antes de tudo, a informação de que para aquela determinada cena, local e ou afazer, o gênero com falo era determinante para aquela dada atividade. Nossos ancestrais tinham muita clareza sobre as atribuições de cada gênero, como o que, quando e onde, cada um faz dentro de suas sociedades. Esse fato é o que, ao menos é o que se nota, nas cenas rupestres plasmadas nas rochas do Parque Nacional Serra da Capivara e em seu entorno, na	2021

G2_A32	Sexualidade ancestral no parque nacional Serra Da Capivara – PNSCPI – Brasil	Michel Justamand; Washington Ramos dos Santos Junior; Gabriel Frechiani de Oliveira; Vitor José Rampaneli de Almeida; Antoniel dos Santos Gomes Filho; Matteus Freitas de Oliveira; Vanessa Belarmino da Silva; Losa Breu Dionísio Vilella do Nascimento	Heterossexual e Homossexuais; Zoofilia e bestialidade; Violações sexuais; dicotomia e binarismo de gênero; Falos e vulvas; Homoerotismo; Homossexualidade feminina; Homoerotismo feminino; Arqueologia de Gênero e Queer;	O artigo apresenta o mesmo texto do artigo 28 (Novas notas sobre formas da sexualidade ancestral nas rochas do Parque Nacional Serra da Capivara - PNSC/PI. Michel Justamand; Ana Cristina Alves Balbino; Gabriel Frechiani de Oliveira; Vitor José Rampaneli de Almeida; Matteus Freitas de Oliveira; Vanessa da Silva Belarmino; 2021), com algumas variações introduzidas pelo texto do artigo 24 (O cotidiano ancestral e as representações sexuais rupestres no Parque Nacional Serra da capivara – PNSC/PI – Brasil. (Michel Justamand; Washington Ramos dos Santos Junior; Gabriel Frechiani de Oliveira; Antoniel dos Santos Gomes Filho; Vitor José Rampaneli de Almeida; Matteus Freitas de Oliveira; Vanessa Belarmino da Silva; Losa Vilella, 2021). Apresenta o termo " parteira " para descrever cenas de parto onde a figura que está dando a luz tem o auxílio de uma parteira .	Artigo publicado na revista Latin American Journal of Development, Curitiba. Não possui nenhuma citação.	O discurso é construído sobre viés da hegemonia colonial , e o binarismo de gênero , apresenta as mesmas palavras mencionadas em outros artigos dos mesmos autores, como zoofilia e bestialidade , sempre associando ao mesmo contexto das cenas de representação da homossexualidade , além da interpretação de violência sexual. Ainda que apresente que: "Boa parte dos trabalhos, que se deslocam da arqueologia pós-processual, pautam-se em potencializar as análises das ambiguidades nos corpos representados na pintura rupestre em diferentes sociedades por meio da dicotomia e binarismo de gênero. Assim, apresentam em seus resultados de pesquisa possíveis organizações sociais que apresentam o gênero essencializado e bipolar: masculino/feminino, homem/mulher." (p. 1872) os autores constroem seu discurso baseados no binarismo de gênero, tanto que eles fazem a mesma afirmação dos outros textos: "Nos casos em que há diferenciação genital, o sexo é indicado pelo pênis para os homens, tanto ereto quanto flácido; e o círculo abaixo das pernas para indicar as vulvas, demarcação, em alguns casos, das mulheres." (p. 1871)	2021
--------	--	--	---	--	---	---	------

G3_A2	Entre Nós: Leituras e Olhares Feministas sobre a representação das mulheres em narrativas arqueológicas e visuais	Camila Azevedo de Moraes-Wichers; Aluane de Sá da Silva; Giovanna Silveira Santos; Karla Kamylla Passos dos Santos; Luciana Bozzo Alves; Paula Cristina de Almeida Silva; Wynne Borges Carneiro; Zilda Vieira Simas Oliveira	dimorfismo sexual; binarismos assimétricos; dicotomia; categorias de sexo e gênero são construídas culturalmente; papéis de gênero; masculino e masculinizado; feminino/feminizado; reprodução de comportamentos machistas, sexistas e misóginos; assédio sexual; discriminação e a violência de gênero; silenciamentos e estereotipações; políticas do corpo e do gênero; estratégias da colonialidade; estereótipos de gênero; normatizações de gênero na sociedade contemporânea; construção de estereótipos de raça, classe e gênero;	Artigo revisionista, que vai abordar a estereotipagem e o apagamento das mulheres no campo da arqueologia, das narrativas visuais e dos museus. Não é um artigo específico sobre o PNSC, mas ao trazer uma análise do documentário "Ateliê de Luzia - Arte Rupestre no Brasil", de 2003, do diretor Marcos Jorge, as autoras evidenciam aspectos sexistas e racistas, dentre outras questões, recorrentes nas narrativas visuais, que incluem os trabalhos realizados por Niède Guidon na região.	Artigo publicado na Rev. Arqueol. Pública, Campinas (SP) Universidade Estadual de Campinas. Não possui nenhuma citação.	2021
-------	---	--	--	--	--	------

G3_A3	Gêneros Perdidos: Por uma Arqueologia Transfeminista	Violet Boudelaire Anzini	sistema de sexo-gênero binário; desconstruir os etnocentrismos e colonialidades de gênero/sexo; rede de significados cisgênera, heterossexual e branca; universalidade das categorias de sexo/gênero brancas; discurso essencialista e biologizante; artificialidade de gênero e sexo; cis-heteronormativo; possibilidades intersexo; pessoas transexuais e pessoas cis; cisgêneridade, transgêneridade e transexualidade; variação das genitálias humanas, como os casos de genitálias intersexuais; colonialidade de gênero; colonialismo, racismo e sexismo;	Artigo revisionista, que propõe reflexões críticas e teóricas sobre as práticas e discursos arqueológicos, debatendo de acordo com uma série de bibliografias e teorias, como a ciência, baseada em uma "colonialidade" de gênero, que "invisibilizou" as identidades de gênero não binárias e a variabilidade anatômica das genitálias humanas, criando uma falsa ideia de que a cis-gêneridade e a heterossexualidade brancas são fenômenos humanos universais	Revista de Antropologia e Arqueologia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas. Não possui nenhuma citação.	2021	
-------	--	--------------------------	---	--	---	------	--